



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Francyne dos Santos Andrade

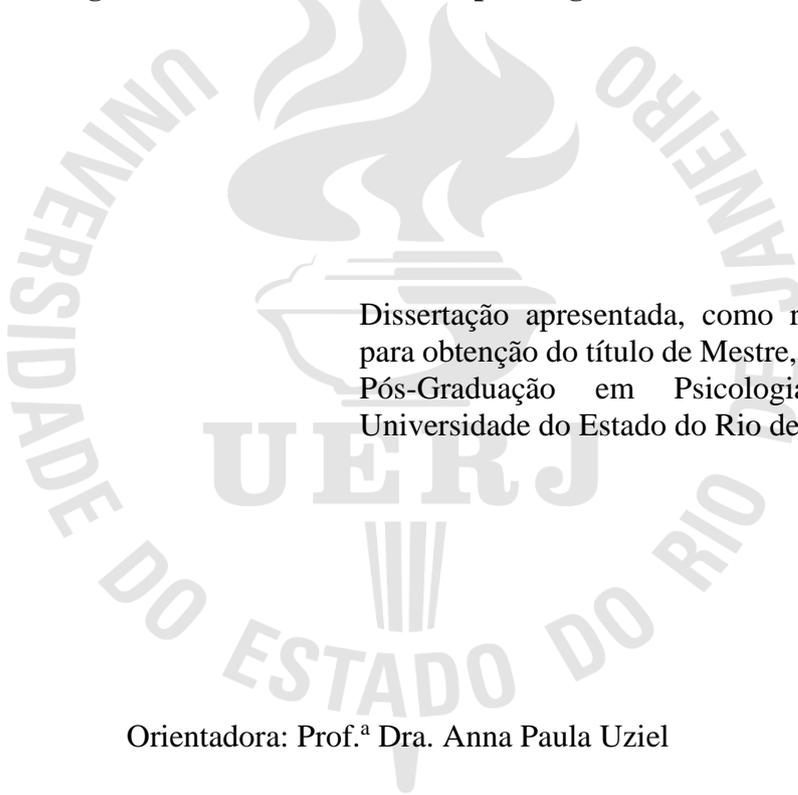
**Uma cartografia das encruzilhadas da psicologia na socioeducação**

Rio de Janeiro

2023

Francyne dos Santos Andrade

**Uma cartografia das encruzilhadas da psicologia na socioeducação**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Anna Paula Uziel

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A554 Andrade, Francyne dos Santos  
Uma cartografia das encruzilhadas da Psicologia na socioeducação / Francyne dos Santos Andrade. – 2023.  
199 f.

Orientadora: Anna Paula Uziel.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Instituto de Psicologia.

1. Psicologia social – Teses. 2. Privação de Liberdade – Teses. 3.  
Psicólogos – Prática – Teses. I. Uziel, Anna Paula. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

bs

CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Francyne dos Santos Andrade

**Uma cartografia das encruzilhadas da psicologia na socioeducação**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 06 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anna Paula Uziel (orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

---

Profa. Dra. Esther Maria de Magalhães Arantes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Profa. Dra. Jimena De Garay Hernández

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro

2023

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho *in memoriam* de meu amado avô, Altair Soares de Brito, e do querido amigo e companheiro de luta, Luis Eduardo Soares. Que a lembrança de seus nomes não se traduza apenas nas estatísticas sobre as mortes de Covid nem se restrinja ao amargor ainda presente pelas perdas que seriam evitáveis, não fosse a omissão do governo. A memória de seus nomes e de suas vidas é maior, muito maior! Nossa saudade também.

## AGRADECIMENTOS

Sigo agradecendo profundamente ao ProUni, assim como o fiz em meu trabalho de conclusão de curso no período da graduação, uma vez que sem esta política pública, meu acesso à universidade não seria possível. Tampouco, o sonho do mestrado.

Agradeço a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição que me acolheu para que essa jornada na pós graduação se tornasse uma realidade e a qual venho nutrindo grandes orgulho por poder fazer parte.

À minha querida orientadora, Anna Paula Uziel, a qual tenho imensa gratidão por ter me aceito como orientanda, já praticamente no meio do caminho, e que apostou nesta pesquisa tanto quanto eu. Anna foi e continua sendo uma grande parceira, a qual espero trabalhar juntinho por muito mais tempo.

Aos meus colegas da pesquisa, que tanto me inspiram, agregam e provocam. São muitas as pessoas maravilhosas com as quais tenho o prazer de compartilhar esse percurso: Amanda, Ana Carolina, Ariane, Bárbara, Camilla, Carol, Jimena, Juliana, Juraci, Letícia, Lucas, Luisa, Maria, Mariana, Roberta, Thaís e Vanessa. Encontros e reocontos que me foram mesmo uma grande alegria.

Ao querido amigo, Caique Azael, “minha duplinha”, ao qual tenho a honra de dividir trajetórias dentro e fora do CRP-RJ e quem tanto me acolheu nos momentos de mais angústia nesta caminhada.

As mulheres de minha família, as quais dedico também este trabalho. Mulheres que nunca pisaram em uma universidade, mas que fizeram todos os esforços necessários para que eu fosse a primeira delas.

As minhas irmãs, Mariana e Cecília, família que construí durante a graduação, por todo apoio, por todo o amor.

À Cristiane Moreira, professora querida que me acompanha desde a graduação, e que tenho orgulho de ter como amiga.

À Laura Quadros, por todas as sensibilidades compartilhadas em sala de aula e que tanto me inspiram no caminho da docência.

As queridas Jimena e Esther e ao querido Pedro, por aceitarem compor a banca examinadora, mesmo em tempos de agendas difíceis, mas principalmente por fazerem parte da construção deste trabalho.

Aos companheiros de CRP, conselheiros e colaboradores, por todo apoio, incentivo, trocas e acolhimento.

Ao amigo Pedro, que embora geograficamente distante, sempre esteve perto.

À querida Bárbara, pelo auxílio nos processos de tradução e a Bruna, Laís, Camila e Graci pelo auxílio nas transcrições das entrevistas. A vocês, meu muitíssimo obrigado!

Ao meu companheiro, Jordan, por todo cuidado que teve comigo e com nossa relação durante todo este processo.

À Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE), a Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios (DEPE) e a Divisão de Psicologia do DEGASE, por me receberem na instituição e terem sido sempre muito solícitos.

As psicólogas que aceitaram construir este percurso comigo e compartilhar suas experiências, angústias e alegrias, minha profunda gratidão.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus guias por sempre me darem caminhos – e encruzilhadas – para percorrer.

A encruzilhada nos ensina que não há somente um caminho;  
A encruzilhada é campo de possibilidades.

*Luis Antônio Simas e Luiz Rufino (2018).*

## RESUMO

ANDRADE, Francyne dos Santos. *Uma cartografia das encruzilhadas da psicologia na socioeducação*. 2023. 199f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente pesquisa se debruça sobre as práticas das psicólogas que atuam no Departamento Geral de Ações Socioeducativas, instituição responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio fechado no Rio de Janeiro. Identificamos que embora a temática da Socioeducação esteja presente em diversos estudos, há ainda lacunas na literatura a respeito das especificidades da Psicologia nesse contexto, sendo privilegiadas as discussões em torno da efetivação das políticas públicas conforme as legislações, idade penal e o fenômeno da violência urbana. Nosso objetivo consiste em mapear as diferentes práticas *psi* no contexto das medidas de internação e semiliberdade, bem como na internação provisória (acautelamento), e os diferentes planos de forças que incidem sobre a atuação profissional nesses espaços. Apostamos na cartografia como referencial teórico-metodológico que nos permite acompanhar esse conjunto de forças, algo que consideramos como sendo dinâmico e processual. Nossa primeira questão, aquela que se entende como “problema de pesquisa”, mas que pensamos mais como um fio condutor, parte da pergunta: Que versões da Socioeducação são experienciadas pelas psicólogas que atuam na privação de liberdade? Observamos que no acúmulo de experiências compartilhadas pelas profissionais, inúmeros desafios se apresentam. A começar pelo esvaziamento dos sentidos socioeducativos em detrimento de uma lógica de (in)segurança, calcada em uma política de preservação da ordem que acompanha a rotina institucional. Além disso, há uma gama de expectativas, interferências e desqualificações pelos diferentes atores que compõem o sistema socioeducativo, que tentam reduzir o papel das psicólogas a meras “fazedoras de relatório” e “enxugadoras de gelo”. Diante das encruzilhadas que se apresentam à atuação profissional, um cruzamento de caminhos com vários pontos de partida e de chegada, a Psicologia mostra sua força através da escuta atenta às subjetividades, no acolhimento às alteridades e as diferenças que se produzem nos mais diversos encontros, no cuidado com adolescentes, famílias e equipes, na denúncia às estratégias de extermínio físico e simbólico de nossas juventudes, alicerçada na perspectiva de garantia de direitos e na aposta de afirmação da vida em todas as suas intensidades.

Palavras-chave: Práticas psi; Atuação profissional; Sistema socioeducativo; Privação de liberdade.

## ABSTRACT

ANDRADE, Francyne dos Santos. *Cartography about the arduous challenges of Psychology in Socio-education*. 2023. 199f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This research focuses on the practices of psychologists at the “Departamento Geral de Ações Socioeducativas”, the institution responsible for carrying out socio-educational measures in enclosed environments in Rio de Janeiro. Although the Socio-education subject has been present in several pieces of research so far, there are some lacunas in the literature regarding the specifications of Psychology in this context, compared with the fact that discussions around the effectiveness of public policies according to legislation, criminal age, and the phenomenon of urban violence are being privileged. The objective is to map the different psi-practices related to committal and semi-liberty measures context, such as in provisory committal (precaution), and the various "force plan" methods that concern professional performance in these spaces. Cartography is a theoretical and methodological foundation that allows people to pursue this "set of forces" as something considered dynamic and procedural. The first point of investigation derives from the question: What versions of socio-education are experienced by psychologists who work in deprivation of liberty? Numerous challenges are present in the accumulation of shared experiences by professionals. Beginning with the emptiness of socio-educational meanings and the chance on the logic of (in)security, which is based on a preserving policy of the order that accompanies the institutional routine. A range of expectations, interferences, and disqualifications made by the various parts that compose the socio-educational system, try to reduce the role of psychologists to mere report makers and pointless. Facing the real challenges that are current in professional practice, Psychology shows its strength through attentive listening to the subjectivities that are being comprised, in providing comfort to the distinctiveness that is produced in most encounters, in caring for adolescents, families, and groups of people, based on the perspective of guaranteeing rights and on the commitment to assure life in all its intensity.

Keywords: Psy practices; Professional performance; Socio-educational system; Deprivation of liberty.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSI	Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil
CEDCA/RJ	Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro
CENSE	Centro de Socioeducação
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
CRIAAD	Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente
CRIAM	Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor
CRP-RJ	Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
CSIRS	Coordenação de Saúde Integral e Reinserção Social
CV	Comando Vermelho
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DEPE	Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios
DPRJ	Defensoria Pública do Rio de Janeiro
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

ESGSE	Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire
EUA	Estados Unidos da América
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FCBIA	Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GENI	Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos
GEPISID	Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobra
GMF	Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
IC	Iniciação Científica
LGBTQIA+	Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, <i>Queer</i> , Intersexo, Assexuais, Não Binárias e demais identificações de sexualidade e gênero.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
MEPCT/RJ	Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
MS	Ministério da Saúde
NUPST	Núcleo de Promoção à Saúde do Trabalhador
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PGE-RJ	Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
PIA	Plano Individual de Atendimento
PL	Partido Liberal
PM	Polícia Militar

PNAISARI	Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei
PPGPS	Programa de Pós-graduação em Psicologia Social
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSC	Partido Social Cristão
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RAS	Regime Adicional de Serviços
SAM	Serviço de Atendimento ao Menor
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEEDCU	Secretaria Estadual de Educação
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCP	Terceiro Comando Puro
UCP	Universidade Católica de Petrópolis
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VD	Visita Domiciliar
VEMSE	Vara de Execução de Medidas Socioeducativas

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1</b>	<b>CAMINHOS QUE SE CONHECE ANDANDO: PERCURSOS METODOLÓGICOS PARA UMA CARTOGRAFIA DAS PRÁTICAS PSI.....</b>	<b>27</b>
<b>1.1</b>	<b>Diálogos com a cartografia: Pistas teórico-metodológicas para uma pesquisa-aventura .....</b>	<b>27</b>
<b>1.2</b>	<b>Conhecendo as paisagens “degasianas” e as flores do deserto.....</b>	<b>35</b>
<b>1.3</b>	<b>Implicações em análise.....</b>	<b>44</b>
<b>2</b>	<b>“É TUDO SOBRE SEGURANÇA!”: ESVAZIAMENTO DE SENTIDOS NA VERSÃO “DEGASIANA” DE SOCIOEDUCAÇÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>2.1</b>	<b>Entre facções e milícias, a cidade sitiada: políticas de (in)segurança no Rio de Janeiro .....</b>	<b>53</b>
<b>2.2</b>	<b>Nos emaranhados degasianos: da conjuntura turbulenta à transformação que não chegou .....</b>	<b>63</b>
<b>2.3</b>	<b>Nas trincheiras entre agentes, adolescentes e equipes técnicas: o “jeito-degase-de-funcionar” .....</b>	<b>77</b>
<b>3</b>	<b>ENTRE “FAZEDORAS DE RELATÓRIO” E “ENXUGADORAS DE GELO”: IMPASSES E (DES)ARTICULAÇÕES NAS RELAÇÕES DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO.....</b>	<b>99</b>
<b>3.1</b>	<b>Sobre expectativas, interferências e desqualificações .....</b>	<b>99</b>
<b>3.2</b>	<b>Central de vagas, pandemia e o trabalho (des)considerado essencial .....</b>	<b>112</b>
<b>3.3</b>	<b>Algumas reflexões sobre os desafios da saúde mental no contexto socioeducativo.....</b>	<b>125</b>
<b>4</b>	<b>EXPERIÊNCIAS PSI NO DEGASE: PRÁTICAS POSSÍVEIS E IMPOSSÍVEIS.....</b>	<b>136</b>
<b>4.1</b>	<b>O que pode a psicologia no DEGASE? Os desafios de romper engrenagens e mover estruturas.....</b>	<b>136</b>
<b>4.2</b>	<b>Os micro-lugares da psicologia na socioeducação: olhares para o cotidiano .....</b>	<b>148</b>

4.3	<b>As tramas do trabalho socioeducativo com adolescentes e famílias nas vozes das psicólogas.....</b>	<b>165</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU UMA BREVE DESPEDIDA) .....</b>	<b>180</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>187</b>
	<b>APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....</b>	<b>197</b>

## INTRODUÇÃO (OU COMO CHEGUEI ATÉ AQUI)

Gostaria de começar me apresentando a quem possa me ler. Eu me chamo Francyne, sou psicóloga formada pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), orgulhosamente “filha” do PROUNI, que me possibilitou ser a primeira mulher de minha família a ter ensino superior. Mulher branca, pobre, periférica, filha de faxineira e de electricista. Nascida e criada em Petrópolis, Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, morei a vida inteira de aluguel em vários bairros periféricos, nos morros da cidade conhecida como “Imperial”, ignorados por quem vem de fora e esquecidos pelo poder público. É nesse lugar social em que me insiro no mundo e que atravessa meu olhar enquanto pesquisadora.

Minha relação com o tema da Socioeducação se inicia muito antes de saber que esta existia. Passei um período da infância morando com meus avós e tios (meus pais naquela época residiam em outro bairro, do outro lado da cidade, para ficarem mais próximos do trabalho) em um barraco no Morro do Alto Independência, hoje território tomado pela facção Comando Vermelho, e considerado um dos pontos mais violentos da cidade. Foi lá que eu descobri, ainda criança, o que era uma boca de fumo, a lei do “não mexa com eles, que eles não mexem com você”, que os “menó” (jovens) que trabalhavam na boca (de fumo) não eram necessariamente gente má, inclusive eram os que mais ajudavam minha avó quando ela precisava de braços fortes – que na verdade eram sempre magrinhos – para carregar água da mina toda vez que faltava em casa. Foi lá também que eu infelizmente descobri, às vezes ouvindo, por outras testemunhando, a violência policial praticada contra jovens pobres e pretos indiscriminadamente; foi vivendo lá que eu entendi que quando a Polícia Militar sobe o morro, a gente sente tudo, menos paz.

Até minha entrada no Ensino Médio – vejam, 20 anos depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, a FEBEM<sup>1</sup> era ainda uma realidade no imaginário social, ao menos dos que me cercavam. Nos discursos, era o pior lugar para o qual uma criança ou jovem poderia ser mandado: Prisão para quem “não teve cabeça” e se envolveu com bandidos; internato para crianças desobedientes ou que os pais foram negligentes.

---

<sup>1</sup> Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, onde eram internadas meninas e meninos classificados em dois grandes grupos: os "menores infratores" e os "abandonados", tornando-se instrumento massivo, legitimado pelo Estado, no controle e vigilância de crianças e jovens pretos e pobres. Leia mais em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/YFqf4Y7mbXwVS66msL7jfxr/?lang=pt>. Acesso em 01 jun. 2023.

Nessa mesma lógica discursiva, outros elementos pós Estatuto foram se misturando a este imaginário. A “ronda escolar” funcionava como uma certa condutora da ordem infanto-juvenil, sendo acionada apenas na saída da escola, a fim de evitar qualquer tipo de algazarra e garantir que as crianças saíssem de seus respectivos locais de estudo e não ficassem “balburdiando” no entorno da escola, caso contrário, seriam levadas ao Conselho Tutelar. Nunca vi a tal ronda agir perto de nenhuma escola particular, diga-se de passagem.

Por outro lado, o Conselho Tutelar carregava junto às famílias pobres o estigma de ser uma espécie de “polícia das famílias”, para usar uma expressão que é o título da obra de Donzelot (1980), que puniria mães e pais caso não dessem conta de manter seus filhos “na linha” e, na presença de denúncias de agressão ou negligência, a punição seria a perda da guarda de seus filhos, que conseqüentemente também seriam punidos, sendo levados, nesse imaginário, para a FEBEM ou qualquer outra instituição que pudesse existir, mesmo que com outro nome, mas que mantivesse sua função: trancar os filhos dos pobres.

O jeito de escapar das possibilidades de parar na “prisão-internato infanto juvenil” parecia estar sob a condição das famílias cumprirem à risca um certo código social que consistia, basicamente, em afirmar-se como “pobre, *mas* honesto”, não se misturando a supostas más influências que pareciam estar sempre à espreita (o tráfico) e, posteriormente, vir a tornar-se “pobre, *mas* trabalhador”. Quando dotados de um certo grau de instrução já se era possível conseguir, ou ao menos procurar, algum trabalho. Quanto mais rápido se acumulasse o título de “pobre, *mas* honesto e trabalhador”, melhor era para todos, alguma folga se tinha das inúmeras instituições de vigilância prontas para chamar sua família de desestruturada, negligente; sua comunidade, de fábrica de bandidos...

O problema era quando, mesmo estudando, não se conseguia emprego. Quando tinha emprego, o salário não pagava as contas. Quando faltava comida em casa. Quando o pai batia na mãe. Alguém na família tinha problemas com álcool. Uma prima era abusada. Quando alguém ficava doente e tinha que recorrer à "benevolência" do traficante para conseguir o dinheiro do remédio, que mais tarde se convertia em dívida; mas se não fosse o bandido, do Estado é que não viria. O problema é que para cumprir o propósito de ser “gente honesta e trabalhadora” a gente tinha que se esforçar muito, tinha que ter mais fé do que revolta, numa vida que só sabia revoltar.

Paralelamente, fui crescendo vendo na mídia a repercussão de casos cada vez tidos como mais violentos, sendo sempre associados à imagem das favelas, de um jovem preto e pobre, de pessoas e paisagens muito parecidas com as quais eu tinha no meu entorno. Mas é curioso como o que eu via na televisão parecia sempre muito distante da minha realidade e talvez por isso

fosse fácil cair nas armadilhas e reproduzir os discursos ali vigentes, mesmo quando estes atacavam e violentavam exatamente tudo que se assemelhava com o lugar de onde eu vinha. A TV fazia parecer de modo evidente quem eram os vilões e quem eram os mocinhos. E, no nosso imaginário, essa distinção fazia sentido porque pareciam “problemas da cidade grande”. Ali onde a gente vivia, a questão era bem mais sutil.

Ao longo de minha adolescência, fui vendo alguns de meus amigos de fato entrarem para o “mundo do crime”, em uma vida considerada “errada”, pelas mais variadas razões; outros, que nada tinham a ver, morrerem por terem sido “confundidos”<sup>2</sup>. E foi vendo essas histórias se repetirem que comecei a entender algumas coisas, sendo duas bastante importantes nesse contexto: 1) O tráfico, por vezes, organiza os territórios onde está inserido, encobrendo as lacunas do Estado à sua própria maneira. Estado esse que sempre se recusou a chegar com políticas públicas e garantia de direitos, mas sempre se fez presente pela violência e opressão. 2) Nas favelas, as pessoas que trabalham junto ao comércio varejista de drogas, diferente das imagens que a grande mídia vende - bandidos monstruosos, assassinos cruéis, que supostamente devem ser combatidos a todo custo em prol da segurança dos ditos “cidadãos de bem” –, são, em sua maioria, pessoas próximas e queridas na comunidade. É o filho da vizinha, a menina que se sentava na carteira ao lado na 3ª série, o rapaz que trabalha na padaria durante o dia e faz um “corre” à noite para conseguir sustentar a família. Convivendo com este cenário tão de perto, a gente vai, aos poucos, assimilando que a violência que se insere no cotidiano das periferias, marcada por disputas que vão do tráfico às milícias, começa com o próprio terrorismo de Estado. Lembro aqui do trecho de “*Favela Vive 3*”, canção de 2018, onde o *rapper* ADL nos convoca e provoca: “*Tão pedindo intervenção em pleno ano de eleição, será que tu não entendeu como funciona isso até hoje? O exército subindo para matar dentro da favela, mas a cocaína vem da fazenda dos senadores*”.

Como mencionei, a gente assimila essa dura realidade pela experiência, pela vivência de crescer em um contexto tão complexo. Mas foi durante as aulas, especialmente de história, filosofia, sociologia e literatura durante o ensino médio que fui construindo uma visão de mundo mais ampla, compreendendo algumas das bases históricas que fomentaram esse mesmo contexto antes mesmo de eu nascer. O ensino na escola pública sempre foi difícil. Faltava recurso, faltava professor. Mas eu tive a sorte dos bons encontros na vida e grande parte de meus educadores foram pessoas muito dedicadas em seus ofícios.

---

<sup>2</sup> O uso das aspas marca que essa confusão não se dá de modo ingênuo. A uma construção histórica de um imaginário social das favelas como espaços propensos a formação de criminosos. Leia mais em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abp/article/view/53138>.

Há de se considerar que essa ampliação na forma de enxergar o mundo tem seu preço. Antes a pobreza e as condições desiguais doíam: doíam no corpo, na barriga com fome, mas também doíam na alma da gente. A diferença é que essa dor passou a ter nome e quando damos nome para as angústias que a pobreza nos faz enfrentar, não é que passe a doer mais ou menos... É que passamos a sentir também a dor daqueles que vieram antes da gente.

Mas nem tudo foi dor. Os bons encontros me propiciaram muito do que sou e a oportunidade de estar onde estou, e a eles sou profundamente grata. Minha história com a pesquisa começou ainda na adolescência, aos 16 anos, quando uma professora muito querida de filosofia convidou nossa turma para participar de uma seleção do programa Jovens Talentos, fomentado pela FAPERJ, que fornecia uma bolsa para estudantes do ensino médio engajarem-se nas pesquisas científicas de diversas áreas junto a estudantes de graduação, mestrado e doutorado.

Me interessei de imediato pela proposta. Particpei da seleção e, depois de aprovada, podíamos escolher qual projeto havia mais interesse em participar, sendo duas vagas destinadas a cada projeto. Caso algum fosse preenchido, era necessário pensar em segundas e terceiras opções. Meu interesse inicial foi em um projeto do curso de Filosofia, tendo como segunda escolha outro na área de Psicologia. E foi esse que me escolheu. Foi ali, aos 16 anos de idade, no 2º ano do ensino médio, que eu pude conhecer como funcionava uma universidade, ao menos uma parte dela, a da pesquisa.

O projeto do qual fui “jovenzinha talentosa”, como a orientadora nos chamava, consistia na aplicação de um programa de treinamento de habilidades cognitivas para a prevenção de fracassos na vida universitária. Fiquei neste projeto durante um ano e meio e foi nele que me vi fascinada pela pesquisa. Eu amava acompanhar as discussões do grupo, ficava curiosa pelos instrumentos psicológicos (embora houvesse o entendimento de que como estudante do Ensino Médio não poderia ter acesso a eles, mesmo participando da pesquisa), achava fascinante poder ajudar na tabulação dos dados. Me sentia um pouco cientista e isso já me parecia muito naquele tempo. E foi então que surgiu o desejo de ser pesquisadora, antes mesmo de entrar efetivamente na universidade, escolhendo o curso de Psicologia em um primeiro momento apenas como o caminho, como a rota que eu queria seguir para a carreira acadêmica. E eu nunca me arrependi desta escolha.

Quando entrei na graduação em 2013, pude me reaproximar da pesquisa, dessa vez na Iniciação Científica (IC), participando de muitos projetos, incluindo um deles sobre violência doméstica contra crianças e um sobre justiça restaurativa com homens agressores, ora como

voluntária, ora como bolsista do CNPq (havia poucas bolsas de IC na universidade e o que se fazia era uma espécie de rodízio entre os alunos para que todos pudessem ser contemplados).

Ter contato com diferentes projetos de pesquisa me fez, além de uma apaixonada, ter uma visão mais abrangente de diversas áreas da psicologia, até finalmente ter encontrado uma linha de estudo com a qual tive uma identificação muito profunda. O grupo “Mídia e Psicologia” da UCP, à qual estive vinculada por 6 anos, foi o que me apresentou aos estudos da subjetividade e aos autores da análise institucional. Essa experiência somada à aproximação, ainda enquanto estudante, com o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) e as discussões por ele propostas, especialmente no que tange ao compromisso com os direitos humanos e as políticas públicas, foram verdadeiros alicerces para a pesquisa e as discussões que proponho hoje.

Considerei importante trazer essas explanações sobre minha trajetória porque tanto o tema quanto os modos de pesquisar que penso nesse trabalho estão diretamente ligados à minha história de vida, ao lugar de onde venho e aos caminhos que me foram possíveis trilhar. Seria impossível realizar uma análise de implicação desconsiderando estes aspectos. Tenho gratidão pelos encontros afetuosos que tive ao longo dessa jovem vida e que me proporcionaram (e ainda proporcionam) tanto, mas também sei que muitas dessas aberturas só foram possíveis pelos privilégios da branquitude. Não fosse a cor da pele como facilitadora a ter uma educação realmente transformadora, talvez tivesse me tornado mais um número que se soma às estatísticas de jovens que cometem ato infracional ou que têm suas vidas ceifadas pela violência estrutural que sistematicamente vem sendo praticada contra pobres e pretos dia após dia.

Dito isto, meu ingresso no mestrado se deu com a proposição de um projeto de pesquisa intitulado “Da Privação de Liberdade ao Controle Disciplinar: uma etnografia das práticas de criminalização da pobreza na socioeducação”. O projeto foi pensado a partir de um desdobramento direto de meu trabalho de conclusão de curso<sup>3</sup> que tratou da produção do “menor infrator” pela mídia brasileira e os processos de criminalização da pobreza operados por esse dispositivo. Os dados a respeito da infração juvenil no Brasil foram levantados e apontaram para uma dura constatação: apesar de toda luta pela garantia de direitos e os avanços nas Políticas Públicas nas últimas décadas, o caráter excludente e seletivo mostra-se enraizado nas práticas do sistema socioeducativo, tornando este um sistema muito próximo do modelo prisional adulto.

---

<sup>3</sup> O TCC tornou-se posteriormente um artigo publicado em 2020 pela Revista Psicologia Ciência & Profissão. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/D4YXb3db7jfLyGpyt5dXpJC/>. Acesso em 01 de maio de 2022.

Entretanto, no primeiro ano do mestrado, atravessado pela Pandemia de Covid-19, que impossibilitaria a realização da pesquisa no campo em virtude das condições sanitárias, entre outros fatores, optei por mudar a proposta e buscar novos rumos a respeito da privação de liberdade no contexto socioeducativo.

Considerando que minha participação como colaboradora - e neste momento como conselheira - no Conselho Regional de CRP-RJ, desde 2016, vem me possibilitando estabelecer maior aproximação com as questões relativas ao exercício profissional, bem como em seus aspectos ético-políticos, nos diferentes contextos em que a Psicologia está inserida; alicerçada ao meu interesse em discutir o campo das medidas socioeducativas, tornou possível pensar este trabalho que intitulo “Uma Cartografia das Encruzilhadas da Psicologia na Socioeducação”<sup>4</sup>, me debruçando sobre as experiências de atuação das psicólogas junto ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) no estado do Rio de Janeiro.

Boa parte do texto está escrito na primeira pessoa do plural por uma escolha coerente com o modo como penso a pesquisa. Se por um lado, as palavras que aqui correm foram escritas por mim, Francyne, por outro, as discussões feitas surgem na parceria com minha orientadora Anna, nas trocas com as colegas que compõem nosso grupo de pesquisa e no diálogo com os autores e autoras que aqui referencio. Não seria um problema fazê-lo em primeira pessoa do singular, considerando as particularidades do processo e escolhas que foram, de fato, singulares, mas construir um texto que reverbera vozes do coletivo me permite romper, ao menos em parte, com a solidão experienciada durante o primeiro ano do mestrado.

Estar na UERJ, especialmente no PPGPS, é uma grande alegria, uma conquista que desejei muito e da qual me orgulho em chamar de “desejo realizado”. Mas essa empreitada significou, em um primeiro momento, ingressar em uma universidade totalmente nova, infinitas vezes maior que o local onde me formei e me sentia em casa, o que já produziria estranhamentos suficientes; não obstante, ingressar em um grupo onde eu não me identificava com as discussões propostas, muito embora este seja formado por pessoas muito competentes com quem tive a oportunidade de aprender muito, fez com que esses estranhamentos se transformassem em um sentimento constante de não pertencimento. Tudo isto, somado ao contexto de um ano pandêmico, permeado pelo luto que até agora ecoa, onde esse ingresso só foi possível pela intermediação de uma tela, tornou todas essas experiências algo terrivelmente solitário. Sentia

---

<sup>4</sup> O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética com o título “Experiências da atuação psi na Socioeducação”, constando assim no TCLE. A alteração do título foi pensada após o exame de qualificação realizado em 24 de maio de 2022 e o amadurecimento da pesquisa, intitulando-a de modo a expressar adequadamente o tema.

falta das conversas de corredor que permitem conhecermos as pessoas; das vozes que se atravessam e ao mesmo tempo se encontram nas discussões em sala; dos cheiros, cores, formatos e texturas que só o encontro com a presença nos permite.

Então, no final do primeiro ano, quando me junto ao coletivo que acompanha Anna e tanto me acolheu, onde pude reencontrar pessoas muito queridas e ir conhecendo tantas outras com as quais me sinto tão à vontade, tive a oportunidade de pensar e discutir questões que me são tão valiosas, reacendendo os sentidos de estar na pós-graduação, fazendo cair a sensação de não pertencimento e oxigenando de novo a vida, mesmo que ainda sob a necessidade de usarmos máscaras por um longo tempo. Escrever em primeira pessoa do plural, torna-se, assim, uma homenagem aos meus mais novos e já tão afetuosos encontros.

Além disso, ao passo que a pandemia mudou os contornos do cotidiano, tornando o isolamento necessário em nome da proteção coletiva e introduzindo as videoconferências como principal possibilidade de contato, foi necessária uma reorganização das instituições sociais, incluindo aquelas que sempre me despertaram interesse: os centros de atendimento socioeducativo. Nesse sentido, importa dizer que por mais que minha experiência ao longo do mestrado tenha sido atravessada pela presença da Covid-19, esta foi muito diferente de quem ingressou no PPGPS antes de mim, que do dia para noite teve o rumo de sua pesquisa e de sua própria vida alterado, que concluiu seu percurso todo sob tela e talvez nunca tenha tido a oportunidade de estar na UERJ. Minha entrada se dá com alguma organização dentro do cenário pandêmico e com a perspectiva de vacinação, tornando possível uma gradual retomada dos encontros presenciais no meu 2º ano. Por essa razão, ao longo do texto, foram privilegiadas as análises dos impactos da pandemia a partir de seus efeitos no meu percurso, na instituição estudada e na reinvenção da Psicologia nesse contexto.

Dito isto, cabem algumas reflexões prévias sobre o tema da pesquisa. Embora não falte na literatura estudos sobre a temática da socioeducação - política pública de atendimento aos/às adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou situação de acautelamento - são escassas as pesquisas que tratam das especificidades do trabalho das psicólogas<sup>5</sup> que compõem as equipes técnicas, sendo privilegiadas as discussões em torno da idade penal, efetivação das políticas públicas conforme as legislações e a violência urbana (Menezes, 2020).

---

<sup>5</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero, optou-se por referenciar a categoria no feminino, tendo em vista a realidade da profissão - nacionalmente, mais de 80% dos registros ativos são de mulheres, segundo os dados do Conselho Federal de Psicologia. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'trabalhadoras', 'profissionais', entre outras, estão incluídos todos os gêneros. Fonte: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>

Mapear as práticas, acompanhando os desafios e impasses que atravessam a atuação dessas profissionais, e enfatizar as estratégias de enfrentamento adotadas em seu cotidiano se constituem como os aspectos que objetivamos investigar, afirmando a potência da Psicologia no contexto das medidas socioeducativas. Embora o termo “investigar” seja frequentemente utilizado em estudos relacionados a uma ciência dura, diferente do modo que pensamos ao propor uma cartografia, deslocamos seu sentido para pensar a investigação como uma aventura na qual seguimos pistas.

Nossa primeira dúvida, aquela que poderia ser tomada como “problema de pesquisa”, mas que pensamos mais como um fio condutor ao início desta caminhada é: Que versões da socioeducação são experienciadas pelas psicólogas que atuam nas medidas de privação de liberdade?

Acompanhamos Lisboa, Crespo e Bicalho (2020) que situam, inspirados nas escritas de Simas e Rufino (2018), a experimentação de falar sobre a Psicologia em interface com o Sistema Socioeducativo como uma espécie de encruzilhada, um cruzamento de caminhos com vários pontos de partida e tantas outras possibilidades de chegada. Dessa forma, propomos a cartografia como perspectiva teórico-metodológica que nos permita caminhar por estas encruzilhadas e conhecer as diferentes paisagens que delas surgem.

Tomamos como foco de nosso trabalho a atuação das profissionais junto às medidas praticadas em meio fechado, que no estado do Rio de Janeiro são de responsabilidade do DEGASE. Mas antes de adentrar a seara das medidas propriamente ditas, apresentamos brevemente alguns aspectos importantes para pensarmos a atuação profissional nesse contexto.

A aproximação entre Psicologia e políticas públicas no contexto brasileiro é marcada pelas mudanças ocorridas durante o período conhecido como pré e pós Constituição Federal de 1988, que asseguram e ampliam garantias sociais, fundamentando-se no Estado Democrático de Direito (Cruz, Guareschi & Battistelli, 2014). A partir da redemocratização, ocorre a ampliação da atuação psi – especialmente com a difusão da Psicologia Social e Comunitária e a inserção das psicólogas nos serviços públicos – iniciando uma ruptura com o *status quo* que até então situava a Psicologia fundamentalmente associada ao campo da clínica e a serviço das elites.

A Constituição de 1988 em diversos capítulos faz a defesa dos direitos humanos e o compromisso com as garantias sociais, representando inúmeros avanços para o contexto brasileiro no enfrentamento das desigualdades e na afirmação de direitos fundamentais comuns a todos os cidadãos e cidadãs. Um dos mais importantes capítulos se refere ao da Seguridade Social, que formaliza o tripé saúde, previdência e assistência social como obrigações do Estado

para com a sociedade. Cabe salientar que a Assistência Social, no período anterior à Constituição, era marcada por práticas fundamentadas no assistencialismo. Uma vez que tais práticas não garantiam direitos, a população em situação de vulnerabilidade que era assistida pelo Estado compreendia suas ações como um favor, um ato de bondade, e assim mantinham-se em condições de submissão (Menz & Camargo, 2020; Wanderley, 2014).

A partir da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), as políticas desse campo assumem uma nova lógica, em que o caráter assistencialista dá lugar à garantia de direitos. Com a implementação dos equipamentos sociais, são incorporados no trabalho junto aos territórios, comunidades e famílias em situação de vulnerabilidade, profissionais do campo psicossocial, entre eles, assistentes sociais e psicólogas. Nesse contexto, a Psicologia é convocada para “um trabalho multiprofissional, de base territorial, interdisciplinar e intersetorial, o que implica na revisão de suas práticas e saberes” (Menz & Camargo, 2020, p. 433).

Transversalmente, as mudanças políticas ocorridas no contexto brasileiro exigiram a criação de legislações específicas para dar conta das demandas sociais advindas do contexto de redemocratização, entre elas, aquelas voltadas para infância e juventude. Assim, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, marca-se um conjunto de direitos sociais, civis, culturais e econômicos para essa população. Baseado na prevenção, promoção e proteção a crianças e adolescentes, o Estatuto exige do Estado e da sociedade civil um comprometimento com as ações sociais que possam ressignificar as antigas concepções de infância e adolescência e garantir seus direitos.

Um dos principais avanços marcados pelo advento do ECA consiste no abandono da Doutrina da Situação Irregular, que dá lugar à Doutrina da Proteção Integral na qual infância e juventude se tornam prioridade absoluta em termos de cuidado e proteção, tendo em vista sua condição peculiar de desenvolvimento e sua condição de sujeitos de direitos (Brasil, 1990; Mayer, 2017).

Para dar força a essa nova perspectiva, no artigo 87 do ECA (Brasil, 1990) foram estabelecidas linhas de ação para o atendimento à infância e adolescência, enfatizando políticas que promovam a proteção social e previnam a violação de direitos. “Com isso, serviços especializados ao atendimento psicossocial, convívio familiar e proteção jurídico-social tornaram-se garantias que situam crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas de suas histórias, os quais devem contar com intervenções de diferentes profissionais, incluindo psicólogos” (Almeida, Marinho & Zappe, 2021, p. 53).

De acordo com o ECA, o atendimento psicológico deve ser acionado sempre que houver violação ou ameaça aos direitos de crianças e adolescentes. Além disso, psicólogas devem compor as equipes técnicas que atuam na socioeducação, voltadas para adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional e que, conforme o princípio da responsabilização previsto no Estatuto, devem cumprir medida socioeducativa, cuja execução é regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Brasil, 2012).

As medidas socioeducativas consistem na responsabilização do adolescente quanto às consequências do ato infracional, incentivando a sua reparação; a integração social do adolescente; a garantia de direitos individuais e sociais; e a desaprovação da conduta infracional (Brasil, 1990; Almeida et al., 2021). A responsabilização do adolescente é estabelecida pelo artigo 112 do ECA, que prevê a aplicação das seguintes medidas: advertência, obrigação de reparo do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Segundo as diretrizes estabelecidas no Estatuto, sua natureza é predominantemente pedagógica, circunstância que deve ser sempre observada, tanto em sua aplicação quanto na execução.

Como mencionado anteriormente, nossa pesquisa se propõe a acompanhar as práticas das psicólogas que atuam nas medidas socioeducativas em meio fechado (internação e semiliberdade) e no de acautelamento (internação provisória). Sendo assim, cabe explicar, ainda que de maneira sucinta, o que cada uma dessas modalidades representa, a fim de melhor elucidar o contexto de nosso estudo.

A medida de internação se constitui como privação de liberdade, devendo respeitar os princípios da brevidade, da excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, estipulados pelo artigo 121 do ECA. Esta deve ser aplicada somente em casos de infrações graves, como aquelas cometidas: a) com o emprego de violência ou grave ameaça contra pessoa; b) de forma reiterada ou ainda c) diante de reiterado e injustificável descumprimento de medida socioeducativa antes aplicada. Essa modalidade, apesar de não ter prazo indicado como no acautelamento, deve ter sua manutenção reavaliada em um período máximo de seis meses e não deve ser aplicada, sob nenhuma hipótese, por um período superior a três anos.

A semiliberdade, prevista no artigo 120 do Estatuto, é estabelecida como medida intermediária, podendo ser determinada desde o início ou como forma de transição para o meio aberto. O adolescente passa os dias da semana internado em uma das unidades de atendimento socioeducativo para cumprimento de atividades pedagógicas e formativas e é liberado aos fins de semana para retornar à sua comunidade ou abrigo onde encontra-se alocado. Já a internação

provisória, medida de acautelamento, se estabelece no prazo máximo de 45 dias, enquanto o/a adolescente aguarda a decisão judicial definitiva (Brasil, 1990).

Nesse contexto, a atuação das psicólogas tem encontrado na escuta, no acolhimento, no encaminhamento e na orientação seus principais recursos de trabalho. Todavia, considerar o contexto e as peculiaridades das instituições onde se atua é uma tarefa urgente e necessária, uma vez que, apesar dos esforços coletivos e dos avanços provenientes das mudanças na legislação, as unidades socioeducativas ainda são marcadas pelas condições de superlotação, insalubridade, abusos e maus tratos (Coscioni, Costa, Rosa, & Koller, 2017).

Além disso, inúmeros outros desafios se apresentam para o exercício profissional da Psicologia no campo socioeducativo. Como exemplo, podemos apontar um dos impasses presentes na relação entre Psicologia e Sistema de Justiça, em que os operadores do Direito exigem das psicólogas uma certa capacidade de prever comportamentos de risco e definir o grau de periculosidade dos adolescentes atendidos, provocando tensionamentos frente aos pressupostos éticos da profissão e impondo à Psicologia uma “posição de vigilante de comportamentos e condutas dos sujeitos, esperando dos profissionais documentos que respondam às suas expectativas” (Conselho Regional de Psicologia do Estado do Rio de Janeiro, 2019).

Um outro ponto a ser considerado é que apesar de o ECA ser um verdadeiro divisor de águas no que se refere aos direitos da criança e do adolescente e retirar o conceito de “menor” de seu texto legal em 1990, a marca construída se faz presente nas subjetividades dos brasileiros até hoje. É expressivo o quantitativo de jovens pretos, pobres e periféricos nas estatísticas de privação de liberdade no Brasil, “resultado de fatores presentes na construção do Estado brasileiro, como o passado escravocrata, a negação de direitos básicos, a desigualdade econômica, a discriminação racial, entre outros” (Miranda, 2019 citado por Almeida et al., 2021, p. 54).

A partir disso, evidencia-se a necessidade de fomentar estudos que possam se debruçar sobre a relação das psicólogas com o contexto socioeducativo, destacando os aspectos ético-políticos das intervenções e possibilitando a criação de novos rumos e percursos para a história da Psicologia brasileira, uma vez que esta foi – e em muitos sentidos ainda é – permeada pela produção de conhecimentos e práticas normalizadoras e violentas, que buscam adaptar sujeitos a contextos opressivos, além de silenciar diante das desigualdades e violências estruturais que nos assolam cotidianamente.

Nesse sentido, considera-se pertinente compreender com que dispositivos a psicologia atua na Socioeducação. Verificamos que, apesar da existência de orientações gerais para a

atuação da psicóloga no sistema socioeducativo, há ainda muitas lacunas a respeito de como efetivamente ocorre este trabalho no cotidiano das instituições, bem como qual o alcance e limitações da prática neste contexto.

Ressalta-se que acompanhar as práticas é possibilitar uma análise profunda de nossa implicação diante dessas questões. É permitir nos enxergarmos enquanto parte do problema, mas também como agentes de transformação da realidade, fazendo valer nossa potência de vida, confrontando as práticas mortificantes que operam sobre nós. Encontrando inspiração nas falas de Cecília Coimbra (1999), reafirmamos a força do trabalho que propomos:

É no nível das práticas cotidianas, micropolíticas, que podem estar as respostas para tais impasses. É através da reinvenção de novas maneiras de ser, de estar, de sentir e de viver neste mundo que, cotidianamente, poderemos produzir novas práticas, novos movimentos para contra-atacar as políticas tradicionais, afirmando os direitos humanos como direitos de todos (Coimbra, 1999, p. 5).<sup>6</sup>

Esses são princípios que nos auxiliam na construção deste trabalho e que acompanhados de uma reflexão ética tornam-se nosso “farol no mar”, aquilo que Rios (2006), inspirada nas escritas de um educador mineiro chamado Neidson Rodrigues, traduz como o que “existe não para determinar caminhos, mas para iluminar, de tal maneira que se possa ir com segurança nos caminhos que se escolhem” (p. 84). Ainda que esta segurança nem sempre seja garantida, exigindo estarmos sempre atentas aos desafios que surgem ao navegar.

Por último, cabe elucidar a respeito da organização dos capítulos que aqui estão apresentados. O primeiro capítulo é referente aos aspectos teórico-metodológicos, nosso “abre alas”, onde são apresentadas as pistas que nos guiarão nessa jornada cartográfica, nossa inserção no DEGASE, a apresentação das profissionais que entrevistamos, bem como alguns exercícios que colocam em análise nossa implicação. Na sequência, o segundo capítulo situa os conflitos na versão “degasiana” (referente ao Degase) de socioeducação, em que o trabalho se situa nas tensões entre a segurança e a educação, operando esvaziamentos nos sentidos transformadores que a instituição diz ter, com matizes que nos parecem próprias, constituindo uma tecnologia marcada pela história do Estado em sua relação com a violência, o tráfico e, mais recentemente, com a milícia.

Nosso terceiro capítulo trata dos enfrentamentos vivenciados pelas psicólogas que atuam nesse campo, especialmente no que tange às relações que atravessam o trabalho psi, analisando as inúmeras desqualificações e interferências às quais as profissionais são expostas.

---

<sup>6</sup> Palestra realizada no Seminário “Psicologia e Direitos Humanos”, promovido pelo CRP – 06 e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP – USP, em Ribeirão Preto (SP), em agosto de 1999. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/texto46.pdf>. Acesso em 06 mai. 2022.

Por último, o quarto capítulo apresenta os lugares que a Psicologia ocupa, apontando os desafios que acompanham a atuação, mas também a potência de nossas intervenções, relações que implicam as profissionais em uma trama de possíveis e impossíveis.

Que a leitura possa ser uma aventura cheia de intensidades tanto quanto a escrita foi para mim.

## 1 CAMINHOS QUE SE CONHECE ANDANDO: PERCURSOS METODOLÓGICOS PARA UMA CARTOGRAFIA DAS PRÁTICAS PSI<sup>7</sup>

*Caminho se conhece andando  
Então vez em quando é bom se perder  
Perdido fica perguntando  
Vai só procurando  
E acha sem saber  
(Chico César, 2008)*

### 1.1 Diálogos com a cartografia: Pistas teórico-metodológicas para uma pesquisa-aventura

É encontrando inspiração na canção de Chico César que apresentamos o primeiro capítulo de nosso texto, pensando nos aspectos metodológicos que nos guiarão ao longo desta caminhada. Mas o que nos leva a considerar tratar desses aspectos em primeira mão? Acreditamos que as escolhas metodológicas não são meras formas de coletar e analisar dados, elas revelam as maneiras pelas quais pensamos nossas pesquisas e com quem e/ou o que nos implicamos nesse fazer.

Defendemos um modo de pesquisar que se apresenta como um processo de transformação recíproco, uma vez que estar aberta ao campo e às pessoas com quem pesquisamos constitui um plano de afetações múltiplas, renunciando a qualquer suposta neutralidade ou mera objetividade na condução de nossos estudos. Nesse sentido, se fazem necessárias algumas explicações acerca dos caminhos teórico-metodológicos que pretendemos percorrer.

Bocco (2006) faz uma interessante apresentação a respeito da etimologia da palavra método, convidando-nos a refletir sobre seus sentidos:

Método, do grego *methodos*, vem das raízes *metha*, que se refere a movimento para além, mudança, e *hodos*, que se refere a caminho. Método, então, significa literalmente caminho para chegar a um fim ou objetivo. Nas atividades tidas por científicas, o aspecto metodológico é dos mais importantes porque, supõe-se, garantiria uma série de ações pré-definidas para atingir um objetivo, também pré-definido, da forma mais rápida e eficiente possível. O método daria acesso a uma realidade ou verdade absolutas, sendo mais importante a meta final do que o caminho (Bocco, 2006, p. 39).

---

<sup>7</sup> O termo geralmente é utilizado em referências a psicólogas, psiquiatras e psicanalistas, mas no contexto do presente trabalho refere-se apenas às profissionais da psicologia.

A noção tradicional de método nos aponta para uma prática em pesquisa que, muitas vezes, privilegia os resultados em detrimento do próprio processo de pesquisar, arquitetando modos de realização e de busca pela verdade, ou ao menos de uma parte dela. Entretanto, alguns autores<sup>8</sup> têm se debruçado sobre essa questão, subvertendo a noção de método e situando uma espécie de “*hodos-metha*” (Passos, Kastrup & Escóssia, 2009), em que a meta se determinaria pelo caminho e não ao contrário.

Inspiramo-nos, a partir disso, a pensar um percurso que seja capaz, ou ao menos forneça pistas, para acompanhar algo que consideramos dinâmico e processual, e que neste estudo se revela no mapear de experiências das psicólogas que atuam na socioeducação, mais precisamente na capital do Rio de Janeiro. É nesse sentido que a cartografia surge enquanto possibilidade metodológica, uma vez que encontramos nela uma alternativa para reverter os sentidos tradicionais de método, visando a processualidade. Desejamos aqui não mais “um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (*metha-hodos*), mas o primado do caminhar que trata no percurso suas metas” (Passos et al., 2009, p. 17).

Considerando nosso interesse nas práticas psi aplicadas aos contextos institucionais e coletivos, e que essa inserção faz existir a necessidade de revisitação e reinvenção destas práticas frente às demandas que se apresentam, tomamos a cartografia como peça-chave na formulação de um referencial teórico-metodológico que permita, ao mesmo tempo, visibilizar práticas disciplinares que capturam subjetividades (Foucault, 1984) e afirmar sua potência de resistência (Deleuze, 1988).

Tradicionalmente, a cartografia se encontra ligada ao campo da Geografia, se configurando com um método preciso, fundado em bases matemáticas e estatísticas e que faz uso de técnicas e instrumentos sofisticados. O método consiste no traçar de mapas que desenham os territórios, as regiões e suas fronteiras, bem como suas demarcações, topografia e acidentes geográficos. Pode ainda tratar da distribuição da população nos territórios, apresentando suas características étnicas, sociais, econômicas etc. (Prado Filho & Teti, 2013).

Deleuze e Guattari (1995) tomam emprestado o conceito e desenvolvem a ideia de cartografia como um dos cinco princípios que caracterizam o funcionamento rizomático, a saber: conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante e cartografia. O princípio da conexão estabelece que em um rizoma não há hierarquia, mas sim um meio que cresce em todas as direções, por qualquer lado. A heterogeneidade aponta para as diferentes

---

<sup>8</sup> As discussões sobre “*hodos-metha*” estão presentes na coletânea de artigos organizada por Eduardo Passos, Virginia Kastrup e Liliana Escóssia intitulada “Pistas para o método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade”, cuja primeira edição foi publicada em 2009 pela Editora Sulina.

possibilidades de conexões e a multiplicidade propõe olharmos para os elementos por meio de suas singularidades e relações, os devires. Já o quarto princípio afirma um deslocamento do rizoma que pode se dar por meio de suas linhas e, também, de suas rupturas, que podem ocorrer em qualquer ponto, com maior ou menor intensidade, criando assim linhas de fuga. O quinto princípio, o da cartografia, se relaciona intimamente com a noção de rizoma, uma vez que este se desdobra em um mapa construído a partir de múltiplas conexões e entradas.

Tomando os princípios apontados na obra de Deleuze e Guattari em “*Mil Platôs*” (1995), podemos pensar a pesquisa como linhas rizomáticas, linhas que vão se compondo na trajetória investigativa, de acordo com o percurso de cada pesquisador/a. E é justamente isso que faz “cada pesquisa tão única e cada percurso tão afetado pelas pegadas do pesquisador que sintoniza tais conexões de acordo com a sua bagagem e o modo como organiza as entradas e saídas do rizoma-investigação” (Rosário & Coca, 2018, p.36).

Além disso, se em “*Rizoma*” (Deleuze & Guattari, 1995) a cartografia nos é apresentada como uma prática para a construção de mapas, em “*Diálogos*” (Deleuze & Parnet, 1998), realizar essa operação requer uma apresentação mais robusta e elaborada das linhas – duras, flexíveis ou de fuga - que constituem os mapas, representando tais linhas “em suas potências e também perigos” (Costa, 2020, p. 17).

Há de se considerar que Deleuze e Guattari não tomaram a ideia da cartografia como um método, ao menos não em seu sentido tradicional. De acordo com Hur (2021), a cartografia proposta no projeto “deleuzeguattariano” até pode ser entendida como um método, mas que não atenderia aos critérios de reprodução, redução ou decalque da realidade.

Funciona muito mais como um mapa que constitui um sistema aberto com múltiplas entradas e saídas, havendo uma conexão e entrelaçamento com o real. Um mapa aberto a seu tracejar, à construção de processos. Um sistema a-centrado, não hierárquico e assignificante. Dessa forma a cartografia é um procedimento que conecta, agencia e que compõe com o real. É um mapeamento que produz a realidade e não meramente a representa (Hur, 2021, p. 278).

Aplicada como proposta metodológica no campo das ciências humanas e sociais, a cartografia vem sendo utilizada para tratar de “movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade” (Prado Filho & Teti, 2013). Nesse contexto, parece não se tratar de um método que propõe protocolos e procedimentos enrijecidos para as formas de pesquisar, mas de uma estratégia de análise que

se apresenta de maneira crítica na descrição das relações, trajetórias, modos de ser e estar no mundo e que constrói linhas de fuga, rupturas e resistências.

Seguimos por este caminho advertidas de que não se trata de mera descrição. Conforme Hur (2019), a cartografia deve assumir “um projeto ético-estético-político que busca eliciar processos instituintes, potencializadores e libertários: visa rachar e demolir os bloqueios dos fluxos desejantes e psicossociais” (p. 22).

Passos et al. (2009) compreendem que a cartografia se implica com o plano da experiência, visando acompanhar processos e seus efeitos, incluindo aqueles gerados sobre a pesquisadora, os objetos e sujeitos/as da pesquisa e a produção do conhecimento que emerge a partir deste encontro. Trata-se de estabelecer uma relação em que pesquisadora e pesquisadas constituem juntas o plano de forças presentes em uma pesquisa. O acesso a este plano requer um certo “borrar” das fronteiras entre subjetividade e objetividade, tornando indivisível o saber da experiência. Para tanto, há uma tríplice face do método no qual devemos empreender na constituição de nossas pesquisas: 1) a descrição do plano de produção dos fenômenos estudados; 2) a inclusão das dimensões individuais e coletivas, humanas e não humanas e 3) a constituição de uma análise articuladora sobre o terreno no qual o fenômeno se constitui e se altera, mudando seus sentidos (Passos, 2019).

Cumprir com esses princípios requer de nós operar sobre a transversalidade (Guattari, 2004), opondo-se tanto a verticalidade grupal, com suas estratificações hierárquicas, quanto as dinâmicas que se estabelecem horizontalmente, que visam uma certa coesão ou política identitária. A transversalidade remete, portanto, a uma dimensão um tanto quanto conectiva, que coloca em análise os diversos estratos que atravessam um determinado sujeito ou grupo, atentando-se para a complexidade de seu funcionamento e dispendo-se em direção à amplificação dos agenciamentos desejantes (Fuganti, 1991; Simonini & Romagnoli, 2018), de maneira a produzir uma desorganização e/ou construção de novos universos de referência (Guattari, 1990).

Orientadas por esse percurso metodológico, propomos uma pesquisa-intervenção, tal qual pressupõe a cartografia, que se desenha com alguma flexibilidade para, não apenas tornar viável a entrada no campo mas, principalmente, fomentar encontros potentes, apostando na pesquisa como artesanaria, inspiradas no trabalho de Quadros (2015), e que se percebe disposta a “esperar, conhecer o tempo do/a interlocutor/a, transitando delicadamente pelo território da pesquisa, atentando para as singularidades” (Moraes & Quadros, 2020, p. 3).

Recorremos ao uso das entrevistas gravadas – consentidas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ANEXO I), às observações da pesquisadora e ao

registro em diário de campo como ferramentas para a construção da pesquisa. Além disso, pensar a necessária desdobração<sup>9</sup>, com a instituição e com as participantes tornou-se uma das possibilidades para uma intervenção ética que se apresenta junto ao campo. O conceito que visa repensar os sentidos da “devolutiva” nas pesquisas que desenvolvemos, compreendendo a ideia de “devolução” como processo, que não se esgota em uma única etapa da pesquisa, promovendo reconfigurações, composições e desdobramentos a todo tempo.

Destacamos o uso do diário de campo como ferramenta imprescindível para nossa pesquisa, especialmente por permitir visibilizar nossa implicação com o campo estudado. Realizar a descrição dos procedimentos do estudo, registrar o desenvolvimento e efeitos das ações realizadas e as possíveis mudanças, encontros e desencontros que ocorrem neste caminhar-pesquisar coloca em cena os conhecimentos e saberes das pesquisadoras, suas propostas e ações, suas angústias, desejos, avanços e dificuldades (Pezzato & L'abbate, 2011; Kroeff; Gavillon & Ramm, 2020).

Questionamos se há uma forma única de escrever um diário de campo. Deveria este ser algo rígido que descreve fiel e minuciosamente os acontecimentos e experiências junto ao campo? Essa rigidez daria conta de captar os movimentos da processualidade que acompanham a ação de pesquisar? Há um conjunto de procedimentos, normas e formatos que configuram o que é um diário de campo e o que não passaria de anotações, rascunhos?

Pensamos nossos diários como ferramentas imprescindíveis, que se aproximam do que Deleuze e Foucault (1998) afirmam sobre o papel da teoria: “É como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione” (p. 71). Para que funcione, é preciso levar em consideração as especificidades também da perspectiva na qual se pesquisa. Estamos propondo um diário de campo que comporte um registro em camadas, que possibilite a descrição das experiências junto ao campo e permita releituras sempre que for revisitado, contando com inserções posteriores que registram também o que acontece no vagar no fluxo da experiência que a própria ação de pesquisar pode produzir.

Outros recursos que fazem parte da “cozinha da pesquisa” (Becker, 2007, citado por De Garay Hernández; Oliveira e Silva; Uziel & Peres, 2018, p. 2) se mostram disponíveis e muito acrescentam: as discussões com o grupo de pesquisa; as leituras empreendidas tanto coletivamente e que atravessam os temas de outras colegas do grupo, quanto aquelas feitas individualmente para a construção dos referenciais aqui propostos; bem como a própria relação estabelecida entre orientanda e orientadora, compondo afetações, saberes e experiências

---

<sup>9</sup> O termo “desdobração” vem sendo pensado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobra (GEPSID).

múltiplas que dão o “tom” da pesquisa em curso; as recusas, os impasses, os desafios de adentrar um espaço tão complexo quanto o DEGASE.

Dito isto, cabem algumas observações sobre o campo no qual nosso estudo se situa e os passos dados. Se tomarmos a socioeducação como terreno a ser pensado, estamos diante de um contexto complexo e multifacetado que caracteriza a política pública de atendimento à/ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas ou em situação de acautelamento, prevista nas disposições do ECA e consolidada através do SINASE. Isto porque se trata de uma política pautada na interinstitucionalidade e intersectorialidade, formando uma ampla gama de atores, unidades e serviços que compõem os sistemas de atendimento.

A política pública específica de atendimento socioeducativo reflete os princípios da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, detalhando a sua implementação através dos princípios, marco legal, organização, gestão, parâmetros da gestão pedagógica e arquitetônica, gestão do financiamento e monitoramento, responsabilidades dos gestores e dos conselhos de direitos, instrumentos de formação, informação e avaliação. Obrigatoriedade da criação de planos de atendimento socioeducativo nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, dentre outros pontos que devem norteá-la em todas as modalidades de atendimento (Silva, 2020, p. 36).

Optamos por pensar as práticas das psicólogas em centros de atendimento socioeducativos de internação, internação provisória e semiliberdade na capital do estado do Rio, mais precisamente em algumas das unidades do DEGASE localizadas na Ilha do Governador. O território escolhido mostra-se estratégico, uma vez que concentra o maior número de unidades, sendo estas algumas das maiores do Rio de Janeiro, recebendo inclusive adolescentes de todo o Estado, além de estarem localizadas muito perto umas das outras, mantendo proximidade física com a Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE) onde se encontra a Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios (DEPE), responsável pela autorização de nossa entrada no campo e a Divisão de Psicologia, setor que nos possibilita ter acesso às profissionais que compõem as equipes técnicas de acompanhamento das medidas socioeducativas e de saúde mental. Além de ser de fácil acesso no deslocamento Petrópolis x Rio.

Salientamos que as atribuições que diferenciam essas duas modalidades de atuação (acompanhamento da medida e saúde mental) são apresentadas de maneira vaga tanto na legislação quanto na literatura. Pelo que pudemos compreender ao longo das entrevistas realizadas, as psicólogas que fazem o acompanhamento das medidas são responsáveis, junto às pedagogas e assistentes sociais que compõem as equipes técnicas, pela criação do Plano Individual de Atendimento (PIA), além de executarem o atendimento regular dos/as

adolescentes e suas famílias, sendo também de sua responsabilidade a produção de relatórios psicológicos que devem ser encaminhados ao Poder Judiciário e passam a compor o processo.

Já as psicólogas que fazem parte das equipes de saúde mental realizam os atendimentos com os/as adolescentes que foram identificados como estando em estado de maior sofrimento físico e/ou psíquico e que foram encaminhados (seja pelas equipes técnicas, pela Defensoria ou pelo Judiciário), sendo necessário um acompanhamento mais de perto de suas necessidades psicossociais, articulação de seu atendimento e acompanhamento junto à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A oferta do serviço de saúde mental ao/à adolescente em conflito com a lei foi regulamentada no ano de 2004, através da Portaria Interministerial nº 1426/2004, que aprova as diretrizes para implantação e implementação da Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória (PNAISARI) e foi atualizada, após a consolidação da Lei do SINASE (2012), através da Portaria nº 1.082, de 23 maio de 2014 que estabelece “novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade” (Brasil, 2014).

Importa dizer que acessar as profissionais que atuam nas medidas em meio aberto, cuja execução é de responsabilidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em cada município, requerendo a autorização também das Secretarias de Assistência, o que em um ano eleitoral, além do contexto peculiar provocado pela Pandemia de COVID-19, envolveria algumas burocracias as quais não estávamos dispostas a contornar nesse momento para a entrada em campo, advertidas, principalmente, pela limitação de tempo que atravessa o desenvolvimento da pesquisa.

Há ainda outro fator que permeia esta escolha, um tanto mais crítico. O SINASE foi concebido como um sistema único de atendimento, tal qual o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em que a execução das medidas e a elaboração dos planos de atendimento devem ser executadas por meio de uma coordenação única, respeitando os princípios já mencionados de intersetorialidade e interinstitucionalidade nas diferentes instâncias (Silva, 2020). Entretanto, parece haver em diversos segmentos da sociedade civil, destacando-se o poder público, a compreensão da socioeducação apenas a partir das unidades de privação de liberdade: “Trata-se as medidas socioeducativas na perspectiva estabelecida ainda pelas categorias refletidas no Código de Menores, da segregação dos adolescentes, encerrando as discussões nas condições de seu encarceramento” (Silva, 2020, p. 38).

Se, por um lado, o “menorismo”<sup>10</sup> na história do atendimento à infância e adolescência no Brasil se faz entranhado nas discussões sobre a socioeducação, apontando a necessidade de um debate mais amplo que considere o sistema em seu todo, por outro, nos interessa pensar como a Psicologia, ao ocupar os espaços de privação e/ou de liberdade cerceada, exerce um fazer dobrado - aqui fazendo referência ao conceito de dobra pensado por Deleuze (2012), que será mais explicitado posteriormente - em que ao mesmo tempo em que assume uma postura crítica e transformadora diante das condições de encarceramento, requer em algum nível a manutenção dessas condições para o exercício de seu fazer-poder e poder-fazer.

Por fim, cabe nossa consideração sobre a maneira pela qual estamos construindo este estudo. Apostar na cartografia é apostar nos modos de pesquisar que acreditamos, que privilegia a construção de saberes coletivos e a produção de conhecimento orientada a pesquisar com o campo e não sobre ele: “Fazer com o outro a pesquisa nos leva a interrogar os sentidos que a preposição “com” toma na relação de conhecimento. Sem dúvida, trata-se de uma forma de ligação” (Moraes & Quadros, 2020, p. 4).

Ainda nessa perspectiva, concordamos com Peter Spink (2003) em seu texto sobre a pesquisa de campo na Psicologia social,

Quando fazemos o que nós chamamos de pesquisa de campo, nós não estamos "indo" ao campo. Já estamos no campo, porque já estamos no tema. O que nós buscamos é nos localizar psicossocialmente e territorialmente mais perto das partes e lugares mais densos das múltiplas interseções e interfaces críticas do campo-tema onde as práticas discursivas se confrontam e, ao se confrontar, se tornam mais reconhecíveis (Spink, 2003, p. 36).

Essa postura requer de nós um exercício de abertura – e também de paciência e curiosidade – para os encontros que estão por vir. Nesse sentido, não parece fazer sentido construir referenciais teóricos desconexos das experiências em campo, uma vez que corremos o grande perigo de utilizamos nossas análises para fazer os resultados e sentidos produzidos caberem na teoria, quando nos interessa muito mais uma perspectiva em que os saberes já adquiridos se somam às novas experiências, fabricando outros universos de referência possíveis, fazendo ranger os conceitos.

---

<sup>10</sup> Mentalidade que compreende os padrões de sociabilidade dos pobres como propensão ao risco e a delinquência e que sustentou o surgimento do termo “menor” e da Doutrina da Situação Irregular, que permearam as primeiras normativas para crianças e adolescentes no Brasil, os chamados Códigos de Menores. De acordo com Souza (2013), essas normativas não contemplavam os direitos de todas as crianças e adolescentes, sendo direcionadas somente aos menores de 18 anos de idade que se encontravam em situações consideradas irregulares, ou seja, aqueles identificados pelas situações de carência, abandono, falta de assistência ou representação legal, bem como desvio de conduta, contemplando, também, os casos de ato infracional.

## 1.2 Conhecendo as paisagens “degasianas” e as flores do deserto

Delimitando a investigação junto às profissionais que atuam nas medidas socioeducativas em meio fechado e no acautelamento, indicamos no projeto da pesquisa a realização das entrevistas com 10 (dez) psicólogas. Os critérios de inclusão das participantes foram pensados de maneira bastante ampla, para garantir a multiplicidade de práticas e experiências. Incluímos as profissionais que atuam tanto no acompanhamento das medidas quanto nas equipes de saúde mental, conforme mencionado anteriormente, sem distinção de gênero, idade ou tempo de serviço.

Atualmente, são 8 (oito) unidades localizadas na Ilha do Governador<sup>11</sup>, sendo estas: 2 (dois) Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) responsáveis pelas medidas de semiliberdade; 3 (três) unidades de internação<sup>12</sup> (Centro de Socioeducação Dom Bosco – CENSE Dom Bosco; Centro de Socioeducação Professor Antonio Carlos Gomes da Costa – CENSE PACGC e a Escola João Luiz Alves - EJLA) e 3 (três) unidades de internação provisória (Centro de Socioeducação Maria Luiza Marcate Ramos – CENSE Maria Luiza; Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral – CENSE GCA e Centro de Socioeducação Ilha do Governador – CENSE Ilha).

Para a realização da pesquisa, foi solicitada a autorização junto a ESGSE, consentida formalmente em 25 de janeiro de 2022 e as entrevistas foram pensadas para ocorrer no período de março a setembro daquele ano. As unidades nas quais poderíamos realizar as entrevistas foram negociadas junto à Divisão de Psicologia, em encontro realizado no dia 08 de março de 2022. Entre a anuência da instituição e o início da pesquisa, aguardávamos também a aprovação do Comitê de Ética, que veio em 23 de fevereiro sob o parecer nº 5.260.239.

O convite às psicólogas das unidades ficou a cargo da própria Divisão de Psicologia, o que entendemos como parte das condições exigidas pela instituição para a realização da pesquisa, mas que restringe em algum nível nossas possibilidades de nos apresentarmos e informarmos sobre nosso tema e objetivos de uma maneira mais próxima. As psicólogas convidadas pela Divisão contaram inicialmente apenas com a carta de apresentação emitida pela ESGSE e foi a partir dela que deram consentimento ou não para o contato. É preciso considerar também que este é um aspecto que atravessa a decisão das psicólogas pela aceitação

---

<sup>11</sup> Informações disponíveis em: <http://www.degase.rj.gov.br/unidades>. Acesso em 03 de abril de 2022.

<sup>12</sup> De acordo com o site do DEGASE, tanto o CENSE Maria Luiza quanto o CENSE Dom Bosco funcionam também como unidades de internação provisória, mas na inserção no campo descobrimos que no caso do Dom Bosco, durante o tempo da pesquisa, este funcionava apenas como internação.

ou recusa: o pedido vem de uma instância cujas atribuições influem diretamente em possíveis necessidades e pedidos dessas profissionais referentes a direitos, troca de unidade, benefícios, punições, etc.

A carga horária das profissionais consiste em 24 horas semanais e isso poderia representar alguma dificuldade para a participação, já que a jornada de trabalho, ao menos no período em que realizamos as entrevistas, era distribuída, em função da pandemia, em dois dias de trabalho presencial para a realização dos atendimentos aos/às adolescentes e um de trabalho remoto, para as demais atividades. Para contornar este obstáculo, aderimos ao formato híbrido como uma possibilidade para a realização das entrevistas, em que algumas ocorreram *on-line*, por meio de plataforma de videochamada, ou de maneira presencial, com nossa visita às unidades - à escolha de cada entrevistada. Em nosso contato inicial com as psicólogas para agendar as entrevistas, salientamos nosso desejo pelo formato presencial, entendendo que a interação se dá de modo diferente e que as observações feitas a partir da circulação dentro das unidades seriam de extrema importância para ampliar nossas perspectivas sobre o campo, possibilitando-nos pensar nas múltiplas paisagens que compõem o DEGASE.

As entrevistas foram pensadas para ocorrer de modo também aberto, tendo como questão disparadora a trajetória das profissionais junto ao DEGASE e as práticas exercidas nesse contexto. Para garantir o sigilo das informações e o respeito ao anonimato das entrevistadas (questão solicitada por elas e que consideramos pertinente, dado o contexto institucional que muitas vezes conta com práticas arbitrárias e violentas) optamos pela ocultação dos nomes ao referir suas falas e a não identificação das unidades em que cada participante atua. Escolhemos adotar nomes fictícios para nos referirmos a elas ao longo do texto e encontramos inspiração nas raras flores do deserto de *Badlands* (EUA), que mesmo em um solo árido, onde a única coisa que se vê por todos lados são grandes pedras criadas pela erosão e rachaduras que percorrem toda a terra, de tempos em tempos florescem, desafiando as duras condições de seu contexto, transformando a paisagem a partir de uma explosão de cores e formas - uma explosão de vida - que nasce entre suas fissuras<sup>13</sup>.

Cabe ressaltar que a ocultação dos nomes se dá em respeito ao desejo de não exposição das profissionais, mas ao longo do percurso percebemos os limites de nossa postura ética. Há sempre escapes dos quais não temos controle. A substituição dos nomes pode não ser suficiente, dependendo do grau de proximidade que um/a possível leitor/a possa ter com a instituição e as profissionais. A escolha de não nomear as unidades não impede que estas sejam identificadas

---

<sup>13</sup> As imagens que nos inspiram podem ser consultadas em:

<https://casavogue.globo.com/LazerCultura/Fotografia/noticia/2014/06/raras-flores-do-deserto.html>

uma vez que há um número limitado e bastante característico no território em que a pesquisa foi conduzida. Ao abordar algumas situações marcantes e as especificidades do trabalho, corremos o risco da exposição em algum nível.

Nesse sentido, refletimos que nosso fazer envolve escolhas nem sempre confortáveis e que desafiam os limites de nosso cuidado. Pensando nos movimentos necessários às fronteiras éticas com as quais nos deparamos, apresentamos às psicólogas a maneira que foram apresentadas no texto, bem como os recortes que foram feitos envolvendo situações mais delicadas, verificando com estas a “desidentificação” possível e o quanto estariam confortáveis com a exposição dessas situações. De modo geral, nossa proposta foi recebida positivamente, tida como um cuidado ético e ampliando possibilidades de participação mais ativas. Foi interessante notar que entre todas as questões levadas a elas, os nomes adotados e as escolhas por trás disso - a paisagem e as flores do deserto - parecem ter sido a principal razão de curiosidade, movendo interesses neste aspecto da pesquisa, o que jamais imaginaríamos.

Nossa primeira visita ao DEGASE foi realizada em 08 de março de 2022, o que nos fez pensar em como foi significativo iniciar esta etapa nesse dia, afinal, esta é uma pesquisa proposta por uma mulher, pesquisando junto a outras mulheres. A proposta consistia em ir até a Escola de Gestão para pegar o termo de anuência e a carta de apresentação que deveria ser apresentada a cada unidade visitada e depois conversar com a coordenação da Divisão de Psicologia para negociar a realização das entrevistas com as psicólogas. Foram realizados os registros sobre a visita no diário de campo. Nesse dia, pudemos observar um pouco o território onde ficam as unidades do Departamento, compreendendo as arquiteturas que compõem suas paisagens.

No encontro, aproveitamos a oportunidade para conversar com uma das coordenações de saúde do DEGASE, com o intuito de coletar informações básicas sobre o campo, ao passo que também interessava compreender o trabalho da gestão.

A Divisão é responsável pela gestão de pessoal e por alocar as psicólogas nas unidades, e também faz a ponte com outras instituições como a secretaria de educação e o próprio Conselho. Além de prestar orientações à equipe técnica sobre legislação e ética e fazer a mediação com o restante da equipe, incluindo o Judiciário (Diário de campo, 08 de março de 2022).

A conversa também ofertou algumas pistas de conteúdos que poderiam aparecer nas entrevistas:

Ela explica que talvez uma coisa que apareça fortemente nas entrevistas seja a questão da superlotação, que é um problema antigo e que tem diminuído um pouco desde o começo da pandemia. Que essa questão dificulta bastante o trabalho das equipes. Ela divide comigo que na pandemia foi criada uma Central de Vagas, visando diminuir a questão da superlotação e situando o fluxo de encaminhamento dos adolescentes em fila única. Entretanto, a Central acabou trazendo outros problemas: “um adolescente de Campos [dos Goytacazes] agora pode ser encaminhado para cá”. Comento que isso deve ser bem complicado porque atravessa o trabalho da territorialização, que é uma das diretrizes para atuação e ela concorda, diz que o adolescente fica longe da família e de suas redes de apoio. Posteriormente penso que esse é um ponto a tratar nas entrevistas e perguntar se há também outros problemas decorrentes dessa fila única (Diário de campo, 08 de março de 2022).

Nas entrevistas que realizamos o problema de superlotação não apareceu com tanta força, dada toda a reorganização advinda do contexto pandêmico e da determinação advinda do STF para que fosse reduzido o número de adolescentes nas unidades - tema que aprofundaremos no capítulo 3. Todavia, outras questões surgem a partir da instauração da Central de Vagas: Rotatividade maior de adolescentes nas unidades de internação e dificuldades do retorno destes para as unidades de semiliberdade foram algumas das questões que surgiram, além da distância com o território dos/as jovens atendidos contrariando um dos princípios do SINASE no que diz respeito à territorialidade.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas naquele momento, segundo a coordenadora, era a defasagem no número de funcionários/as, pela falta de concursos públicos. Um número elevado estava prestes a se aposentar, alguns já tinham saído e a distribuição desse quadro se alterava o tempo todo. Naquele período, havia um processo seletivo (em regime de contrato temporário) em andamento, em parceria com a UERJ, e novas unidades sendo construídas<sup>14</sup>. A esse respeito, vale salientar, conforme registrado no diário de campo, que só houve 3 concursos para equipe técnica no DEGASE: 1994, 1998 e 2011. O de 98 teria sido na verdade uma 2ª chamada dos que foram aprovados em 94 para complementação do quadro de funcionários. Já a chamada de aprovados em 2011 também se deu em diversas levas, tendo colaboradores/as que chegaram ao Departamento muito recentemente.

Salientamos que ao definir o conjunto de psicólogas entrevistadas, escolhemos fazê-lo de maneira mais abrangente para alcançar o máximo de profissionais que poderíamos, tentando ouvir dissonâncias, ou seja, profissionais que poderiam ter percepções diferentes e até mesmo contrárias ao que preconizam os compromissos ético-políticos da profissão e o próprio sistema socioeducativo. A esse respeito, fomos noticiadas de que possivelmente teríamos dificuldade em alcançar determinadas profissionais. “*Geralmente são os mesmos de sempre que topam*

---

<sup>14</sup> Informações de março de 2022.

*essas atividades e que são muito alinhados com o que a gente defende. Quem pensa muito diferente não participa”* (Diário de campo, 08 de março de 2022). A partir disso inúmeras perguntas surgiram:

Fiquei pensando bastante sobre isso depois. “Quem pensa diferente não participa”. Diferente do quê? Por quê? O que levaria psicólogas a não participarem de um estudo que no fundo pretende afirmar a importância do trabalho delas nesses espaços? Sobrecarga? Desinteresse? Descrédito no próprio trabalho? Medo de uma possível retaliação? Pesquisa não tem utilidade para elas? Ou seria o medo de que, enquanto pesquisadora, possa deturpar suas palavras? Uma possível estratégia para alcançar essas pessoas seria um questionário *on-line* sem identificação? Seria viável e interessante recorrer a essa ferramenta? (Diário de campo, 08 de março de 2022).

Na troca de experiências com outras colegas pesquisadoras que pensam o DEGASE em seus estudos, surge também outra questão: talvez não participem porque possuem hipóteses pré formuladas do que se espera ouvir delas e, por não estarem de acordo com essas possíveis expectativas, preferem não se expor.

Finalizamos a primeira ida ao DEGASE com uma sensação de ótima abertura após esse primeiro contato. Na semana seguinte, recebemos o contato das profissionais que se dispuseram a participar, sem a especificação de quem pertenceria a qual unidade. Conseguimos realizar as entrevistas com quatro profissionais antes do exame de qualificação, realizado em 24 de maio de 2022 e as demais foram realizadas entre junho e agosto do mesmo ano.

Entre as dez profissionais com quem conversamos, cinco atuam junto às equipes técnicas em unidades de internação e semiliberdade, três estão hoje alocadas nas equipes de saúde mental de unidades de internação e duas ocupam cargos ligados à gestão em diferentes setores dentro do Departamento. Infelizmente nenhuma profissional alocada na internação provisória durante a realização das entrevistas aceitou o convite para participar, mas algumas das entrevistadas tiveram experiências junto ao acautelamento, possibilitando que pudéssemos conhecer o trabalho da Psicologia nesse contexto a partir das experiências relatadas.

A primeira entrevista foi realizada no dia 18 de março de 2022 e o diário de campo se demonstrou uma ferramenta importantíssima para a realização deste trabalho. Por um problema técnico no cartão de memória, o áudio da entrevista não foi salvo e tivemos que recorrer ao uso de áudios no *WhatsApp*, relatando o máximo que lembramos da entrevista, e que depois foram devidamente transcritos e registrados no diário.

Os registros foram feitos no diário após cada entrevista, sempre que possível. Nele constam descrições físicas dos espaços visitados, impressões gerais das entrevistas e as novas perguntas que surgiram após cada encontro. Em alguns casos, foram feitas anotações e

complementações posteriores, indicando as datas destas atualizações. Além disso, quando viável, após cada visita, um áudio com as impressões das entrevistas era encaminhado para discussão entre orientanda e orientadora, auxiliando no registro do processo e na percepção de situações que poderiam passar despercebidas.

Perguntamos às trabalhadoras sobre suas trajetórias, como chegaram até o DEGASE, como é o trabalho no cotidiano e os desafios que se apresentam. Procuramos investigar o relacionamento com os demais atores, sejam eles equipes, agentes, direções e coordenações e com os diferentes atores que possuem inserção no sistema, especialmente os operadores do Direito. Além disso, propusemos questões em relação às experiências de trabalho que as profissionais considerem que tenham sido relevantes de alguma forma. À medida que foram se estabelecendo os diálogos, novas questões foram surgindo em cada caso.

A seguir faremos uma breve apresentação das entrevistadas, nossas flores do deserto, que são também protagonistas nesta caminhada e que se dispuseram a compartilhar conosco suas experiências, saberes e afetos, por vezes nos emocionando no decorrer de cada encontro.

- **Hirta** - Formada desde 2006 em uma universidade pública do Rio de Janeiro, começou sua carreira atuando em um equipamento da Assistência Social em um município no interior do Estado. Desde que entrou para o DEGASE passou por diversas unidades, trabalhando por algum período na internação, mas a maior parte do tempo esteve junto à semiliberdade.
- **Argentea** - Iniciou sua carreira na Psicologia em 2007 com grande interesse pela área jurídica. Chegou ao Departamento inicialmente como contratada por regime temporário e posteriormente tornou-se concursada, assim como outras que entrevistamos. Tem experiência nas medidas protetivas e sempre teve olhar direcionado para as políticas infanto-juvenis. Dentro do DEGASE já atuou tanto na internação quanto no acautelamento.
- **Zinnia** - Formada desde 2005, atuou durante alguns anos nas medidas protetivas, tendo larga experiência nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e passado por diferentes estados. Tornou-se concursada do DEGASE em 2011 e já atuou tanto no acompanhamento das medidas quanto nas equipes de saúde mental.
- **Adenium** - Formou-se em 2011 e desde então cultiva interesse pelo trabalho da Psicologia junto às pessoas privadas de liberdade, tendo atuado no sistema prisional por algum tempo. No DEGASE, trabalhou junto à provisória e também no meio fechado,

com passagens, assim como outras, tanto pelo acompanhamento das medidas quanto na saúde mental

- **Agave** - Possui longa experiência no serviço público, com vasta atuação no SUS. Circulou por diferentes unidades dentro do DEGASE, tendo construído forte experiência no acolhimento tanto aos/às adolescentes quanto às famílias.
- **Yucca** - Entrou no Departamento em uma das turmas do concurso de 2011, e desde então construiu forte experiência junto às unidades de internação e semiliberdade, atendendo adolescentes de diversos gêneros. Possui grande interesse pelos temas feministas.
- **Venusta** - Desde que iniciou na Psicologia em 2008, atuou em diversos equipamentos da rede de Saúde Mental no Rio de Janeiro. Em sua trajetória no DEGASE, foi alocada em diversas medidas, passando pela internação e acautelamento. Também tem experiência em unidades masculinas e femininas.
- **Puya** - Na sua formação, sempre teve interesse pela área Social. Atuou em diferentes políticas de atendimento à infância e juventude e também no atendimento a pessoas privadas de liberdade, atuando com o público masculino e feminino. Entrou no DEGASE também por meio de uma das turmas do concurso de 2011, tendo passagens pela internação, semiliberdade e provisória.
- **Vetiver** - Possui longa experiência nas áreas de saúde e saúde mental como servidora pública. Atuou em diversos projetos de atendimento à infância e juventude e também na área jurídica. Iniciou no DEGASE por meio de concurso simplificado em regime temporário e mais tarde tornou-se servidora efetiva. Também passou por diversas unidades e setores, tendo atuado em todas as medidas e ocupado cargos relacionados à gestão.
- **Manfreda** - Formou-se em uma universidade pública do Rio de Janeiro e desde a graduação fez estágios que atendiam a juventude pobre e periférica do município, tema que sempre lhe despertou interesse. Tem experiência na área de saúde, saúde mental e jurídica. Quando entrou no DEGASE, atuou durante muito tempo na internação, embora também tenha passagens por outros setores na gestão do Departamento.

Conhecendo um pouco mais das entrevistadas, percebemos que a maioria destas se formaram em anos próximos, a maioria em meados dos anos 2000. Embora todas sejam servidoras advindas do concurso de 2011, há distâncias significativas em relação ao tempo de “casa”, com profissionais que já estão no serviço há mais de 10 anos e outras há menos de 5,

uma vez que este se dividiu em várias turmas, tendo a última sido convocada já no período da pandemia.

A ausência de concurso público frequente para o DEGASE é uma questão desde sua criação, resultando na precarização do serviço, tamponando suas próprias lacunas com contratos temporários, o que se converte em perdas de garantias aos trabalhadores e trabalhadoras, no desafio de articulação das equipes - pontos essenciais ao trabalho e que resultam no enfraquecimento da política socioeducativa. Consideramos significativos os relatos das profissionais que entraram inicialmente por meio de contrato e só depois tornaram-se servidoras efetivas, demonstrando a lógica da instituição que parece priorizar um modelo terceirizado (e precarizado) de trabalho. Neste aspecto, observamos que o fato de as profissionais entrevistadas serem concursadas faz uma imensa diferença, incluindo a adesão na pesquisa, o que não as protege de eventuais retaliações internas como discutiremos mais adiante.

Chama atenção ainda como cada uma delas chegou até o DEGASE, indo além da busca de estabilidade geralmente atrelada a “ser concursada”. As experiências nas políticas públicas e/ou em projetos sociais e o contato com outros atores que também compõem o sistema socioeducativo, além das experiências prévias - diretas ou indiretas - com jovens que já foram atendidos/as pela instituição, parece ter mobilizado nelas o desejo de investir suas forças de trabalho na socioeducação. A partir da entrada no Departamento, elas enfatizaram o quanto o DEGASE as desafia a estudar, a compreender as forças que ali operam e a constituir uma visão crítica do mundo e também de sua própria atuação. Algumas das entrevistadas relataram situações singulares que “*viraram uma chave*” e que fizeram crescer a paixão pelo trabalho junto à juventude, relatando encontros pelos quais compreendem que “*o DEGASE as escolheu*”, referindo-se ainda ao trabalho “*como uma cachaça*”.

Há também inserções acadêmicas, o que consideramos bastante interessante. Algumas das profissionais possuem pesquisas com temas que se relacionam com o sistema socioeducativo ou iniciaram esta empreitada a partir de sua entrada no DEGASE. Pesquisar a própria instituição onde se trabalha coloca novos desafios à ação de pesquisar, situando intensidades que se dão pela experiência de mergulho em um campo íntimo, cotidiano, de pertencimento, mas que na posição de quem promove estranhamentos para si e para o mundo, fora do *modus operandi* institucional, também passa a assumir a condição de ser estrangeiro/a, de não pertencer. Encontramos na obra de Lisboa (2018) dizeres que ressoam essas intensidades:

Trabalhar no DEGASE é lidar cotidianamente com um mundo de urgências intempestivas. Urgências que produziram movimentos em meio a uma paralisia. Que produziram respiro e vento num corpo sufocado. Que deram força para falar um corpo silenciado. Trabalhar no DEGASE é respirar violências das mais diversas ordens, ou desordens. A perversidade e violência que se davam (ainda se dão) em parte pelo que envolve o público atendido e as inúmeras violências a que estão submetidos em suas histórias de vida. Mas também pelas relações profissionais e institucionais que se desenrolam no dia a dia (de um labirinto cinzento). Para emergir um corpo pesquisador, antes existiu um corpo engolido pela perversidade dessa instituição pública, em contato com diversas violências cotidianas, onde outros tipos de urgências vão sendo forjadas [...] Tanto pesquisa, quanto escrita se fizeram, por um lado, dessa necessidade urgente de gritar para o mundo algumas das coisas que são vividas ali, mas, por outros tantos lados, como uma oxigenação para novas análises (e intervenções). Num efeito de respiração e inventividade para que se consiga, profissionalmente, ver novas formas de tremular uma instituição historicamente engessada nessas violências. Estamos tentando, cotidianamente, continuamente (Lisboa, 2018, p. 6-7).

Um outro ponto é que algumas das psicólogas têm em suas trajetórias uma vivência enquanto moradoras das favelas e subúrbios do Rio de Janeiro, estabelecendo uma compreensão mais próxima da realidade na qual a maioria dos/as jovens atendidas estão inseridos/as. Uma delas nos relata que sempre presenciou o envolvimento dos jovens com o tráfico e que durante muito tempo isso lhe causou grande revolta por sentir que sua liberdade era cerceada pela presença da violência naquele contexto: *“Por exemplo, eu queria sair e estava rolando um tiroteio na comunidade, eu tinha uma aversão àquilo”* (Manfreda, em entrevista à pesquisadora). Mas foi justamente a formação como psicóloga, somada a sua atuação em outros espaços que atendiam pessoas em situação de violência e degradação, que possibilitou com que, pouco a pouco, ela pudesse compreender a imensa complexidade do problema e algumas das razões pelas quais aqueles/as jovens encontravam-se nas situações às quais ela sempre repudiou. Há aqui um ponto onde as trajetórias da pesquisadora, pesquisadas e o tema de pesquisa se encontram e se conectam.

Além disso, cabe considerarmos que as trabalhadoras possuem múltiplas experiências dentro do próprio Departamento, circulando por unidades masculinas e femininas e em diferentes medidas. Há também um fluxo destas na composição das equipes de acompanhamento das medidas e na saúde mental. Isso significa que ao discutirmos as experiências que elas compartilharam conosco, estas estão referidas a qualquer tempo de suas trajetórias no DEGASE, não necessariamente correspondendo ao *locus* de trabalho atual.

Ademais, importa dizer que nos interessa dedicar alguns esforços para situar os bastidores de nossa aventura, reafirmando nosso compromisso ético-político com os modos de pesquisar que defendemos e colocando nossas implicações em análise.

### 1.3 Implicações em análise

Essa é uma seção do texto na qual senti profunda necessidade em retomar a escrita em primeira pessoa do singular. Penso que falar em implicação e analisá-la é uma tarefa árdua e fascinante ao mesmo tempo e que exige alguma coragem de se colocar como sujeita-pesquisadora. Embora tenha decidido nomear uma parte do capítulo metodológico assim, a análise de implicação se faz durante todo o texto, toda a pesquisa e toda a escrita.

Importa aqui retomar o que quis dizer em meus apontamentos iniciais: a principal justificativa pela escolha do meu tema de pesquisa é que eu sempre estive nele. Algumas das minhas vivências enquanto adolescente na periferia me deram tanta proximidade com algumas das mesmas vivências que levam meninas e meninos ao DEGASE, que essa poderia ser também uma das marcas da minha história. No fim, há uma ironia bastante simbólica aqui. Eu fui para o DEGASE. Não como jovem apreendida, mas como psicóloga pesquisadora. Essa compreensão possui muitos significados singulares mas também reforça em meu íntimo o desejo profundo de que outros corpos jovens e periféricos também possam ter outras escolhas e redes de apoio na vida e que lugares como a instituição que pesquiso não precisem mais existir.

No momento em que escrevo esse trecho, o nosso novo Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, professor Silvio Almeida, ao tomar posse em 03 de janeiro de 2023, fez um pronunciamento belíssimo e acertado direcionado às gigantes minorias brasileiras (incluindo trabalhadores, mulheres, pessoas pretas, povos indígenas, pessoas LGBTQI+, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, idosos, vítimas de violência e da fome, entre outros) afirmando: *“Vocês existem e são valiosos para nós”*. Acho que o que me interessa é isso. Construir caminhos coletivos para que existências plenas possam ser uma realidade comum e, diante disso, poder afirmar a valiosidade da vida. A Psicologia me parece uma boa maneira de lutar por isso. Aprender com outras psicólogas também. E é por essa razão que trato esta pesquisa como a leveza de uma aventura. Nunca foi só sobre mim, mas a partir de mim.

Para esse empreendimento, optei pela cartografia e descobri com ela intensidades que eu jamais imaginaria. Sustentar os modos de pesquisar em que acredito, abrindo mão das metodologias mais tradicionais e “procedimentos” consagrados que me garantiriam um suposto conforto, apostando nas forças que constituem o pesquisar e pesquisadora, pode ser angustiante. Embora a ideia de cartografar me despertasse interesse desde a graduação, este estudo é a primeira vez em que tenho a oportunidade de trabalhar com seus emaranhados, apostas e forças.

Não é mera coincidência que a pergunta "*será mesmo que isso é cartografar?*" se fez presente durante todos os dias de minha vida durante este percurso.

São inúmeras as inseguranças. Como ser amiga do rigor e da qualidade técnica sem abrir mão do sensível e da processualidade? Sem tornar-me rígida? Como embarcar em uma aventura que exige planejamento, mas não se fecha aos encontros e às surpresas no meio do caminho? E como fazer isso quando um dos elementos que estão em jogo é a obtenção do título de mestra, sonho que me acompanha desde criança, e que exige uma caminhada longa, intensa, exaustiva em um espaço delimitado de apenas 2 anos? As respostas, ainda que temporárias, encontram-se nas linhas desse texto e no encontro com quem eu sou hoje e os recursos e saberes que me estão disponíveis neste momento. No fim das contas, pesquisar me parece também uma forma de contar uma história, uma história com múltiplos personagens e sentidos, mas que não foge de ser o que é: um recorte situado no tempo e no espaço.

Além disso, a experiência de me ver como pesquisadora em dobra (Deleuze, 1988), isto é, em um processo de transformação e de afetação simultâneo do *fora* e do *dentro* do tema, revogando a noção pesquisadora e campo de pesquisa separados, traz diversas implicações, inclusive de pensar a todo instante o *entre* e o que ele significa, ao que estou disposta ou não para pertencer/não pertencer. Pela trajetória de mulher periférica, eu compreendo com certa intimidade o contexto da juventude atendida pela instituição. Como psicóloga, aprendi sobre os contextos sócio-históricos que forjaram e ainda forjam esse contexto e o compromisso que temos enquanto categoria com a transformação social, com a denúncia das opressões e violências e com a defesa irrestrita da dignidade, da liberdade, da igualdade como elementos comuns a todas as formas de existência. Como atual conselheira do XVII Plenário do CRP-RJ sei do engajamento que a Psicologia tem ao ocupar os espaços em que hoje está inserida e alguns dos desafios que se apresentam nas disputas de saber e poder que habitam o interior das práticas nas instituições. Como pesquisadora interessada na Socioeducação, tenho bagagens que me oferecem uma visão de como esta poderia ser, seus propósitos e princípios norteadores, bem como os entraves que dificultam sua efetivação plena no contexto brasileiro.

Embora tudo isso me coloque *dentro* de meu campo de estudo, há ao mesmo tempo um *fora* incontestável: meu campo de atuação como psicóloga não está inserido em nenhuma política pública; minha trajetória vem da periferia no interior do estado e não da capital, cujas referências de favela são bastante diferentes - na "cidade imperial" a periferia sequer é tida como uma possibilidade; sou uma mulher branca, psicóloga, pesquisadora, que ocupa espaços políticos importantes e que dificilmente é lida como periférica pelos modos de vestir, falar e agir. Além disso, meu primeiro contato com o DEGASE se estabeleceu através desse estudo;

eu não conhecia nenhuma psicóloga que atuava nas medidas de privação de liberdade; meu olhar é constituído a partir de uma vivência acadêmica e tudo o que eu sabia sobre a instituição, seus trabalhadores e internos/as era o que tinha ouvido por intermédio de outras pessoas, com vivências e experiências particulares.

Essas são algumas das tramas que me fazem perceber-me como pesquisadora em dobra. Inclusive, ressalto aqui um aspecto importante: percebi que as questões sobre relações raciais não foram tratadas de modo aberto nas entrevistas, permitindo uma discussão mais profunda sobre esta importante dimensão junto às psicólogas. Me parece que os temas raciais ficam subentendidos nas discussões sobre desigualdades sociais, pobreza, seletividade penal etc. e embora seja evidente que o racismo está intimamente ligado a todas essas pautas, elas não são suficientes para dar conta da complexidade presente nos processos de subjetivação da população preta brasileira, sendo esta o público privilegiado das políticas de encarceramento e preservação da ordem, da qual o DEGASE é parte importante. Conversando com outras pesquisadoras que têm inserções na instituição, compreendi que raça é um tema que raramente aparece de modo explícito, o que considero estar atravessado pela cor de quem pesquisa e também de quem participa, bem como das trabalhadoras de nível superior da instituição. Na condição de mulher branca pesquisando conjuntamente a outras mulheres (em sua maioria brancas) falar em raça requer também pensar no que produzimos enquanto branquitude ao ocupar esses espaços, provocando incômodos com os quais talvez não estamos ainda suficientemente engajadas para dar outra resposta que não o silêncio, o não dito, o implícito.

Acredito que a construção de uma outra resposta possível requer não apenas a produção de pesquisas que tomem como analisador as relações raciais, mas a afirmação de um compromisso constante de nossas implicações a partir do lugar social que ocupamos enquanto branquitude, mergulhando cada vez mais profundamente nesta seara que tanto parece nos apavorar. Ademais, ao passo que raça se apresentou como um tema que entendo como negligenciado, em contrapartida, pesquisar com mulheres possibilitou que o campo analítico do gênero, ainda que não fosse este o foco, se tornasse um tema transversal nas discussões que construímos.

Estas observações me fazem conceber a indissociabilidade entre pesquisadoras e pesquisadas e a relação de afetação múltipla que se estabelece, produzindo contornos específicos e singulares nas formas de pesquisar e o que produzimos a partir de nossas pesquisas. Por efeito de todas essas percepções, o sentido de uma pesquisa-aventura foi ganhando ainda mais corpo. Ao mesmo tempo em que algo me deixava bastante confortável para circular sozinha na Ilha do Governador, almoçar pelos arredores, conversar com

transeuntes, entrar e sair da instituição e dialogar com as profissionais - sentimentos de “estar em casa”-, havia também uma preocupação se minha pesquisa faria jus ao contexto e à atuação das psicólogas, se ser considerada de fora da instituição me faria ser vista como menos comprometida e a pesquisa menos crível, se questões críticas me passariam despercebidas por mero desconhecimento e o quanto as profissionais estariam abertas a compartilhar suas vivências. O quanto me veriam como uma “estrangeira”, que não pertence àquele espaço e por isso poderia ser vista com desconfiança e receio? Ou o quanto a percepção de minha inserção se dá a partir da própria pesquisa, me tornando para elas, em algum nível, uma aliada, alguém disposta a ouvir e compactuar com elas, ressoar suas percepções? São muitas perguntas e aflições de diversas ordens que permearam a construção deste trabalho.

Mas, aos poucos, alguns deles foram mudando, caindo, se deslocando... Importa dizer que, emaranhada no que eu já havia escutado a partir das experiências alheias, minha entrada na instituição se deu acompanhada de uma certa desconfiança de minha parte. Acreditava que teria grandes dificuldades em conseguir permissão para seguir com a pesquisa, para entrar nas unidades e também para conversar com as profissionais, o que não se constatou ao longo do percurso. Desde a primeira visita me senti muito acolhida tanto pela Escola de Gestão quanto pela Divisão de Psicologia e todas as profissionais que se dispuseram a participar foram muito solícitas durante todo o percurso. Por mais sensíveis que fossem alguns temas que emergiram e a possibilidade do cerceamento de informações existir e compor o campo, já que não há um tudo a ser dito, a intensidade experienciada nas entrevistas fez parecer que as profissionais estavam muito à vontade para falar.

Não tenho condições de precisar o quanto meu vínculo com o Conselho abriu portas (embora em nenhum momento eu tenha me apresentado desta forma, acabei sendo apresentada como “do CRP” por meio de uma colega que possui vínculo tanto com o Conselho quanto com o DEGASE) e o fato de ser orientanda da Anna, profissional que há muitos anos desenvolve trabalhos junto à instituição e é bastante conhecida pelas psicólogas, trouxe confiança para a pesquisa. Mas acredito que esses dois elementos em conjunto com a percepção de ser de um tema “sem grandes polêmicas” confluíram para que esse processo se desse de maneira bastante tranquila. Tudo isso constitui uma parte da trama desta pesquisa, que identifico como tendo facilitado, mas que poderiam também ter outros efeitos.

O efeito de estar e me perceber *dentro* e *fora* ao mesmo tempo permitiu percorrer os caminhos junto ao campo de pesquisa de maneira que, a cada ida ao DEGASE, uma curiosidade imensa me acompanhava. Observava com atenção os arredores das unidades, diálogos que se

estabeleciam nas ruas e utilizava o tempo de espera antes da psicóloga me receber para uma escuta atenta aos pequenos acontecimentos que me rodeavam.

Em certa ocasião, conheci a mãe de uma adolescente que havia sido recentemente apreendida por portar 9 frascos de lança-perfume<sup>15</sup>, que seriam utilizados por ela e algumas outras amigas em uma festa. Mãe e filha moravam a sós em uma comunidade na Zona Sul. Ao sentar ao meu lado e perguntar se eu estava esperando também uma adolescente, ela prontamente começa a desabafar, me descrevendo com muita intensidade a angústia daquela situação. A dificuldade de chegar até a unidade, não ter notícias da filha durante o final de semana porque ninguém atendia suas ligações, o desespero que culminou em um quadro de hipertensão para essa mãe, a preocupação com a filha que é asmática e não poderia ficar sem a medicação mas que foi negada pela unidade, a vergonha de pedir aos patrões para sair mais cedo e ter de justificar que era para que pudesse visitar a filha “presa”.

Tudo isso me mobilizou muito, fazendo perceber o quanto o trabalho direcionado também às famílias é fundamental. Elas precisam ser ouvidas e acolhidas tanto quanto os/as adolescentes. Ao mesmo tempo, é necessário investirmos esforços coletivos no enfrentamento às ações truculentas do Estado que tendem a culpabilizar e punir essas famílias - em geral lideradas por mulheres em situação de grande vulnerabilidade - diante das sucessivas lacunas que a própria omissão do Estado produz, apresentando-se frequentemente nos territórios em que elas estão inseridas não como protetor ou garantidor do Bem-Estar Social, mas no controle e opressão dessa parte da população. Conforme Rauter (2001), “parece haver sempre [...] nos discursos oficiais, um certo ocultamento, um certo cinismo, a encobrir as ações violentas do Estado, as quais, no entanto, estão presentes sempre” (p. 3).

Um outro episódio também me marcou a memória. Certa vez estava sentada na guarita de uma unidade e havia dois agentes socioeducativos sentados conversando com o rapaz que tomava conta da portaria. Havia uma pequena televisão antiga presa no alto da parede e o jornal noticiava o assassinato de um segurança de um *shopping* de luxo na Barra da Tijuca (zona oeste do Rio de Janeiro), após um roubo em uma joalheria do local<sup>16</sup>. Os agentes comentaram a notícia e um deles conhecia a vítima e disse que este não era o trabalho oficial do segurança,

---

<sup>15</sup> O “lança-perfume”, produto popularizado no Brasil no início do século XX e proibido na década de 60, é composto por múltiplos solventes e tem como base o cloreto de etila, um gás incolor usado principalmente em anestésias e na produção de tetraetilchumbo, um aditivo para gasolina. Na sua composição também podem ser encontrados éter e clorofórmio, acompanhados por etanol e uma essência ou bala para saborizar. O nome característico é determinado pelo armazenamento da mistura em um frasco pressurizado, que ao ser acionado libera um vapor fresco e perfumado. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lan%C3%A7a-perfume>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/roubo-shopping-de-luxo-na-barra-da-tijuca-deixa-um-morto-veja-video-25533100.html>. Acesso em 05 de janeiro de 2022.

que era um serviço extra para conseguir pagar as contas. A fala disparou uma discussão sobre os riscos da profissão e a baixa remuneração, o quanto na condição de agentes era preciso trabalhar muito, ganhar pouco e “ainda terminar com um tiro na cara”, como dito por um dos homens em referência ao segurança do *shopping* que foi assassinado no local de trabalho. Ouvir isso, somado aos relatos das psicólogas, me sensibilizou muito para as trajetórias e condições de trabalho dos agentes, o que pode ser uma perspectiva para futuros trabalhos enquanto pesquisadora.

Essas são apenas duas situações, dois pequenos encontros, entre tantos outros, que tive ao longo de minhas experiências indo ao DEGASE e que me trouxeram diversos questionamentos. Alguns deles apontarei nas linhas deste trabalho e outros certamente me acompanharão em pesquisas futuras. Meu desejo neste momento é demonstrar como estar aberta ao campo e ao que ele nos propõe pode ser enriquecedor, trazendo também novas perspectivas e inquietações.

E por falar em inquietações, no início, tudo se traduzia em angústia. Aprender a andar sozinha pela Ilha do Governador, local que eu nunca estive antes; o medo de esquecer de perguntar algo importante - que fazia com que eu sempre levasse meu roteiro com questões disparadoras “por garantia”; o receio de que meu trabalho soasse como desinteressante ou sem relevância. Mas após a discussão coletiva de meus escritos iniciais pelo grupo de pesquisa e os apontamentos advindos do exame de qualificação, fui me sentindo mais à vontade para experimentar ao longo das entrevistas, abandonando o quase-roteiro (embora nessa altura eu já tivesse memorizado todas as questões) e me dispondo a realmente ouvir, no ritmo de cada encontro, as questões que ali surgiram. Acho que chego ao fim desta escrita entendendo que a cartografia, por mais que existam esforços em compreendê-la e discuti-la junto aos diversos autores que também se debruçam sobre ela, é algo do qual vamos nos apropriando com maior intensidade nas práticas e que há muitas versões, formas e aberturas nos modos de ser cartógrafa.

Essa perspectiva sobre “ganhar confiança no processo”, situa algo que interessa ser pensado. Falar em processualidade e na potência dos encontros requer uma dimensão ética do confiar (Sade, Ferraz & Rocha, 2013). Cartografar exige apostar que o saber que produzimos com (e não sobre) o outro, é capaz de abrir espaços para reformulações, rearranjos e novas configurações nas capacidades de ação e invenção. Para tanto, é necessário afirmar os saberes acadêmicos abrindo mão, em alguma parte, de nossas heranças modernas e coloniais onde o plano da experiência é visto como algo que precisa ser testado, replicado, validado e comprovado, para assim tomar o *status* de científico. É claro que esse caminho envolve o rigor

como um valor, a medida que é uma forma de compromisso e implicação, mas não de rigidez, afinal o campo também pode apontar caminhos. Como dito por Haraway e Goodeve (2015, p. 51): “Palavras como ‘metodologia’ são muito assustadoras, você sabe! Em vez de ‘metodologia’, preferiria dizer que tenho modos definidos de trabalhar que se tornaram mais conscientes com o passar dos anos”.

Pesquisar requer confiança. Confiança na processualidade, nos vínculos que se criam, nos saberes que se produzem coletivamente. Requer confiança das participantes para que indiquem quais as questões lhes importam, podendo, assim, assumir um lugar de coautoria na produção de conhecimento (Sade, Ferraz & Rocha, 2013). Requer confiança da pesquisadora em seu saber e fazer, apostando na potência dos encontros que ainda estão por vir. Há riscos e incertezas nisso, principalmente no que diz respeito ao “perigo das únicas histórias”, exigindo atenção para que, ao escolher que relatos entram e quais ficam de fora de nossas narrativas de pesquisa, estejamos atentas aos engendramentos de mundo que se ali se constituem. Conforme Moraes e Quadros

De um lado, o perigo das únicas histórias, no sentido do tamanho único das roupas, da unidade de medida padrão, que, em última instância, não cabe bem em ninguém, porque não há uma medida que reine sozinha e que caiba em todos os corpos; de outro lado, a potência e a força das histórias únicas, situadas, singulares (Moraes & Quadros, 2020, p. 12).

Ademais, dividir todas essas percepções importa porque ser pesquisadora em um país como o Brasil é ser frequentemente avaliada por nossa produção em métricas e também ser julgada aos olhos de quem pouco se interessa sobre este trabalho e que acha que a universidade só serve à “balbúrdia”<sup>17</sup>, que somos vagabundas e vagabundos encostados em bolsas providas pelo governo, entre tantos outros absurdos. É sobreviver às tentativas constantes de desmonte da pesquisa e do ensino brasileiros e ainda produzir referências ao nosso povo e ao mundo. É fazer parecer “fácil” depois que uma pesquisa é concluída, uma dissertação ou tese é entregue à biblioteca, um artigo é publicado.

Além disso, honrar com os compromissos éticos assumidos, que vão muito além da assinatura do TCLE, requer a todo tempo cuidar tanto para que as profissionais e unidades não sejam expostas - lembrando que estamos dentro de uma instituição de preservação da ordem, o que será explicado no capítulo 2 -, como também dignificar as intensidades das experiências

---

<sup>17</sup> No primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019, o então Ministro da Educação Abraham Weintraub, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo afirmou que as universidades federais são espaços de “balbúrdia”. Leia mais em: <https://www.estadao.com.br/educacao/mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba/>.

que foram compartilhadas, se configurando como um imenso desafio. É preciso fazer escolhas, nunca fáceis, abrindo mão de algumas intensidades e priorizando outras. Nesse sentido, trago aqui uma reflexão presente no texto de Bicalho, Rossotti e Reishoffer (2016) e que muito me inspirou (e ainda inspira!) em cada um dos passos dados nesta caminhada, auxiliando tanto nos momentos de dúvidas quanto naqueles que indicavam certas certezas perigosas.

Pesquisar é um risco. Não exatamente aquele que fundamenta a atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa, descrito pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Aquele é o risco que deve ser evitado, a qualquer custo. Risco que não pode ser maior que os previamente medidos benefícios da pesquisa, assegurado pela indelização do pesquisador ao pesquisado tal como afirmado nos modelos de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Não é deste risco que tratamos aqui, caro leitor. Mas do risco inerente à vida. Inerente, portanto, ao ato de pesquisar. Porque se toda pesquisa é intervenção (Passos e cols., 2010), toda pesquisa produz riscos: de produção do novo, de produção de vida. Risco que pode (e deve) ser potencializado (Bicalho, Rossotti & Reishoffer, 2016, p. 95).

Inspirada a correr os riscos potentes, apresento a seguir os fios que me deparei no caminho, organizados e ao mesmo tempo emaranhados, retomando a potência dos encontros que se traduz nos “nós” na/da escrita.

Por fim, cabe destacar que há temas que, embora não fossem o foco, transversalizam todo o trabalho. As relações de gênero, por exemplo, aparecem nas hierarquias machistas e patriarcais do sistema, no tratamento dado às trabalhadoras, nas violências praticadas contra as meninas e meninos, nos modos de lidar com o sofrimento, bem como no funcionamento particular das unidades femininas e masculinas.

A violência estatal também se faz presente, muito antes da entrada dos/as adolescentes na instituição, e permeia todo o cotidiano do serviço, sendo o DEGASE um braço do Estado na produção de violências sobrepostas que atinge, ainda que em diferentes níveis, adolescentes, famílias e trabalhadores/as do sistema socioeducativo.

Outro tema transversal diz respeito à temporalidade, presente desde o “tempo de validade” dos/as servidores/as - que se dá nas mudanças constantes nas equipes que atuam nas unidades - passando pelas interferências e descontinuidades das ações, os prazos e exigências do Judiciário que atropelam o serviço, as mudanças na política, até a rotatividade de adolescentes nas unidades, havendo um tempo pré-determinado para que o trabalho com estes possa acontecer.

Como dito antes, são muitas as tramas e planos de força presentes na instituição e que vão sendo traçados no decorrer das discussões. Há disputas, paradoxos, contradições e

ambivalências, práticas potentes e precárias, implicações e sobreimplicações. Todos elementos que emergem no jogo de forças entre instituinte e instituído.

## 2 “É TUDO SOBRE SEGURANÇA!”: ESVAZIAMENTO DE SENTIDOS NA VERSÃO “DEGASIANA” DE SOCIOEDUCAÇÃO

*Mesmo a violência explícita é cotidiana.  
Ela é explícita e invisível,  
se mostra para ocultar-se.  
No preconceito que segrega, na miséria que  
aparta, na polícia que prende, tortura e mata,  
na moradia que se afasta, nas portas que se  
fecham, nos olhares que se desviam”.*  
(Mauro Iasi, 2013)

### 2.1 Entre facções e milícias, a cidade sitiada: políticas de (in)segurança no Rio de Janeiro

*“Eu acho, principalmente o Rio de Janeiro, uma cidade sitiada, dividida entre facções criminosas, não só do tráfico, da milícia também, né? Então, a gente é atravessado por isso, né?”* (Agave, em entrevista à pesquisadora).

A fala de Agave a respeito do território do Rio de Janeiro surge quando perguntamos a ela sobre qual era o papel da equipe técnica e ela nos conta que vê fundamentalmente o trabalho relacionado a instrumentalização do/da adolescente para que este/a possa abrir um leque de possibilidades em sua vida nos mais diversos âmbitos, mas que este trabalho é atravessado por inúmeras questões, entre elas a própria violência e a especificidade do contexto fluminense como um território sitiado. Sendo assim, entendemos como necessário investirmos alguns esforços para, antes de abordar o DEGASE como *locus* de atuação das psicólogas, tratar de algumas das características que acompanham o Rio de Janeiro, território no qual a instituição está inserida.

Compreendemos que as disputas de poder pelos territórios tornam-se variáveis incontornáveis tanto para as políticas de segurança quanto para tantas outras, que vão desde o transporte e moradia até o acesso à educação, cultura e lazer, políticas essas que se encontram alicerçadas ao campo socioeducativo.

Falar em território é afirmar que estamos diante de um espaço que vai além de suas fronteiras, nem sempre visíveis ou bem definidas. É afirmar um espaço de disputas, onde relações simbólicas, estruturais e de poder se inserem e estabelecem dinâmicas próprias entre si (Oliveira, 2017). Esse conceito de território, embora reconheçamos a existência de tantos outros, nos interessa porque se articula de maneira bastante íntima com as perspectivas da Segurança Pública, na qual a noção de território e de sua gestão “indicam um campo de

constante tensão política e simbólica com repercussões de toda espécie na vida das pessoas e da sociedade” (Baptista & Santos, 2021, p. 379).

No plano de forças que opera no Rio de Janeiro, marcado pela violência e desigualdades, grupos armados vêm ocupando e disputando os territórios, submetendo a população a uma série de arbitrariedades dentro das relações cotidianas e expondo-a frequentemente aos conflitos armados que se dão por disputas entre grupos rivais e confrontos advindos das incursões policiais.

De acordo com o “Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro” (2022), publicado pelo Instituto Fogo Cruzado e o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF), há mais de quatro décadas a Região Metropolitana do Rio de Janeiro encontra-se sob o domínio de grupos armados, apontando ainda que o Comando Vermelho (CV), que durante longos períodos manteve-se como o principal grupo armado com maior domínio territorial e populacional, perdeu sua hegemonia territorial para as milícias<sup>18</sup> que expandiram-se territorialmente, com forte dominação na Baixada Fluminense, em 387% nos últimos 15 anos. Grupos como o Terceiro Comando Puro (TCP) e ADA (Amigos dos Amigos) não assumem grande destaque no levantamento.

Cabe ressaltar que é conhecida a participação de agentes públicos e, principalmente, de policiais nas milícias. Ainda de acordo com o levantamento supracitado, o período entre 2016 e 2018 foi marcado por violentas disputas por controle territorial entre facções, uma vez que a crise fiscal, econômica e de gestão enfrentada pelo Estado fragilizou ainda mais a capacidade de resposta do poder público, facilitando o crescimento explosivo das milícias (Fogo Cruzado & Geni/UFF, 2022). Isso porque durante esse período o Brasil experienciava a desaceleração econômica, impossibilitando o cumprimento de compromissos orçamentários, cuja situação foi profundamente agravada pela crise política propiciada pela Operação Lava-Jato<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Referente a organizações criminosas que se instauram nas favelas e periferias efetuando práticas ilegais sob a alegação de combater o crime do narcotráfico. Tais grupos se mantêm com os recursos financeiros provenientes da extorsão da população e da exploração clandestina de gás, televisão a cabo, máquinas caça-níqueis, agiotagem, ágio sobre venda de imóveis, etc.

Leia mais em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mil%C3%ADcia\\_\(criminalidade\\_no\\_Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mil%C3%ADcia_(criminalidade_no_Brasil)).

<sup>19</sup> Conjunto de investigações bastante controversas realizadas no Brasil entre 2014 e 2021 por meio da Polícia Federal visando inicialmente apurar um esquema de lavagem de dinheiro que ficou conhecido como Petrolão. A operação, marcada por uma série de ilegalidades, abusos e contradições, mudou os rumos políticos do país e tornou-se ferramenta crucial favorável ao golpe praticado contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e no favorecimento da eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, governo responsável por uma das mais graves crises política-econômica-sociais já enfrentadas na história brasileira e pela morte de mais de 700 mil pessoas durante a pandemia, pelo desmonte das políticas públicas, descrédito das instituições sociais e toda sorte de atrocidades que marcam os tempos verdadeiramente sombrios vividos entre 2018 e 2022.

No estado do Rio, um braço da Lava-Jato revelou escândalos de corrupção que culminaram com a prisão do ex-governador Sérgio Cabral Filho em 2016 e, posteriormente, de seu sucessor Luiz Fernando Pezão, preso em 2018, no último ano de seu mandato como governador. Enquanto isso, o Estado atrasava repasses e pagamentos de salários, inviabilizando o funcionamento dos serviços e órgãos públicos estaduais, inclusive na área de segurança (Fogo Cruzado & Geni/UFF, 2022, p. 13).

Por efeito da crise, houve uma piora significativa em todos os indicadores de segurança pública, com aumento expressivo das ocorrências de roubos, homicídios e mortes por intervenção de agentes do Estado (Hirata & Grillo, 2019). Tais indicadores foram utilizados como justificativa para a intervenção federal na segurança pública, defesa civil e administração penitenciária do Estado do Rio, orquestrada pelo governo interino - e golpista - de Michel Temer (MDB)<sup>20</sup>. Ao final da intervenção, os bilhões de reais investidos pelo governo federal se converteram na explosão da violência armada e resultados insatisfatórios na diminuição de crimes.

A percepção de crise se estendeu durante todo o processo eleitoral de 2018, com o agravante do aprofundamento das críticas ao projeto de segurança centralizado na Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESEG. Com a eleição de Wilson Witzel (PSC) como governador, principal representante do bolsonarismo no Rio e conhecido pelos pronunciamentos fascistas como “a polícia vai mirar na cabecinha”<sup>21</sup>, a Secretaria foi extinta, dando total autonomia para as forças policiais civil e militar agirem de modo independente, sem qualquer subordinação às diretrizes, protocolos e metas estabelecidas pelas políticas de Estado.

As eleições de 2018 coroaram a vitória em nível estadual e nacional de candidaturas que defendiam o encarceramento em massa e o extermínio de suspeitos como soluções para o problema da criminalidade. Alguns desses representantes eleitos se viram envolvidos em escândalos de corrupção, inclusive envolvendo integrantes de milícias (Fogo Cruzado & Geni/UFF, 2022, p. 14).

Witzel foi afastado do cargo em 2020 após processo de *impeachment* por conta de desvios na Saúde, especialmente durante a Pandemia, sendo substituído por seu vice Cláudio

---

<sup>20</sup> Em 2016, Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment, sem ter cometido qualquer crime de responsabilidade que justificasse a interrupção do mandato. Seu vice, Michel Temer, foi peça importante no golpe, articulando-se junto à oposição do então governo para assumir o poder. Leia mais em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538\\_750062.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html). Acesso em 15 mai. 2023.

<sup>21</sup> Durante sua gestão, em diversos pronunciamentos, Witzel orientava a polícia do Estado a atirar em toda e qualquer pessoa que poderia ser identificada portando um fuzil, mesmo que esta não indicasse qualquer ameaça e ainda que o Rio conte com inúmeros casos de barbaridade em que policiais militares supostamente teriam “confundido” o porte de objetos como furadeiras e guarda-chuvas como armas, assassinando civis. Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>. Acesso em 23 de janeiro de 2023.

Castro (PL), que protagonizou nos últimos anos (2020-2022) três das cinco maiores chacinas policiais da história do estado<sup>22</sup>, mantendo de maneira sanguinária o legado de autorização e incentivo ao uso desmedido da força letal. Vale ressaltar que Cláudio Castro se reelegeu em 2022 como governador, recebendo expressivos 4.930.288 votos (58,67%).

Não surpreende, portanto, que o processo de enfraquecimento da SESEG e concomitante autonomização das polícias coincida com o impressionante crescimento das milícias evidenciado a partir do triênio 2017/2019. Com as polícias atuando a salvo de controles democráticos e de qualquer necessidade de prestação de contas à sociedade, a extensão territorial sob o controle de grupos armados, em particular dos grupos milicianos, cresceu vertiginosamente (Fogo Cruzado & Geni/UFF, 2022, p. 14).

Hirata e Grillo (2019) afirmam que as operações policiais são o grande instrumento de ação da área de segurança pública no Rio, política marcada pelo fracasso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)<sup>23</sup>, pela crise econômica e fiscal, pelos inúmeros escândalos de corrupção envolvendo ex-governadores, além da crescente onda de crimes patrimoniais que culminou na Intervenção Federal sobre o estado. Para os autores, os resultados violentos e desastrosos das incursões, especialmente no que tange a alta letalidade, estão relacionados à baixa notificação das operações, ou seja, quando estas não são provenientes dos procedimentos judiciais e investigativos e não são informadas ao Ministério Público.

É importante ressaltar que a trama da política de segurança militarizada inserida no Rio tem seu início desde o período colonial, em que a Corte Portuguesa iniciou o movimento para que as instituições policiais se tornassem responsáveis pela manutenção da “ordem” na cidade, servindo aos interesses do Estado e de grupos oligárquicos que viram na atuação dos policiais a margem para controlar (e criminalizar) “toda e qualquer ação não condizente com seus interesses, funcionando como uma forma de controle às massas populares” (Gomes, 2021, p. 579-580). Todavia, dando um salto na história, a militarização que conhecemos hoje com bastante proximidade ganhou força efetivamente entre as décadas de 1980-1990, com o discurso de “combate ao tráfico de drogas” na cidade do Rio e diretamente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional, cujo função durante a ditadura militar era combater os opositores do regime (Coimbra, 2000).

---

<sup>22</sup> Fonte: Dicionário de Favelas Marielle Franco – Wiki Favelas. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Linha\\_do\\_tempo\\_das\\_principais\\_chacinas\\_no\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://wikifavelas.com.br/index.php/Linha_do_tempo_das_principais_chacinas_no_Rio_de_Janeiro). Acesso em 14 de janeiro de 2023.

<sup>23</sup> O chamado “fracasso das UPPs” pode ser consultado no texto de Silvia Ramos publicado no site WikiFavelas. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/UPP:\\_a\\_fal%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_um\\_programa\\_para\\_mudar\\_a\\_pol%C3%ADcia](https://wikifavelas.com.br/index.php/UPP:_a_fal%C3%A7%C3%A3o_de_um_programa_para_mudar_a_pol%C3%ADcia). Acesso em 10 jun. 2023.

A partir da década de 80, diferentes governos passam a implementar uma política de segurança cada vez mais repressiva e violenta, que no campo do discurso volta-se para o combate ao tráfico, mas na prática tem como alvo a população preta e pobre. De acordo com Ribeiro, Dias e Carvalho, o aumento do Estado punitivo é onde se insere a atual política de segurança do Rio de Janeiro, “que por meio das ‘megaoperações’ policiais e com os autos de resistência<sup>24</sup> vem transformando as ações de segurança pública em atos de extermínio e exposição permanente à morte da população pobre e negra” (2008, p. 07).

Sabemos que nesse contexto que foi naturalizado como “guerra”, a identificação do inimigo obedece a critérios sociais, raciais e geográficos, empreendendo em larga escala a criminalização das populações faveladas, identificadas como sendo responsáveis pelo tráfico de drogas e pela violência urbana. O discurso da “guerra contra o crime”, que se faz por meio da política de confronto, não se sustenta quando analisamos os inúmeros indicadores provenientes da área de segurança pública. Cotidianamente vemos que a proporção de civis e policiais que são feridos e mortos em combate é imensamente maior do que as apreensões de supostos criminosos, armas e drogas, mesmo nas conhecidas “grandes operações”, revelando um *modus operandi* de extermínio e que pouco impacta na redução da violência. Ao contrário, a alimenta.

Seguimos questionando a manutenção desses modos de produzir (in)segurança e a irracionalidade das operações que veem no belicismo, no uso desmedido da força, uma suposta solução para a violência. Fazemos coro com o questionamento produzido por Castelo Branco e Ferreira (2021):

A trama da violência urbana carioca, formada por policiais, milicianos, traficantes e inocentes, é costurada pela insistência na lógica militarizada da beligerância cujo resultado são recorrentes índices de letalidade superiores a países em guerra. Por que a concepção marcial de segurança pública que provoca a produção industrial da letalidade, com massivos custos orçamentários, perdas humanas e sofrimento irreversíveis, continua a ser implementada? (2021, *on-line*).

Embora a resposta seja complexa e multifacetada, é preciso considerarmos que o emprego da palavra “violência” é performático, evocando também uma “contra-violência”, ou seja, operamos o conceito como se este estivesse em algum lugar fora de nós, como se fossemos

---

<sup>24</sup> Entende-se por “auto de resistência” os assassinatos cometidos por policiais praticados contra sujeitos que foram identificados como “suspeitos”, alegando legítima defesa e que houve resistência a prisão. A discussão sobre o tema e toda sua problemática pode ser conferida aqui: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Auto\\_de\\_resist%C3%A2ncia:\\_a\\_omiss%C3%A3o\\_que\\_mata](https://wikifavelas.com.br/index.php/Auto_de_resist%C3%A2ncia:_a_omiss%C3%A3o_que_mata). Acesso em 10 jun. 2023.

sujeitos pacíficos, em nada violentos e, por esta razão, estaríamos em condições de denunciar a violência e situá-la em um lugar outro, de acordo com nossos próprios valores (Balibar, 1996).

Tomando o Estado brasileiro, vemos esta mesma operação no uso da força excessiva em resposta ao que o próprio Estado denomina como “violência”, “crime”, “corrupção” e tantas outras categorias, como se todas elas estivessem deslocadas das ações do próprio Estado. Conforme Misse (2008), a categoria “violência” pressupõe a “pacificação das relações sociais, o monopólio do emprego legítimo (e legalmente regulado) dessa força exclusivamente pelo Estado e, no limite, uma compulsória judicialização dos conflitos” (p. 374).

Acontece que no contexto brasileiro, o Estado jamais teve o monopólio do uso da força, tampouco foi capaz de oferecer a toda sociedade acesso igualitário ao Sistema de Justiça e ao que se convém chamar de “resolução de conflitos”. Se esta fosse a realidade, e não estamos dizendo que seria a solução de todas as nossas mazelas sociais, não assistiríamos, dia após dia, a demanda presente tanto na mídia quanto em diversos segmentos sociais por “soluções de força ilegais”, compreendendo aqui práticas de justiçações, tortura etc., amparadas na ideia de “fazer a justiça com as próprias mãos” (Misse, 2008).

Nesse cenário, ao tráfico de drogas tem sido atribuída sistematicamente toda a responsabilidade pelo aumento da violência, justificado pelo suposto efeito das drogas em seus consumidores, pelos atos infracionais praticados por jovens pobres para terem acesso a estas drogas ou ainda pelos próprios conflitos internos desse grande mercado. As aclamações sociais por punições mais severas frente ao tráfico e suas mazelas são utilizadas pelo Estado como justificativa para as ações truculentas operadas nas favelas e regiões periféricas.

A esse respeito, Misse (2008) nos fornece uma importante contextualização sobre a conjuntura do tráfico no Rio de Janeiro:

Nesse caso, sempre pareceu estranho que o mercado varejista de drogas, que no Rio de Janeiro desenvolveu-se nas favelas e outras aglomerações urbanas de baixa renda, incorporasse um recurso tão constante à violência, sem comparação em outras cidades de outros países. Apenas no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, tornou-se comum uma extensa territorialização do comércio de drogas. Esses territórios, operados por traficantes varejistas, são constituídos, no Rio, pelos pontos de venda nos morros (“bocas de fumo”), defendidos por “soldados” armados com fuzis, metralhadoras, granadas e até, em alguns casos, com armas anti-aéreas, tudo isso em meio urbano, com alta densidade demográfica e constantes incursões policiais. Aos conflitos armados com a polícia, seguem-se os conflitos armados com outras quadrilhas, que tentam invadir e tomar o “território” do outro. Nos últimos trinta anos, uma verdadeira corrida armamentista levou a uma concentração de armamentos de guerra nesses morros e favelas que até hoje ainda desafia a polícia e as forças armadas. Mas não há qualquer objetivo político ou coletivo em defender esses “territórios”, o interesse é apenas econômico e militar. Um viés “guerreiro” incorporou-se a essas redes de pequenos traficantes, que enfrentam-se entre si e à polícia, demarcando-se por facções

sustentadas por sua função como agências de proteção dentro do sistema penitenciário (Misse, 2008, p. 383).

Ocorre que esse viés “guerreiro” mencionado pelo autor é quase sempre personificado por jovens pobres, a maioria pretos, entre 15 e 19 anos, que utilizam o próprio corpo como escudo e preferem muitas vezes correr o risco da morte nos confrontos com a polícia à possibilidade de serem rendidos e levados para a prisão, incluindo o DEGASE conforme assinalado na fala de uma das psicólogas. *"A gente tá num contexto social prejudicado e aí o DEGASE pra essa galera representa a polícia. Segurança, polícia. A gente fala que não é, mas para eles a gente é"* (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

A esses jovens são conferidos os títulos de “bandidos”, “vagabundos” e “traficantes”, e por estarem dentro destas categorias e oferecerem resistência armada aos tiros da polícia, passam a ser legalmente mortos, embora não seja raro os casos em que os corpos no chão tenham marcas de execução à queima-roupa. São jovens que veem no tráfico a possibilidade de ganhar dinheiro, garantindo sustento e acesso ao que se tem como objeto de desejo. Enxergam nas facções o lugar da proteção - ainda que precária -, do reconhecimento e da legitimação de seus modos de viver, que na revolta com a desigualdade social e com a violência que incide nos cotidianos dos morros, becos e vielas, oferecem “contra-violência” na busca por alguma forma de justiça. É devido à tamanha insurgência, que desestabiliza e põe em ameaça uma certa noção de ordem social, que quaisquer formas de repressão e neutralização dessas resistências tornam-se imediatamente aceitas e legitimadas (Reishoffer & Bicalho, 2009).

Ressaltamos que quando se atribui ao comércio varejista de drogas a responsabilidade por todos os problemas que enfrentamos no campo da segurança pública e a imagem que se tem dos representantes desse comércio é atrelada quase sempre a jovens pretos e periféricos, estamos diante de uma reedição dos modos pelos quais o controle sobre o crime se torna mecanismo de controle social de uma classe sobre outra. Nesse sentido, cabe aqui uma breve análise de conjuntura que extrapola o contexto do Rio, mas que se relaciona diretamente com este.

Pensando esses mecanismos de controle social, Reishoffer e Bicalho (2009) argumentam que o controle visa a manutenção e reprodução de uma determinada ordem social, ordem esta que requer atenção e esforços para compreendê-la dentro do contexto histórico em que está inserida, do contrário “tendemos a crer, inocentemente, que qualquer ordem social seria natural e que sua defesa se faz indispensável contra quaisquer forças que lhe opõem” (Reishoffer & Bicalho, 2009, p. 427-428). Para os autores, o sistema punitivo se baseia no controle social coercitivo que se concentra na ideia de defesa social, onde alguns atos são

compreendidos como não nocivos à sociedade, em detrimento de outros que são considerados como desviantes e indesejáveis. “É a seletividade do controle social que definirá que ordem se torna desejável ser defendida, produzindo seus criminosos e seus crimes” (Reishoffer & Bicalho, 2009, p. 429).

O controle social, por meio do Estado Penal, também adota as lógicas da “guerra” e do “inimigo interno” em defesa da ordem estabelecida, que deve ser a ordem do consumo e do mercado. Diante disso, também apoiados por uma criminologia de cunho positivista, que buscou identificar de forma objetiva e asséptica biologicamente, os negros, ou socialmente, os pobres, como potenciais delinquentes; a figura do jovem, negro e pobre aparece como a figura atual da ameaça (Reishoffer & Bicalho, 2009, p. 434).

Portanto, é a política de controle social que define a noção de ordem e quais condutas são consideradas desviantes a essa ordem, ameaçando sua manutenção, e quais não. Se à figura do jovem favelado é conferido o *status* de ameaça à ordem social, a ele - e ao seu território - é destinada uma série de políticas de neutralização/extermínio. Conforme Bicalho (2014), em nome da ordem, confundida como necessária à proteção social, mata-se e, também, obriga-se a viver de maneiras muito específicas.

Quando as chacinas e conflitos armados já não são capazes de garantir a total neutralização das supostas ameaças e essas vidas insurgentes seguem resistindo (e existindo), então é necessário reservar a estes indesejáveis uma série de políticas públicas, as quais Bicalho, Rossotti & Reishoffer (2016) denominam “políticas de preservação da ordem”.

Eles têm endereço, cor, escolaridade, uma determinada maneira de ocupar o espaço urbano, estes “desordeiros”. Os que devem ser presos, vigiados, controlados ou exterminados são facilmente definíveis, aqueles que não se encaixam na lógica de trabalho-produção-consumo. São a “sujeira” da cidade, a “matéria fora do lugar” no sistema neoliberal vigente. Sim: porque lixo, em uma sociedade como a nossa, nada mais é do que matéria fora do lugar. Nada mais são do que aqueles “sem lugar” no sistema de produção. A eles, um lugar: junto aos “guardiões de ordem” (Bicalho, Rossotti & Reishoffer, 2016, p. 87).

Não temos dúvidas que as políticas de preservação da ordem visam a esterilização da população pobre brasileira, uma vez que esta detém baixo potencial de consumo e há pouca ou nenhuma possibilidade de inserção no mercado (ou seja, de torna-se “útil” aos meios de produção capitalista), tornando-se alvo do controle social repressivo. E que a ordem da qual essas políticas pretendem ser garantidoras está inserida na racionalidade neoliberal que, conforme Dardot e Laval (2016), está para além da ordem econômica, produzindo certos tipos

de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Para os autores, o que está em jogo no neoliberalismo é, justamente, a nossa forma de existência.

No modelo neoliberal, aos sujeitos são impostos um trabalho interior constante, devendo agir como um “empreendedor de si mesmo”, de modo que a economia é transformada em disciplina pessoal, na gestão de si mesmo, e é avaliada através de seu comprometimento subjetivo com o trabalho. Há perdas nos direitos econômicos, sociais e culturais da classe trabalhadora e os mecanismos de proteção social do Estado são enfraquecidos dando lugar à mera acumulação de capital e consumismo desenfreado (Tolentino & Bastos, 2017; Reishoffer & Bicalho, 2009).

Um exemplo bastante elucidativo consiste na “reação” do mercado ao discurso do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, ainda no período de campanha das eleições de 2022, em uma entrevista ao canal CNN<sup>25</sup>, em que questionava políticas de controle fiscal (como o teto de gastos<sup>26</sup>) e afirmava que os gastos com Educação não seriam gastos e sim investimentos. A reação negativa se converteu na baixa de 3,35% no Ibovespa, índice da bolsa de valores brasileira, o que gerou uma perda de R\$156,269 bilhões em valor de mercado. Todavia, nenhuma reação próxima disso foi verificada quando veio à tona o rombo de quase 20 bilhões na empresa Americanas<sup>27</sup>, gigante do mercado nacional, gerando incertezas sobre o futuro do trabalho de mais de 48 mil funcionários.

Assim, vemos se configurar o cenário descrito por Reishoffer & Bicalho (2009): a partir fortalecimento da lógica neoliberal, as políticas econômicas e sociais perdem a intervenção do Estado e são retiradas dos programas de manutenção da ordem pública, tendo por efeito a instauração de um clima de insegurança coletiva, “pois aqueles que já não dispunham das mínimas garantias de sobrevivência agora irão compor a imensa lista de desempregados e excluídos” (p. 432). Nesse clima de insegurança e desamparo, a resposta ao problema da criminalidade passa, então, a concentrar “nos crimes e nos criminosos, identificados e naturalizados como produto de classes sociais ou da pobreza, em vez de se concentrarem nas lógicas de criminalização e na ordem social (desigual, injusta e excludente) que deseja se instalar como necessária” (Reishoffer & Bicalho, 2009, p. 434).

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mercado-reagiu-a-discurso-irresponsavel-e-populista-de-lula-diz-mailson-da-nobrega/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

<sup>26</sup> Trata-se do congelamento de despesas da União durante 20 anos, impossibilitando investimentos em áreas como Saúde e Educação.

Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Emenda\\_Constitucional\\_do\\_Teto\\_dos\\_Gastos\\_P%C3%BAblicos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Emenda_Constitucional_do_Teto_dos_Gastos_P%C3%BAblicos). Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/veja-tudo-o-que-aconteceu-no-rombo-da-americanas-e-saiba-o-que-ainda-esta-por-vir/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

Nessa composição, crime e castigo derivam, portanto, da mesma fonte: tanto as causas da violência quanto a resposta punitiva são resultado da exclusão, derivando em significativa parte da precarização das relações de trabalho. O mesmo mercado que exclui a participação como trabalhador, estimula a voracidade do consumo e, para tanto, aponta como solução o individualismo, a competitividade ancorada na falácia da meritocracia e a fabricação do modelo precarizado de trabalho governado pela noção do “empreendedorismo de si” (Colombaroli, 2017).

A insegurança vem de todos os lados, está em todos os lugares. Há insegurança e medo em relação aos desastres naturais, decorrentes das mudanças climáticas e ambientais ora experimentadas, quando proliferam-se terremotos, inundações, furacões, deslizamentos, secas e ondas de calor; há insegurança e medo nas relações com outras pessoas, que podem, em nosso imaginário, devastar os lares e empregos, destruir os corpos mediante ataques terroristas, crimes violentos, agressões sexuais; experimenta-se ainda a insegurança e o medo em relação a fenômenos que não são nem humanos nem naturais, e ambos ao mesmo tempo, o medo de que os barris de petróleo sequem, de que a bolsa de valores entre em colapso, de que grandes companhias desapareçam – e, juntamente com elas, milhares de empregos –, de que sejam desvalorizados os ativos mais preciosos, e quaisquer outras catástrofes que estão prontas para esmagar a tudo e a todos. A cada dia, novos perigos são descobertos e anunciados, e não se pode saber quantos e quais ainda podem surgir (Colombaroli, 2017, p. 28-29).

Importa dizer que há lucro na insegurança. A fabricação das “ameaças à ordem social” vem acompanhada também das “soluções” ao “perigo iminente”, seja por meio das políticas de culpabilização e encarceramento agenciadas pelo Estado, seja na confecção de “soluções” advindas da iniciativa privada que vende e fatura cada dia mais com seus “seguros”: seguro residencial, seguro de celular, seguro resgate, seguro de vida, seguro *pet*, seguros e mais seguros para uma vida agenciada pelo medo e insegurança.

O medo surge, então, como afeto político que interessa a lógica neoliberal pois induz a sensação de desamparo. E o desamparo é capaz de fazer com que a sociedade não ofereça grandes resistências à perda de direitos, ao desmonte da proteção social, ao enfraquecimento das organizações coletivas, tudo é em nome da tentativa desesperada de conter aquilo que lhe apavora. Para atender aos princípios da racionalidade neoliberal, não há alternativa para além do medo e, conforme Pires (2021), o medo precisa de um inimigo. Neste caso, o “inimigo” que alimenta o medo está inserido nas chamadas “classes perigosas”. Conforme Coimbra (2001):

Todos aqueles que os “mantenedores da ordem” consideram “suspeitos” e que devem, portanto, ser evitados e, mesmo, eliminados. Para esses “enfermos” - vistos como perigosos e ameaçadores - são produzidas “identidades” cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. São crianças e adolescentes já na marginalidade ou que poderão - porque pobres - ser atraídos para tal condição, que

devem ser exterminados. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria - já que não pode mais ser escondida e/ou administrada - deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os "olhos, ouvidos e narizes" das classes mais abastadas (Coimbra, 2001, p. 58).

Para administrar o extermínio das classes perigosas é necessário investir em múltiplas estratégias, seja pela promoção da (in)segurança pública conforme discutimos, seja por meio das instituições de preservação da ordem que vão cumprir com certa excelência seus propósitos de retirar os indesejáveis do convívio social e operar a disciplinarização sobre seus corpos, desejos e potencialidades. Veremos adiante como o DEGASE, justamente por se tratar de uma instituição de preservação da ordem, não escapa à racionalidade neoliberal nem ao projeto de (in)segurança pública, pelo contrário, o absorve e o alastra por todas as vidas que ali estão inseridas.

Retomamos Bicalho, Rossotti e Reishoffer (2016), ao questionarem se a “ordem” seria um valor maior que a vida e se a vida seria capaz de resistir aos discursos e desígnios dos “agentes da ordem”. Nesse sentido, outra indagação, próxima de nosso campo de estudo, surge: Seria a Socioeducação capaz de (re)existir quando sua política é operada por uma instituição de preservação da ordem?

Trazendo um denso e turbulento histórico de violência institucional, marcado por rebeliões e estampando manchetes dos jornais por protagonizar casos de torturas e maus tratos aos/às adolescentes, apresentamos a seguir uma breve contextualização histórica do DEGASE e seus emaranhados, que se refletem no que compreendemos como um projeto de transformação social que não se efetivou.

## **2.2 Nos emaranhados degasianos: da conjuntura turbulenta à transformação que não chegou**

Nossa pesquisa se insere no DEGASE, departamento ligado à Secretaria de Educação e que é responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio fechado no Estado do Rio. Criado em 1993 por meio do Decreto nº 18.493, o Departamento foi idealizado a partir de um projeto político-pedagógico de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, pelo professor Darcy Ribeiro, secretário de Educação durante o governo de Leonel Brizola.

A missão da instituição é concebida pela “formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a

convivência familiar e comunitária” (Rio de Janeiro, 2022a, *on-line*)<sup>28</sup>, herança advinda da proposta educacional de Darcy Ribeiro. Entretanto, 30 anos depois de sua criação, observamos práticas que deslocam o DEGASE de sua proposta transformadora, inserindo-o em um emaranhado de disputas dentro e fora de seus muros. Disputas estas que são provenientes de uma conjuntura que antecede, mas também promove sua criação.

Batista e Arantes (2020) explicitam que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o advento do ECA, era esperada uma mudança efetiva das práticas até então vigentes, situando

A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, incentivando sua reparação quando possível; e a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento (Batista & Arantes, 2020, p. 149).

Para a realização da transição que visava a mudança na lógica de atendimento que, durante a existência da FUNABEM, era pautada em mero confinamento e controle, foi criada em 1990 a Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência - FCBIA. O Órgão era subordinado ao Ministério da Ação Social e tinha por objetivo “implementar a política garantidora de direitos por meio da ação interinstitucional e intersetorial articulada e integrada com as demais esferas da administração pública e da sociedade civil” (Lopes, 2015, p. 65). Ou seja, a FCBIA era responsável por normatizar e coordenar a política de defesa dos direitos da criança e do adolescente e prestar assistência técnica aos órgãos e entidades responsáveis pela execução.

Visando obedecer ao princípio de descentralização previsto na nova legislação, iniciou-se um processo de estadualização, a partir da criação de órgãos Executivos estaduais cuja responsabilidade seria o cumprimento de medidas socioeducativas estabelecidas pelo Poder Judiciário e a garantia da escolaridade para o público atendido. Todavia, no contexto do Rio de Janeiro esse processo começou a ser pensado bem antes, ainda na década de 80, durante a vigência do Código de Menores. De acordo com Lopes (2015), em dezembro de 1986 a FUNABEM emitiu um documento denominado “Descentralização do Sistema de Atendimento

---

<sup>28</sup> Esta definição foi retirada do site oficial do DEGASE em 03 de abril de 2022. Em consulta realizada ao site do Departamento, em exatos vinte dias depois, foi observado que a plataforma encontra-se em manutenção e todo o conteúdo antes disposto fora retirado do ar. Em nova consulta, realizada em 03 de janeiro de 2023, as páginas do site permanecem com o indicativo “conteúdo em desenvolvimento”. Cabe observar se serão mantidas as afirmações sobre visão, missão e valores da Instituição.

a Menores do Estado do Rio de Janeiro” e nele foram explicitadas a inadequação e onerosidade do sistema no modelo de centralização, até então vigente.

Por efeito, foram criados no Estado, a partir de 1988, os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor - CRIAM<sup>29</sup>. Os centros traziam em seu documento preliminar a idealização de uma educação política, pautada na defesa dos direitos humanos, o resgate da autoestima e o ensino da cidadania (Potengy, 2007 citado por Lopes, 2015). Todavia, o contexto histórico no qual se deu a implementação dos CRIAMs foi bastante conturbado. Isso porque os recursos foram pactuados através de convênios e termos de cooperação técnica entre entidades não governamentais, municípios e a FUNABEM. As entidades e municípios ficaram responsáveis pela gestão e administração dos repasses feitos pela União, incluindo a contratação de pessoal especializado e à FUNABEM cabia fazer a supervisão técnica. Além disso, as formas de contrato diferenciadas, a falta de qualificação e a alocação de trabalhadores do nível superior distante de sua realidade local inflamaram o cenário.

No processo de estadualização, a União propunha arcar com as despesas durante o primeiro ano, reduzindo-as em 25% a cada ano até zerar a ajuda de custo em 1994, no fim do Governo Brizola, enquanto o Governo Estadual exigia que o sistema fosse totalmente mantido financeiramente pela União durante os quatro primeiros anos do processo de descentralização e que as verbas viessem por intermédio do Tesouro Nacional e não por meio de repasses à FCBIA. O argumento é que com a descentralização, as novas despesas com manutenção das unidades, pagamento de funcionários, organização de concurso público e compra de material extrapolariam os recursos disponíveis ao Estado naquele momento (Câmara, 2017).

O resultado consistiu no fracasso da proposta audaciosa contida no projeto dos CRIAMs. Para Lopes (2015), já não era mais percebido como “o projeto que iria substituir os sistemas concentrados e segregadores. Esse foi transformado em um simples equipamento para a execução de medidas socioeducativas, perdendo sua importância e papel social” (p. 72). Com a extinção da FUNABEM e o processo de descentralização, ainda na vigência conturbada da FCBIA, os estados brasileiros passaram a ser responsáveis pela criação de órgãos que iriam executar as medidas socioeducativas em cada unidade da federação.

Foi nesse contexto que se deu a criação do DEGASE no início dos anos 90, sendo importante destacar que os impasses permaneciam. Ao passo que a gestão das verbas fez fracassar o modelo dos CRIAMs, também não havia consenso sobre a orientação da política.

---

<sup>29</sup> Em 2009, para se adequar aos princípios do ECA e do SINASE, os CRIAMs tiveram seu nome alterado para Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente – CRIAAD por meio do Decreto nº 41.983. – mas ainda são chamados de CRIAM por muita gente do campo

Ao passo que o Governo compreendia a Secretaria de Justiça como referência institucional adequada, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança do Rio de Janeiro (CEDCA/RJ) discordava da questão, argumentando que os Centros de Atendimento não deveriam ficar vinculados à mesma Secretaria que o Sistema Prisional e sim à Secretaria de Educação. Moreira (2015) explicita que as disputas em torno da formulação da política de atendimento “eram o pano de fundo de um enfrentamento de caráter conceitual, que reafirmava o debate sobre as similaridades e distinções entre o sistema socioeducativo e o sistema prisional” (Moreira, 2015, p. 2).

Se por um lado, discutia-se a importância de pensar a Socioeducação com base na proteção integral, contrapondo-se às práticas punitivas reproduzidas no âmbito do Sistema Prisional e também nos centros de atendimento socioeducativo, por outro, acreditava-se que era necessário estreitar as relações com as forças garantidoras da ordem (polícia e justiça) para utilizar a lei como elemento “capaz de propiciar a alteração das relações punitivas e violentas estabelecidas em torno das formas de proteção” (Moreira, 2015, p. 3). O Governo ganhou a disputa e durante a implementação do DEGASE, este ficou a cargo da Secretaria de Justiça sob a alegação de que a pasta teria maior estrutura, o que rapidamente foi desvelado, uma vez que no decreto de criação do departamento foi explicitado que este não poderia causar-lhe qualquer despesa a mais (Rio de Janeiro, 1993). O resultado foi a prejudicada implementação do Órgão, que não tinha recursos mínimos sequer para as reformas necessárias às unidades entregues pelo governo federal.

De acordo com Moreira (2015), o atendimento aos/às adolescentes privados/as de liberdade foi marcado durante esse período pela coexistência de formas arcaicas e modernas de atendimento. Para a autora era possível identificar no Rio de Janeiro

A combinação de experiências derivadas do investimento em novas metodologias, como os CRIAMs, com outras remanescentes da institucionalização em massa, excessiva disciplinarização, incluindo também os projetos pontuais voltados à educação para o trabalho subalterno como estratégia de profissionalização (Moreira, 2015, p. 4).

Cabe destacar que tais características são encontradas na instituição até hoje, fomentando um cenário complexo sobre o qual iremos nos debruçar ao longo de todo estudo. Além disso, não podemos desconsiderar que antes da FCBIA dar lugar ao DEGASE, a história de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil passou por diversas fases, incluindo

as Rodas dos Expostos, as Casas de Correção<sup>30</sup>, o SAM (Serviço de Atendimento ao Menor) e a própria FUNABEM, mas a lógica de atendimento vigente nessas instituições sempre se pautou na idéia higienista de que pobreza e delinquência tinham uma relação de causa e efeito (Baroni, 2016).

Ao longo de sua história, o DEGASE conservou as marcas do cenário turbulento que o concebeu. Ao longo desses 30 anos, o Departamento sofreu diversas mudanças de Secretarias de Governo, que entre idas e vindas contabilizam doze mudanças, algumas delas em um período muito curto de tempo. Encontramos no estudo elaborado por Lopes (2015), o histórico de vinculações e apresentamos abaixo uma linha do tempo que demonstra as mudanças:



Linha do tempo de vinculações do DEGASE às Secretarias de Estado. Elaborado pela autora.

Fonte: Lopes, E. (2015). A Política Socioeducativa e o DEGASE no Rio de Janeiro: Transição de paradigma?

Há de se considerar que somente no Rio de Janeiro, neste momento, a execução da Política Estadual de Atendimento Socioeducativo em meio fechado é de responsabilidade da

<sup>30</sup> A roda dos expostos ou roda dos enjeitados consistia num mecanismo utilizado para abandonar (expor ou enjeitar na linguagem da época) recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade. Já as Casas de Correção eram estabelecimentos públicos de regime penitenciário, destinado ao cumprimento da pena com o trabalho imposto aos apenados.

Educação, sendo a Assistência Social a pasta predominante em 37% dos estados brasileiros, seguida por Direitos Humanos (25%) e Justiça (23%) (Brasil, 2019).

Quando o DEGASE foi vinculado à pasta da Educação por meio do Decreto nº 41.334, de 30 de maio de 2008, assinado pelo então governador Sérgio Cabral, as justificativas elencadas para o retorno consistiam 1) no caráter socioeducativo do DEGASE; 2) na compreensão de que a SEEDUC dispunha dos métodos pedagógicos necessários para o desenvolvimento de técnicas educacionais e 3) na preocupação do Governo do Estado com as políticas educativas em todos os níveis (Rio de Janeiro, 2008).

No entanto, a mudança para a pasta só ocorreu devido à forte pressão do CEDCA/RJ, que desde 2002 vinha exigindo a desvinculação das medidas socioeducativas às agendas de Segurança Pública e/ou de Justiça, argumentando o caráter educativo das medidas e pela necessidade de romper com o processo punitivo empregado numa estrutura arquitetônica prisional (Moreira, 2015). Em 2003, o Conselho criou um grupo de trabalho composto por representações governamentais e não-governamentais visando sistematizar propostas que alterariam a estrutura de atendimento na área. O resultado se consolidou por meio da Deliberação nº 003 de 16 de abril de 2003, composta por seis artigos, entre eles o artigo 3º que delibera:

Art. 3º - Seja Fundação, seja Órgão Autônomo, a entidade responsável pela Execução das Medidas Socioeducativas em qualquer meio, deverá estar VINCULADA à Secretaria Estadual de Educação ou à Secretaria de Direitos Humanos ou à Secretaria de Ação Social ou diretamente ligada ao Gabinete Civil, mas, de nenhuma forma, vinculada à Secretaria de Segurança ou à Secretaria de Justiça, para fins de Supervisão Administrativa (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, 2003, p. 4).

As deliberações foram um marco da participação da sociedade civil no movimento de garantia de direitos, entretanto, seus efeitos tiveram baixa expressividade no sistema socioeducativo. A situação se arrastou por mais alguns anos, marcada por inúmeras repercussões midiáticas, incluindo na comunidade internacional<sup>31</sup>, que denunciavam situações de maus tratos e torturas e a ausência de ações do governo do estado contra os acusados.

No ano de 2005, durante a V Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fala de Eliana Athaide, advogada e membra da Fundação Bento Rubião, durante a Conferência Magna, trouxe à tona os desafios na implementação da política de atendimento socioeducativo naquele momento:

---

<sup>31</sup>Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2004-dez-05/relatorio\\_denuncia\\_abusos\\_jovens\\_infratores\\_rio](https://www.conjur.com.br/2004-dez-05/relatorio_denuncia_abusos_jovens_infratores_rio). Acesso em 20 de janeiro de 2023.

O nosso Conselho Estadual tem resoluções de transformação do sistema de atendimento socioeducativo, tem resoluções que o Secretário da Infância e Adolescência lá na sede do Conselho disse desconhecer e, no entanto, essas resoluções foram votadas, publicadas, após um amplo trabalho com assembleias ampliadas para a participação da sociedade e fechadas em documentos que foram transformados em resoluções publicadas além de deliberadas, e que, no entanto, continuam na gaveta. Insisto nesse ponto das resoluções, e quando nós falamos de monitorar sistema de atendimento socioeducativo, nós precisamos enquanto Conselho Estadual - falo de fora do assento, eu estou no fórum - monitorar a implantação, a efetivação das resoluções do Conselho Estadual, sob pena de estarmos aqui discutindo o sexo dos anjos. Ou nós nos posicionamos, buscamos conhecer, trabalhamos as resoluções do sistema socioeducativo, ou nós estamos perdendo nosso tempo com referência a isso (CEDCA-RJ, 2005, p. 3, citado por Moreira, 2015, p. 9).

Em 2007, após novamente o DEGASE ganhar as mídias com repercussões negativas e vir a público um vídeo da então primeira dama, Adriana Ancelmo Cabral, exibindo as precárias condições das unidades, é que o governo de Sérgio Cabral anunciou a criação de uma “força tarefa” e a liberação de verbas para solucionar os problemas do sistema socioeducativo (Moreira, 2015). Nesse momento, o DEGASE foi vinculado à Casa Civil e só então, em 2008, passou a compor a pasta da Educação.

A instabilidade na gestão também marca a história do Departamento. Ao longo dos 30 anos que o DEGASE completa em 2023, a instituição foi dirigida por 19 gestores e passou por 20 mudanças no cargo<sup>32</sup>. Apresentamos abaixo uma tabela com o histórico cronológico de gestores para melhor compreensão.

#### **Histórico de Gestores do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE-RJ**

<b>Nome</b>	<b>Período/Gestão</b>	<b>Profissão</b>
Maria Cecília Rezende Ribeiro	1993 a 1994	Assistente Social
Marlene Correa Padilha	1994 a 1995	Defensora Pública
Nemésio Vidal	1995 a 1996	Delegado de Polícia
Ailton Leite da Silva	1996 a 1997	Agente Educacional
Judá Jessé de Bragança	1997 a 1998	Juiz de Direito

<sup>32</sup> Dados referentes até o ano de 2022.

Alexandre Cony dos Santos	1998 a 1999	Coronel da Polícia Militar
Enéas Quintal de Oliveira	mai/1999 a ago/1999	Coronel da Polícia Militar
Sérgio Gomes Novo	1999 a 2002	Coronel do Exército
Sydnei Teles da Silva	jan/2002 a dez/2002	Agente Educacional
Sérgio Gomes Novo	2003 a 2005	Coronel do Exército
Antonio Jacques Rocha Cavalcanti	2005 a 2006	Assistente Social
Adalberto Conde	2006 a 2007	Prof. Ed. Física
Claudecir Ribeiro da Silva	mar/2007 a jul/2007	Coronel da Polícia Militar
Eduardo Pires Gameleira	2007 a 2009	Servidor Público
Rogério Pimenta	jul/2009 a out/2009	Servidor Público
Alexandre Azevedo de Jesus	2009 a 2018	Tenente Coronel da Polícia Militar
Luis André de Moura Monteiro	2018 a 2019	Policial Militar
Márcio de Almeida Rocha	2019 a 2021	Major da Polícia Militar
Marcelo Carmo	jul/2021 a ago/2021	Tenente Coronel da Polícia Militar
Victor Hugo Poubel	2021 – atual	Delegado Federal

**Tabela 1:** Histórico de Gestores do DEGASE. Elaborado pela autora.  
Fonte: Departamento Geral de Ações Socioeducativas (2022)<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Disponível em: DEGASE. (2022). *Breve histórico do DEGASE*. Elaborado pelo Centro de Documentação e Memória (CEDOM). Rio de Janeiro: DEGASE.

Além das constantes mudanças na Direção Geral do DEGASE, o que nos revela mais uma vez a turbulenta história da instituição, onde alguns foram gestores apenas por meses, impactando diretamente na consolidação de determinados projetos e reverberando no cotidiano do serviço, também chama atenção o número de gestores ligados à Segurança Pública em uma instituição que se diz educativa. Dos 19 diretores que já passaram pelo Departamento, 12 estão ligados, direta ou indiretamente, a cargos de Justiça e Segurança, ou seja, mais de 63%. Para Baroni (2016), a prevalência de gestores ligados à Segurança Pública não é mera coincidência, mas um indicativo de que esta instituição, apesar de intitulada socioeducativa, funciona, na verdade, como instituição que visa capturar, sob uma lógica policial, o/a adolescente tido/a como transgressor/a às normas. Verificamos não ser em vão a menção de instituição de preservação da ordem que conferimos ao Departamento e seu *modus operandi* anteriormente.

Embora a questão da militarização da diretoria não tenha aparecido diretamente nas entrevistas, surge um fato curioso nos relatos das psicólogas: todas as profissionais para as quais perguntamos sobre a relação que elas possuem com a Direção Geral, relataram esta como inexistente. Recortamos abaixo dois trechos que sintetizam a questão:

— E como é a relação com a Direção Geral?

— Ah, não tem, eu não tenho. Não tenho a mínima ideia, acho que nunca vi o cara na minha vida e só escuto algumas coisas. Mas de relação não tem. Eu sei que tem cobranças aí que ele faz, mas que muitas vezes não chega até a gente e isso aí eu até agradeço, que não precisa chegar (Argentea, em entrevista a pesquisadora).

[...] Eu entendo isso como muito complicado, né?! Assim, mas não existe esse diálogo. Não sei nem quem... assim, pra ter ser sincera, eu não sei nem quem é, Francyne, eu não sei nem o nome da pessoa, do cidadão. Nunca vi na vida. Às vezes “ah, tá passando aí o diretor geral”, passou. Sabe, assim? Não sei quem é (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

O desconhecimento sobre os gestores não é algo restrito ao DEGASE. É comum em uma universidade que alunas e alunos, funcionários e docentes não conheçam o reitor, por exemplo. Entretanto, chama a atenção que as mudanças na gestão em 2021 se deram em decorrência de um escândalo de abuso sexual em uma das unidades da instituição<sup>34</sup> e essa questão em específico não apareceu nos diálogos que estabelecemos. Não compreendemos se tratar de mero desconhecimento das psicólogas e lançamos a hipótese de que, dada a delicadeza do assunto e possíveis desdobramentos ainda em curso, pode ter sido uma pauta deliberadamente ocultada por razões variadas, entre elas, o receio de retaliação ou qualquer

<sup>34</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/02/diretor-geral-do-degase-e-exonerado-apos-decisao-judicial-que-determinou-afastamento-de-agentes-por-suspeita-de-abuso-sexual.ghtml>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

reação negativa advinda de seus posicionamentos somado ao fato de que tais posicionamentos, ainda que sob sigilo nas identificações, se tornassem públicos por meio da pesquisa.

O corpo de servidores também não escapa às turbulências degasianas, havendo grande rotatividade dos funcionários. Segundo Lopes (2015), mesmo os aprovados em concursos públicos, por vezes, preferiam abrir mão da “tão sonhada matrícula” (p. 19) a ter de vivenciar o cotidiano institucional pautado na violência, negligência e confinamento. Por efeito, conflitos diários ocorriam - e ainda ocorrem -, colocando em risco a segurança de todos, adolescentes e funcionários/as.

Embora o DEGASE trouxesse em seu discurso o reconhecimento de um novo paradigma e a ruptura com seu antecessor, a práxis apontava para outra realidade, longe dos direitos estabelecidos nas legislações e declarações das quais o Brasil se tornou signatário. O DEGASE estava longe de cometer um parricídio, visto que em seu cotidiano institucional continuava muito vivo o seu pai, a FUNABEM (Lopes, 2015, p. 19).

Importa destacar que não faltaram tentativas do DEGASE de transformar sua história e melhorar sua estrutura organizacional. Encontramos no trabalho de Lopes (2015), o relato de alguns dos projetos elaborados para possibilitar que a instituição pudesse honrar com sua missão e valores. Destacam-se:

- O projeto “Fundamentação político - filosófica - metodológica a ser implementada no DEGASE”, de 1995, que objetivava materializar o ECA por meio de um plano que englobava o planejamento, acompanhamento, controle, execução e avaliação da política social desenvolvida;
- O “Projeto de Excelência”, desenvolvido em 1997, que consistia na reformulação do projeto anterior, porém focado na estrutura física das unidades do Departamento;
- Em 2003, a instituição lança o projeto “Traçando Caminhos”, cujo objetivo era revitalizar o Sistema Socioeducativo, privilegiando a necessidade de unidades menores e descentralizadas, além da valorização profissional.
- Para tentar se adequar aos princípios do SINASE<sup>35</sup> (2006), o DEGASE passou, em 2008, pela consultoria do Professor Antonio Carlos Gomes da Costa, englobando um curso de “Formação de Socioeducadores” direcionado aos gestores da instituição para formular o alinhamento estratégico do atendimento socioeducativo no Rio de Janeiro. e a

---

<sup>35</sup> Cabe ressaltar que o documento de 2006 refere-se a criação do SINASE pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA por meio da Resolução nº 119/2006. Em 2012, o Sistema adquire o caráter de Lei Federal.

construção do Plano Estadual Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro (PASE-RJ), que passou a orientar a política do governo estadual. Além disso, uma nova estrutura organizacional, formalizada pelo Decreto 41.144, foi criada, passando a ter os seguintes órgãos em sua estrutura: A Escola de Gestão Socioeducativa, Coordenação de Execução de Medidas socioeducativas, Coordenação de Saúde Integral e Reinserção Social, Coordenação de Segurança e Inteligência, Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Centro de Capacitação Profissional, Assessoria de Planejamento e Gestão Institucional, Ouvidoria, Gerência de Escritório de Projetos e Assistência de Projetos de Infraestrutura.

- Em 2010, emerge o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com o objetivo de servir de eixo norteador para a política de atendimento em todas as unidades, na busca de unificar a atuação. Um ano depois, inicia-se a construção de Projeto Político Pedagógico de todas as Unidades.

Outro aspecto importante é que em 2007, visando reorganizar sua estrutura e política de atendimento, a instituição tenta construir uma nova imagem e adotar a denominação “NOVO DEGASE”. O nome do Departamento não mudou formalmente por meio de qualquer ato oficial, tratando-se apenas de um nome fantasia elaborado pelo governo do Estado para *marcar* as mudanças ocorridas, sendo interessante pensar no emprego da expressão “marca” e sua dualidade, que ao mesmo tempo em que se refere a uma certa impressão deixada por algo ou alguém, também é utilizado no *marketing* para designar um produto ou serviço. O “NOVO DEGASE” surge então como um reposicionamento de marca, um *rebranding*, que no contexto da publicidade visa uma mudança de posicionamento para se adequar a imagem que quer transmitir aos consumidores, nesse caso, visando melhorar a imagem do Departamento junto à sociedade.

No presente estágio de sua trajetória político-institucional, sob o signo da marca NOVO DEGASE, a instituição vem empenhando-se em desenvolver um amplo, profundo e vigoroso processo de reordenamento interno e externo com reformulações de conteúdo, método e gestão, visando reposicionar o atendimento socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro, alinhando-o com as concepções, objetivos e metas estabelecidas pelas legislações vigentes e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (PPI/DEGASE, 2010, p. 9, citado por Lopes, 2015, p. 139).

Ocorre que na última década, após a implementação do NOVO DEGASE, este não conseguiu implementar efetivamente todas as mudanças a que se propunha. Há poucos registros disponíveis sobre a trajetória da instituição na última década, mas o que se observa é que esta

vem, ao longo dos últimos anos, oscilando entre protagonizar casos de tortura e maus tratos e curtos momentos de harmonia e paz (Lopes, 2015). Entre as razões, podemos considerar a ausência de recursos, disputas políticas, mudanças nos governos, interferências do Judiciário e do Legislativo, tensionamentos nas políticas urbanas que afetam diretamente o público atendido, reivindicações de movimentos sociais, além dos próprios conflitos internos do Órgão Executivo. Além disso, não podemos ignorar que o DEGASE, por mais esforços que empenhe para tentar adequar-se aos princípios socioeducativos, atua como um espelho da sociedade mais ampla e a mentalidade menorista arraigada em nossas subjetividades, além de estar na lógica do sistema de justiça, em que a seletividade e a violência são engrenagens importantes.

Outro ponto que merece nossa atenção é a abertura da instituição para as universidades, por meio de convênios de estágio e projetos de pesquisa. Para Lopes (2015, p. 144), “o Órgão precisou aprender com as críticas, análises e sugestões vindas do meio acadêmico”. Pensamos, a partir disso, que por mais fechada que seja a instituição, estão inseridas ali forças que também promovem circulação e abertura.

São um conjunto de forças, instituídas e instituintes (Baremblytt, 1994), que coexistem, em que o novo e o velho convivem com grandes atritos, fazendo existir um plano que é, ao mesmo tempo, móvel e cristalizado. Móvel pelas instabilidades, turbulências, descontinuidades, incertezas e inseguranças, mas também por pequenas aberturas que possibilitam tensionar a realidade institucional visando mudanças. Cristalizado, por resistir ao novo, pela presença da ideia de que existem questões que não podem ser transformadas, que os olhares de “fora” não entendem a “ponta”, além da naturalização constante de práticas, pensamentos, normas e regras há tempos instituídos e que dificultam e resistem a qualquer sinal de inventividade. A esse respeito, Agave ilustra muito bem em seu relato a questão da instabilidade, ao afirmar: “Atualmente, está tudo bem, mas, no DEGASE, é assim, tudo pode mudar. O serviço público é assim, de uma hora pra outra, tudo muda” (Agave, em entrevista à pesquisadora).

Compreendemos que, dia após dia, a conjuntura política, econômica e social evidencia a permanência de um descompasso entre as normativas que estabelecem crianças e jovens como sujeitos de direitos e como prioridades absolutas em termos de cuidado e proteção, e a realidade concreta que se demonstra ainda alicerçada em uma lógica de punição aos/às jovens que cometem algum ato infracional como forma de atacar as supostas causas da violência.

Os clamores por mais punição e por penas (ou medidas socioeducativas) cada vez mais severas encontram na violência urbana e no tom alarmista dos veículos midiáticos um solo fértil, ao passo que as instituições sociais se veem incapazes de responder à altura o clima de

insegurança instaurado, resultando em propostas retrocedentes e um tanto absurdas, como a redução da maioria penal. Craidy (2017) nos recorda, entretanto, que o punitivismo não se manifesta apenas nas “propostas aberrantes”, mas está presente na mentalidade repressora e autoritária que se forjou no Brasil desde seus primórdios escravocratas e que foi profundamente agravada durante a ditadura cívico militar, “manchando de sangue e de arbítrio nossa história cujas marcas ainda se fazem sentir” (Craidy, 2017, p. 87).

Mais do que explicar as razões do descompasso entre a legislação e as práticas socioeducativas, já tão exaustivamente tratadas nos inúmeros estudos, relatórios técnicos e denúncias, é necessário ter em mente que, conforme Batista e Arantes (2020),

Não se muda uma situação historicamente consolidada de descaso, maus tratos, racismos e torturas, sem grandes esforços e sem que haja mudanças profundas na sociedade como um todo – em especial, apontamos a pobreza de grande parte da população brasileira, além de uma grita punitivista que se opõe a qualquer medida de humanização das prisões e das unidades de internação para adolescentes, por poucas e pequenas que sejam tais medidas (Batista & Arantes, 2020, p. 150).

Como reflexo dessas questões estruturais, o debate produzido acerca da violência institucional no contexto das medidas socioeducativas têm se restringido às violações praticadas contra os/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, especialmente na internação. Este é um debate sério e necessário, que situa a aplicação dessas medidas com foco muito mais no/a autor/a, do que no ato infracional, revelando-se em um projeto político-coercitivo destinado à juventude empobrecida, preta e periférica. Todavia, nossa pesquisa tem nos convidado a refletir sobre a maneira pela qual esta violência instituída, “cujas raízes estruturais estão fincadas nos escombros do colonialismo, na barbárie da escravidão, no poder da oligarquia e no capitalismo tardio e periférico” (Bonalume & Jacinto, 2020, p. 181), atinge também os trabalhadores e trabalhadoras deste sistema.

Propomos tomar a violência institucional como um projeto político que serve aos propósitos de tomada da vida pelo capital em suas entranhas (Hardt & Negri, 2004). Não se trata de um projeto onde a violência é praticada tão somente sobre os corpos, mas que se infiltra por toda a vida; não mais em “um nível totalitário, definido, macro e visível” (Fonseca; Thomazoni; Costa; Souza & Lockmann, 2008), mas no entre, na invisibilidade, nas pequenas ações cotidianas de um contexto institucional.

Quando imaginamos nossa pesquisa, pensamos que os desafios de atuação em uma instituição como o DEGASE seriam imensos e nos interessava, de alguma maneira, compreender as formas com as quais as profissionais resistem, promovem enfrentamentos e

ajudam a construir uma política pública tão complexa como a socioeducação. De maneira sintética, nos interessava (e segue interessando) como o trabalho se torna *possível*. Não estávamos totalmente equivocadas, pois há sim *possibilidades*, formas de resistência, de não sucumbir às desqualificações do trabalho e às forças que tensionam o cotidiano dentro e fora do DEGASE. Há verdadeiramente uma luta para que a socioeducação seja possível, para que os princípios da Constituição, do ECA e do SINASE não fiquem só no papel. Mas também há impossibilidades. Impossibilidades intransponíveis ao cenário que temos hoje, em que para socioeducar acredita-se que é necessário, cada vez mais, prender e punir, e para isso as instituições de preservação da ordem estão sempre à disposição. Essa "impossibilidade" talvez seja particular aos modos de se fazer política pública no Brasil, não sendo raro encontrar tal significante em trabalhos sobre o assunto, indo muito além da própria socioeducação, afinal, estamos falando de um país que se desenvolveu a partir de ambivalências e contrastes.

O Brasil é, ao mesmo tempo, uma nação marcada por altos gaps sociais e índices elevados de analfabetismo, mas também por um sistema dos mais modernos e confiáveis de aferição de votos. É aquele que introduz de maneira veloz, em seu parque industrial, as benesses da modernidade ocidental, e o segundo em acessos ao Facebook, mas que mantém congeladas no tempo áreas inteiras do território nacional, sobretudo na Região Norte, onde se trafega na base de pequenas jangadas a remo. Que possui uma Constituição avançada - a qual impede qualquer forma de discriminação - mas pratica um preconceito silencioso e perverso, como já se disse, duradouro e enraizado no cotidiano. No país, o tradicional convive com o cosmopolita; o urbano com o rural; o exótico com o civilizado - e o mais arcaico e o mais moderno coincidem, um persistindo no outro, como uma interrogação (Schwarcz & Starling, 2018, p. 19).

Por tamanhas ambivalências, não é de se estranhar que nos caminhos percorridos em nossa pesquisa, mobilidade e dureza, aniquilamento e invenção, precário e potente, possível e impossível se encontram e se tramam. Tramam-se à medida que se entrelaçam e tramam também, uns contra os outros. Portanto, consideramos que a melhor forma de conhecer as tramas é seguir seus fios.

Por essa razão, tomamos a seguir a relação truncada entre agentes socioeducativos e as equipes técnicas, relacionando com o que denominamos “jeito-degase-de-funcionar”, ou seja, o *modus operandi* institucional que privilegia uma certa noção de segurança em detrimento de propostas potencialmente transformadoras. *Segurança* que se traduz em muitos momentos como *insegurança* e que permeia o cotidiano de quem toca o serviço.

### 2.3 Nas trincheiras entre agentes, adolescentes e equipes técnicas: o “jeito-degase-de-funcionar”

No diálogo com Zinnia, profissional que entrevistamos, ela aponta que um dos grandes desafios que se apresentam ao trabalho é a relação “esquizofrênica” que se estabelece na instituição, em que as equipes tentam, dentro dos limites institucionais, realizar um trabalho voltado para a socioeducação enquanto grande parte dos agentes

Têm muita convicção de que eles não são socioeducadores, que eles fazem parte da segurança pública. E aí fica muito complicado, a gente sente que tá trabalhando numa unidade esquizofrênica [...] se um grupo daqui tá voltado só pra segurança e o grupo, que são os técnicos, tá voltado pra socioeducação” (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Meireles (2017) pensando esses lugares entre a educação e a disciplina que permeiam as relações no DEGASE sintetiza o conflito:

A existência histórica de uma cisão bem demarcada entre essas duas equipes reflete, genericamente, os diferentes olhares para os adolescentes e a defesa de seus direitos, mas fala também de uma demanda institucional desigual para esses dois grupos profissionais – socioeducação versus segurança e disciplina. Enquanto se reforça o lugar da equipe técnica como responsável pela intervenção socioeducativa e pela garantia de direitos dos adolescentes, exclui-se o agente deste trabalho, desqualifica-se suas atuações e limita-se sua atuação à contenção dos atendidos (Meireles, 2017, p. 14).

Goffman (1974) nos ajuda a compreender essa relação conflituosa ao refletir que as instituições quase sempre funcionam como meros depósitos de internados, mas se apresentam ao público como uma organização racional, planejada com eficiência para alcançar determinada finalidade – frequentemente lidar com as mazelas sociais. Esta contradição entre o que a instituição diz fazer e aquilo que oficialmente realiza constitui, segundo o autor, o contexto básico de trabalho das equipes que ali atuam.

Consideramos que esse conflito se estabelece, em parte, pela tarefa dupla e contraditória conferida ao exercício profissional dos agentes: promover, junto às demais equipes, os meios possíveis de responsabilização e reintegração social dos/das jovens que infringiram a lei e, ao mesmo tempo, manter e preservar a ordem e a disciplina. São pessoas que passam boa parte de seus dias no interior de uma instituição de cárcere e lidando com os sujeitos dos quais a sociedade, em geral, deseja distância (Lourenço, 2011).

É interessante notar que esta convicção mencionada anteriormente pela psicóloga vem ganhando força no legislativo nos últimos anos, tramitando na Alerj diversas propostas de alteração das disposições sobre a reestruturação do quadro de pessoal do DEGASE, que se consolidaram na mudança de nomenclatura do cargo de agente socioeducativo para agente *de segurança* socioeducativo, através da Lei Estadual nº 7693, de 22 de setembro de 2017. Além disso, em 2019, foi sancionada pelo então governador Wilson Witzel uma lei que concederia aos agentes (ativos e inativos) o porte de armas de fogo, decisão posteriormente anulada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, considerando os riscos aos/às adolescentes e aos próprios agentes.

No ano seguinte, em 2020, a Alerj aprovou a proposta de emenda à Constituição Estadual, que retiraria o DEGASE da Secretaria de Educação para subordiná-lo à pasta da Segurança Pública. A PEC foi elaborada para atender aos pedidos do SindiDegase<sup>36</sup>, para que os agentes tenham o mesmo regime dos policiais e demais servidores da segurança pública. Na ocasião, o Ministério Público entrou com uma representação junto à Justiça, considerando que a mudança viola a Constituição Federal, uma vez que esta não inclui os órgãos do Sistema Socioeducativo no sistema de Segurança Pública. O resultado da disputa se concretizou por meio da Emenda Constitucional nº 76 de 2020 que alterou a Constituição Estadual para inclusão dos agentes no rol dos órgão de Segurança Pública do Estado, sem que toda a estrutura do DEGASE fosse transferida de pasta.

Cabe destacar que apesar das disputas recentes, essa está longe de ser uma questão atual. De acordo com Lopes (2015), durante a mudança na estrutura organizacional do DEGASE em 2008, na tentativa de se adequar ao SINASE, foi criada uma série de Divisões, responsáveis por pensar a atuação dos profissionais ligados às diferentes áreas que atuam na instituição, “orientando, supervisionando e auxiliando na capacitação dos mesmos” (p. 141). A exemplo, foram implementadas as Divisões de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Pedagogia do DEGASE. No caso dos agentes socioeducativos – sendo aqui uma decisão política não se referir a estes como agentes de segurança –, a Divisão está diretamente ligada à Coordenação de Segurança e Inteligência, “imputando definitivamente a esses profissionais seu caráter exclusivo de segurança” (Lopes, 2015, p. 141). Ou seja, a própria instituição pauta e legitima a convicção dos agentes mencionada por Zinnia, reforçando características policialescas neste ofício.

---

<sup>36</sup> Sindicato dos servidores da carreira socioeducativa do estado do Rio de Janeiro.

Em abril de 2010, após o final de uma aula ministrada pelo Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, cujo tema era a Socioeducação, a Coordenação de Segurança e Inteligência apresentou o novo uniforme comprado pelo DEGASE para os agentes. Esse uniforme muito se assemelha aos utilizados pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE: roupas pretas com botinas e um cinturão próprio para guardar os equipamentos não letais (spray de pimenta) [...] É necessário analisar o real significado da implantação de um setor de inteligência em uma unidade de missão educativa. E ainda fica a questão: Como educar com spray de pimenta? (Lopes, 2015, p. 142).

Visando a segurança e a contenção, este setor foi o responsável por implementar normas e procedimentos nas unidades e também por disciplinar o uso de tecnologia não letal pelos agentes. A militarização da gestão que apontamos anteriormente dá ainda mais força a essa perspectiva, contribuindo significativamente para que o DEGASE atue sempre de modo a esvaziar os sentidos socioeducativos pelos quais deveria ser um parceiro na efetivação.

Ao passo que as discussões vigentes sobre Socioeducação, no âmbito do Judiciário e do Legislativo, além das expressões do próprio Órgão Executivo, são pautadas na ótica de segurança pública como preservação da ordem, aproximando cada vez mais a instituição de um modelo prisional; na arquitetura do DEGASE, ao menos no que se refere aos muros, paredes, grades e portões, a “cara de prisão” se faz presente desde os tempos da FUNABEM e permanece até hoje, mesmo com todos os projetos que apontamos anteriormente que visavam a revitalização das unidades:

[...] Eu já vivi aqui uma unidade mais bem cuidada, agora a sensação cada vez mais pra mim é de tá num, num ambiente mais próximo de uma penitenciária. Tem unidade que eles colocaram uma, duas portas agora, duas portas eletrônicas, né? Que ao que me parece tudo é pra garantir que o adolescente não fuja, e ao mesmo tempo, se der algum problema, de fogo, de incêndio, por exemplo, os próprios funcionários ficam vendidos pro fogo, né? Porque se der algum problema de luz e a porta eletrônica, ela não vai funcionar, não vai abrir, aí fica todo mundo preso. Então em nome da segurança, até as pessoas que trabalham [na unidade] tão ficando no lugar da insegurança [...] tem placas aí espalhadas de que é proibido o uso de arma, isso pra mim é um absurdo, porque pra mim falar da proibição da arma, já fala também da presença de arma [...] Então isso não é, ao meu ver, de forma alguma uma placa do ambiente que deveria ser socioeducativo, né. Tem uma placa que alguém imprimiu também num papel comum, é, que pra manter a porta fechada, “unidade de segurança”, e isso passa batido. Aqui não é unidade de segurança, se eles colocassem “por medida de segurança mantenha a porta fechada” é outra coisa, mas lá não tá escrito assim. Você pode observar na porta [quando estiver nesta unidade] (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Estes aspectos em relação à estrutura também saltam aos nossos olhos na primeira visita realizada ao DEGASE:

Muros altíssimos, em um tom de bege que se confundia com algo que foi desbotado pelo tempo, com cercas elétricas por toda a sua extensão de ambos os lados da rua.

Portões de ferro com nenhuma identificação exceto o número e sem qualquer possibilidade de vislumbrar o que havia detrás dos muros. Poucas pessoas e carros circulam pela via pública, nenhum estabelecimento comercial próximo. Tudo isso criava uma paisagem estranha, que quase parecia dizer “há perigo na esquina”. Acho que a melhor forma de descrever o que vi é pela sensação de estar “presa” mesmo caminhando livremente pela rua. Penso neste momento em Foucault e o Panóptico, onde a construção dessas paisagens não seria mera coincidência (Diário de campo, 08 de março de 2022).

A lembrança das discussões feitas por Michel Foucault em “Vigiar e Punir” (1987) se faz presente uma vez que estas áridas paisagens “degasianas” provocam em nós, quase que imediatamente, a noção de estarmos diante da arquitetura de uma prisão. Silva Junior (2021) corrobora com nossas percepções, elencando como o ambiente com “cara de cadeia” está entranhado no cotidiano dos agentes socioeducativos.

Apesar de estar trabalhando em um Centro de Socioeducação e ter o seu trabalho regido por leis socioeducativas, as grades, as camas e os bancos de concreto, os cadeados, os muros altos com concertina, enfim, toda arquitetura das unidades do DEGASE faz com que o agente de segurança socioeducativa seja lembrado que ele está em um ambiente prisional. Caso ainda reste alguma dúvida, basta olhar para a mesa em que os agentes se assentam e ver as algemas, os espargidores de pimenta e as diversas chaves de cadeados (Silva Junior, 2021, p. 98).

Por esses elementos, concebemos a ideia de que o DEGASE se situa *entre* a “forma-prisão” pensada por Foucault (1987) e aquilo que o sociólogo Erving Goffman (1987) conveniu chamar de “instituições totais”. Pensar o *entre* torna-se interessante à medida que não se restringiria a uma coisa ou outra, mas que opera nas interseções, nas linhas que se cruzam e, com efeito, possibilita alguns vislumbres sobre as linhas que dali desviam. Interessa aqui a ideia de “forma-prisão” uma vez que as condições da privação de liberdade, eufemismo ao cárcere, possibilitam intervir nas condutas, atuando sobre os modos de ser e estar no mundo, modulando os sujeitos para que se tornem, se não menos perigosos, mais controláveis e vigiados.

A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho Judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza (Foucault, 1987, p. 195).

Já as instituições totais descritas por Goffman se definiriam como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante,

separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1974, p. 11).

Encontramos no DEGASE um território que acumula todas essas características: seus integrantes encontram-se distribuídos espacialmente; são classificados por um número de matrícula e vigiados a todo momento; vivem uma vida majoritariamente fechada, onde o contato com o mundo exterior é restrito e administrado por terceiros. São essas mesmas características que revelam a eficácia desse sistema: impõe vigilância e disciplina sobre os/as adolescentes – os potencialmente perigosos; produz medo e insegurança em seus/uas trabalhadores/as, que na condição de “vigias” também se constituem como detentos/as; divide, e por conseguinte, isola agentes e equipes, tornando a solidão condição necessária para manter a ordem.

Entretanto, essas posições não são cristalizadas ou totalmente estáveis. Por mais que existam muros físicos e subjetivos quando falamos em prisão (ou em privação de liberdade), estes não são, conforme D'Angelo (2021), totalmente duros ou totalmente maleáveis. Para a autora, um muro pode ao mesmo tempo ser pensado pelo que ele tem de rígido, denso e impenetrável, separando dois lados, e também pelo que ele pressupõe de maleável, de porosidade, de infiltrabilidade. “A conjunção que articula estes dois elementos que compõem concomitantemente o muro é aditiva, e não restritiva: ele contém tanto o duro quanto o flexível, podendo colocar-se tanto como barreira quanto como fronteira habitável e atravessável” (D'Angelo, 2021, p. 39).

Essa dinâmica fronteira, o “dentro” e “fora” dos muros porosos que veem-se constante e cotidianamente tensionados, é o que faz a instituição ser, como apontamos anteriormente, cristalizada e móvel ao mesmo tempo. Como exemplo disso, podemos pensar na pandemia, que ao mesmo tempo que produziu mais dureza com seus protocolos rígidos de cuidado, promovendo distanciamento, isolamento e o medo constante da morte, também produziu deslocamentos. No contexto institucional, exigiu uma série de rearranjos: foram criadas às pressas estratégias para produzir relatórios que viabilizassem que o máximo de adolescentes retornassem para suas casas, tendo suas medidas suspensas (por pressão da Defensoria Pública a partir de uma decisão do STF); as equipes técnicas precisaram inventar novas formas de trabalho, operando à distância e contando com ferramentas tecnológicas. Alguns agentes foram encaminhados para setores administrativos e os plantões ficaram mais espaçados. Toda a dinâmica do DEGASE e os modos conhecidos de trabalho precisaram ser modificados e rearranjados.

Mas não é preciso contar com um acontecimento de dimensões catastróficas e proporções mundiais, que alterou profundamente a vida de todos, para compreender essas fronteiras. Antes mesmo da pandemia, os muros do DEGASE já eram porosos. Decisões do legislativo e do Judiciário alteram o funcionamento e execução do trabalho, um adolescente novo chega em uma unidade e, a depender do ato praticado ou da relação com a facção, requer rearranjos. Famílias, adolescentes, trabalhadoras, pesquisadoras, estagiárias, professoras, oficinas, membros de Órgãos de fiscalização, religiosos, operadores do Direito... Há sempre uma circulação de pessoas, transpondo os muros, mobilizando a instituição, tensionando o cotidiano, fazendo existir dinâmicas próprias e operando diferentes planos de forças contínuos e descontínuos, dentro e fora do DEGASE. Visitas, reportagens de tv, novas formas de vestir ou novas palavras no vocabulário mostram esse trânsito.

A prisão e suas porosidades produzem continuidades e discontinuidades que articulam trajetórias de vida não só de pessoas privadas de liberdade como de outras pessoas que, a partir de suas redes de relação e afeto com pessoas privadas de liberdade, veem-se atravessadas pela prisão. Ela se expande para além de seus contornos físicos, assim como também a rua se insere no cotidiano prisional das mais diversas formas. No jogo entre continuidade e discontinuidade, entram também os afetos; nas fronteiras da prisão, laços e relações de amor, amizade e família se constituem, reproduzem, modificam, rompem, reinventam (D'angelo, 2021, p. 21).

Lembramos que os desgastes dos muros porosos do DEGASE fundem-se ao desgaste das vidas que ali se inserem e que a prisão e seus efeitos também se propagam por toda a vida fora dela. Não são apenas os/as adolescentes que têm sua liberdade privada, as trabalhadoras também experienciam formas de cárcere. No caso dos agentes, esses efeitos são claros. Estes tornam-se detentos em um primeiro momento pelo próprio regime de seu trabalho, que às vezes requer que estes fiquem uma semana inteira nas unidades, conforme relatado por uma de nossas entrevistadas: *“Tem gente que fica uma semana seguida. Qual que é a saúde mental dessa pessoa? Não tem, não existe. Uma pessoa que fica uma semana aqui, dormindo nesse lugar...”* (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

Nesse sentido, a resposta dada a estas condições de trabalho é a institucionalização do serviço dos agentes em dias de folga e/ou férias, por meio do Regime Adicional de Serviços (RAS), que funciona como uma bonificação de caráter indenizatório pela formação de banco de horas. Segundo matéria publicada no *site* do DEGASE, o RAS atua “de forma a complementar a renda dos profissionais, reforçando o patrulhamento no estado”<sup>37</sup>. Na prática, vê-se um modo de precarização, em que institucionaliza-se uma certa forma de exaurir estes

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/node/240>. Acesso em 30 de novembro de 2022.

profissionais em detrimento do “reforço do patrulhamento” e trata como “valorização” um mecanismo que visa apenas compensar a ausência de condições adequadas de trabalho.

Há ainda outra condição de detenção a estes, que se apresenta de maneira quase velada em seus cotidianos. Os agentes estão a serviço das políticas de (in)segurança do DEGASE e com isso tornam-se representantes destas, mesmo fora de seus expedientes. Com efeito, vêm-se impossibilitados de circular em determinados territórios movidos pelo medo de serem atacados.

A unidade tá cada vez mais, é, pensando nessa lógica da segurança, segurança, segurança... E aí tem esse desafio, que realmente os agentes socioeducativos tão ficando doentes, porque eles são vistos assim pelos adolescentes, como agentes da segurança. Então, que que vem primeiro, né? E aí deve ser mesmo muito ruim você viver e não ter paz na sua vida, porque vários agentes já não podem circular na cidade, né, eles não podem, eles não circulam livremente na cidade. Eles deixaram de ir em muitos lugares pra, em nome do trabalho, por causa do trabalho deles... porque em qualquer lugar eles podem ver, se deparar, encontrar com algum adolescente. E na cabeça deles - quem sou eu, eu não posso afirmar isso - mas é como se independente do comportamento do agente com os adolescentes [...] se o agente nunca foi violento, sempre foi educado, respeitoso - porque tem agente assim também, poucos, mas tem - é, pros agentes em geral o que eu escuto é que independe desse comportamento, que qualquer agente representa o DEGASE, a parte ruim do DEGASE, então qualquer um deles pode ser violentado, independente da sua própria conduta individual (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Em outro momento da entrevista, ela relata como as ameaças aos agentes são corriqueiras, por isso o clima de medo e insegurança faz com que alguns evitem circular livremente fora de seus plantões.

[...] É muito comum os adolescentes que tão aqui, que saem daqui, procurarem os agentes nas redes sociais e ameaçarem. E eu não tinha, eu não tinha conhecimento de como, de como que isso é corriqueiro, é... a ponto de eles dizerem, ouvi de alguns, nos dias aí da semana passada, que perguntei: “Por que que vocês não fazem boletim de ocorrência? Isso é muito grave, tem que registrar que cês foram ameaçados”. Ele falou assim, alguns falaram: “isso é todo dia, toda hora, se a gente for parar pra fazer boletim de ocorrência, a gente não vai nem trabalhar, vai fazer só boletim, tem toda hora alguma ameaça” (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Cabe considerar que a polícia e as demais instâncias de justiça dificilmente garantiriam essa segurança e que esse sistema formal é distante da realidade de boa parte dos agentes. Basta olharmos os dados de vitimização policial no Rio de Janeiro nos últimos anos para verificarmos o grau de vulnerabilidade a qual estes trabalhadores estão inseridos: Somente entre 2016 e 2020, foram registrados 3.418 policiais feridos e 506 policiais mortos (Rio de Janeiro, 2021). Não sendo capaz de garantir essa segurança aos próprios policiais, como poderia ofertar isso a outras categorias?

Encontramos na pesquisa conduzida por Vinuto (2019) sobre o trabalho dos agentes socioeducativos no Rio de Janeiro elementos que vão de encontro aos apontamentos feitos pelas trabalhadoras com quem conversamos.

Este tipo de relato deixa claro que o receio de ser reconhecido enquanto servidor do DEGASE é resultado da forma pela qual os procedimentos de segurança se impõem no cotidiano de um centro de internação. Contudo, mesmo que a prioridade pela disciplina e controle seja uma demanda organizacional, o agente socioeducativo sente-se o único responsabilizado pelas consequências de tal primazia, sobretudo quando encerra sua jornada de trabalho. Aqui é exemplar a fala de uma agente socioeducativa, que afirmou que mesmo que o contexto precário existente nos centros de internação imponha um trabalho de segurança, o agente socioeducativo vai responder individualmente por não ter priorizado a socioeducação caso encontre um adolescente fora do centro de internação, inclusive com a possibilidade de pagar com a própria vida (Vinuto, 2019, p. 88).

Vemos o delineamento de um Estado de Exceção que atua nas micropolíticas, no cotidiano, que se incorpora aos hábitos diários. Os sujeitos parecem infligir a si próprios o que Fonseca e colaboradoras (2008) chamaram de “microestado de exceção”, privando-se do direito de circular nos espaços públicos, “isolando-se em ilhas privativas em busca de segurança, independente dos custos desta para sua vida social” (p. 39).

Para Pires (2021), a normalização dos “Estados de Exceção” promove a estética da violência, institucionalizando-se em órgãos estatais e difundindo-se através de políticas públicas, promovendo o culto da vingança. A estética da violência vem se apoiando na cisão social, na intolerância e na interdição do diálogo e, por efeito, “intensificam-se os mecanismos de controle social da liberdade, o autoritarismo conquista seu espaço, a democracia deixa o cenário e a Constituição torna-se uma figura de linguagem” (Pires, 2021, *on-line*).

Em nossa experiência de estudo, vemos como essa estética da violência e o culto à vingança alcançam patamares realmente trágicos. Logo nas primeiras semanas, fomos atingidas com a notícia terrível que o diretor de uma das unidades que visitamos foi brutalmente assassinado na porta de uma loja de materiais de construção próximo ao seu posto de trabalho<sup>38</sup>. Thiago Costa, de 40 anos, atuou no Departamento durante 10 anos, passando por várias unidades. Foi o único diretor de uma das unidades que tivemos a oportunidade de conhecer durante a pesquisa. Nosso contato, apesar de breve, foi acolhedor.

Caminhamos até a saída e Thiago novamente passa pela gente e me pergunta “você vai em todas as unidades?”, respondo que são apenas algumas e explico as razões. Ele

---

<sup>38</sup> Embora o caso tenha repercutido na mídia, optamos por não veicular nenhuma matéria na intenção de não privilegiar nenhuma das narrativas a partir da percepção de que estas foram construídas de modo a fomentar discursos de ódio direcionados aos/às adolescentes.

ri e diz “mesmo assim vai perceber como a semiliberdade, a internação e a provisória são completamente diferentes. Depois vem aqui e me conta se eu não tô certo” (Diário de campo, 18 de março de 2022).

Infelizmente não teremos a oportunidade de compartilhar com ele as reflexões que aqui propomos. Pessoa querida entre seus colegas, embora ser querido não seja sinônimo de tratar bem os adolescentes, Thiago teve sua vida ceifada por estar a serviço de uma instituição que parece atuar de maneira cada vez mais distante dos propósitos transformadores que diz ter, agindo sempre em prol de uma suposta segurança, que não consegue ser garantida sequer aos seus.

Compreendemos a morte de Thiago como um acontecimento. Para Deleuze, “o acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera” (Deleuze, 2015, p. 152). O acontecimento é, portanto, algo que aponta para outra coisa, um efeito, a expressão de uma marca, como “a cicatriz que faz pensar na ferida” (Andrade, 2018, p. 17). Este promove rupturas, rompe a normalidade, o esperado, quebra uma rotina e desorganiza nosso presente. Nas palavras de França (2012).

Uma ocorrência que não nos afeta não se torna um acontecimento no domínio da nossa vida. É simples fato, do qual até podemos tomar conhecimento, mas pelo qual não somos tocados. Este primeiro aspecto nos permite uma conclusão importante: os acontecimentos se inserem em nossa experiência, na experiência humana, no âmbito de nossa vivência (França, 2012, p. 13).

Diante disso, perguntamos às psicólogas a respeito das reverberações do acontecimento. Essa pergunta foi pensada considerando a gravidade do ato e os desdobramentos que poderiam surgir, mas também considerou a fala de outra profissional entrevistada, antes do ocorrido, que ao nos contar sobre o fechamento de uma unidade em que trabalhou, disse não saber muito bem o porquê. Chama a atenção que as ocorrências dentro da unidade em questão repercutiram fortemente na mídia, sendo de conhecimento público os problemas enfrentados naquele território. Pensamos, a partir disso, estarmos ao encontro de mais uma faceta do “jeito-degase-de-funcionar”, em que o distanciamento das equipes e demais atores é, em alguns momentos, tamanho ao ponto de situações graves passarem despercebidas ou serem naturalizadas. No caso da morte de Thiago, a brutalidade do acontecimento tornou impossível invisibilizar seus efeitos.

O sentimento de muita insegurança que dá... Tanto é que, eu acho, a maioria dos colegas pararam de transitar um pouco por aqui, isso agentes e pessoal da equipe técnica. Eu costumava transitar pelo comércio do entorno. Eu sou uma pessoa muito gulosa [risos], então, na hora do lanche, eu gostava de comprar um bolo, de comprar um biscoito e eu parei, eu senti que as pessoas pararam de transitar no entorno. Dá um

sentimento de muita insegurança e de muita tristeza, de... Muito chocante, né? (Yuca, em entrevista à pesquisadora).

A morte de Thiago poderia ser algo que aproximaria agentes e equipes, uma vez que todos foram atingidos, em algum nível, pela tragédia. Todavia, o acontecimento parece ter aprofundado as trincheiras, onde o medo dá lugar, mais uma vez, ao ódio. Segundo Adorno (1991), nesse tipo de instituição (de cárcere) não há solidariedade que resista onde todos desconfiam da própria sombra, vivendo sob o domínio do medo e da incerteza, “pisando em um terreno movediço cujo abismo é logo ali na frente” (p. 24).

Na segunda-feira eu não tava aqui, mas parece que os meninos que estavam aqui da equipe técnica, falaram que alguns agentes começaram a, quando descobriram, né, ficaram muito abalados e começaram a vociferar umas coisas muito complicadas na porta da nossa sala. Que era nossa culpa também, que a gente ficava defendendo eles, os adolescentes, e que não sei o que, e que todo mundo tinha que morrer, e que blá blá blá. Na terça não teve atendimento, a direção pediu pra ninguém atender, não tirar pra nada, nem pra escola, pra atendimento técnico porque os agentes estavam muito mexidos. Na quarta foi meu dia, e eu não sabia nem... eu não sabia muito bem o que fazer (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

Então, eu só trabalhei na quinta, depois do que aconteceu e estou vindo hoje. Na quinta eu senti [...] os adolescentes, alguns tavam bem nervosos, tensos. Eu tentei atender [o adolescente] da minha equipe, quem eu sei que é mais cabeça quente. E aí conversar com ele e falar “olha, cê sabe que aconteceu uma coisa que foi muito bruta. Então isso faz com que as pessoas fiquem mais apreensivas, com cabeça quente, então fica tranquilo essa semana, tenta não afrontar os agentes, não afrontar ninguém.”. E aí fui conversando com ele, com esse adolescente que eu sei que ele... até porque na quinta ele já estava na direção duas vezes, já tinha sido chamado, então já tinha dado confusão. E aí eu fui segurar ele e falando “olha, cê tem que entender que a gente tá passando por um momento difícil, toda a unidade, todos os funcionários e assim, vocês precisam também respeitar a gente, né, de alguma forma, não é que vocês têm que aceitar tudo, qualquer coisa, mas de alguma forma cês têm que entender que a gente tá passando por um momento difícil (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

A fala da psicóloga transcrita acima nos chama atenção. Existe um tensionamento nas entrelinhas, um “nós” e “eles” não dito, que provoca uma espécie de fissura entre adolescentes, equipes e agentes. A intervenção possível seria junto ao jovem tido como “cabeça quente”, uma certa docilização deste para que não afronte os agentes, ao passo que existe uma preocupação em protegê-lo. Mas proteger de quem? Nesse momento, os agentes parecem ser a representação da ameaça por também estarem “com a cabeça quente”. Há uma confusão que se estabelece: diante de um cenário tão turbulento, é necessário evitar “confusão” para que *nós* (adolescentes e técnicas) não tenhamos problemas com *eles* (os agentes). Não nos cabe julgar se a intervenção foi adequada ou não, mas ela nos situa entre os tensionamentos constantes que emergem a partir desse lugar, onde a tentativa de mediar possíveis conflitos parece aprofundar as cisões.

Então, tá muito recente, né, tem uma semana. Eu, por exemplo, tem uma semana que não durmo direito, tô com insônia desde segunda-feira passada, é, pra mim é muito assustador isso que aconteceu. Eu acredito que esse fato ainda vai mudar o DEGASE, eu acredito que a gente vai ter um novo DEGASE a partir de agora, porque os agentes tão muito, muito tristes, né, com toda razão, acho que isso representa pra eles que isso poderia acontecer com qualquer um deles. Então, além da perda pela morte de um amigo, né, por quem tem afeto, existe, eu acredito como psicóloga, existe esse pensamento “ih, podia ser eu”. Então, isso gera muita preocupação, problemas psiquiátricos, problemas de ódio, da ordem do ódio, da ordem da revolta [...] porque naquele momento, pelo menos, né, que foi um momento, claro, foi um primeiro momento, é... vem aquele discurso de que essas coisas acontecem por causa dos direitos humanos. Por causa dos direitos humanos uns vagabundos como esses tão aí soltos e fazendo o que tão fazendo, enquanto eles, é... que que tem pra eles, né? (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

A fala de Zinnia também eleva o ocorrido ao nível do acontecimento, estabelecendo um jogo com o *slogan* “NOVO DEGASE”: O assassinato do diretor confere à instituição novas marcas, rupturas com as quais é possível afirmar que esta jamais será a mesma. Além disso, a pergunta “o que é que tem para eles?” tem ressonâncias e faz pensar no que é que pode haver para todos eles: agentes, equipes e jovens. Que transformações precisam ocorrer para que outras realidades sejam possíveis?

Perguntamos a uma das profissionais que faz parte da equipe de saúde mental, como é operar diante de um cenário tão difícil e seu relato nos dá a dimensão da complexidade enfrentada:

Tem isso que eu tava falando do grupo, da questão da segurança, tudo pra eles é segurança. E de fato, o que que acontece, se um... se um agente em transporte com um adolescente, por exemplo, pra uma clínica da família, pra algum atendimento, se um adolescente foge, quem responde é o agente. Então, assim, é uma lógica um pouco perversa, porque o agente responde administrativamente, não sei se judicialmente também, se ele... se algum adolescente fugir, por exemplo. Então isso faz com que ele faça de tudo para fazer o seu trabalho bem feito, porque se ele não fizer daquela forma, ele vai ser punido e ao mesmo tempo, né, quanto mais... pra mim é muito claro que quanto mais o adolescente é tratado sem dignidade, né, com ódio, porque muitos, eu vejo aqui que muitos agem, trabalham de acordo com os seus próprios pensamentos, seus próprios valores, com o que considera que é socioeducação, aí as coisas vão endurecendo, né, os adolescentes vão reagindo e aí torna a unidade caótica, né. Então a gente vive esses momentos. Eu, pra mim é muito claro, muito claro... quando endurece, os adolescentes revoltam e isso dá trabalho pros agentes consequentemente, porque eles ficam aqui 24h, né. Eles precisam dormir aqui e isso dá algum medo nos agentes. Então, enfim, vira uma unidade doente. Realmente doente, todo mundo fica doente, os adolescentes e os funcionários (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

No diálogo com outra psicóloga, observamos como o cotidiano violento dentro das unidades de internação levam frequentemente os servidores e servidoras a situações limite e quase nenhum suporte é oferecido a estes.

Tiveram três rebeliões [na unidade] em 2020. E é uma coisa que eles reclamavam muito, assim, cara. O NUPST nunca veio ninguém falar assim “oi, tudo bem? Vocês tão bem? Tá tudo bem com vocês?”. E eu entendo também que o NUPST tava, sei lá, às voltas com a pandemia, com os cuidados mas, cara, eles têm toda a razão. Como ninguém foi ver como esses caras estavam. Três rebeliões em um ano. Como que ninguém foi, sabe?! Vamos fazer um grupo, sei lá, vamos conversar. E aí eu super entendo quando eles falam que eles ficavam me zoando muito, né!? “A [nome da psicóloga] vai atender a gente” e tal “faz um grupo com a gente também” (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

O NUPST é o Núcleo de Promoção à Saúde do Trabalhador e, segundo as informações do site do DEGASE<sup>39</sup>, sua atuação tem como perspectiva “desenvolver ações de promoção, prevenção em saúde, vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária e educação em saúde voltada ao trabalhador e trabalhadora” e “também tem como objetivo compreender os processos e ambientes de trabalho buscando uma abordagem interdisciplinar e intersetorial” (Rio de Janeiro, 2022b, *on-line*). Para além da definição institucional, no diálogo com Vetiver, profissional que entrevistamos, compreendemos que o NUPST é mais um dos vários lugares em que a Psicologia é feita no DEGASE:

A função do NUPST é promoção e prevenção, muito mais promoção à saúde do trabalhador. É uma perspectiva na saúde pública do trabalhador, muito voltado para a perspectiva de pensar como é que o trabalho, de alguma maneira, atravessa a vida de cada um, individualmente. Mas atravessa a instituição, vai produzindo modos de estar no trabalho. Claro, cada um vai estar do seu jeito, mas tem um jeito de produzir subjetividade, na instituição (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

Falaremos mais sobre ele no capítulo 4, mas por hora cabe salientar que, por ser um dos lugares de fazer da Psicologia, o Núcleo não escapa às dificuldades que experienciamos em outros contextos, especialmente em alcançar pessoas que têm divergências de olhares, pensamentos e práticas. Apresentamos o fragmento de uma das entrevistas para melhor exemplificar esta situação:

- Quem é que, de alguma maneira, cuida dos agentes?
- Tem o núcleo, né, o NUPST, de trabalho, é pro trabalhador... Lá no DEGASE, que aí é pro trabalhador, né, presta atendimento, acompanhamento... mas aqui na unidade a gente não faz um trabalho voltado para o agente. A gente se mostra disponível para conversar, até encaminhar, pensar junto com ele alguma coisa, é... Tem gente que tem mais abertura com um, com outro, que aí vê quando tá mais estressado, mais nervoso, aí vai conversar, chama pra conversar, tem gente que tem mais abertura. A gente tenta ir mediando desse jeito, amenizando, mas... não tem um trabalho específico voltado pros agentes.
- E cê acha que deveria ter?
- Eu acho que o NUPST especialmente deveria ser mais próximo... Tá mais presente nas unidades. Eles tão fazendo umas rodas aí de vivência, de conversa por conta do que aconteceu, né, teve sexta, vai ter hoje, mas o problema não é quem vai tá na roda,

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.degase.rj.gov.br/node/198>. Acesso em 05 de maio de 2022.

o problema é quem não vai nas rodas, quem não adere a esses encaminhamentos, esse que precisa de uma intervenção maior (Argentea, em entrevista à pesquisadora)

Quem não adere aos encaminhamentos são os agentes considerados pelas profissionais como mais “brutos”, aqueles com os quais é difícil estabelecer qualquer diálogo pelas divergências de pensamentos em relação aos sentidos do ECA, da socioeducação e dos direitos humanos. Há de se destacar que quando perguntadas sobre como é a relação com os agentes socioeducativos, as profissionais foram unânimes ao dizer “depende”. Depende da unidade, da direção das unidades, do perfil dos agentes e da própria equipe técnica que compõe os plantões, depende das situações. Uma série de fatores que, quando somados, podem tornar essa convivência ora mais aberta, ora mais fechada. Depende inclusive das relações de gênero estabelecidas, uma vez que as agentes femininas são tidas como “quem dá para trocar mais” enquanto os agentes masculinos são percebidos como mais brutos e violentos.

Eu acho que com as FEM [agente feminina socioeducativa], elas procuram muito mais a gente, porque elas não tem essa dinâmica do grito... é isso que é diferente, eu acho, da masculina pra feminina. Que elas não vão sair berrando... até tem gente que faz, óbvio, mas são menos, é a minoria, digamos assim. Porque as outras vão tentar resolver, se não conseguir resolver vão chamar o técnico, pra tentar ajudar, entendeu? Então antes de dar o pepino, antes de explodir, a gente consegue costurar melhor. E esse termômetro a gente tem muito pelo pátio mesmo, que são os plantões que [adolescentes] gostam mais, geralmente são os plantões que eles ficam mais de boa, quase não dá problema, entendeu? (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

No entanto, é preciso ficarmos atentas porque não se trata individualmente de cada agente, como faz querer crer o jogo institucional. As decisões parecem pessoais, transformando os agentes em “brutos” ou “pão doce”, como se essa tipologia não fosse um jogo dicotômico para que no cotidiano algumas alianças fossem possíveis e desejáveis e outras não.

Então, eu diria que tem fases, né, tem fases que a relação tá muito boa, conversa, né, um ajudando o outro, a gente troca, especialmente com os agentes e tal. E tem épocas que eles são muito fechados, tem plantões que são muito... exaltados, né? E aí que a gente nem chega perto. E a gente sabe que teve o, o que aconteceu semana passada, né, do assassinato de um agente, mexeu muito com eles, né... Eles ficam muito, é... apreensivos e também cabeça quente, né, e a gente tenta ponderar isso com os adolescentes, porque qualquer olhar torto pode virar uma coisa maior, porque tá todo mundo de cabeça quente, né... Então a gente tenta meio que mediar essas relações, mas no geral já melhorou muito (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Cabe explicarmos um aspecto quando escolhemos utilizar a expressão “trincheiras” para falar da relação entre as diferentes categorias que atuam na instituição e do jogo das cisões. Não podemos esquecer que a função de uma trincheira é oferecer algum abrigo e proteção em um campo de batalhas. No entanto, no jogo que interessa a instituição, erguem-se muros, criam-se

trincheiras, pessoas são lançadas umas contras as outras, porque existe medo e ódio. Porque ainda que praticamente tudo seja sobre segurança, nada a garante efetivamente. E isso está inscrito na própria pretensão de que ela organize a instituição.

Além disso, observamos que os agentes parecem se sentir em desvantagem em relação às equipes técnicas e aos próprios adolescentes, especialmente quando estes são agentes “de pátio”. Conforme elencado por uma das psicólogas: *“Pra mim seria a primeira estratégia, tratá-los bem pra eles se sentirem não inferiores aos adolescentes, porque é assim que eles se sentem, ‘pros vagabundos tudo, pra nós nada’, que é o pensamento da maioria”* (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

De acordo com Meireles (2017), o pátio, para além do perímetro de uma unidade, é uma fronteira “onde transitam vetores da educação e da segurança” (p. 57) e produz cisões até mesmo entre os próprios agentes.

Os agentes socioeducativos podem ocupar diversas funções dentro das unidades e fora delas, como no transporte. Contudo, ser agente “de pátio”, ou seja, aquele agente que lida diretamente com os adolescentes na rotina da unidade, traz uma diferenciação para esse cargo e, com isso, algumas exigências de características para os que o ocupam. Ter ou não ter “perfil de pátio” os diferenciam entre os pares. O “perfil de pátio” está ligado ao entendimento de uma exigência disciplinadora, impositiva, repressiva e, segundo seus entendimentos, violenta quando “necessário”. Ter “perfil de pátio” os reconhece enquanto um ideal de masculinidade hegemônico, que valoriza o domínio da força bruta e da racionalidade [...] Em contrapartida, os agentes excluídos desse “perfil de pátio” são aqueles que escapam às demandas pela cobrança dura da disciplina, que não reagem violentamente às atitudes dos adolescentes, os que não gritam com eles, ou que não os punem fisicamente por comportamentos desaprovados pelos agentes. Esses, quando não são destinados a outras funções, sofrem as provocações dos outros: “tem que ser homem!”, “tem que se impor, senão os moleques montam!”. Em casos extremos, são transferidos de unidade (Meireles, 2017, p. 57).

O “pátio” localiza o que dissemos sobre o “jeito-degase-de-funcionar”, à medida que se torna território virtual das trincheiras que são agenciadas pelo jogo institucional.

Pátio não é lugar de *mamãezada*! Este é o termo pejorativo usado pelos agentes para expressar uma ideia de condescendência de algum profissional com os adolescentes, reforçado pelo discurso de que a garantia de direitos é como “passar a mão na cabeça de bandido”. Esse termo engloba desde a assistência ao adolescente, a busca pela garantia de seus direitos, à recusa da violência como meio de lidar com os adolescentes atendidos. Com isso, embora comumente seja usado para se referir à equipe técnica, não se limita a ela (Meireles, 2017, p. 57).

É interessante notar que as psicólogas tentam mediar a relação dos agentes com os/as adolescentes, onde ambos são punidos de diferentes maneiras dentro do jogo institucional, também não estão livres de sofrerem punições quando a lógica de segurança não tem êxito,

resultando na desconsideração do trabalho e na inviabilização dos recursos importantíssimos para sua realização.

Em uma das entrevistas, uma profissional nos conta um episódio em que, durante uma atividade em grupo, alguns adolescentes pegaram alguns objetos de papelaria sem que ninguém percebesse. Pelo receio de que os objetos em questão virassem algum tipo de arma, a resposta institucional foi a reprodução da mesma lógica de punição e perda de algo que se considera importante utilizada com os/as adolescentes, retirando a sala de atendimento das equipes, o que inviabilizou o trabalho com grupos. A psicóloga reforça que os materiais que ficam a disposição nas salas são de responsabilidade conjunta, sendo necessário que a direção da unidade possa elencar que tipos de materiais são permitidos e quais não.

E aí a gente acabou perdendo a nossa sala no momento, assim, a gente não pôde mais usar nossa sala, estávamos proibidas, e foi isso, assim. Então, assim, até hoje a gente não tem uma sala, exatamente, pra chamar de nossa. Parece que está em vias de conseguirmos uma sala nova, e aí também com toda a questão do material, né?! [...] A gente pediu uma lista de material, então se compraram é porque autorizaram, né?! Então, assim, não foi a gente que chegou, pegou na papelaria e trouxe pra cá. Mas é o Degase, né?! Então... Então a gente falou, pediu previamente o que que tá autorizado a entrar e o que que não tá, e... pra gente ter essa sala, porque a sala pra gente é muito importante, né!? Pra gente poder ter o nosso canto e botar nossas coisas. Eu mesma trabalho muito com jogo, então eu fico trazendo jogos, boto no carro, tiro do carro, não tenho lugar pra deixar, não tenho um lugar pra... sabe?! (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

Perguntamos a ela como o trabalho é realizado sem local adequado para o atendimento e ela explica que, na verdade, têm sido utilizados outros espaços dentro da unidade.

Então, na verdade é porque a gente tem sala, né, pra atender, que não é a sala da saúde mental, mas é sala. [...] E aí então, assim, tipo hoje, por exemplo, eu vou fazer um grupo à tarde, eu vou atender lá. Então, assim, ficou meio que isso, porque lá não tinha material na época, lá não tinha armário, então não tinha nada pra eles pegarem. Porque o grande boom “ah, vocês não podem ficar na sala porque os materiais estão todos lá. E se eles pegarem mais uma coisa? E se tiver?”, “Não, a gente tira todos [materiais que podem oferecer algum risco]”, “Ah, mas e se? Ah, não. Não pode, mas não pode, não pode”. E aí... realmente, foi uma grande retaliação a nós, assim [...] Eu não tenho, nem quero ter, sei lá, curso de segurança pra vigiar o adolescente, pra não sei o que lá. Então, assim, quem tem que fazer isso não sou eu. Então quem tem que revistar o adolescente quando ele saiu do grupo não sou eu. Mas aí a gente acaba esbarrando nas hierarquias, né?! Assim... no machismo do sistema, na hierarquia do sistema. E aí, realmente, quem acaba sofrendo pra parte mais fraca, que é a equipe técnica (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

Temos nesse relato a constatação de mais uma violência que atravessa o cotidiano das profissionais. As equipes técnicas são compostas majoritariamente por mulheres, inseridas em um espaço predominantemente masculino e regido por padrões machistas.

Eu acho que a hierarquia tá muito ligada com o machismo, assim, né?! Porque, teoricamente, os agentes e a equipe técnica estão dentro de um mesmo patamar hierárquico, não é mais e nem menos, é mais a questão da direção, né?! Mas é isso, quando a equipe técnica que acaba sofrendo retaliação por uma coisa que não é exclusivo nosso... claro que temos, sim, nossa parcela de culpa, assim como todos os atores da unidade, né?! Então, assim como o adolescente, assim como a gente, assim como a direção, eu acho que é tudo muito machismo dessa hierarquia de, sabe, assim? São maioria, eles são maioria, os agentes são maioria. Então se tiver que feder pra um lado vai feder pro lado da minoria, né?! E é a gente, a gente é minoria aqui. Então é um pouco disso, assim. E também a questão do machismo que é bem forte, né?! (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

Cabe salientar a pouquíssima presença de estudos que tratam das questões de gênero dentro do sistema socioeducativo e os poucos que vêm sendo produzidos debruçam-se majoritariamente sobre as adolescentes em cumprimento de medidas. A invisibilidade das violências de gênero sofridas por profissionais no sistema socioeducativo é tamanha que as servidoras, atravessadas pelos discursos e práticas machistas vigentes, vêm-se muitas vezes impossibilitadas de reagir.

Quando eu entrei aqui, na segunda semana, eu tava com uma blusa aqui assim, sem decote, pra dentro da calça, e uma calça tipo aquelas calças *jogging*, assim, preta, tava toda de preto, assim. E aí um agente chegou pra mim, não me conhecia, eu tava aqui há duas semanas, ninguém me conhecia [...] e o agente falou assim “eu tô chegando aqui, sabe, como seu amigo porque não sei o que”. Eu olhei assim pra ele e falei “meu amigo?”, tipo, nunca me viu, né?! “Mas tá vendo aquele bando de adolescente ali [...] aí, oh, eles estão te comendo com os olhos. Você precisa botar um jaleco, você precisa mudar sua roupa”. E eu fiquei olhando assim pra minha roupa e falei “meu Deus”. E, assim, eu já tava me sentindo acuada, porque eu tava vindo de uma unidade totalmente diferente dessa, a situação era complicada, era uma época de pandemia, tava fazendo um trabalho que eu nunca tinha feito. E aí vem uma pessoa, que é aleatória, que eu nunca vi na vida, na segunda semana de serviço e fala isso pra mim (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

As pedagogas do [nome da unidade] têm que vir aqui na escola pra fazer a matrícula dos adolescentes, porque a escola é a mesma, se não me engano. Então uma pedagoga, que até trabalhou com a gente aqui, ela veio fazendo esse caminho pra ir até a escola, um agente falou pra ela “onde você vai?”, ela falou “eu vou ali na escola fazer matrícula”, “você não vai, não. Com esse decote? Com essa blusa de alça? Cadê seu jaleco? Não, não pode entrar aqui, não, sem jaleco”. E eu tava, assim, eu presenciei. E eu tava na hora com um agente que é bem próximo. Eu fiquei olhando assim pro agente. E ele só fez assim “Calma, não faz nada. Calma”. Porque, assim, sabe?! Você fica... e você fica numa situação muito escrota, porque ao mesmo tempo que você queria... eu queria ir lá e falar “cara, você tá retardado, você é maluco?”, assim. Ao mesmo tempo eu entendo o quanto isso poderia me prejudicar, assim. Então você fica... é uma situação muito escrota. E acabei não indo, não falando nada. Mas isso, enfim, chegou no ouvido do diretor geral parece, menos mal, assim. Mas, assim, são situações bem machistas que acontecem (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

As duas situações gravíssimas relatadas pela psicóloga evidenciam o controle dos corpos - sobretudo das mulheres e de adolescentes - e o discurso da segurança que opera em

sua gestão. Garcia (2019), ao refletir sobre as relações entre violência de gênero e segurança que se apresentam no cotidiano das unidades do DEGASE, explicita:

A violência de gênero está relacionada à experiência da desigualdade, que historicamente hierarquiza as diferenças percebidas entre homens e mulheres. Assim, a diferença ganha um sentido político, pois quando sobrecodificada em crivos hierarquizantes torna-se diferença dominada, que coloca a mulher no lugar de inferior e subalterna (Barros & Passos, 2012). De acordo com esse panorama, a mulher deve se posicionar aceitando essa ordem como natural, não devendo questioná-la. Àquelas que de algum modo resistem, a violência é uma resposta não só possível, mas também corriqueira (Garcia, 2019, p. 112).

Importa dizer que essa produção de violência e subalternização é direcionada a todos os corpos femininos que habitam a instituição, sem exceção entre meninas e funcionárias. Em 2021, um ano antes de nossa pesquisa, o PACGC (unidade feminina) ganhou as mídias após vir à tona o escândalo de abuso sexual cometido na unidade. A repercussão se deu após a divulgação do afastamento de cinco agentes considerados suspeitos, o diretor da unidade em questão e o diretor-geral do Departamento. Em uma das entrevistas, a psicóloga comenta o caso:

Porque lidar com isso foi assim... cara, se você for pegar... se você for pegar relatos lá de antes, tinha muito tempo que isso acontecia. Tinha muito tempo. Então não era de agora, sabe? Até porque pro cara fazer um negócio dessa monta e dessa forma... ele tinha muito... ele sabia muito como que organizava os negócios, entendeu. Porque não tinha como. Não tinha como organizar sozinho. Sozinho ia ser pego em algum momento. O que é mais bizarro ainda. E aí... não que com o pátio feminino isso não possa acontecer, mas na minha opinião isso tá muito no lugar do que é o homem também, na relação dos homens com as mulheres. É esse corpo objetificado por esses homens e não é diferente aqui dentro. Objetifica mesmo e tem as relações de poder ali já pré-estabelecidas e é um facilitador. Os abusadores estão nas escolas e estão em locais em que eles vão poder exercer esses papéis muito mais facilmente. Porque como é que pode, numa unidade de teoricamente socioeducação um sujeito passar por isso? Que socioeducação é essa, entendeu? E aí, na minha opinião, sei lá... essas famílias, essas meninas tinham que ser... sei lá, não existem danos morais possíveis pra reverter isso, mas... é o mínimo. Alguma coisa tinha que ser revertida nesse sentido, porque é muito bizarro. Alguém que tem que zelar pelo bem estar, operar como estuprador e como algoz é surreal. A gente sabe que isso acontece né, pelo menos a nível de violência a gente sabe que acontece. As violências físicas e psíquicas a gente já tinha passado, mas isso não (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

Em 02 de julho de 2021, após a intensa repercussão do caso, o G1 - portal de notícias da Globo - publicou uma reportagem intitulada “O estado não está cuidando de ninguém”, diz mãe de menina abusada no Degase”<sup>40</sup>. Na matéria, há um vídeo com depoimento de uma das mães responsáveis pela denúncia, depois que uma adolescente de 13 anos sofreu um aborto e contou aos familiares que estava sofrendo abuso dentro da instituição, e de uma ex-funcionária,

<sup>40</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/02/o-estado-nao-esta-cuidando-de-ninguem-diz-mae-de-menina-abusada-no-degase.ghtml>. Acesso em 13 abr. 2023.

que relata que os agentes davam alimentos e objetos de interesse às meninas em troca de sexo. Quem se recusava, era agredida. O texto enfatiza ainda a ausência de contratação de agentes femininas e o baixo quantitativo presente naquele momento, estando a maioria prestes a se aposentar, indicando ainda que a presença das mulheres agentes auxiliaria na prevenção dos abusos.

Ocorre que há uma discussão bastante antiga no DEGASE sobre a presença de agentes masculinos nas unidades femininas, tidos como indispensáveis à manutenção da segurança já que as mulheres não teriam força para conter as adolescentes caso alguma confusão se estabelecesse. Em nome dessa suposta segurança, não só a presença destes passou a ser requerida e justificada, como se tornaram maioria na composição das equipes que atuam nas unidades femininas, dado o baixo quantitativo de agentes mulheres em todo o Departamento. Todavia, nota-se que essa presença massiva dos agentes associados à segurança promove insegurança até mesmo entre as colegas.

Acho que as meninas [agentes] também tinham muito medo dos colegas, o que é surreal. Eu já ouvi agente falando que não dormia no mesmo alojamento porque tinha medo de ser estuprada. Você imagina, a colega dizer isso... agora imagina as adolescentes que estão, coitadas... que poder que elas têm? Nenhum. Enfim... é bizarro, sinceramente. Mas eu ainda acho que [a unidade] tinha que ser 100% feminina. Não que esse tipo de coisa não vá poder acontecer, mas a gente sabe que essa sociedade patriarcal é muito tensa. E no sistema isso aparece muito também (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

Esse caso escancara que, apesar de serem agentes socioeducativos, nessa situação, os homens utilizam-se de sua posição não apenas para legitimar o poder de “quem bate o cadeado” como também para perpetuar uma dinâmica de dominação de gênero que é naturalizada e institucionalizada dia após dia. Todavia, ressaltamos que a personificação das violências praticadas no interior do DEGASE única e exclusivamente nos agentes desconsidera que essa sobreposição de violências é um projeto político que atende as lógicas de um Estado que, conforme dito na reportagem, não está aqui para cuidar de ninguém.

Machismo, racismo, abuso sexual, insegurança, sofrimento psíquico, tortura, assassinatos... Toda sorte de violência parece estar instituída nesse Sistema que se propõe socioeducativo, mas que viola a todos que ali se inserem. Nos questionamos qual o lugar dado à educação no DEGASE, o que nos faz duvidar das propostas transformadoras que estão descritas como metas institucionais. Encontramos no relato das psicólogas poucas menções a esta transformação, que parece não ter lugar em práticas tão orientadas pela segurança, conforme discutimos no início deste capítulo.

Nessa unidade é uma dificuldade, a gente não tem curso pros adolescentes, quase, aqui. Em janeiro a gente perdeu mais de 50 vagas em cursos, porque o curso acontece na Escola de gestão e aqui a direção diz que não tem agente pra levar o adolescente e ficar lá com ele e voltar, senão aqui fica sem agente, entende? Então eu ponho isso no relatório que os adolescentes não estão sendo inseridos em cursos pelo número insuficiente de agentes na unidade que impede o deslocamento do adolescente de ir até o local do curso [...] Aí isso é um desafio bem grande, não ter curso, porque assim, os adolescentes ficam fechados o tempo inteiro, aí a escola não funciona todos os dias. Agora a escola pra funcionar, porque a escola precisa que o adolescente assine que foi, né, que ela dá esse documento na secretaria de educação. E aí, como é que ela justifica que não teve adolescente na escola? Aí agora elas tão tirando o menino e botando numa quadra, aula de educação física, aí tá na escola [...] Os professores tão aqui, são lotados aqui na escola pra atender os meninos, mas aí tem a história “ah, porque não pode misturar Comando Vermelho e Terceiro Comando”, “ah, porque não pode tirar muito menino pra escola, porque tem pouca gente”. Então, é isso. Eu tô aqui há 12 anos, né, vou fazer 12 anos aqui, nunca vi a escola funcionar de fato. Ou quando funciona, na pandemia, eles iam lá pra ver vídeos gravados pelos professores (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

As conversas que estabelecemos enfatizam como a lógica de segurança muitas vezes impede o trabalho socioeducativo, ao passo que nos dão algumas pistas sobre que outros caminhos seriam possíveis:

Tem muita gente que oferecia trabalhos voluntários aqui no DEGASE, muita gente, muitos oficineiros que trabalhariam voluntário, voluntariamente, mas como pensam só na segurança, aí sempre tem esse discurso que “ai, não tem agente suficiente pra acompanhar o pessoal da oficina”. E aí as coisas vão deixando de acontecer, porque tão pensando na segurança, só que aí todo mundo fica doente e inseguro. Porque o ser humano não funciona bem sem as suas necessidades básicas atendidas, né... Nem os agentes, nem os adolescentes, nem qualquer ser humano. Então por isso que eu investiria no bem-estar deles, de todos. Essa que é minha ideia de saúde mental pra todos né, de ter um cuidado [...] eu penso num lugar diferente, tanto pros agentes, quanto pros adolescentes (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Sabemos que uma instituição tão complexa quanto o DEGASE e que tem a privação de liberdade como resposta, o bem-estar comum, capaz de promover rupturas à medida que é pensado para todos os grupos, não é uma prioridade. Pelo contrário, logo surgem estratégias de desmobilização das outras formas de operar na instituição que não seja por meio das cisões. Conforme apontado por outra psicóloga durante a entrevista

Tanto que a gente fazia propostas “ah, vamos fazer uma reunião, equipe toda...”, “ah legal, legal.” E isso nunca acontecia. E quando a gente conseguiu sustentar algumas vezes foi super interessante, porque a gente também teve que sustentar, ouvir relatos que a gente não gostaria, que coloca a gente em vários dilemas éticos e... mas também poder abrir esse espaço. “Tá, então vamos discutir violência”. Então vamos discutir violência, né. A gente conseguiu alguns movimentos, mas depois isso foi desmobilizado, porque acho que de fato não é interessante. Eu acho que na verdade... quando eu lembro... quando a gente chegou já no concurso, que isso foi uma mudança que eu acho muito... foi muito produtivo. Quando a primeira turma chegou do concurso, a formação... porque tinha lá um período, acho que foram três meses de cursos de formação... as turmas eram mistas. Então antes da galera chegar você já

tinha um vínculo minimamente afetivo com as pessoas. Então eu já estava no sistema e ia pra lá. As pessoas vinham muito falar “ah como é que é? Como é que não é?”. E aí, quando eles chegaram no pátio eles já não me olhavam como os outros agentes olhavam, como estranho, né? Tipo, ficou três meses ali comigo. E isso foi criando também uma certa quebra no discurso dos outros, que chegou uma turma muito grande. Depois disso também foi se perdendo. Eles foram fazendo turmas já mais separadas e tal (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Construir caminhos possíveis para romper com a lógica que rivaliza as equipes, construindo possibilidades de comunicação a partir de um plano comum pode ser uma estratégia.

Muitas coisas de precarização do trabalho atravessam as duas categorias e é dessa maneira que eu acho que... Eu acho muito importante para gente conseguir aproximar essas duas categorias e pensar que nós somos colegas de trabalho. Às vezes, a relação tenciona um pouco, porque acho que faz parte desse serviço essa tensão. Mas tem aquela lógica que, quando você divide uma determinada categoria, é difícil essa consciência maior, uma maior consciência sobre o seu trabalho, sobre a importância do seu trabalho, sobre as situações que te tomam, que te afligem, que te angustiam dentro do ambiente profissional. Então, eu gosto de pensar: “Cara, somos colegas, as situações de trabalho nos atravessam, tanto para o bem, quanto para o mal”. Quando a gente fica muito tempo sem reajuste salarial é para todo mundo. Não é uma categoria tem e a outra não. Quando a gente vivencia uma situação de risco, acaba sendo para todo mundo, num grau diferente, mas para todo mundo. Quando a gente perde um colega de trabalho, numa situação de violência, que aconteceu recentemente, é uma perda para todo mundo, é uma angústia para todo mundo. Então, eu gosto de pensar assim: “Cara, seria bom se a gente conseguisse se aproximar...”. E isso acontece muitas vezes, em muitas unidades. Outras mais, outras menos, mas eu acho interessante quando a gente pensa nessa visão de sermos colegas de trabalho (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

Como dissemos anteriormente, os muros da prisão são porosos e em suas infiltrações também são estabelecidas relações que não se constituem apenas de afetos tristes como requer a lógica institucional, o que nos faz pensar que estas podem ser alargadas e potencializadas, subvertendo a operação das divisões, aproximando-se da ideia de trincheiras não mais como divisões, mas como abrigos.

Mas pelo menos algo se manteve e hoje eu... a gente perdeu um colega recentemente [Thiago]. No enterro você vai vendo esses colegas se aproximando e vindo, tipo, tem você como uma referência também afetiva e você poder acolher e também ser acolhido, que isso impactou todo mundo, ou de alguma forma conseguiu. Acho que também... acho que o mestrado sustentou um pouco mais isso pra mim, né, virou uma grande questão pra mim por um bom tempo essa relação com os agentes. Mas eu percebo que a forma hoje que eu sou recepcionada nas unidades pelos agentes é muito menos reativa. Eu senti, por exemplo, mesmo na outra unidade, como se a gente sempre ficasse meio assim, mas muito mais rapidamente eles ganhavam confiança de trazer algumas questões pra mim, nem que seja “ah cara, hoje eu fiz merda, perdi a cabeça”, sabe. Mas eu também preciso sustentar isso, tipo “porra, não dá pra ser assim, mas vamos lá, o que tá rolando?” E não é... não dá pra passar a mão na cabeça, um “não, fica tranquilo, tá tudo bem”, mas tipo “é, vocês fizeram merda, mas como é que faz, como é que a gente segura a onda aqui?” (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Essa confiança é preciosa à medida que ela promove também a potência de agir. “Eis o que encontramos na palavra confiança – *con fiar* – fiar com, tecer com, composição e criação com o outro/outrem” (Sade, Ferraz & Rocha, 2013, p. 283). Ela rompe a solidão, ou ao menos, a ameniza, trazendo novos contornos para essas relações tão truncadas, possibilitando também formas de acolher:

De alguma forma, essa imagem vai se espalhando também. Eles vão vendo também como é que você se relaciona. Chega, sei lá, uma agente que você conhece aqui, que você abraça “oi, e aí, como é que você tá?”. Os outros vão, né, vão entendendo que tem um espaço ali também de abertura, onde a gente vai procurar focar, tipo “será que a gente pode conversar? Olha só, eu posso te acolher. Não posso fazer um atendimento contigo, mas vamos ver o que tá rolando (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Se tivermos que apostar em uma força capaz de estremecer as durezas cotidianas que se apresentam ao DEGASE, esta aposta consistiria na busca da confiança, justamente por ela ir além do que é naturalizado no *modus operandi* da instituição, onde o que se espera é a desconfiança até da própria sombra. Nesse sentido, acompanhamos Meireles (2017), ao afirmar que a aproximação das equipes vai além de uma estratégia de intervenção às práticas violentas. Não se trata de empreender esforços para humanizar o sistema, mas sim, trabalhar pelo seu fim. Conforme apontado por uma das psicólogas:

A gente tá aqui, eu ainda acredito... não na socioeducação como socioeducação, mas eu acredito no potencial desses adolescentes em traçar outras vidas possíveis, então é por isso que eu to aqui. Não porque eu ache que o DEGASE é solução pra nada, porque eu acho que não é mesmo, entendeu? Eu acho que o DEGASE tinha que se trabalhar que nem na lógica antimanicomial, pra fechar o DEGASE. Anti...sei lá. Anti-socioeducativo talvez [risos] (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

Ser “anti-socioeducativo” nos parece uma perspectiva interessante. Se o viés punitivista se sobressai ao educativo, tornando o sistema socioeducativo uma eficiente máquina de moer jovens pobres e pretos, nos posicionarmos a favor de seu desmonte, reconhecendo que a privação de liberdade afeta a todos, “inclusive os que aparentemente não estão presos” (Batista & Arantes, 2020, p. 161), é assumir uma perspectiva ético-política em direção ao seu esvaziamento.

A ideia de esvaziar o programa em contraposição às práticas que produzem e reforçam fronteiras e enquadramentos sobre os corpos adolescentes e trabalhadores, seus fazeres e relações, não está atrelada a sua manutenção; ao contrário, esvaziar o programa, criar limiares são apostas que se apresentam como pequenos abalos, fissuras nos modos de funcionamento desses espaços (Batista & Arantes, 2020, p. 151).

Sabemos que esse é um imenso desafio, uma vez que há tentativas constantes de captura sobre nossa potência de agir. Apresentamos a seguir algumas dessas tentativas, que tentam enquadrar o trabalho das psicólogas em meras “fazedoras-de-relatório-enxugadoras-de-gelo”.

### 3 ENTRE “FAZEDORAS DE RELATÓRIO” E “ENXUGADORAS DE GELO”: IMPASSES E (DES)ARTICULAÇÕES NAS RELAÇÕES DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO

*Na falta de Machado de Assis, de Xangô  
Vai sobrar martelo de juiz, de doutor.  
(Emicida, 2015)*

#### 3.1 Sobre expectativas, interferências e desqualificações

Ouvir as psicólogas que atuam no DEGASE trouxe a necessidade de refletirmos sobre as formas que o trabalho desenvolvido por estas é atravessado pelos diversos atores que compõem o sistema socioeducativo no Rio de Janeiro, construindo inclusive, muitas vezes, os limites e as possibilidades do exercício profissional neste âmbito. A começar pela complexidade da própria socioeducação como política pública, que se revela em um verdadeiro emaranhado de questões e atores políticos, marcada por poderes assimétricos e pela reedição dos modos pelos quais as estruturas escravocratas e coloniais se fazem presentes e possuem efeitos na forma de se constituir e executar essa política, como apontamos anteriormente.

O texto de atualização da Referência Técnica elaborada pelo CREPOP para atuação das psicólogas em medidas socioeducativas traz como questão: “a que se refere uma medida socioeducativa?” (Conselho Federal de Psicologia, 2022a) e convoca considerarmos seu caráter coercitivo/punitivo, uma vez que a própria aplicação das medidas consiste primariamente em um processo de incriminação.

Segundo Lisboa (2022), o descumprimento da norma enquanto lei penal (cometer um crime) desencadeia a abertura de um processo incriminatório e a aplicação de pena (castigo) como forma de enquadrar na lei o que está fora dela. A aplicação das penas se dá a partir da seletividade penal, ou seja, os julgamentos e punições para os sujeitos que praticam algum crime partem do lugar social que estes ocupam. Isso fica evidenciado quando consideramos que é possível praticar atos tipificados em lei mas não ser criminalizado e, apesar das penas serem direcionadas a poucos, grande parte da sociedade comete crimes, em muitos casos por desconhecimento das tipificações descritas no código penal. Nesse sentido, o “etiquetamento” dado a quem será considerado criminoso e quem não parte de um *status* “atribuído a determinados indivíduos por parte daqueles que detêm o poder de criar e aplicar a lei penal, mediante mecanismos seletivos” (Baratta, 2002, p. 113).

Assim como ocorre no sistema penal, a atribuição do *status* de criminoso a determinados grupos sociais se faz presente também no sistema socioeducativo, perpassando a atuação institucional desde os diferentes operadores do Direito até os responsáveis pela execução das medidas. Além disso, há um imenso paradoxo: se por um lado, a legislação vigente prevê a inimputabilidade dos menores de dezoito anos, requerendo um sistema de justiça especial que tenha em vista a peculiaridade do período da adolescência e busque a responsabilização integrada à perspectiva da educação; por outro, a aplicação das medidas é totalmente baseada na noção de infração descrita no código penal adulto.

Nesse arranjo, é estabelecida uma relação entre a legislação penal, um ato que se configura como conflitante à legislação e uma resposta do Estado para os autores deste ato que, no contexto socioeducativo, tem a resposta determinada pelo Judiciário e executada pelo DEGASE (Lisboa, 2022). Assim, vai se configurando o imaginário de que o sistema socioeducativo estaria “subordinado” ao sistema penal, tendo como única finalidade a execução das medidas aplicadas pelo Judiciário, conferindo à figura do/a juiz/a a total centralidade nas decisões, pouco importando se estas são adequadas e até mesmo necessárias, considerando as particularidades de cada caso.

Embora essa centralidade conferida à imagem de um juiz esteja longe de ser exclusiva do campo socioeducativo, seus efeitos geram atravessamentos, tensionando ainda mais a relação turbulenta Judiciário-Executivo e produzindo uma série de impasses para quem está “na ponta”.

Acho que o mais desafiante é mesmo essa questão com o Judiciário, as cobranças nos relatórios. A política também interfere, interfere nos recursos, na organização do Departamento, mas isso está sempre muito acima da gente. A relação com a direção também pode ser desafiante por conta da política e do próprio Judiciário. O atendimento com os adolescentes é a parte mais fácil do trabalho, por incrível que pareça (Hirta, em entrevista à pesquisadora).

Quando Hirta menciona a cobrança nos relatórios ela se refere a uma série de expectativas do Judiciário em relação às equipes técnicas, que pressupõe o que deve ser o trabalho delas, sendo concebido como propósito desse trabalho a confecção de um relatório. Há ainda uma expectativa velada sobre a forma de olhar para esses meninos e meninas, que determina a condução do caso bem como a medida aplicada, onde se espera que a equipe técnica compartilhe a mesma forma de encarar esses/as adolescentes pretos/as e pobres que cometem atos infracionais.

Cabe ressaltar que o SINASE estipula como documentos a serem produzidos pelas técnicas o Plano Individual de Atendimento (PIA) e o relatório técnico, produzido ao longo da trajetória institucional do adolescente. Em geral, existem 3 tipos de relatórios: 1) relatório inicial, elaborado durante a passagem do/da adolescente pela internação provisória e, portanto, antes da sentença; 2) os relatórios de acompanhamento, quando o/a jovem já está na semiliberdade ou internação; 3) e o relatório conclusivo, que pode conter ou não a sugestão de encerramento da medida, contando ainda com encaminhamentos quando necessário.

De acordo com Menezes (2020), no Rio de Janeiro o Judiciário compreende que a emissão do relatório é necessária por parte das três categorias que compõem as equipes (psicólogas, pedagogas e assistentes sociais), cada uma produzindo o seu documento a partir de seu saber e de suas normativas. Nas entrevistas, as profissionais também salientaram que, embora não seja obrigatório, em alguns casos o relatório também pode ser confeccionado pelas equipes de saúde mental. São instrumentos importantes, que documentam os resultados do trabalho desenvolvido junto aos/às adolescentes e fazem parte da rotina institucional, mas que definitivamente não são a finalidade do trabalho das técnicas. Nas palavras de Agave:

Então, o Judiciário, como é que ele percebe? Assim, na linha de montagem de relatório, para o Judiciário é isso: eles demandam relatório. Para eles, é isso. Pra gente, o relatório é um documento que vai, assim, o meu trabalho não é esse. O relatório é resultado de um trabalho, a documentação de um trabalho, que é um trabalho de acompanhamento da medida. O meu trabalho é acompanhar o processo socioeducativo do adolescente, tentando transformar esse tempo de cumprimento de medida em alguma coisa produtiva para ele, instrumentalizando ele para que ele faça as melhores escolhas possíveis para ele, né? Para que ele possa abrir o leque de opções das coisas que ele vai fazer mais tarde, na vida. Esse é o meu trabalho. O Judiciário vê como uma linha de montagem de relatório. Faz relatório, relatório, relatório. Já chegou ao absurdo de, em 15 dias, as equipes terem que fazer 20 relatórios. Isso daí, para mim, é linha de montagem mesmo (Agave, em entrevista à pesquisadora).

E porque interessa tanto ao Judiciário a confecção dos relatórios, ao ponto de focar exclusivamente neste, como se o trabalho girasse em torno disso? Pensando a partir dos lugares da Psicologia, é preciso considerar as heranças modernas na produção de nossos saberes, que partem de uma concepção de sujeito possuidor de uma natureza universal e a-histórica, individualizada e hegemônica, dotado de uma essência que seria definida *a priori*, cabendo a Psicologia descrever e explicar essa suposta natureza inerente a cada um (Conselho Federal de Psicologia, 2022a).

Miranda Júnior (1998) corrobora com essa perspectiva apontando que nossa entrada enquanto profissionais psi nas instituições de Justiça ocorre pelo reconhecimento da *utilidade* desse saber, em razão do conhecimento sobre o comportamento humano e domínio de técnicas

de exame articuladas ao campo da Psicopatologia. A Psicologia assume, então, a função de auxílio na tomada de decisão dos operadores do Direito, por meio da construção de avaliações, laudos e diagnósticos.

Historicamente, a primeira demanda que se fez à psicologia em nome da Justiça ocorreu no campo da psicopatologia. O diagnóstico psicológico servia para melhor classificar e controlar os indivíduos. Os psicólogos eram chamados a fornecerem um parecer técnico (pericial), em que, através do uso não crítico dos instrumentos e técnicas de avaliação psicológica, emitiam um laudo informando à instituição judiciária, via seus representantes, um mapa subjetivo do sujeito diagnosticado. O objetivo era melhor instruir a instituição para tomada de decisões mais fundamentadas e, portanto, mais justas. Nem é preciso dizer que os profissionais que executavam este tipo de trabalho geralmente se centravam na análise da subjetividade individual descontextualizada e objetificada; em outros termos, reificada. Menores e loucos: estes os principais clientes que o Direito encaminhou à Psicologia (Miranda Júnior, 1998, p. 29).

Como apontamos anteriormente, se o Sistema Penal se baseia na classificação, controle e punição daqueles tidos como criminosos, perigosos e desviantes, ao adentrar essa engrenagem, a Psicologia não escapa aos riscos de, além de verificadora da verdade, também tornar-se ferramenta de controle social. Nessa perspectiva, se constitui também a expectativa do trabalho da Psicologia no âmbito socioeducativo.

De um modo geral, a atuação da Psicologia no sistema socioeducativo é marcada incessantemente enquanto uma prática de verificação da verdade, na busca de auxiliar a tomada de decisão dos juízes, sempre analisando os riscos do retorno ao cometimento do ato. Encontra-se aí um constante desafio aos profissionais psis que atuam na interface da socioeducação, de não reduzir a prática profissional a uma prática de elaboração de documentos para o Judiciário (Conselho Federal de Psicologia, 2022a, p. 44).

Hirta nos conta que os relatórios são “o que pega mais aqui” e costumam ser razão de “muita cobrança” pois estes são anexados aos processos, não sendo raro retornarem com questionamentos por parte de promotores e juízes.

— Às vezes algum promotor ou juiz questiona o que está lá (no relatório) porque ele esperava uma coisa e recebeu outra.  
 — E o que geralmente é esperado?  
 — Depende muito de cada caso, mas por exemplo, já aconteceu, não foi nem aqui, foi quando eu trabalhava no [nome da unidade], que o juiz queria que o relatório desse alguma previsão, quais eram as chances do adolescente reincidir e isso é complicado. Muito complicado! A gente não tem muito como avaliar... (Hirta, em entrevista à pesquisadora).

Essa expectativa sobre avaliar riscos, periculosidade, determinar se um sujeito poderá ou não rescindir, situa o próprio processo de avaliação psicológica, importante prática psi, como

uma forma de predição, onde avaliar significa prever. A esse respeito lembramos da cartilha elaborada pelo CFP, em 2022, sobre o tema da Avaliação Psicológica, em que afirma que por intermédio do processo da avaliação é possível “compreender o funcionamento psicológico das pessoas, grupos e/ou instituições e suas relações intra e interpessoais” e, a partir dessa compreensão, “a(o) psicóloga(o) tem condições de responder de forma mais sustentada às demandas psicológicas que foram objetos do processo avaliativo e, se necessário, delinear intervenções”. Todavia, ressalta-se a complexidade do entendimento acerca dos fenômenos psicológicos, sendo “praticamente impossível entender e considerar todas as nuances psicológicas a ponto de responder a uma demanda com certeza inquestionável ou prever um comportamento deterministicamente” (Conselho Federal de Psicologia, 2022b, p. 12).

Além disso, a resolução vigente sobre produção de documentos psicológicos (Resolução CFP nº 06/2019) faz a diferenciação das modalidades de relatório e laudo psicológico, “visando abarcar os diversos contextos, serviços e demandas em que a comunicação escrita a ser elaborada por psicólogas(os) pode ocorrer” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 16). Na normativa em questão, explicita-se a diferenciação do laudo psicológico, peça produzida a partir da avaliação psicológica e o relatório (documento produzido na socioeducação), tendo este último o objetivo de:

Comunicar a atuação profissional da psicóloga em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções pertinentes à situação descrita no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 13).

Na esteira da produção quase incessante de relatórios, cria-se também determinados contornos sobre a relação entre os/as adolescentes e as profissionais, o que se espera delas e o que está em jogo na construção desses documentos.

Por exemplo, quando eu preciso fazer um relatório de um adolescente, eu não preciso atender o adolescente para fazer o relatório dele, porque eu já acompanhei ele, eu já sei dele. Quando você precisa produzir 20, isso foi uma loucura de um tempo atrás, eu mal acompanhava esses adolescentes. Eu só atendia, fazia uma entrevista para produzir um relatório. Então, assim, o adolescente: “Você fez o meu relatório essa semana?”, “Fiz”, “Mas você não me atendeu!”, falei: “Mas eu tô te acompanhando há três meses, eu não preciso te atender essa semana para fazer o seu relatório”, né? (Agave, em entrevista à pesquisadora).

Bom, a psicóloga das medidas é a pessoa que faz o relatório de acompanhamento dos adolescentes, né? A partir do que ela fala no relatório existe um certo poder, né, no relatório do técnico de medidas, é, infelizmente eu já fiquei muito tempo nesse papel, que é um papel delicado... de interferir de algum modo na avaliação do adolescente, da medida, se ele vai continuar aqui, se ele vai pra outra medida, né. Nem sempre esse

relatório é considerado pela juíza, a gente, pelo menos a minha impressão enquanto técnica era que quase nunca era considerado, mas caso ele fosse considerado isso poderia ter um poder, né, a palavra do técnico (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Nessa relação se dá o imaginário da figura da “Dona Técnica”, expressão utilizada pelos/as adolescentes para se referir a alguma profissional das equipes de acompanhamento das medidas, engendrando o trabalho das psicólogas, assistentes sociais e pedagogas como “técnica avaliadora que escrevem relatórios para o juiz” (Lisboa, 2018, p. 12).

Perguntas como “isso vai para o relatório?” ou “isso vai pro juiz?” são feitas inúmeras vezes pelos adolescentes. Nessas representações, a conversa com a técnica é tido como a porta voz para a liberdade, posto que vai ser levada para os juízes. O efeito disso é a produção de técnicas para falar com a Dona Técnica: performances e discursos prontos, aquilo que eles acham que nós (e os juízes) queremos ouvir (Lisboa, 2018, p. 11).

Questionamos juntamente com Lisboa, Crespo e Bicalho (2020) o que significa assinalar a Psicologia enquanto técnica e para/com quem a Psicologia trabalha no sistema socioeducativo: o/a juiz/a ou o/a adolescente?

Ao longo das entrevistas percebemos que é estabelecido um jogo onde o atendimento é para os/as adolescentes e o relatório para o/a juiz/a, exigindo um fazer duplo, em que muitas vezes, dadas as relações de poder assimétricas tanto com o poder Judiciário quanto na própria instituição, parece que é preciso escolher um dos dois - atendimento ou relatório - e, com isso, priorizar o pedido burocrático do/a juiz/a, que nem sempre considera o que está escrito, ou o adolescente, que pode usufruir do atendimento quando a relação se estabelece para além do que ele sabe que deve ser escrito ali.

— Aqui a gente tem um limite de horário pra atender, tanto é que eu acho que a [outra psicóloga] até pediu “não, vamos marcar em um horário pra não atrapalhar, porque senão a gente não atende”

— Sim...

— E aí, por exemplo, é de 9h às 11h e de 14h às 16h, esse é o horário que a gente pode atender. E aí às vezes a gente chega lá às 9h e demora pra tirar o adolescente. É... E aí chega 11h e tem que encerrar... Então assim, tem plantão que é mais fácil, tem plantão que é mais difícil, né, que tira rápido, tem plantão que demora... É... E aí você não consegue atender muito e aí isso tudo atrasa o trabalho e aí você não consegue, queria atender 3 meninos hoje de manhã, mas só consegui 2 e olhe lá, porque demorou pra tirar...

— E por que demora geralmente pra conseguir tirar eles?

— Porque tudo é prioridade, menos o atendimento [...] “Ah porque eu tenho que tirar pra escola.”, “Ah porque eu tenho que tirar pra Defensoria”, “Ah porque eu tenho que tirar pro médico”, “Ah porque, é..., tenho que esperar o pessoal sair do campo”. Tudo é antes do nosso atendimento, entendeu? Então... A gente fica sempre por último. Sobrou agente? ah, sobrou? Então vou lá tirar pra você [...] E sempre foi assim, o trabalho técnico é sempre colocado em última... em questão de prioridade, ela tá em última.

- Mas a nível de cobrança nunca é a última, né?!
- O relatório é sempre o primeiro [risos]. É o mais importante. A cobrança é alta, mas tem melhorado, assim, eu acho que a direção que a gente tem hoje é muito aberta pra conversa, pra discussões, até pra reclamação... (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

O atendimento, que aparece na fala de Argentea como sendo o último em termos de prioridade, é um espaço para que o/a adolescente possa apresentar às técnicas diversos aspectos importantes e potentes para o desenvolvimento do trabalho, como por exemplo, seu histórico de vida, as dificuldades enfrentadas e seus desejos. De acordo com Menezes (2020), é o momento em que os aspectos de saúde mental, relações familiares, possível uso de substâncias e o envolvimento (ou não) com o ato infracional podem ser abordados, sem avaliação ou julgamento, tornando possível a identificação de demandas, bem como o planejamento, execução e avaliação das intervenções.

Além disso, o atendimento em grupo, que seria uma ferramenta de trabalho bastante potente, uma vez que permite a reprodução do espaço de interação social, estimulando “o debate de ideias, a capacidade de escuta e argumentação, a percepção do outro e das diferenças, o exercício do respeito, entre outras possibilidades que se colocam quando reunimos um grupo para atividade” (Menezes, 2020, p. 248), quase sempre é inviabilizado por desafiar a lógica de (in)segurança institucional que discutimos no capítulo anterior.

Na existência da primazia do relatório sobre o atendimento técnico, vemos uma clara desqualificação do serviço, esvaziando os sentidos do trabalho das psicólogas e situando-as como meras “fazedoras de relatórios”. Não queremos dizer que o trabalho destas se restringe também ao atendimento, enquadrando o fazer psi em mais uma expectativa, mas nos interessa enfatizar como este enquanto parte do trabalho é capaz de contribuir para a construção de outras formas de se relacionar, consigo e com o mundo. Segundo Menezes (2020), o atendimento enquanto metodologia de trabalho possibilita que diversas temáticas possam ser extraídas das falas dos adolescentes ou trazidas pelas equipes como disparadores, que vão desde cuidados em saúde, passando por discussões sobre infecções sexualmente transmissíveis (IST), questões de gênero, raça, sexualidade, até as questões históricas, acontecimentos recentes, o mundo do trabalho, os desejos e desafios e tantas outras possibilidades “para uma intervenção psicológica pautada na escuta cuidadosa com o sujeito e que não o reduz ao ato infracional” (Menezes, 2020, p. 248).

O próprio processo jurídico fornece temas interessantes como a discussão sobre as regras e a construção das leis, a organização política do país, que se divide nos poderes do Executivo, Legislativo e Judiciário, o que cabe a cada um deles e de que forma é

possível a intervenção democrática. O exercício da empatia e de pensar a convivência coletiva é interessante para deslocar o adolescente de sua posição no contexto social para experimentar outros olhares e provoca a reflexão sobre a prática infracional (Menezes, 2020, p. 249).

Manfreda, uma de nossas entrevistadas, compartilha conosco uma de suas experiências e a importância do trabalho, as potencialidades advindas desse fazer e os diferentes lugares da Psicologia que um relatório técnico não pode e nem pretende contemplar.

O relatório na verdade é uma consequência de tudo isso que a gente deveria estar fazendo [...] para o adolescente, ele tem até um peso, porque isso ajuda na decisão do Judiciário com relação à permanência dele ou não, mas não é o mais importante em termos do que fica para o adolescente [...] Eu identifiquei num adolescente extremamente agressivo, difícil na condução, que ele gostava de poesia. Eu peguei na biblioteca alguns livros pra ele e ele lia e trazia pra mim, a gente discutia poesia [...] É muito bom quando o adolescente sai e você sabe que ele tá caminhando com as próprias pernas em alguma medida, sabe? Sem se colocar tanto em risco, sem colocar outras pessoas em risco também, podendo rever a vida dele. É claro que não é meu papel dizer que ele tem que deixar de infracionar ou não, não é o mote do atendimento, mas é bacana ver quando ele pára de se colocar em risco. Porque é isso, pra além da infração é esse risco que ele se coloca o tempo inteiro e coloca a vida de outras pessoas também. Então quando ele consegue ressignificar algumas coisas ele também vai poder estar na vida de outra forma. E seria importante também ter os agentes junto com a gente também, porque é quem passa boa parte do tempo com eles. Então assim, é fundamental (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

É interessante notar que essas expectativas em relação ao trabalho das técnicas, que por vezes parece fechar os olhos para os propósitos socioeducativos, em alguns casos se tornam cobranças onde o poder Judiciário interfere diretamente, chegando a fazer ponderações nos relatórios para que as técnicas digam o que o/a juiz/a quer, como o trabalho deve ser feito.

O Judiciário espera meu relatório, não importa o que tá escrito, desde que tenha um papel junto com o adolescente. É... mas às vezes, então, como eu tava falando, o juiz às vezes agora pede né, “no eixo pedagógico não constava isso, isso, isso”, “no eixo social não constava a questão da família blábláblá”, “no eixo psicológico não fala que o adolescente se mostra responsabilizado, demonstra arrependimento... avalia planos, projetos futuros, viáveis”. Ela coloca, a gente tira cópia e fala “agora, a partir desse momento a gente tem que começar a colocar no relatório isso que ela quer”. Isso vai mudando, né? [...] eu pego adolescente que alega inocência até... Como é que você vai dizer no relatório que ele está arrependido de uma coisa que ele diz que não fez? Aí eu vou enrolando sem falar, porque se eu botar “alega inocência”: “adolescente não se mostra responsabilizado pelo ato...” vai ser complicado. Entendeu? A gente também tem que usar de estratégias pra escrever (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

A partir do momento que a juíza precisa de um relatório, e aí na sentença dela ela aponta em relatório o que você deixou de dizer pro garoto ganhar a liberdade dele, então assim... “ah, você esqueceu de dizer que ele se arrependeu”. Se arrependeu. “Você esqueceu de dizer que ele sei lá o que”. Não tem relação, não tem relação, não existe relação. Eu tô tentando tirar, o sistema está tentando tirar um adolescente aqui que tá aqui há dois anos, um adolescente com caso de saúde mental gravíssimo, acompanhado pelo CAPSI desde os 12 anos, acompanhado pelo CAPSI, usuário,

fazendo uso abusivo de droga, ele tá aqui há dois anos no sistema e a gente não consegue tirar porque a juíza quer que, sei lá o que, que a família se responsabilize pelo adolescente. Cara, eu caguei, sabe?! O lugar dele não é aqui, cara [...] Eu vou falar o que você quer ouvir? Eu vou mentir pra você porque eu acho que o lugar dele não é aqui? Então tá bom, você quer que eu minta pra você? Então tá bom, vou mentir pra você. A família dele, a mãe tem problemas psiquiátricos graves, o pai tem problemas psiquiátricos. Não tem família, amiga, não existe. E aí ele vai ficar aqui o que? Até 21, porque não tem família? (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

A todo momento, ao longo de nossa pesquisa, refletimos sobre o trabalho invisível das psicólogas, o que nos levou a dialogar também com autores do campo da psicodinâmica do trabalho, especialmente junto aos conceitos de trabalho prescrito e real. Diversos pesquisadores oriundos desse campo vêm apontando o distanciamento existente entre o que é solicitado às trabalhadoras (prescrito) e o que realmente é executado por estas (real). O trabalho prescrito é aquele que é imposto, ou seja, aquilo que é formalmente definido, planejado e organizado, incluindo os procedimentos e normas estabelecidos pelas organizações, para realizar determinadas funções ou alcançar objetivos específicos. Já o trabalho real está relacionado a tudo aquilo que é efetivamente realizado pelas trabalhadoras no cotidiano, sendo atravessado pela agência de diferentes atores, humanos e não humanos (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994; Dejours, 2014).

Observamos ao longo de nossa pesquisa que as condições do trabalho real costumam ser incompatíveis com as expectativas do trabalho prescrito às psicólogas, sendo necessário desenvolver estratégias (conforme apontado por Argentea) para se adaptar a situação real de trabalho, fazendo existir uma dimensão do trabalho não visível.

Bedin, Fontes e Braatz (2020) nos auxiliam em nossas análises ao apontarem a distinção entre o prescrito e o real no âmbito do serviço público. Segundo as autoras, parte significativa dos projetos e atividades desenvolvidas no âmbito do serviço público vem se baseando na importação dos paradigmas utilizados na indústria clássica, voltando-se cada vez mais para o alcance de resultados, baseados na fragmentação dos processos e a simplificação das tarefas e desconsiderando a complexidade e especificidades do setor público em prol de uma suposta eficácia. Eficácia essa que em nosso campo de estudo parece ser medida pela quantidade de relatórios entregues, independente do trabalho feito junto aos/às adolescentes e às famílias.

E aí assim, até nesse caso do menino que eu falei que é um caso bem difícil, é... Ele chegou aqui em dezembro e já pediram relatório agora pra início de março. Então, oh, janeiro, fevereiro e março, 3 meses. Num caso super difícil que a gente sabe que ele vai continuar... E é uma cobrança de relatório. E aí a gente não tinha atendido a família diretamente e a gente falou “não, é importante a gente conversar com a família antes de fazer esse relatório”. Então falei pras meninas da equipe, “vamos fazer uma informação explicando, pedindo ao juiz uma prorrogação desse prazo, explicando que a gente quer atender a família, que é um caso emblemático, um caso complicado e

aqui o relatório vai ser entregue o mais breve possível”, né... Aí todo mundo “pô, legal, vamos fazer”. Aí eu fiz lá, escrevi, a gente assinou, mas não foi enviado. Foi enviado, mas não foi anexado ao processo [...] E aí a gente mandou tipo dia 10 e até a semana passada não tinha sido anexado a nossa informação no processo pro juiz dizer sim ou não, entende? A gente tava como se o relatório fosse atrasado há 20 dias sem falar nada (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Não obstante as interferências advindas do Judiciário, o próprio DEGASE acaba por tensionar ainda mais essa relação, se colocando como “um braço do Judiciário” conforme dito por uma das psicólogas, cobrando relatórios como se este fosse o único trabalho destas e atropelando a autonomia das profissionais para avaliar e responder adequadamente às demandas que lhes são encaminhadas.

O que eu vejo no DEGASE as pessoas têm muito medo ou receio de responder ao Judiciário, entendeu? Então o que o Judiciário pede, acata. Pede, acata. Pede, acata. As pessoas não conseguem analisar a demanda: “pera aí, tão me pedindo isso, mas o que eu posso fazer diante disso?” Né? E responder. A gente tem autonomia técnica pra responder, né [...] Mas muitas vezes nem chega na gente, a direção responde por eles. Pera aí, deixa chegar, tá cobrando, tá me cobrando um relatório, alguma coisa? Deixa que eu respondo, não tem problema, eu digo porque que tá. Parece que as pessoas têm um pouco de receio desse contato direto com o juiz. Com o perito não, você conversa o tempo todo, né, em ofícios, por mais que não seja frente a frente, mas faz informação, faz o relatório, sugere coisa [...] Então... eu não sei se é o juiz que vê a gente desse jeito ou se o DEGASE nos coloca nesse lugar, entende? De acatar tudo o que o juiz fala, como se fosse uma ordem maior e que eu não posso questionar [...] Mas eu sinto muito essa questão do DEGASE se colocar como um braço do Judiciário, entendeu? E aí a gente é cobrado pela direção o tempo todo de documento, relatório, nãñã, sem poder responder, porque não chega até a gente a demanda, o que que foi efetivamente pedido, só chega “oh, o relatório”. A gente não consegue ver, questionar (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

A desqualificação sofrida pelas profissionais fica evidenciada na fala de Argentea e nos questionamos sobre quais pretextos e interesses atuam os gestores do DEGASE que, diante das interferências quase sempre distantes do Judiciário, intervém não de modo a preservar a autonomia profissional, o zelo ético e a defesa dos saberes e práticas específicas fundamentais aos propósitos socioeducativos, mas tensionando ainda mais essa já tão conturbada relação, como se o Judiciário fosse um deus ao qual o DEGASE e suas trabalhadoras devem servir, não importando o custo para estas ou os impactos disso na vida dos meninos e meninas que são o público da instituição. Para quem contraria, punição.

Vetiver nos relata uma experiência que demonstra muito bem como esse jogo institucional opera e que qualquer posicionamento tido como insubordinação está passível a retaliações. Ela nos conta que estava acompanhando um adolescente de 17 anos em alto grau de vulnerabilidade, que estava tentando “ganhar” a liberdade e como todo o trabalho feito junto a este, possibilitou que ele mesmo pudesse dizer ao juiz o que desejava.

Mas esse me marcou, porque ele tinha uma história muito sofrida, sabe aquela pessoa que quer sair, mas tem tantos impedimentos, tantas barreiras para sair? Eu via que ele queria, mas não conseguia. Ele ficou numa família acolhedora por um tempo, fizemos VD [visita domiciliar] na família acolhedora, tentamos tudo para curso, escola, e ele tava indo muito bem, tava com vontade de sair. Mas o sistema é complicado, o sistema que eu falo não é o sistema socioeducativo, é o sistema jurídico, de um modo geral, ele emperra a vida da pessoa, atravanca. E aí, esse menino, eu fiz um trabalho com ele, que ele sentiu tão... Ele se sentiu tão autorizado por ele mesmo, que ele foi lá no Juiz, fez uma entrevista direto com o Juiz, bateu a porta do Juiz e falou: “Juiz, eu estou pronto para sair, eu não tenho mais que ficar aqui, a minha vida tá assim, assim, assim, eu tô fazendo isso, isso, isso” (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

Todavia, o relatório produzido pela profissional parece não ter correspondido às expectativas institucionais, tendo toda a intervenção feita junto ao adolescente, as transformações decorrentes disso, totalmente desconsiderada em prol do que acreditava-se ser “a maneira correta de falar com o juiz”.

Uma semana antes desse meu documento, uma semana, uns 15 dias antes, em um dos meus relatórios sobre esse adolescente, eu fui chamado pelo diretor e ele disse assim: “o que você escreveu, não se escreve para um Juiz, como se você estivesse dando ordens para ele”. Eu falei: “Não, não estou dando ordem pra ele, estou afirmando, a partir do meu olhar, enquanto psicóloga, o que eu tô querendo desse adolescente, as questões que ele está vivendo e o que esse sistema tá oferecendo. Então, eu não tô dizendo que ele fazer isso ou aquilo, quem vai decidir é ele”. Só que, assim, ele não tava muito acostumado com aquele tipo de escrita, sei lá, que era a forma, né? E ele falou: “Dá para você mudar?”, eu falei: “Não, eu não vou mudar”. Aí, sabe? Acho que foi muito pesado ouvir isso, porque foi a primeira vez que eu vejo alguém pedir para mudar um documento que eu escrevi. Pra mim, aquilo foi muito difícil. Mas eu bati muito de frente, sabe? Eu falei com o alto e bom tom “Não vou mudar meu documento, porque quem assina sou eu, a psicóloga sou eu [...]”, foi, mais ou menos, assim. Aí ele: “Tudo bem.”. Botou o documento lá, foi daquele jeito, o menino saiu uns 15 dias depois e eu também saí, né?” (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

Alguns dias depois, o menino ganhou a liberdade e a psicóloga foi transferida para outra unidade, tida dentro do sistema como um local de “castigo” para a qual ninguém quer ir - nem adolescentes, nem trabalhadoras - uma unidade conhecida por ter “cara de cadeia” como dizem dentro do DEGASE. A alegação foi de que ela “destoava” e que seria alguém que “não jogava no mesmo time”, dizeres que demonstram a insatisfação produzida a partir da negativa da psicóloga em alterar o documento. Destoar nesse caso parece estar relacionado a sustentar uma prática alicerçada nos princípios socioeducativos e nos parâmetros éticos da profissão, mesmo diante dos inúmeros desafios que se lançam cotidianamente, em uma instituição que deveria prezar por isso, mas que neste caso escolhe reduzir toda a potência do trabalho às linhas duras da burocracia, da papelada, das subordinações imaginárias a um Judiciário que se imagina parceiro, recriando cenários que beneficiam certos interesses em detrimento da liberdade de outros.

É inadmissível a manutenção dessas posições em que trabalhadoras que têm seus saberes e práticas amplamente reconhecidos tenham sua autonomia profissional desrespeitada ao ponto de, para atender determinadas expectativas ou ainda evitar retaliações, se arriscarem a entrar em contradição com os próprios princípios éticos da profissão. Relembramos o Código de Ética Profissional das psicólogas que em seus princípios fundamentais afirma: “O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7).

Além disso, o que teria no documento produzido por Vetiver que incomodou a direção da unidade? Quais intervenções são consideradas pertinentes e quais não? Caso algo fosse questionado pelo juiz, por que a psicóloga, que estava acompanhando o adolescente e produziu o documento, não poderia responder diretamente a demanda? O que o DEGASE supõe que seria a forma correta de confeccionar um documento que é encaminhado ao Judiciário? Essa expectativa está em consonância com os parâmetros éticos e técnicos da profissão? São muitas questões suscitadas e compreendemos, a partir disso, a necessidade de fortalecimento dos espaços representativos da categoria, dentro e fora da instituição, visando traçar diálogos permanentes sobre as questões que tangenciam o exercício profissional no sistema socioeducativo.

Encontramos, no trabalho elaborado por Rezende (2020), mais um relato que ressoa os atravessamentos enfrentados pela Psicologia ao ocupar esses espaços.

Para exemplificar essa discussão, cito uma experiência que ocorreu ao enviar um relatório de acompanhamento da MSE de determinado adolescente ao Judiciário, onde foi decidido pela manutenção da medida de internação, porém a justificativa apontada para tal decisão consistia na argumentação de que o profissional de Psicologia *‘foi negligente em sua prática por não medir o grau de arrependimento do adolescente com relação ao ato infracional praticado’* (resposta do Judiciário) (Rezende, 2020, p. 268, grifo do autor).

O acúmulo dessas experiências denota o lugar em que se busca colocar a Psicologia, o lugar “de uma ciência normalizada, que atua sobre a mente do adolescente, promovendo a culpa, apontando erros, categorizando suas condutas, caráter e personalidade, sua família, e por último definindo quem está pronto para sair para o convívio social e quem deve continuar em confinamento” (Rezende, 2020, p. 268).

É de grande importância que as profissionais não assumam esse lugar como sendo seu, atentando-se para que nossas práticas e intervenções não se concentrem em julgamentos e verificação de verdade (o que parece ser o esperado de nós). Nossas análises devem partir de

uma construção coletiva, que articula também outros saberes e práticas profissionais com o objetivo de “produzir um plano de atendimento individual e institucional que possibilite uma ação interdisciplinar e intersetorial no ato socioeducativo, que deve priorizar o sistema de garantia de direitos” (Conselho Federal de Psicologia, 2022a, p. 47). Nesse sentido, afirmamos que não nos interessa enquanto psicólogas reduzir nossos saberes e práticas a mera ferramenta do Judiciário.

Diante dos inúmeros impasses e disputas que permeiam o trabalho, surgem também novas possibilidades de pensar o fazer. Puya compartilha conosco que algumas equipes em parceria com a direção da unidade conseguiram construir uma outra perspectiva de trabalho, deslocando o engessamento da produção massiva de documentos para algo que pudesse ser pensado como uma ferramenta e não como o cerne do trabalho.

Eu já trabalhei com equipes na provisória que entendiam que você atendeu o adolescente, você fez o seu trabalho, tá documentado, e você não precisa mais olhar aquele adolescente. Já trabalhei com equipes, assim, muito incríveis que aboliram, inclusive, essa preocupação com relatório, como algo que tem que ser feito porque um juiz diz que tem, sem pensar no trabalho, se tá fazendo um relatório que informe o quê, pra quem, com que intenção [...] a gente foi acordando com a direção e a gente foi gradativamente abolindo relatório como o cerne do nosso trabalho. Olha, a gente atendia os adolescentes e a gente pensava grupos, pensava atividades, e aí esse era o objetivo daquele trabalho... pensar em fazer contato com família, né, fortalecer um pouco isso. Quando tinha uma questão um pouco mais grave, que a gente entendia “isso aqui precisa ser sinalizado”, aí a gente fazia relatório, daquele adolescente e daquela questão (Puya, em entrevista à pesquisadora).

A psicóloga aponta ainda a ausência de sentido nessa primazia do relatório sobre o atendimento, uma vez que o/a juiz/a dificilmente lê o documento, muito menos o considera para tomar decisões.

Porque a maior parte... que a gente sabe que a maior parte das vezes o Judiciário sequer ler e considera. Porque eu lembro, a gente ficava às vezes, assim, muito inquieto, porque era capaz da gente mandar um relatório dizendo “olha, esse adolescente tá em situação de rua, não tem rede familiar” e vir uma decisão do Judiciário mandando liberar e entregar ao responsável... Esse relatório não foi lido. É impossível que esse relatório tenha sido de fato lido ou pelo menos passado o olho... Então, a gente foi entendendo, né, que o ponto ali da provisória não era esse. Era trabalhar com os adolescentes, tentar as articulações, ver o que dá pra fazer ali e sinalizar pro Judiciário o que fosse um caso mais grave (Puya, em entrevista à pesquisadora).

O relato da psicóloga nos fez imaginar que outros “degases” seriam possíveis para profissionais e adolescentes se as ações realmente socioeducativas tivessem prioridade e espaço e se o relatório não fosse tomado como o cerne do trabalho. Que potências sufocadas surgiram e possibilitariam uma experiência diferente? Não se trata de romantizar o DEGASE, como já

apontamos antes, uma vez que sabemos que este não representa solução alguma para os problemas que enfrentamos enquanto sociedade, mas nos questionamos que mudanças precisam ocorrer para que, na impossibilidade de um desmonte (Batista e Arantes, 2020), algumas microrrevoluções sejam possíveis.

Além disso, questionamos quais sentidos têm sido produzidos em relação à proteção de adolescentes no sistema socioeducativo, compreendendo ainda que a proteção referida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente só pode se dar, efetivamente, por meio da integração de todos os órgãos e entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e que o poder Judiciário, na condição de braço do Estado, tem peso determinante nos rumos que a socioeducação pode tomar.

Apresentamos a seguir, em continuidade às discussões que estamos propondo, o panorama estabelecido no DEGASE após a deliberação do STF sobre a central de vagas, visando intervir no quadro de superlotação das unidades mas que seu deu, novamente, em um processo turbulento, amplificado pelo contexto pandêmico, e atingiu diretamente a execução do serviço, colocando em xeque os direitos fundamentais dos/as adolescentes.

### **3.2 Central de vagas, pandemia e o trabalho (des)considerado essencial**

Quando mergulhamos em instituições de privação de liberdade, sejam estas unidades prisionais, socioeducativas, hospitais psiquiátricos e tantas outras, há um desafio comum, ainda que se apresente de maneira heterogênea em cada contexto, que consiste na superlotação. Vinuto e Bugnon (2022) afirmam que a superlotação tem sido um conceito operado quase como sinônimo para as instituições de privação de liberdade, sendo definido como um problema crônico desse tipo de instituição. Para as autoras, é necessário ir além do emprego corriqueiro do conceito de superlotação, resumido na noção de um fenômeno que ocorre quando há mais pessoas internas do que as unidades de privação de liberdade suportam, para considerar a superlotação em uma perspectiva mais ampla de garantia de direitos.

Para além das limitações de estrutura física e espaço, a superlotação também deve ser considerada a partir da existência de objetos de primeira necessidade em quantidade suficiente – desde pratos até material de limpeza –, número adequado de profissionais, de espaços sanitários, educativos, de esporte, cultura, lazer, atendimento jurídico e visita familiar, dentre outros pontos relevantes (Vinuto & Bugnon, 2022, p. 108).

Pesquisadoras do GEPSID que vem se debruçando sobre o campo socioeducativo apontam que a superlotação não apenas agencia impedimentos para o atendimento adequado

dos internos, como também impõe o medo como ferramenta preventiva de trabalho e os direitos dos internos passam a ser compreendidos como regalias (D'Angelo & De Garay Hernández, 2017; Vinuto, 2020; Vinuto & Bugnon, 2022). Consideramos que sob o signo da superlotação emprega-se um micro-estado de exceção aos internos e aos trabalhadores das instituições de privação de liberdade, onde as decisões cotidianas são tomadas a partir de uma lógica do mínimo necessário (geralmente associado à preservação da ordem) e a garantia de direitos passa a ser tomada quase sempre como algo muito além das capacidades institucionais. A superlotação é utilizada, portanto, para justificar os problemas enfrentados no interior dessas instituições e ao mesmo tempo, naturalizar seus modos de funcionamento, como se esta condição fosse intrínseca ao cárcere.

Importa ressaltar que essa naturalização ameaça avanços importantes no Sistema de Garantia de Direitos, uma vez que situa uma certa ideia de aumento desenfreado da criminalidade e que é necessário construir cada vez mais unidades de privação de liberdade para conter essa suposta ameaça, incentivando o encarceramento e atendendo a interesses políticos e econômicos neoliberais, que veem na privatização dessas instituições um novo mercado e, conseqüentemente, outras categorias de mão de obra a ser explorada.

Não temos a pretensão de esgotar o debate da superlotação neste trabalho. Ao contrário, somos entusiastas à proposição do tema como perspectiva para estudos futuros, mas essa breve conceituação é de fundamental importância para analisarmos a constituição e efeitos da implementação da central de vagas no sistema socioeducativo.

A instauração da central de vagas é resultado de uma série de movimentações que vem ocorrendo junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2018, em que denúncias advindas das Defensorias Públicas estaduais do Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro apontavam para a situação calamitosa vivenciada nas unidades socioeducativas, anexando aos autos dos processos informações detalhadas sobre a real capacidade e o quantitativo excedente, apontando as incompatibilidades com principais marcos legislativos na política brasileira de proteção à infância e juventude bem como às graves violações aos direitos humanos decorrentes desse cenário.

Na época, o ministro Edson Fachin delimitou provisoriamente em 119% a taxa de ocupação nas unidades de internação e determinou a transferência dos excedentes para outras unidades que não estivessem com capacidade de ocupação superior à fixada. Nos casos em que a transferência não fosse possível, foi delimitado que o/a magistrado deveria seguir os parâmetros previstos na lei nº 12594/2012 (lei do SINASE) que assegura ao/a adolescente o direito de cumprir a medida em meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de

medida de privação da liberdade, exceto nos casos de infrações cometidas com violência ou grave ameaça à pessoa. O ministro instituiu ainda que, na impossibilidade de cumprimento dessas providências, fosse aplicado o estudo para a conversão das medidas de internação em domiciliares<sup>41</sup>.

Dois anos depois, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal determinou, através do Habeas Corpus 143.988, de 25 de agosto de 2020, que as unidades de execução de medida socioeducativa de internação de adolescentes em todo o país não ultrapassem a sua capacidade projetada. No ano seguinte à deliberação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a resolução nº 367 de 19 de janeiro de 2021, dispondo sobre diretrizes e normas gerais para a criação da central de vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário. De acordo com a normativa:

Art. 2º: Entende-se por central de vagas o serviço responsável pela gestão e coordenação das vagas em unidades de internação, semiliberdade e internação provisória do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo.

Parágrafo único. A central de vagas, de competência do Poder Executivo, será responsável por receber e processar as solicitações de vagas formuladas pelo Poder Judiciário, cabendo-lhe indicar a disponibilidade de alocação de adolescente em unidade de atendimento ou, em caso de indisponibilidade, sua inclusão em lista de espera até a liberação de vaga adequada à medida aplicada (Conselho Nacional de Justiça, 2021a, *on-line*).

Destacamos o trecho “vagas formuladas pelo Poder Judiciário”. A formulação vai contra as estipulações do SINASE, que prevê como responsabilidade do Executivo o gerenciamento das vagas, tendo em vista os recursos financeiros, físicos e humanos, disponíveis nos âmbitos estadual e municipal. Ao Judiciário cabe zelar pela plena efetivação dos princípios da legislação, mas o texto do CNJ deixa evidente que a própria instância não respeita as normativas estabelecidas e segue produzindo interferências bastante distantes da gestão unificada, característica fundamental para a implementação efetiva dessa política pública.

Os objetivos dispostos na resolução incluem: 1) assegurar que a ocupação dos estabelecimentos socioeducativos não ultrapasse o número de vagas existentes; 2) prezar para que a definição da capacidade real de vagas dos Sistemas Estaduais de Atendimento Socioeducativo observe a separação de vagas entre internação provisória, semiliberdade e internação, bem como a separação entre vagas femininas e masculinas, observados, ainda, os critérios de idade, compleição física e gravidade da infração; 3) garantir que nenhum adolescente ingresse ou permaneça em unidade de atendimento socioeducativo sem ordem

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/714144692/ministro-impoe-medidas-contrasuperlotacao-em-outras-quatro-unidades-de-internacao-de-adolescentes>. Acesso em 24 de março de 2023.

escrita da autoridade judiciária competente; 4) registrar os dados dos pedidos de solicitação, a fim de permitir fluxo contínuo de produção de dados estatísticos e informações acerca da gestão de vagas, lotação das unidades e lista de espera, resguardando o sigilo e a proteção dos dados pessoais dos adolescentes e seus familiares; 5) impedir a superlotação das unidades, evitando a degradação do sistema socioeducativo; e 6) promover o fortalecimento da socioeducação (Conselho Nacional de Justiça, 2021a).

A partir da resolução, o CNJ elaborou o “Manual Resolução CNJ 367/2021: A central de vagas do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo” também no mesmo ano, visando “ofertar conteúdo técnico e apoiar localmente a criação, implementação e funcionamento das Centrais de Vagas ao largo das Unidades Federativas (UF) do país” (Conselho Nacional de Justiça, 2021b). No texto, ressalta-se, a partir do “Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo” lançado em 2019 com dados de 2017, a discrepância entre o número de jovens na internação (medida mais severa entre todas) e o percentual de atos infracionais graves como assassinatos e latrocínios que justificariam a aplicação desse tipo de medida. O levantamento citado no manual aponta que dos mais de 25 mil jovens que se encontram em cumprimento de algum tipo de medida, 71,8% (quase 18 mil adolescentes) estavam na internação, mas o índice de homicídio e latrocínio representavam apenas 7% e 2% respectivamente, “contrariando o entendimento comum de que seria elevado o número de atentados contra a vida praticados por adolescentes” (Conselho Nacional de Justiça, 2021b, p. 29).

Em contrapartida, são eles as principais vítimas de homicídio no Brasil. Logo, o perfil dos atendidos na socioeducação é indicativo tanto da seletividade do sistema quanto da maior exposição desse segmento da população à violência e à criminalidade: 57% dos atendidos nessas modalidades de MSE tinham entre 16 e 17 anos, 96% eram do sexo masculino e 56% negros ou pardos. Tais dados são importantes indicadores de que as respostas usuais, dadas pelo sistema de justiça aos adolescentes autores de atos infracionais e que enfrentam situações de vulnerabilidade, utilizam em excesso e de forma desproporcional a aplicação de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade (Conselho Nacional de Justiça, 2021b, p. 29).

É interessante notar que no acúmulo de dados fornecidos na contextualização do cenário nacional socioeducativo presente no referido manual, aponta-se que essa desproporção mencionada é reflexo de uma desconsideração aos princípios e objetivos previstos no ECA e na Lei do SINASE. Além disso, embora o texto do CNJ reconheça a inadequação na aplicação das medidas, o documento não faz menção à responsabilidade da magistratura frente à situação, em que esta parece estar sempre sendo protegida e blindada: não sendo imune aos erros, torna-se imune à responsabilidade.

Esses desequilíbrios resultariam de uma compreensão ou aplicação inadequada dos princípios da brevidade, excepcionalidade e legalidade na execução das medidas, além do princípio da proporcionalidade e demais previstos no artigo 35 da Lei do Sinase. E não apenas, portanto, um problema de falta de investimento na criação de mais vagas, como evoca a solução comumente apresentada [...] A consequente superlotação, nesse contexto, figura uma grave violação dos direitos fundamentais dos(as) adolescentes, uma vez que a internação deveria ser medida excepcional (Conselho Nacional de Justiça, 2021b, p. 31).

Outro importante documento que serviu de base para as discussões no STF e que foi citado no manual do CNJ se refere ao “Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros”, publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em 2019. O panorama apresentado apontou o quadro de superlotação em pelo menos doze das unidades federativas, a saber: Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul e Sergipe. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina também estavam próximos de atingir a capacidade máxima, operando com mais de 97% do índice de lotação (Brasil, 2019).

O somatório das vagas disponíveis em todas os estados brasileiros, incluindo o DF, apurou um total de 16.161 (dezesesseis mil cento e sessenta e um) vagas, com uma ocupação real de 18.086 (dezoito mil e oitenta e seis), indicando o percentual de superlotação no cenário nacional em 11,91%.

Analisando os números do Rio de Janeiro, em 2018 (um ano antes da movimentação no STF) o número total de vagas na internação era de 889, mas naquele período o DEGASE possuía 1423 adolescentes privados de liberdade, ultrapassando em mais de 60% sua capacidade máxima. Na internação provisória, o quadro também não era diferente: Segundo o levantamento, o número total de vagas na provisória era de 116 e haviam 255 jovens alocados, operando com um quantitativo 119,63% maior, ou seja, mais que o dobro do que poderia. Já na semiliberdade, o RJ é o segundo maior estado em quantidade de unidades, totalizando 15. Considerando o parâmetro estabelecido no SINASE de 20 vagas por unidade, o sistema socioeducativo fluminense conta com um total de 300 vagas, mas em 2018 possuía 360 jovens cumprindo esse tipo de medida, ultrapassando em 20% o limite de vagas (Brasil, 2019).

Cabe salientar que antes mesmo da criação da central de vagas em âmbito nacional, no Rio de Janeiro já havia movimentações neste sentido desde 2017<sup>42</sup> para a criação da “Central de Regulação de Vagas do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio De Janeiro”

---

<sup>42</sup> Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2019-mai-23/tj-rj-libera-criacao-central-vagas-medidas-socioeducativas>.

que seria instituída por meio de um acordo entre Defensoria Pública (DPRJ), Ministério Público (MPRJ) e Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RJ), homologado em maio do presente ano pela Vara de Execução de Medidas Socioeducativas. Todavia, o acordo nunca saiu do papel devido a um recurso proposto por alguns promotores. O argumento para o recurso consistia na alegação de que a Promotoria da Tutela Coletiva Infracional da Capital e a 3ª Promotoria de Tutela Coletiva da Educação da Capital, que têm atribuição para atuar apenas na cidade do Rio, não poderiam ter firmado um acordo cuja medida prevista tem impacto sobre todo o estado. Além disso, havia uma polêmica que girava em torno de um suposto aumento da violência no Rio, alicerçada a ideia de que a implementação da Central faria com que jovens que cometessem atos infracionais considerados leves não sofreriam qualquer sanção ou seriam “liberados” precocemente. Na época o MEPCT/RJ emitiu uma nota se posicionando favorável a criação do sistema, uma vez que

Tal medida representa um avanço do sistema socioeducativo fluminense no alcance aos Direitos de Adolescentes autores de ato infracional e na prevenção à tortura, uma vez que a superlotação é um problema crônico de todas as unidades de internação já informado às autoridades competentes pelo Mecanismo em diversos relatórios e com recomendações específicas sobre o tema (Rio de Janeiro, 2017, *on-line*).

Após longos dois anos, em 2019 a 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio reconheceu em 22 de maio a "higidez do acordo" estabelecido em 2017, mas a implementação do sistema só se deu, formalmente, através da Resolução Conjunta SEEDUC/TJRJ nº 1550, de 26 de maio de 2021. Importa ressaltar que a decisão do STF em 2019 e a crise sanitária advinda da pandemia de Covid-19 abriram precedentes para acelerar o processo de implementação da central de vagas, ainda em 2020, em um tom provisório. Manfreda, uma das psicólogas entrevistadas, nos apresenta o panorama:

A gente viveu duas situações muito importantes dentro do DEGASE recentemente que tem dado um outro tom pra realidade institucional. Acho que uma delas é a questão da instauração da central de vagas. A central de vagas tem um ponto positivo e um ponto negativo. Porque na verdade a central de vagas, ela impede que a gente tenha uma superlotação, durante muitos anos a gente viu... eu entrei em 2013 e 2014 começou o processo de superlotação do sistema socioeducativo. A unidade que eu trabalhava, chegou a 400 e poucos, quase 500 adolescentes [...] Então assim... era impossível nessas condições de trabalho. A gente fazia o que era possível. A gente tentava fazer alguma coisa em função desses adolescentes, mas acabava ficando muito em função do trabalho burocrático, que era elaboração de relatório. E que relatório é esse também? Se a gente tá atendendo pouco, tendo pouco contato com adolescente, que documento é esse que tá sendo produzido? Então assim... essa era nossa realidade até antes da central de vagas. Quando a central é instaurada, ela diminui a entrada desses adolescentes. A gente hoje só tem de fato a capacidade da unidade e... mas também tem um outro lado, porque essa central de vagas foi pensada dentro de uma proposta de fila única. Então acabou trazendo um outro problema pra gente. Porque

um adolescente de Campos hoje pode acabar parando no Rio. O que acontecia antes da unidade de Campos, mas hoje a gente tem uma descentralização que ainda não é o ideal, mas a gente tem, e hoje é inadmissível pensar que um adolescente de tão longe tenha que cumprir medida tão longe do seu território. Então a fila única trouxe isso pra gente, só que a gente discutiu muito essa questão e conseguiu, junto com o GMF (Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário), que é a reunião dos desembargadores lá, que minimamente a central de vagas, esse setor que é responsável por regular a Central de vagas, que ele consiga, mesmo que um adolescente de um lugar distante vá pra fora do seu território, que a própria central de vagas consiga movimentá-lo o mais breve possível para que ele esteja próximo do seu território. A gente precisa mudar a resolução, mas enquanto isso não muda a gente já conseguiu mudar alguma coisa. Então acho que esse é um ponto. O segundo é que a pandemia mudou muito o nosso funcionamento. Inclusive foi ela que fez com que a central de vagas funcionasse mais rápido, porque a gente tinha uma necessidade de diminuir a quantidade de adolescentes dentro das unidades, então a central de vagas foi o que possibilitou isso. Então a pandemia teve um papel importantíssimo nisso (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

A instauração da central de vagas é de fato um marco na política socioeducativa, mas dialogando com as trabalhadoras compreendemos que a medida que, inicialmente, parecia bastante potente acabou por se tornar precária, ao menos durante o curso de nossa pesquisa. Isto porque todas as discussões que balizaram a implementação da Central ficaram restritas aos operadores do Direito, o que trouxe várias questões para o Executivo e ao cotidiano do serviço.

Quando começou a central de vagas, eu estava na internação, ainda não tinha vindo para cá. E o que regulava a central de vagas, um pouco, era a produção de relatórios. A gente fazia relatório, relatório, relatório. A Juíza pedia relatório, porque, para Juíza, para ela poder avaliar, embora ela possa avaliar sem o nosso relatório, ela não abre mão dele. E, às vezes, o adolescente chegava, no dia seguinte já tinha prazo pra relatório pro mês seguinte. Então, assim, era uma coisa enlouquecedora. E aí, as unidades, hoje, pelo que eu estou sabendo, elas não estão acima do limite delas, não. Todas elas, se não todas, a maioria, está dentro das vagas certas. Só que, tem isso... Às vezes, o adolescente é encaminhado pra cumprir numa unidade que é longe do território. Eu não tenho como mensurar como é que está isso agora... Antes, estavam muito uma carência de profissional com uma superlotação, isso fazia com que a gente ficasse responsável por um número absurdo de adolescentes e a gente não conseguia dar conta dos atendimentos, a gente produzindo relatórios incessantemente, sabe? Às vezes, a gente atendia para produzir relatório. Hoje, as notícias que eu tenho é que a situação está melhor, inclusive, na internação (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

A intervenção distante do Judiciário concomitante à crise sanitária, tendo efeitos que se atravessam e se sobrepõem, não desfez a posição perversa de “fazedoras de relatório” atribuída às técnicas, ao contrário, a fortaleceu em alguma medida. Em um contexto profundamente complexo, em que a pandemia “criou as condições para mudanças substanciais nas formas de matar ou deixar morrer, em uma biopolítica perversa que, aliada das ideologias neoliberais, transforma cada vez mais os direitos em privilégios” (Nascimento & Uziel, 2022, p. 103), novamente o atendimento aos meninos e meninas fica em segundo plano para dar lugar à produção massiva de relatórios que quase nada podem dizer sobre aquele/a adolescente e

contribuem muito pouco com a transformação de sua realidade, mas que dizem muito sobre as interferências do Judiciário e o lugar dado à Socioeducação.

Vinuto, Barbosa e De Garay Hernández (2021) analisam os efeitos das decisões de manutenção e suspensão de atividades no DEGASE ao longo do primeiro ano da pandemia. As autoras apontam que em nenhuma das normativas de definição dos serviços tidos como essenciais a educação foi assim considerada, mas as atividades relacionadas à segurança pública e privada, desde a vigilância até a custódia de pessoas presas, foram tomadas como indispensáveis, devendo operar ainda que sob a vigência da medida de isolamento social. Como resultado, as unidades de internação permaneceram em funcionamento, ainda que legalmente sejam definidas como estabelecimentos educacionais. Se tratando de uma instituição de privação de liberdade “cujos(as) adolescentes são definidos(as) como ‘em conflito com a lei’, a lógica institucional não se orienta exclusivamente por atividades pedagógicas, mas pela centralidade de procedimentos de segurança, vigilância, controle e disciplina” (Vinuto, Barbosa & De Garay Hernández, 2021, p. 200).

É interessante notar que ao passo que o trabalho socioeducativo foi considerado como essencial, algumas atividades também essenciais a este foram suspensas, em detrimento dos protocolos sanitários estabelecidos. Questionamos o que é levado em consideração para determinar qual parte do serviço é tida como essencial e qual pode ser suspensa e a Recomendação nº 62 do CNJ, expedida em 17 de março de 2020, nos fornece algumas pistas do conflito. O documento em questão é uma Recomendação comum ao sistema socioeducativo e o sistema penal que estabelecia medidas preventivas à propagação de infecção por Covid-19.

Se os centros de internação fossem vistos como estabelecimentos educacionais, a medida socioeducativa poderia ser regulada como aconteceu com as escolas, cujo funcionamento presencial foi suspenso em todo o território nacional, muitas vezes com intervenção da justiça para adiar o retorno às aulas. Mas não foi isso o que ocorreu: os centros de internação foram considerados cárceres; portanto, sua dinâmica foi influenciada por uma recomendação comum ao sistema penitenciário. Mostra-se relevante compreendermos alguns efeitos dessa aproximação entre o sistema socioeducativo e o sistema penitenciário, tida muitas vezes como autoevidente, mas que não é uma associação incontornável. Ao contrário, trata-se de um resultado político que revela prioridades do Estado brasileiro, e uma das ações de ativistas, profissionais e pesquisadores(as) do tema tem sido a de desnaturalizar essa correspondência em prol do reconhecimento legal da especificidade do sistema socioeducativo (Vinuto, Barbosa & De Garay Hernández, 2021, p. 201).

Essa aproximação ao sistema penal escancarada pela normativa, e que a todo tempo devemos tensionar e desnaturalizar, produziu efeitos paradoxais no cotidiano socioeducativo. Houve um estímulo para a desinternação de adolescentes, uma vez que a instituição não teria

capacidade de cumprir com as normativas da OMS de higienização constante, distanciamento social e testagem massiva, além de não ter estrutura adequada, tanto a nível de recursos materiais quanto de pessoal, para funcionar em plena capacidade diante do quadro calamitoso de superlotação. Por essa razão, a “solução” consistiu na produção massiva de relatórios durante o período para que o Judiciário pudesse operar a reavaliação das medidas.

Na verdade, assim, com a Pandemia a gente recebeu uma decisão judicial de reduzir a capacidade da unidade pra 50% do efetivo. A gente passou... logo no iniciozinho do processo pandêmico a gente teve uma proibição das visitas, então a gente percebeu o quanto que foi muito difícil pros adolescentes. Por conta desse distanciamento familiar e o quanto foi muito difícil também pro DEGASE sustentar aqueles adolescentes dentro de uma medida principalmente de internação. Porque nas unidades de semiliberdade os adolescentes ficaram em casa, ficou fechado, a medida foi suspensa. Agora, nas de privação de liberdade o adolescente ficou ali e o contato que eles tinham com a família era através de ligação, de vídeo chamada, que não é a mesma coisa. E para além disso também, a gente começou a perceber o quanto era difícil, por mais que se pensava na diminuição de profissionais dentro do departamento pra evitar o contágio aos adolescentes, efetivamente é difícil manter isso numa unidade superlotada. Não tinha... é muito complicado isso [...] Então a gente teve aí uma diminuição de todas as unidades. Naquela época a juíza pediu muitos relatórios. Antecipação de relatórios dos adolescentes, então a gente produziu. Foi uma época de muita produção de documento. Produzimos muitos documentos pra ajudar o Judiciário nesse processo decisório e muitos deles foram, muitos deles saíram. Então a gente foi reduzindo o quantitativo nesse momento de pandemia. E com a central de vagas a gente manteve dentro da capacidade ou abaixo da capacidade, como a gente viu aí durante um bom tempo e ainda vê em algumas unidades (Manfreda, em entrevista a pesquisadora).

Importa dizer que os critérios adotados aproximaram os centros de internação do que é previsto na legislação pelo ECA e pelo SINASE, em que a privação de liberdade deve ser aplicada somente em casos excepcionais. Todavia, diferente do que aconteceu com as medidas de meio aberto e na semiliberdade, que foram suspensas e os/as adolescentes e suas famílias passaram a ser acompanhados por meio de ligações e vídeo-chamadas, a internação permaneceu em funcionamento. Isso revela que mesmo diante de um cenário que coloca em risco a vida de centenas de jovens e trabalhadoras, a internação é medida predominante no projeto institucional de socioeducação.

A privação de liberdade, assim, foi a única medida socioeducativa considerada essencial. Podemos sugerir, como elemento nesta trama, o pânico social da periculosidade dos(as) adolescentes internados(as), muitas vezes determinada pela seletividade penal e pelas políticas de drogas que encarceram esses(as) adolescentes (Vinuto, Barbosa & De Garay Hernández, 2021, p. 201).

Salientamos que a semiliberdade foi suspensa durante a pandemia por trazer desafios próprios. Por ser uma medida com maior circulação, a logística abriria maior possibilidade para

contágio. Sua retomada foi gradual e até o período de realização das entrevistas (agosto de 2022), alguns centros estavam funcionando em modelo híbrido.

Só que é uma construção, porque a gente tá atendendo em modelo híbrido, remotamente e com um atendimento presencial, no mínimo, um atendimento presencial. Às vezes, a gente até atende mais. Então, está sendo um desafio: como é que você atende, dentro do DEGASE, e remotamente né? Muitas das vezes, as meninas e meninos não tem nem recursos de equipamentos digitais, de internet que comporta esse atendimento *on-line*, às vezes a gente faz esse atendimento pelo telefone. Trazer aqui é toda uma mobilização da rede. A gente ainda está nesse modelo híbrido e, provavelmente, até esse mês ou mês que vem<sup>43</sup>, que é quando entra a galera da outra turma. A gente precisa de agentes pra gente poder atender presencialmente. Então, tô nessa construção, assim, desse trabalho, que já era completamente novo para mim e é novo pro sistema por conta do modelo híbrido (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

A continuidade do modelo híbrido na semiliberdade ainda em 2022 está mais relacionada à ausência de profissionais, especialmente de agentes, do que por uma medida de contenção do vírus. A ausência de concursos públicos e o grande quantitativo de trabalhadoras que estavam se aposentando, mesmo com a instituição operando com número bastante reduzido, travancou a retomada plena do trabalho. São problemas antigos que acompanham o cotidiano institucional e que foram agravados pelo contexto pandêmico, como dito por uma das psicólogas: *“a pandemia foi, bem... desestruturou muito o sistema, que já não era bem estruturado, desestruturou ainda mais”* (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

O cenário de superlotação, com toda sua configuração caótica, está longe de ser “a fonte de todos os males” no sistema socioeducativo e a construção de mais unidades não é, de forma alguma, a solução, como querem alguns. Nesse sentido, acompanhamos Meireles (2017) ao afirmar que o “estado do Rio de Janeiro tem se configurado em propostas de ampliação das unidades de internação e internação provisória, em detrimento do investimento nas políticas de promoção social e de medidas em meio aberto” (p. 40).

E se for olhar a internação, feminina só tem uma internação. Internação só tem aqui na Ilha. A gente recebe caso de internação do estado do Rio de Janeiro inteiro. Também é péssimo, porque a gente recebe as garotas também de Maricá, de Macaé, de Campos, entendeu? Mas o discurso é o mesmo, ‘a regionalização é obrigação do Estado’. Que de fato é... mas eu também não sei se é a solução, sinceramente, Francyne. Eu não sei se abrir um bando de unidade é solução. Produzir demanda com isso. Então, sei lá, se você abrir uma unidade de internação em cada município, a gente ia ter mil garotas a mais do que a gente tem hoje. Vou pegar tipo uma Fundação Casa, mal comparando. Óbvio que São Paulo é um estado muito maior, mas assim... você pega uma Fundação Casa e ela tem 800 garotas. A gente tem... Então assim, a gente tem 20. Então eu não sei se a gente produzir demanda é muito estratégico, sabe? É péssimo a nível de regionalização, mas eu acho que o investimento, pra mim, não

<sup>43</sup> Entrevista realizada em junho de 2022.

tinha que ser em unidade nem de privação e nem de restrição. O investimento teria que ser nos CREAS e nos CRAS antes de se pensar em qualquer coisa. E que não tem, coitados, tão mal das pernas. Aí muda a assistente social, muda a equipe inteira e tal, porque muda a prefeitura, muda todo mundo também de novo, enfim. É isso. Então é uma política perversa mesmo, pra todo mundo, pros profissionais, pros meninos, é para todo mundo (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

“É uma política perversa” nos aponta Venusta, e observamos outras faces desse modo de funcionamento nas transformações advindas da pandemia. A garantia ao direito à convivência familiar e à educação foram apontados pelas psicólogas como os que mais sofreram impactos, uma vez que as medidas de contenção ao vírus endureceram ainda mais o DEGASE, reduzindo o cumprimento da medida ao mero confinamento.

Eu acho que teve vários desdobramentos com relação a pandemia, né? A gente... Bom, a questão da visitação que ficou suspensa, isso foi uma coisa bem complicada também, né? Porque os adolescentes ficaram sem contato com os familiares. A questão do colégio também foi atravessada pela questão da pandemia também, porque ficava um tempo muito ocioso, né? A questão dos cursos, que agora tá retomando, mas durante muito tempo, ficou sem curso e isso deixa o tempo deles ocioso. Imagina um monte de jovens, a gente pega a idade maior, porque a EJLA pega os menorzinhos, então, a gente pega 16, 17, 18, 19, tem até de 20, cheio de energia e tédio total. Então, foi muito difícil na pandemia (Agave, em entrevista à pesquisadora).

Lembramos que o direito à convivência familiar é um dos princípios mais importantes da legislação vigente, sendo considerado como central na execução das medidas de privação de liberdade e tem como proposição romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes, fortalecendo o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo ECA e que cabe às psicólogas contribuir para a construção de um “trabalho que vise à garantia do direito à convivência familiar e comunitária, apontando as ações territoriais e as realidades locais dos sujeitos envolvidos no cumprimento da medida socioeducativa” (Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, 2019, p. 34).

No contexto pandêmico, o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) produziu um relatório com o panorama das ações realizadas no sistema socioeducativo fluminense durante o período. No documento, o MEPCT/RJ enfatiza a necessidade de garantir o convívio das pessoas privadas de liberdade com o mundo exterior, uma vez que a manutenção dos vínculos afetivos e comunitários tem impacto direto na saúde mental dessa população, além de possibilitar a comunicação de eventuais situações de violência e violação de direitos sofridas (MEPCT/RJ, 2020). Para o Órgão, é fundamental

O repasse de informações confiáveis sobre os temas afetos à pandemia; viabilização de critérios para visitas de familiares de forma segura; manutenção de recebimento de

itens levados por familiares, que têm entrega autorizada, garantindo a higienização desses; alternativas de comunicação, à exemplo da intensificação de contatos telefônicos e videoconferência (MEPCT/RJ, 2020, p. 12).

Entretanto, é preciso levar em consideração que a efetivação do direito à convivência familiar é um desafio ao sistema socioeducativo que antecede o período pandêmico. O modelo das medidas calcadas na privação de liberdade dificulta o acesso dos/as familiares à instituição, uma vez que as visitas só ocorrem quando a família do/a adolescente possui recursos para se deslocar até a unidade, implicando em aumento de gastos econômicos e a organização (às vezes negociação) do tempo que entra em disputa com as rotinas de trabalho, cuidado com outros familiares e os afazeres domésticos (Vinuto, Barbosa & De Garay Hernández, 2021).

Este cenário se agrava ainda mais a partir da central de vagas, que pela ausência de diálogos mais profundos com as trabalhadoras que tocam o serviço no momento de sua implementação trouxe novas contradições e desafios. Por efeito, muitas vezes as equipes precisam travar verdadeiras batalhas para que esse/a adolescente seja encaminhado/a para alguma unidade mais próxima do seu território e faça valer os princípios da legislação. A Central privilegia o encaminhamento para a unidade mais próxima, mas não podemos esquecer que os espaços institucionais fora da região metropolitana são em menor número, além de possuírem proporcionalmente menor número de vagas se considerarmos que essas unidades costumam ser a referência para toda uma determinada região e não apenas ao município onde está localizada, ou seja, estão suscetíveis a atingirem a capacidade máxima com mais frequência.

Reforçamos que as medidas socioeducativas são uma intervenção na vida do sujeito que, conforme Costa e Cunha (2017), “subtrai a vivência familiar e comunitária do adolescente na expectativa de repercutir o senso de responsabilização e aquisição de direitos” (p. 123). Sabemos que as intervenções no quadro de superlotação eram urgentes e necessárias, mas se estas ocorrem descompromissadas com as especificidades requeridas por este sistema, desconsiderando os sujeitos atendidos e sua condição peculiar de desenvolvimento, bem como a necessidade de dialogar junto à sua realidade territorial, estamos diante de uma afronta aos objetivos das medidas socioeducativas e à toda a luta travada ao longo dos últimos anos para que pudéssemos avançar, ainda que a passos lentos, na garantia de direitos e na proteção integral de nossas crianças e adolescentes.

Tomando a semiliberdade, um dos efeitos lançados a partir da implementação da central de vagas diz respeito ao próprio cumprimento da medida. Ocorre que na “fila única” o/a adolescente de um município pode ser encaminhado para um CRIAAD de outro, tendo custos

para se deslocar até a unidade na qual está inserido a nível intermunicipal, o que foi desconsiderado pelo Judiciário em suas determinações, não havendo qualquer auxílio a estes jovens para o deslocamento.

— Isso não é custeado?

— Não, não é. Eu sei que tem alguns municípios que a própria Assistência Social custeia isso. Mas com os nossos aqui, por exemplo, eles não têm um RioCard para que eles possam vir. A gente tá tentando isso, a Assistente até está fazendo um levantamento com as famílias para saber quanto fica os custos de passagem para eles virem toda semana, quanto custa para família vir buscar, para vir para uma reunião. A gente tá sondando isso para ver se conseguimos, já falamos lá com a Divisão, tanto de psicologia quanto do serviço social para gente ver se consegue isso. Porque tem famílias que têm uma situação complicada, às vezes só o pai trabalha e ganha um salário. Às vezes nem pai tem. Então são famílias que têm uma vulnerabilidade muito complexa, na maioria das vezes. Aí a gente tá tentando isso (Hirta, em entrevista à pesquisadora).

Compreendemos este ser um “pézinho” dado pelo Judiciário para que o adolescente “pule o muro do CRIAAD<sup>44</sup>”, representando mais uma violência. Importa dizer que toda vez que um/a jovem evade da medida, é expedido um mandado de busca e apreensão e a questão passa a ser “com a polícia”, como dito por uma das psicólogas durante a entrevista. Se nem os direitos mais básicos são garantidos, como pode o adolescente ser o único responsabilizado e penalizado?

Pra gente aqui esperar a central de vagas, pra central jogar a garota pro CRIAAD em Macaé e a garota sendo do Rio de Janeiro, foi uma merda. Mas aí o Judiciário diz que o DEGASE é que não fez a regionalização. O que é verdade também, mas é perverso botar uma menina do Rio de Janeiro pra cumprir semiliberdade em Macaé. Não vai cumprir... (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

Como enfrentamento à questão, as psicólogas vêm se articulando junto às demais profissionais que compõem as equipes e Divisões para produzir levantamentos que consideram a distância e os custos de deslocamento para os adolescentes e suas famílias, de modo a construir instrumentos que possam subsidiar medidas de enfrentamento ao problema, redimensionando a responsabilização, dada em geral ao grupo familiar, a todos os atores envolvidos no sistema socioeducativo. Todavia, compreendemos que uma ação isolada não será capaz de atender as demandas de um trabalho que, por sua natureza, é interdisciplinar e interinstitucional.

Assim, vai se constituindo um cenário em que os ganhos positivos parecem limitados frente às inúmeras demandas que surgem a partir da central de vagas. Importa considerarmos

---

<sup>44</sup> Expressão empregada no cotidiano da instituição, frequentemente utilizada pela forma “pular o CRIAAD”, que quer dizer quando o/a adolescente evadiu da medida.

inclusive os efeitos dessa mudanças depois da pandemia. Ao passo que a diminuição no quadro de adolescentes possibilita um trabalho um pouco mais próximo do que prevê os marcos legais, quais esforços serão empregados a longo prazo para que o cenário calamitoso experienciado não se torne novamente uma realidade e que considere as especificidades do serviço, a garantia de direitos e os princípios socioeducativos?

### **3.3 Algumas reflexões sobre os desafios da saúde mental no contexto socioeducativo**

Encontramos um elemento comum nas narrativas das psicólogas, relacionado à sensação de estarem sempre “enxugando gelo”. A expressão é presente em diferentes contextos de atuação das profissionais, mas apareceu com maior frequência nas falas daquelas que atuam nas equipes de saúde mental. Nesse sentido, há de se considerar os desafios próprios deste serviço.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI) tem como proposta a articulação com os serviços da rede por meio das equipes de atenção básica do território de referência para a unidade socioeducativa (Brasil, 2014). No DEGASE, a implementação da PNAISARI é de responsabilidade da Coordenação de Saúde Integral e Reinserção Social (CSIRS) que prevê que todas as unidades de internação tenham equipes de saúde mental cuja responsabilidade é o desenvolvimento de “ações de prevenção de agravos, escuta subjetiva e articulação com a rede de saúde mental” (Ribeiro, Ribeiro & Deslandes, 2019, p. 3838).

Apresentamos no primeiro capítulo a diferenciação das equipes de acompanhamento de medidas e as de saúde mental, mas cabe aqui reforçar a existência de uma fluxo interno das unidades socioeducativas para o encaminhamento dos/das adolescentes ao atendimento da saúde mental, de responsabilidade das equipes técnicas, por terem contato com todos os/as adolescentes alocados na unidade. Todavia, uma vez que no acompanhamento das medidas as técnicas são direcionadas (e às vezes condicionadas) a ter como principal foco o acompanhamento dos processos judiciais e a elaboração dos relatórios, nem sempre a identificação e a priorização das demandas se dá de maneira adequada (Ribeiro, Ribeiro & Deslandes, 2019).

Enfatizamos que o artigo 64 da Lei do SINASE explicita que o tratamento dado aos adolescentes deve estar em consonância com as premissas da Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (Brasil, 2001). Esse alinhamento entre o sistema socioeducativo e

a agenda da reforma psiquiátrica estava previsto desde a Resolução do CONANDA em 2006 e pressupõe a garantia do Estado em:

- (1) acesso e tratamento de qualidade a pessoa com transtornos mentais, preferencialmente, na rede pública extra hospitalar de atenção à saúde mental, isto é, nos ambulatórios de saúde mental, nos Centros de Atenção Psicossocial, nos Centros de Convivência ou em outros equipamentos abertos da rede de atenção à saúde;
- (2) articulação dos programas socioeducativos com a rede local de atenção à saúde mental, e a rede de saúde, de forma geral, visando construir, interinstitucionalmente, programas permanentes de reinserção social para os adolescentes com transtornos mentais;
- (3) proibição de que os adolescentes com transtornos mentais sejam confinados em alas ou espaços especiais, sendo o objetivo permanente do atendimento socioeducativo e das equipes de saúde a reinserção social destes adolescentes;
- (4) tratamento dos transtornos mentais por critérios clínicos (nunca punitivos ou administrativos), sendo decidido com a participação do paciente, seus familiares e equipe multiprofissional (Brasil, 2006, p. 61).

A reestruturação da atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei posta na agenda pública situa nos Órgão Executivos o desafio institucional de desenvolver uma nova organização dos seus serviços, atuando fundamentalmente na perspectiva “da garantia dos direitos humanos, na luta pelo cuidado comunitário, fugindo da lógica dos especialismos que nada contribui para o cuidado integral” (Rezende, 2020, p. 264). Entretanto, até os dias de hoje essa implementação se dá de modo conturbado, não escapando às disputas de saber e poder que se entrelaçam no âmbito do sistema socioeducativo.

É interessante notar que em 2022 o Ministério da Saúde emitiu um manual com “Orientações básicas para a atenção integral em saúde mental de adolescentes em conflito com a lei” através da Secretaria de Atenção Primária à Saúde. O documento em questão revisita os dados do último Levantamento Anual do SINASE, com destaque ao quantitativo de adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto e fechado, faixa etária, gênero, raça, tipificação dos atos infracionais mais praticados e o percentual de óbito dos/as adolescentes dentro das unidades socioeducativas. Estatísticas sobre a saúde mental de adolescentes em conflito com a lei não são apresentadas nem no levantamento, nem no próprio manual do MS, que apresenta, sem grandes aprofundamentos, dados encontrados em alguns poucos estudos internacionais.

Fica evidente como o tema da saúde mental de adolescentes em cumprimento de medidas é ainda subestimado no cenário brasileiro, carecendo de uma agenda própria dentro do sistema socioeducativo e da mobilização por parte de pesquisadoras, movimentos sociais e demais atores políticos na produção de conhecimento a esse respeito e na promoção de debates que possam se pautar na interseccionalidade com outros temas de igual relevância.

Além disso, não podemos ignorar que a própria condição de institucionalização produz sofrimento psíquico aos/às jovens atendidos/as pelo DEGASE, implicando no agravamento das condições de saúde mental (já preexistentes ou não) e aumentando a demanda por medicação diante o sofrimento psíquico circunscrito à privação de liberdade.

[...] todos os adolescentes que estão aqui estão com problema de saúde mental, simplesmente porque eles tão, eles estão institucionalizados. A privação de liberdade causa prejuízo pra saúde mental, é quase que automático. Então quando eu entrei, né, eu vim pra esse trabalho, eu até propus pra equipe, pra direção, pra gente conversar sobre a possibilidade de todos os adolescentes que estão aqui serem incluídos na saúde mental, é... porque todos demandam muito pra serem atendidos aqui, né, nesse tipo de atividade e como que a gente avalia quem tá sofrendo mais? Então, só que assim, é uma ideia boa, mas ela era inviável no momento, por falta de profissionais, né? [...] E tem uma questão muito séria, porque como a institucionalização causa muitos prejuízos pra saúde, é, a demanda muito grande dos adolescentes é por medicalização né, justamente para adormecer, pra passar o tempo ruim que eles tão aqui (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

A fala de Zinnia nos fornece pistas importantes, especialmente no que se refere à produção de sofrimento psíquico e à medicalização da vida no contexto das medidas socioeducativas. Conforme afirmamos anteriormente, as unidades socioeducativas se encaixam bem na definição e descrição de instituições totais, carregando práticas objetivantes e subjetivantes que incidem diretamente na sua constituição subjetiva dos internos.

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de "fechamento". Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais "fechadas" do que outras, seu "fechamento" ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais (Goffman, 1974, p. 16).

No caso do DEGASE esse fechamento se apresenta de várias formas, inclusive em sua arquitetura e na operação de muros físicos e simbólicos. E tem até unidade que

[...] Tá cada vez mais feia, a unidade foi se fechando [...] tem um muro, um muro que foi recentemente construído na quadra fechada, que ele exatamente tapa a visão dos adolescentes. O adolescente quando olha pra fora do alojamento dele, ele só pode ver o muro. E qual o significado simbólico que isso tem? (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Nesse sentido, é preciso considerar que esse tipo de instituição tende ao isolamento, algumas mais que outras, implicando diretamente em uma regulação em que todos os aspectos

da vida são realizados no mesmo local, geralmente na companhia de um grande número de pessoas que são obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto e nos mesmos horários pré determinados. A vida passa a ser administrada sob um plano operacional único que visa exclusivamente atender os interesses da instituição (Goffman, 1974; Rezende, 2020).

Tomando as instituições socioeducativas, estas são caracterizadas por processos que favorecem formas de controle sobre os corpos, tal qual apontado por Foucault (2001), processos que se iniciam com a entrada dos/das adolescentes no sistema e se estendem até os mais variados aspectos de sua rotina, conforme descrito por Rezende (2020),

Através do distanciamento da sociedade; a imposição de barreiras de acesso ao convívio social e comunitário; a exigência de enquadramento às regras de conduta; o cerceamento de seus bens pessoais, o que leva a perda de seu conjunto de identidade e segurança pessoal; a sucessiva exposição de sua história pregressa para os diferentes atores que, com seus “saberes” e lugares de poder, apresentam diferentes análises sobre sua vida e acabam expondo o adolescente a sucessivas repetições sobre sua história e seus fracassos (Rezende, 2020, p. 266).

Esse conjunto de práticas produz uma série de violações e, conseqüentemente, um intenso sofrimento decorrente da “perda de autonomia e liberdade de ação” do/a adolescente, um ser em formação (Rezende, 2020). Não é por acaso que os motivos mais frequentes de encaminhamento ao serviço estão relacionados à insônia, uso de drogas, ideação suicida, automutilação e depressão, sintomas estes relacionados à própria clausura e à “mortificação do eu” que decorre da vivência em uma instituição total, em que os sujeitos se veem obrigados a participar de atividades cujas conseqüências simbólicas são incompatíveis com a sua concepção de eu (Goffman, 1974; Vilarins, 2014). Nesse sentido, a demanda por medicação mencionada na fala da psicóloga anteriormente nem sempre está relacionada à presença de transtornos psíquicos, podendo se apresentar como estratégia de sobrevivência aos efeitos da institucionalização. Inclusive, podendo estar entre os itens que a família traz durante a visita e viram moeda de troca entre os/as adolescentes.

Um adolescente tem a prescrição de um remédio e aí ele recebe o remédio da enfermaria, finge que tomou e aí ele troca com outro, porque isso vai dar horas de apagamento pro outro adolescente. É realmente um absurdo [...] A gente luta muito, a gente tenta, né, lutar na saúde mental contra isso. É, a gente sempre volta a chamar a direção, perguntar o que tá acontecendo, como isso é possível, que um adolescente tá deixando de tomar o remédio dele, enfim... É um cuidado constante, é um trabalho que a gente sempre tem que tá fazendo, porque realmente é uma loucura [...] Como que pode um adolescente deixar de tomar um remédio psiquiátrico e um outro, que não tem prescrição, tomar um remédio... tinha um adolescente que ele colecionava, teve um dia que ele me deu 70 remédios psiquiátricos. E ele me deu na palavra, assim, pelo meu trabalho, vínculo com ele, porque eu atendi ele mais de 1 ano e aí na palavra eu consegui fazer a intervenção pra ele me dar os remédios. Como que isso pode

acontecer, né, o tamanho da responsabilidade institucional, o adolescente pode vir a morrer (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Chama a atenção que em uma instituição onde os/as internos/as são a todo tempo controlados e vigiados a situação descrita pela psicóloga se faça presente. Sabemos muito bem das ilusões do controle e da fabricação constante de escapes, em que diferentes mecanismos são criados para burlar a rigidez do sistema, e que muitos destes operam sob algum nível de consentimento, mais especificamente a um “fazer vista grossa”, que irá depender de que atos dos/as adolescentes são considerados/as inadequados/as e perigosos/as (ou seja, que coloquem em risco a lógica de segurança institucional) e quais não. A “permissão” institucional para o uso indevido da medicação pode ser correlacionada ao que Villas Boas, Cunha e Carvalho (2010) descrevem como uma “algema medicamentosa” que tem a função de anestesiá-lo o adolescente, operando como “tampão para as questões que as unidades têm que enfrentar” (p. 227). Uma forma de docilização dos corpos adolescentes, afinal, estando dopados, que riscos estes/as jovens poderiam oferecer?

Além disso, as discussões sobre medicalização no âmbito do sistema socioeducativo só foram incluídas muito recentemente na agenda pública, tendo como principal marco a Resolução nº 177, de 2015, do CONANDA, que dispõe sobre o direito da criança e do/a adolescente de não serem submetidos à excessiva medicalização e recomenda protocolos clínicos que privilegiem alternativas não medicalizantes, considerando aspectos pedagógicos, sociais, culturais, emocionais e étnicos que envolvam trabalhos com a família, profissionais e comunidade, por meio de abordagem multiprofissional e intersetorial, promovendo práticas de educação e promoção da saúde (Brasil, 2015). Princípios estes que norteiam o ideal de atuação mas que esbarram nas inúmeras problemáticas, limitações e disputas que se entrelaçam no campo socioeducativo.

A própria concepção dos diferentes atores que estão inseridos no sistema estabelece paradoxos quanto ao tema do cuidado em saúde mental. Ribeiro, Ribeiro e Deslandes (2019) destacam que as demandas são concebidas, em geral, de duas maneiras: por meio de diagnósticos e imposição de tratamento medicamentoso como resposta ao conjunto de queixas ou ainda pela negação de transtornos psíquicos mas que é acompanhada do reconhecimento da presença de sofrimento intenso.

Estudos no campo da saúde mental apontam para a complexidade no estabelecimento de consensos sobre o conceito de saúde mental e de demandas relacionadas. Concepções díspares coexistem. O desafio para os profissionais é a aproximação com o fenômeno do sofrimento sem que este seja limitado a categorias pré-determinadas,

de tal maneira que haja flexibilidade e diversidade na compreensão e na definição de estratégias de intervenção (Ribeiro, Ribeiro & Deslandes, 2019, p. 3844).

A ausência de uma perspectiva ampliada sobre o tema produz interferências no trabalho por meio de recomendações e exigências que pouco parecem considerar os efeitos tanto nas práticas das trabalhadoras quanto na vida dos/as adolescentes. Como dito por uma das psicólogas, *“a gente sente que fica num lugar meio de pronto socorro, enxugando o gelo... pouca qualidade de trabalho e essa loucura mesmo de muita interferência”* (Zinnia, em entrevista à pesquisadora). Fala esta que é corroborada por Adenium ao falar sobre o trabalho na saúde mental.

A gente que é da saúde mental sente muito isso, porque o adolescente, na defensoria, ele fala, sei lá, da equipe técnica. Ah, reclamar que ele tá com insônia e que quer remédio pra dormir. Cara, eu não encaminho, por mais que eu seja da saúde mental, pra eu encaminhar um adolescente pra psiquiatria o garoto tem que estar muito ferrado. Então, assim, aí o garoto vai reclamar da gente. E aí a defensoria vai falar “encaminhar para a saúde mental o adolescente tal porque ele está com insônia”, então assim “medique esse adolescente”. Eu não vou medicar. E aí beleza, isso é acatar o que a defensoria pediu. Aí no mês seguinte eu tenho uma reunião com o MP. O MP chega e fala assim “por que esse bando de garoto aqui tá tomando psicotrópico? Tá todo mundo em surto? Tá todo mundo com transtorno? Qual o problema? Não, tem que diminuir esse psicotrópico”. Eles [atores do Sistema de Justiça] nem conversam entre si, como é que eles vão conversar com a gente, né?! Então eles acham que estão dando ordem e a gente tem que obedecer [...] você quer medicar o garoto pra ele parar de reclamar, sei lá? Então para de passar essa visão que você tá aqui. Assume que você como defensoria pública tá aqui pra atender os desejos dele, não pra ser um parceiro na medida dele. Você tá aqui pra ser um parceiro, cara, na medida, não é pra ele falar “não, quero reclamar da equipe tal, quero...”. Não, cara. Vamos fazer uma parceria aqui, vamos conversar sobre o trabalho? Não, não. Aí manda um ofício dizendo que o adolescente com a matrícula X Y Z precisa ser encaminhado pra saúde mental/psiquiatria pra dormir (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

A fala da psicóloga nos dá a dimensão da dificuldade que é estabelecer parcerias e manter o diálogo permanente, sendo múltiplos os olhares, pensamentos e práticas em disputa que colocam permanentemente o paradigma socioeducativo em tensão (De Garay Hernández et al., 2018). Nesse sentido, enfatizamos que os/as jovens em cumprimento de medida necessitam da construção de um projeto socioeducativo que seja compartilhado entre os diferentes atores, serviços e instituições, devendo agir como parceiros levando em consideração o paradigma da incompletude institucional preconizada pelo ECA e pelo SINASE.

A incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços. Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes (Brasil, 2006, p. 23).

Percebemos ao longo de toda nossa trajetória pesquisando junto ao campo a existência de mobilizações importantes para a garantia de direitos e a intenção de efetivação de práticas que possam ser realmente transformadoras, mas reconhecemos que são muitos os desafios na construção de redes e na efetivação do trabalho para além dos muros. A atuação das psicólogas pode auxiliar na proposição de rupturas ao isolamento presente nas instituições totais, como vemos na socioeducação, onde as ações e intervenções tendem a operar de maneira desarticulada as demais políticas, mas a efetividade dessa transformação requer articulações que vão muito além do que está ao alcance das psicólogas e demais profissionais que compõem o serviço. Dessa forma é necessário “dimensionar a articulação de responsabilidades e implicações tanto das pessoas que trabalham e administram a execução da política de socioeducação quanto a efetivação da incompletude institucional e da intersetorialidade – nos níveis estaduais e municipais” (Vinuto, Barbosa & De Garay Hernández, 2021, p. 224).

Encontramos nos relatos das profissionais com quem conversamos alguns dos fatores que dificultam essa articulação.

A gente sabe que muitas vezes a rede não funciona, a rede não recebe esse adolescente quando sai daqui da forma que deveria, né, de acolhimento e tal, conversar, pensar junto, é só uma coisa pra ir lá assinar, que eles falam “vou lá assinar”. Não, gente, não é assinar, pelo amor de Deus, né, liberdade assistida não é isso. Pois é... Mas a gente sabe que, assim, todos os equipamentos do serviço público em geral têm poucos profissionais, né, tá tudo superlotado. Então é difícil fazer, em qualquer lugar a gente sabe que tem dificuldade de acompanhar, como a gente tem aqui às vezes com muito adolescente, sem equipe... Lá fora é a mesma coisa [...] então parece que a gente fica sempre enxugando gelo, porque quando vai, quando sai daqui não tem nada amarrado, né... Por mais que a gente oriente “ó, tem que comparecer no dia tal, nãñã...”, aí enfim, aí eles chegam lá fora, eu acho que adolescente quer pensar em outras coisas (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

E a gente faz um trabalho bem de acompanhamento próximo, ou a gente tenta fazer. O adolescente com transtorno também tá na saúde mental, com algum tipo de transtorno, acompanhando pelo CAPSI e pelo CAPS. Quem não é acompanhado, que a gente entende que precisa desse acompanhamento, a gente costuma fazer essa triangulação, essa passagem de vínculo, chamar o CAPSI e tentar falar “oi, esse adolescente aqui tá precisando de vocês”. Porque o CAPSI, alguns CAPSIs eles entendem esse adolescente como deles, mas a grande maioria não entende, né?! Então também é um trabalho de sensibilização dos CAPSIs de entender que, sim, aquele adolescente é de vocês, é do território de vocês, vocês também precisam dar conta dele, né?! Então também tem um trabalho nesse sentido, né?! (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

Escassez de profissionais, ausência de políticas para os egressos, dificuldade de efetivar o trabalho em rede, falta de recursos, a esquivia quanto o atendimento aos/às adolescentes, enxergados como sendo “um problema exclusivamente do DEGASE”... são muitos os aspectos que dificultam a implementação do cuidado em saúde mental norteado pela interface entre o

Sistema de Garantia de Direitos (SGD), integrado ao SUS e ao SUAS, entre outras políticas. “Um trabalho que leva em conta as diferentes 'adolescências', não tendo como foco a patologização, mas o respeito e atenção, acolhimento e escuta, considerando seu contexto, sua história, meio familiar e visão de mundo” (Rezende, 2020, p. 273).

Conforme apontado pelo autor, olhar as diferentes adolescências nos parece uma perspectiva interessante. As experiências de institucionalização vão se dar de maneiras completamente diferentes nesses espaços, exigindo das profissionais flexibilidade e inventividade nas práticas, a partir de uma escuta atenta às singularidades que são permeadas inclusive pelas questões de gênero, uma vez que, conforme Leones (2018, p. 78), “o universo institucional masculino se concretiza via algumas demandas diferentes do universo feminino”.

As meninas tem uma dinâmica de funcionamento diferente dos meninos, porque elas são muito menos docilizadas do que os meninos. Os meninos, assim... eles já chegam muito calejados do sistema, o que é péssimo. Assim... cabeça baixa, mão pra trás, camisa pra dentro da roupa e tal. Esses são os meninos que a gente já recebe meio que dado assim... tá preso e já sabe que tá preso e pronto, essa é a condição dele. As meninas não tem esse perfil. Assim, são meninas muito mais contestadoras. Isso dá muito mais trabalho pra unidade e pra equipe, mas a gente vê isso como potente, porque é vida né, é possibilidade de vida. E pensar a atuação na vida também [...] Acho que a diferença básica é o perfil delas. Não digo o perfil social, porque são parecidos né, dos meninos e das meninas. Eu digo o perfil de se colocar no mundo. É muito diferente. O que eu acho ótimo! A gente tem muitas histórias e o que atravessa muito o universo das meninas é violência de gênero, violência sexual, além de violência doméstica [...] Se a gente fosse chutar, fosse catucar todas as histórias de vida que a gente acompanha, a gente teria aí uma média de sei lá, uns 95% de meninas que já foram abusadas em algum momento da vida delas. E isso diz muito sobre a nossa sociedade, sobre quem são essas meninas que estão aqui, quem são e como é que elas agem com o outro, com a vida, com o próprio corpo. Eu acho que elas também não tem clareza, mas a gente consegue pegar mais isso com as meninas do que talvez com os meninos. Porque eu acho que com eles é mais tamponado ainda essa questão de abuso. É mais não dito ainda do que pelas meninas, entendeu? É mais difícil de acessar. É isso, os meninos também são mais enrijecidos (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

Ao passo que as meninas são tidas como contestadoras, os meninos são tidos como muito mais docilizados, mas é preciso levar em conta que esses lugares não são estáticos e a docilização é uma empreitada do aparelho de Estado que afeta ambos, ainda que de maneiras diferentes.

Há de se considerar ainda que essa suposta docilidade atribuída aos meninos pode e deve ser questionada, já que não faltam relatos de tentativas de fuga, rebeliões, agressões praticadas contra outros adolescentes, contra os agentes e inúmeras outras demonstrações de que no jogo da violência e contra-violência, talvez eles tenham aprendido a eleger prioridades e escolher suas batalhas. Além disso, não podemos fechar os olhos para uma série de violências

experienciadas por estes ao longo de toda uma vida, por mais jovem que seja esta, e que parece desde cedo situá-los ao lugar de quem deve “banciar sua cadeia”, significando, entre tantas outras coisas, evitar demonstrar afeto.

É necessário um longo trabalho na construção de vínculos e ganho de confiança, para que só então seja possível conhecer os meninos para além do ato infracional praticado. Além da falta de hábito de falarem de si (como é incentivado as meninas desde cedo), é comum que para se protegerem e não serem mal interpretados pela facção dentro e fora do DEGASE, evitar dizer algo que possa comprometê-los de alguma forma. Por essa razão, com frequência, o protagonismo nas narrativas dos meninos é dado à relação com as facções e ao tráfico de drogas. Além disso, o fato de as equipes técnicas serem majoritariamente femininas parece produzir um certo distanciamento dos meninos em relação a estas, em que alguns assuntos somente são trazidos aos agentes socioeducativos, característica esta que não foi apontada como presente nas unidades femininas, ao contrário.

Elas não demandam, elas te tomam o afeto, assim, às vezes é do tipo, você tá andando e você é agarrada, né? Tipo, tava lá um dia escrevendo relatório, a menina aos prantos, eu “calma, explica o que aconteceu”. Ela sentou no chão, botou a cabeça no meu colo e começou a chorar. Vai dar colo, né? Às vezes é sobre isso aqui. Às vezes é o lugar do esporro. Às vezes é o lugar do colo e às vezes da provocação. Mas aqui tem uma escuta, que eu sinto que tem uma demanda maior de uma escuta até clínica. Eu não perco esse olhar... ou tento pelo menos, não perder esse olhar institucional, que é muito caro pra mim. Mas elas têm questões que transcendem aqui (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Esse distanciamento o qual é exigido dos meninos perpassa a via do corpo. Nas unidades masculinas, essa lógica está instituída de tal maneira que toda e qualquer demonstração de um vínculo mais próximo, afetivo, que ouse comunicação entre os corpos pode resultar em penalizações.

Na unidade masculina teve uma época que, assim, você praticamente não podia encostar nos adolescentes, porque isso virava uma grande questão. Era um burburinho e tal. Então a gente tinha um certo cuidado, até pra preservar os adolescentes, de não... porque também tem isso, não adianta você achar que vai chegar com o pé na porta, porque você fala com o adolescente “não, pode me chamar de [nome da psicóloga]”, aí ele te ver, falar “e aí, [nome da psicóloga]”, aí toma porrada porque não chamou de senhora, né? Então tinha esse dilema... (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Essa privação, não apenas da liberdade, mas da própria afetividade que se apresenta aos meninos, parece estar naturalizada no interior da instituição, refletindo os padrões da sociedade mais ampla, ao mesmo tempo que exige destes uma postura de “segurar sua cadeia”. A expressão, usada cotidianamente no DEGASE, é uma forma de nomear a experiência

institucional, o que inclui viver intensamente as privações em diferentes sentidos que permeiam a vida no cárcere.

Pensando as articulação entre sofrimento psíquico e os processos de institucionalização pautados na privação de liberdade, não podemos esquecer que prender também é uma forma de matar, um extermínio simbólico onde os corpos privados de liberdade são marcados por toda sua vida pelo ato praticado, vistos como portadores de uma índole ruim ou potencialmente perigosos mesmo após cumprirem suas penas (ou medidas). Mata-se a liberdade, o acesso à educação, ao trabalho, à cultura e ao lazer, o contato com seus entes queridos, com sua comunidade. Mata-se sonhos, desejos, intensidades. Mata-se as singularidades, as expressões mais vibrantes de si, para dar lugar a um modo institucionalizado de viver. O nome é substituído por um número, as roupas próprias dão lugar a um uniforme e aos efeitos dos cabelos suprimidos. E o corpo? O corpo precisa rapidamente ser docilizado. Cabeça para baixo, blusa para dentro e mão para trás. Khaled Junior (2021), tratando da objetificação dos corpos no Sistema Penal, afirma que para as lógicas inquisitórias habitantes no sistema os “corpos se tornam objeto de transação e aniquilamento. Inevitavelmente com alguns se negocia e com outros não. Se vamos instituir o engaiolamento como regra, restarão poucos passarinhos voando nesse mundo, se é que restará algum” (Khaled Junior, 2021, p. 61).

Ressaltamos mais uma vez a importância de levar em consideração que o ato infracional não se inicia nem termina com o/a adolescente, tendo o Estado e demais esferas sociais responsabilidades na produção e no enfrentamento deste fenômeno. Por outro lado, apostamos no fortalecimento das redes de proteção que atuam junto aos/às jovens e suas famílias e na construção de pontes que possibilitem novas direções e a invenção futuros possíveis. A perspectiva da clínica ampliada é também uma grande aliada neste processo, por compreender que as ações em saúde não estão limitadas aos diagnósticos, exames, procedimentos clínicos e medicamentos. A concepção é pautada na intersetorialidade e é compreendida como

Um compromisso radical com o sujeito doente visto de modo singular; Assumir a responsabilidade sobre os usuários dos serviços de saúde; Buscar ajuda em outros setores, ao que se dá nome de intersetorialidade; Reconhecer os limites do conhecimento dos profissionais de saúde e das tecnologias por eles empregadas - tarefa muito difícil para esses profissionais-, e buscar outros conhecimentos em diferentes setores; Assumir um compromisso ético profundo (Brasil, 2004, p. 8-9).

Nesse sentido, observamos a importância da Psicologia frente a esses espaços, que alicerçada a uma perspectiva ampliada de saúde mental, não reduz suas análises tão somente às condutas manifestas, de modo a produzir outros olhares que não se limitem a enxergar o ato

infracional como “transtorno de conduta”, e assumindo como perspectiva um trabalho em saúde que se pautem em reduzir os danos, especialmente aqueles produzidos pela inserção nesses estabelecimentos. Reduzir os danos e ampliar as possibilidades de vida é nossa aposta ético-política como contribuição da Psicologia para o trabalho em saúde mental no contexto socioeducativo.

Salientamos que nossa discussão está longe de esgotar o debate sobre os enfrentamentos aos quais as profissionais estão sujeitas ao ocupar diferentes lugares na socioeducação. Nos interessa muito mais contribuir para o debate e o diálogo permanente sobre essas e tantas outras tramas que acompanham a construção e operacionalização desta política. Sendo assim, cabe reafirmar que há também experiências consideradas exitosas, que não se reduzem às expectativas e desqualificações que aqui situamos e que temos a intenção de aprofundar no próximo capítulo, sob a luz do que consideramos “práticas possíveis e impossíveis”.

## 4 EXPERIÊNCIAS PSI NO DEGASE: PRÁTICAS POSSÍVEIS E IMPOSSÍVEIS

*Um pouco de possível, senão eu sufoco.  
(Deleuze, 1992)*

### 4.1 O que pode a psicologia no DEGASE? Os desafios de romper engrenagens e mover estruturas

Kastrup e Passos (2013) nos dizem que *cartografar é traçar um plano comum*, assumindo como estratégia de pesquisa uma aposta que “reúne lado a lado a diversidade de vetores heterogêneos implicados na pesquisa” (p. 265). Isto é, o plano comum refere-se à articulação e composição das forças que articulam, conectam e agenciam diferentes sujeitos, objetos e instituições. Então como acessar esse plano e construir entendimento de uma realidade tão complexa? Esse é nosso desafio enquanto pesquisadoras e, nesse momento, também como escritoras, já que não basta traçar um plano, é preciso empreender algum esforço para colocar suas linhas, por vezes nada lineares, em palavras.

Essa pequena retomada pelos sentidos da cartografia vem como uma diretriz, relembando a metáfora da luz de um farol em um oceano escuro, para que possamos nos aventurar com algum direcionamento pelas *práticas possíveis e impossíveis*. Há uma inquietação nossa que parte da percepção de que a todo tempo possível e impossível coexistem em uma trama nada amigável. Ao tentar acompanhar os fios, quase sempre esbarramos em emaranhados tão estranhos e curiosos, que temos a sensação de que são indivisíveis e impercoríveis, com nós que não desatam, que não conseguimos desfazer nem afrouxar. Trata-se do jogo constitutivo entre forças instituintes e instituídas - forças produtivas, criativas e dinâmicas e que tendem também à manutenção da lógica, à resistência e à reprodução (Baremlitt, 1994).

Seguindo as pistas que encontramos ao longo de nossa pesquisa-aventura, aprendemos no diálogo com nossas entrevistadas e a partir de nossas próprias experiências que há diversos “degases” dentro do DEGASE e para interagir com e nessa multiplicidade, diversos modos de fazer e pensar a Psicologia também passam a existir, sendo essa diversidade de pensamentos, discursos, práticas e lugares que nos interessa discutir neste capítulo.

Como ponto de partida, tomamos como bússola o questionamento feito por Vetiver: “*O que é possível fazer nesse lugar que nos adoce, nos atravessa, produz violência, na gente e nos outros?*” (Vetiver, em entrevista à pesquisadora). Ao mesmo tempo que esse

questionamento nos é valioso, cabe dizer que os diferentes modos de pensar e fazer Psicologia nesses espaços parecem partir de alguns princípios fundamentais ao trabalho, ao menos na perspectiva das profissionais com quem conversamos:

Isso para mim está muito claro. A primeira coisa que pode a Psicologia no DEGASE é garantir direitos, conforme prescrito na Constituição, no ECA, na Carta de direitos humanos. O que pode a Psicologia é garantir os direitos humanos, os direitos fundamentais, princípios fundamentais. Isso que pode a Psicologia. Esse é o chão, a base (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

Essa visão é compartilhada entre as psicólogas com quem conversamos, que afirmam a indissociação entre Psicologia e direitos humanos. Mas cabe lembrarmos que nem sempre foi assim. A regulamentação da profissão e a consequente estruturação dos conselhos profissionais de Psicologia se deu sob a égide da ditadura militar a partir de 1964 e em meio ao recrudescimento da repressão que se estendeu até meados da década de 80. Com isso, as entidades que representavam a classe profissional na época temiam que um questionamento direto sobre o regime militar trouxesse prejuízos, como perseguição, prisão e tortura. Por esse motivo, “evitava-se questionar as políticas do Estado ditatorial, denotando assim uma ausência de crítica para com a violência, a repressão e a perda de direitos humanos, característicos deste momento histórico” (Silva, 2017, p. 86).

As práticas psicológicas da época, que se concentravam majoritariamente no exercício da clínica, buscavam uma suposta neutralidade, afastada de reflexões sobre os efeitos políticos e sociais de suas práticas. Além disso, a busca pela adaptação dos indivíduos a um contexto completamente desajustado e opressor, somada à postura ambígua frente à violência de Estado – ao passo que não se pronunciavam a respeito do regime, eram coniventes com o sistema repressivo - explicitam a função normalizadora da Psicologia (Scarparo, Torres & Ecker, 2014).

Não temos a pretensão nesse momento de nos aprofundarmos sobre esta questão, mas importa afirmar que o horror da tortura foi apoiado e respaldado por diversos profissionais de saúde, incluindo da Psicologia, que por meio de seus saberes e práticas fortaleceram ações de exclusão e violência (Silva, 2017). Foram necessárias intensas batalhas e mudanças profundas, tanto na sociedade brasileira quanto na própria maneira de se fazer e pensar a Psicologia, para que possamos afirmar nossas práticas alicerçadas na perspectiva dos direitos fundamentais, na justiça social por meio das políticas públicas, na interdisciplinaridade e intersetorialidade. Esse movimento representa os esforços coletivos, promovidos por profissionais, entidades de classe e reivindicações dos movimentos sociais, para a consolidação de um fazer psi pautado em uma

prática alicerçada na garantia de direitos e que compreende os/as sujeitos/as em sua integralidade e complexidade (Oliveira, 2019).

Se é dever da/o psicóloga/o trabalhar para a promoção da qualidade de vida, a nível individual e grupal, por meio da eliminação de possíveis negligências, violências, discriminações, crueldades e opressões, conforme prevê seu Código de Ética, é imprescindível compreender que tal tarefa só será cumprida se estiver norteada pelos princípios dos direitos humanos, sem os quais a Psicologia perde potência e lugar de transformação (Oliveira, 2019, p. 13).

Concordamos com Oliveira (2019) na afirmação de que sem pensar em direitos humanos nosso fazer perde potência, mas de que potência estamos falando quando o contexto de atuação é um espaço como o DEGASE? Instituição que pela legislação tem por obrigação garantir direitos mas que nas práticas, por vezes, atua como um braço do Estado na promoção de violência que afeta tanto as/os adolescentes quanto servidores. Além disso, o que está ao alcance da Psicologia quando o problema começa muito antes do DEGASE?

Me incomoda muito quando eu chego no lugar e tem essa percepção: “Ah, o DEGASE é violência, o DEGASE é...”, como é que eu estava falando? “O DEGASE não garante direitos...”. O DEGASE é muita coisa. O DEGASE, às vezes, a questão da violência atravessa e a gente lida com isso, porque a gente trabalha com uma violência que é da sociedade, que é uma violência política, que é uma violência institucional. Isso vem para cá de uma maneira muito forte, mas isso não deixa de ir para o colégio, isso não deixa de ir para hospital, isso não deixa de ir para universidade, né? Aqui, as coisas ganham uma proporção muito maiores, mas a gente está aqui garantido direitos, a gente está aqui possibilitando espaço de escuta, né? (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

Vemos no relato da psicóloga que as violências produzidas pelo Estado atravessam nossas práticas, tornando urgente pensar a Psicologia “em seu projeto social e histórico, em sua devida articulação com a realidade que vivencia, considerando as relações de poder existentes de sua realidade e o impacto desses fenômenos em seu cenário de atuação” (Silva, 2017). Além disso, é preciso lembrar que o atendimento socioeducativo é de responsabilidade do Estado e da sociedade, transversalizado a uma série de políticas públicas, e por essa razão é fundamental que nossa atuação se dê em parceria com outros programas e serviços, “compreendendo que um dos fundamentos na execução da medida socioeducativa é a incompletude institucional” (Almeida et al., 2021, p. 67).

Nesse sentido, a proposição de uma Psicologia crítica e política, que provoca e questiona o instituído, apostando nas forças instituintes, naquilo que pode desestabilizar o *modus operandi* degasiano nos parece uma perspectiva interessante a ser pensada.

Pra mim é um grande equívoco. Você trabalhar num sistema desse e olhar o sujeito exclusivamente. Acho que aqui não tem como não pensar... você trabalhar o sujeito e não considerar as instituições. Não é... Tipo o Judiciário, o que isso impacta no sujeito... o que o próprio DEGASE, enquanto instituição, tem de impacto. Mas tem muita gente que tem um olhar mais pra isso. E não, não é tanto a minha praia, porque eu acho... você reduz um pouco... se você perde esse olhar político para o seu trabalho eu acho que você tende a ver as coisas de uma forma que é a marca dele, de uma forma que eu não sei se é mais fragmentada e que... que perde um pouco a força [...] isso aqui [olhar individualizante] é uma lógica deste sistema aqui, se você não mexe nessa lógica, não adianta ficar pensando com aquele sujeito só... (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Essa concepção de trabalho que rompe com as lógicas individualizantes produz novos desafios para nossas práticas cotidianas, uma vez que se contrapõe radicalmente ao modelo dominante que parece esperar de nós o uso de um saber racional, hegemônico, capaz de explicar “irracionalidades” e “desvios”, e que é detentor dos meios de controle e ajuste às normas. Conforme Andrade e Morato (2004), o que está em questão para a Psicologia nas instituições, antes de mais nada, é um deslocamento do saber, de uma nova postura ética, onde não há um saber dado a priori e uma verdade absoluta a ser transmitida, mas sim uma construção conjunta de sentidos. Para as autoras, nas práticas institucionais “faz-se necessário, pois, que o psicólogo se despoje do lugar de especialista, portador de um saber a ser transmitido e passe a funcionar como um mediador, um entre, que acolhe a produção emergente nos diversos encontros” (Andrade & Morato, 2004, p. 347).

Diante disso, há dois relatos que aparecem em uma das entrevistas que nos auxiliam nas discussões sobre o fazer da Psicologia comprometido com a garantia de direitos e no acolhimento às alteridades.

Até mesmo quando eu estava no [nome da unidade], vi um adolescente descalço... Primeira coisa, eu ia na direção. E são coisas “idiotas”, assim, são coisas que parecem muito simples. A gente pensa um direito humano como direito do adolescente ter um alojamento com cama... Mas às vezes um chinelo a gente também tá falando de direitos humanos, a gente tá falando de proporcionar o melhor cuidado ali pra ele não ficar pisando nessa unidade imunda, que você não sabe onde o rato passou, descalço, com alguma ferida. Então a primeira coisa é eu ir na direção “pô, me dá um chinelo aí pro garoto”. Eles ficavam “[...] vai abrir uma loja da Havaianas, não sei o que lá”. Vou, vou abrir uma loja de Havaianas, pode me dar o chinelo que eu sei que vocês têm. E aí pegava o chinelo e dava pro adolescente. Então, assim, eu acho que tem que permear o trabalho (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Assim, quando o adolescente conta que tá sofrendo agressão, eu tento saber quem é o agente que tá agredindo, eu tento conversar com a direção. Talvez aprofundando um pouco mais essa questão dos direitos humanos, assim. Teve um agente aqui que a gente sabia que tava passando muito dos limites, de várias formas, com os adolescentes. E aí a gente foi conversar, a equipe técnica foi conversar na direção e falar “cara, assim, tá acontecendo alguma coisa com ele?”. Porque é isso, assim. Às vezes o cara tá passando por um milhão de problemas, né?! Mas é isso, ele não pode descontar no trabalho dele, então vamos dar uma folga pra ele, vamos afastar um

pouquinho, vamos mudar ele de... vamos lá, o que a gente pode fazer pra isso melhorar? (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Garantir tratamento digno aos/às adolescentes a partir da escuta e olhar atentos, não ceder às desqualificações em tom de ironia, denunciar agressões compreendendo ainda que isso não significa “devolver na mesma moeda” pedindo punições a quem agride, mas envolver a gestão e pensar coletivamente em estratégias ... Tudo isso fala de uma atuação que não se contenta com o que está dado, que provoca, que vai além do instituído para dar passagem a outras formas de pensar o trabalho.

Lembramos aqui da experiência relatada por Bernabé, Siqueira e Macedo (2020) em “*Pela dignidade de um chinelo no pé*”<sup>45</sup>. O relato nos conta da cena de um adolescente que chega para cumprir a medida de liberdade assistida e a psicóloga, o observando, nota que o menino estava com os pés completamente sujos em contraste aos chinelos que possuía: “chinelos brancos, limpos, porém pequenos, muito pequenos para pés tão grandes” (p. 236). Ela relata não conseguir prosseguir com o atendimento “psi”, pensando na dor que o pequeno chinelo produziria nos pés do jovem. Em um ímpeto, chama o educador que o acompanhava, retirando dinheiro de sua bolsa e pede para que ele lhe compre chinelos novos. “E chinelos grandes, que coubessem naquele pé” (p. 236). A partir do relato, as autoras reiteram uma questão que nos é valiosa:

Pode parecer banal ou menor a narrativa acima. Podemos cair no julgamento vazio e estéril de pensar se a conduta da psicóloga foi “ética” ou correta. *Mas o que está em jogo é o imperativo de pensar naquela vida, naquele adolescente.* Uma prática que aposte na vida, não poderia naquela situação conviver e compactuar com a dor e com a impossibilidade de um “direito a um chinelo”, onde o chinelo é só um signo de uma série de violações de direitos que incidiam sobre aquele corpo (Bernabé et al., 2020, p. 236, grifo nosso).

O imperativo de pensar na vida é apostar em todas as suas intensidades. É radicalizar nossa atuação para que as vidas com as quais nos deparamos sejam ouvidas e potencializadas, para que a Psicologia não se torne isenta de “sonhos, utopias e apostas” (Bernabé, Siqueira & Macedo, 2020, p. 240) e para que possamos produzir outras marcas, diferente daquelas que sistematicamente violam os corpos jovens.

Não se trata de romantizar o contexto no qual estamos lidando, muito menos de situar a Psicologia como “redentora” daqueles para os quais o trabalho é direcionado, mas sim de

---

<sup>45</sup> Trecho do capítulo intitulado “A invenção do menor delinquente ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa: reflexões e experiências “psi” no campo da Socioeducação” presente no livro “Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil - Teoria e Prática.

marcar nossa posição ético-política, nosso compromisso incansável com o desmonte das lógicas e práticas que, dentro e fora dos muros do DEGASE, operam para engendrar os corpos, modular subjetividades, mortificar a vida... e por vezes esperam encontrar na Psicologia uma aliada ao modelo disciplinar vigente.

Se você não tem uma leitura adequada, uma leitura institucional, de entender de que lógica você tá falando, você também não rompe com isso. Porque eu lembro de atender adolescentes... e teve uma época que a gente atendia e os meninos não tinham nome, tinham um número, só isso. Eu acho que isso, graças a Deus, vem mudando. Mas nessa época eu atendi um menino, falei assim “e aí tudo bem?”, aí ele parou, falou “como assim? Você quer saber o que eu fiz?”. “Não, só perguntei como é que você tá”. O menino ficou desconcertado. Ele não sabia o que responder, entende? Por quê? Ele também só responde o que ele acha que a gente quer ouvir. Então se ele acha que a gente quer ouvir aquilo, talvez porque a gente esteja reproduzindo e, de fato, só querendo ouvir aquilo. Então eu acho que exigir que o adolescente fale outras coisas é complicado. Na verdade, a gente tem que romper um pouco com isso, né? Mas pra isso é preciso ter uma outra leitura também do que tá... do que tá em jogo ali, né? Poder atender o menino, falar que a preocupação dele naquele dia é que ele tinha percebido pela primeira vez, quando ele viu o pai, que ele estava ficando com as mesmas entradas que o pai tem. Esse era o dilema dele e era aquilo que eu ia trabalhar. Que era importante pra ele. Aí eu vou ficar “não, mas pera aí, vamos lá. Depois a gente fala da sua calvície. Vamos falar aqui do ato infracional”. Não dá! (Puya, em entrevista à pesquisadora).

O posicionamento da psicóloga nos faz lembrar do pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo<sup>46</sup>, em que o cuidado é tomado como a base da ação social, pois visa atenção às necessidades concretas de indivíduos e grupos. Para a autora, o cuidado é um modo de relação que só pode existir diante da curiosidade em relação ao outro.

A curiosidade é o movimento para o outro e para as suas ideias [...] Mas para conhecer, saber, cuidar, há uma exigência que não se pode subestimar: a curiosidade só existe onde está a atenção, onde cada coisa é interpelada na sua originalidade. Anterior ao cuidar, esta atenção a cada coisa permite fazer o gesto, dar o passo, entrar no universo do conhecimento, entender o que se joga na relação com o outro (Pintasilgo, 2005, p. 207-208).

A “atenção a cada coisa” nos parece uma perspectiva interessante ao nosso fazer cotidiano e nos relatos das psicólogas encontramos diversas experiências que vão de encontro a essa reflexão. No limite dos desafios que atravessam o sistema socioeducativo, a Psicologia mostra sua força através da escuta às subjetividades desejanter com as quais se encontra. É essa escuta que consideramos tão potente e que permite, conforme Almeida et al. (2021, p. 61),

---

<sup>46</sup> Escritora portuguesa, engenheira química de formação, que dedicou toda a sua vida aos temas sociais de sua época, referindo a si como “engenheira humana e social”. Foi primeira-ministra de Portugal em 1979 - primeira mulher a ocupar o cargo no país e a segunda em toda a Europa - e candidata a Presidente da República em 1986. Além disso, tornou-se embaixadora na UNESCO em 1975 e, mais tarde, membro do seu Conselho Executivo.

“reelaborar experiências passadas e projetar perspectivas futuras” no trabalho junto aos/às adolescentes.

Olha, eu fico pensando que o nosso trabalho tem uma potência incrível. A gente tá ali com adolescentes que nunca passaram... a grande maioria nem sabe qual é a função, pra que serve um psicólogo. Então a gente está ali com pessoas que, embora estejam ali sem querer, que estão ali porque foram apreendidos pela justiça, mas que demandam a nossa atuação o tempo inteiro [...] é uma demanda que eles trazem que é pra falar do sofrimento deles, pra falar às vezes de como está difícil estar ali dentro e, para além disso, para falar às vezes das relações que ele estabelece lá fora e quanto é difícil também pra ele. Falar das dores de um modo geral. Então eu acho que a gente tem um papel fundamental de estar acolhendo, estar ouvindo, oferecendo nossa escuta pra eles né? E embora não seja uma atuação clínica *stricto sensu*, mas ela tem um viés clínico ali. Então acho que tem esse papel fundamental de poder estar ali dando algum contorno pra esse adolescente que tá num sofrimento maior. Acho que tem o papel fundamental de auxiliar esses adolescentes, de olhar pra além do ato infracional que eles cometeram, pra além daquilo que marca ele num sentido negativo. Acho que eles têm tantas potências e que muitas vezes eles não enxergam essas potências. E como a gente, enquanto psicólogo e profissional de saúde, pode estar auxiliando ele a se ver de uma outra forma (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

Destacamos a menção a uma escuta clínica que aparece a todo momento acompanhada da ressalva de não se tratar de uma prática *stricto sensu*, como dito pela psicóloga, mas a proposição de uma *clínica política* - compreendida como uma clínica atenta a seus efeitos políticos no cotidiano. Uma clínica que ressignifica os preceitos da neutralidade e afastamento asséptico, considerando que essa mesma assepsia serve fundamentalmente a uma prática orientada pela identificação de desvios a serem considerados patológicos e para o controle do que ou de quem pode ser compreendido como incapaz ou perigoso (Prado, Lima & Xavier, 2019).

Logo, propomos um trajeto que vai de uma política clínica – tratada em termos de política dos modos de cuidado, da instituição dos modos de ser e de transformação – para postularmos uma clínica política. Porém entendemos como clínica política não apenas a que se dedica aos efeitos da macropolítica ou a que trabalha necessariamente com pessoas em algum imbroglío político – no sentido com que se faz clínica em alguns lugares do país, por exemplo, com refugiados haitianos ou sírios, ou a clínica com perseguidos políticos praticada pelo Grupo Tortura Nunca Mais. Sem dúvida alguma, estes são trabalhos nobres e atribuições muito importantes para a clínica, mas visamos alargar o escopo e o lugar desta clínica política, ampliando a ideia de clínica política para uma clínica sobretudo atenta aos efeitos que operam no cotidiano (Prado, Lima & Xavier, 2019, p. 40-41).

E esses efeitos no cotidiano das psicólogas tendem ao encontro em movimento, situando uma prática psi em que a escuta enquanto ferramenta privilegiada de trabalho permite tanto conhecer o adolescente e suas famílias, promovendo processos de reflexão e reconstrução de

projetos de vida, quanto também introduzir uma perspectiva desnaturalizante e crítica sobre as práticas institucionais (Almeida et al., 2021).

Eu tenho entendido que aqui você tem.... eu sou muito mais convocada até pra uma clínica, entende? E eu tava contando isso para uma amiga que é psicóloga clínica, e eu estava contando pra ela que fiz um atendimento com uma menina e aí, de alguma forma, depois daquele atendimento com ela, eu percebi um movimento das outras meninas de pedirem atendimento, sentarem na frente e, normalmente elas pedem, tem uma demanda, tipo, “ah, eu quero ligar pra família, eu quero...”, sei lá. “Ah, aconteceu isso, briguei, to estressada, com ódio”, enfim. E elas paravam, sentavam, assim... E eu “e aí?”, e “Ah, não sei o que dizer, nunca... eu nunca fui numa psicóloga” e eu ficar meio chocada, tipo até se sentar diferente. Eu fiquei tipo assim “acho que elas estão demandando outra coisa aqui”. Aí essa minha amiga brincou “você descobriu que você era psicóloga lá dentro?” [risos] A gente vai se habituando, às vezes, numa escuta tão institucional que às vezes a gente perde também, aqui, essa dimensão do afeto, das questões desse sujeito adolescente ainda com mil dilemas, desamores... e às vezes, já aconteceu de fato de “tá, vamos fazer o relatório.” E eu olhar assim, tipo, “gente, não sei nem qual foi o ato infracional dessa pessoa”, porque isso não passou pelos atendimentos. As demandas, as questões, eram outras. Então deixa eu ir lá ver o prontuário dela, que eu não sei o que ela fez. E aí eu venho descobrindo... acho que essa dimensão do afeto, do corpo a corpo (Puya, em entrevista à pesquisadora).

O relato da psicóloga evidencia como nossas práticas, mesmo que previstas pela legislação, regimento ou ainda que demandadas em determinados formatos pelas instituições, não estão dadas de antemão. Cabe a nós a afirmação constante de nossos compromissos ético-políticos, mas essa afirmação perpassa também a invenção de novos modos de fazer Psicologia. A cada encontro, algo novo se produz, provocando rachaduras nos paradigmas acostumados e possibilitando quebras ou desvios criadores que rompem com a estabilidade e repetição institucionais (Strappazon & Maheirie, 2016).

Além disso, essa dimensão do corpo e do afeto é algo que nos chama a atenção. Aprendemos com as psicólogas que é preciso inventar um novo corpo, um corpo potente, que se permite afetar e ser afetado: “*Esse corpo dessa psicóloga socioeducadora é preciso se readaptar, se reinventar para ganhar braços, para ganhar uma proximidade maior [...] É preciso criar um novo corpo, não só uma nova prática*” (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

Esse pequeno trecho se articula aos dizeres de Deleuze (2002), ao teorizar sobre a ética de Espinosa, afirmando que “quando um corpo encontra outro corpo, uma ideia outra ideia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente, e ao contrário, quando um decompõe o outro, destrói a coesão das suas partes” (p. 25). Nesse sentido, as relações nos encontros podem se dar tanto em composição, como em decomposição. “Sente-se alegria quando acontece um bom encontro e, inversamente, tristeza na ocorrência de um mau encontro, quando um corpo ou uma ideia ameaçam sua potência” (Strappazon & Maheirie, 2016, p. 117).

E quais bons encontros são possíveis em uma instituição tão endurecida? Onde estará o lugar da inventividade, da criação, dos afetos e da experimentação? Onde o possível ganha força e o trabalho torna-se algo além do “fazer-relatório-enxugar-gelo”? Descobrimos que as práticas potentes da Psicologia parecem encontrar espaço nas pequenas aberturas cotidianas, em um fazer artesanal que alcança devagar, na processualidade dos encontros. Ela se faz presente na escuta clínica e institucional das psicólogas, no acolhimento e cuidado aos diferentes grupos, na mobilização das equipes, na produção de estratégias de enfrentamento às desqualificações e desmobilizações do serviço, na articulação em rede e tantas outras práticas que nos acompanham.

Um dos relatos que nos marcou e emocionou profundamente foi de Adenium, ao contar que em um atendimento com dois jovens que estavam no Seguro<sup>47</sup>, em uma atividade lúdica disparada por um jogo de tabuleiro denominado “Jogo da Vida” um deles perguntou sobre aborto. A psicóloga e a estagiária viram ali a oportunidade de trazer reflexões sobre o tema que culminaram na demanda de falar sobre machismo, vinda de um jovem que estava internado por tentativa de feminicídio.

[...] E ele teve uma frase linda. Ele falou assim “nossa, tô me sentindo muito machista”. E aí eu propus assim, falei “cara, então no próximo encontro a gente podia falar um pouco sobre aborto, assim. A gente trazer algumas visões, algumas coisas”. Ele achou muito legal. E a gente trouxe, ele adorou, assim. E o ato infracional dele é tentativa de feminicídio, né?! Então é como se ele tivesse elaborando, assim, esse ato infracional. E aí quando a gente termina esse grupo sobre aborto, a fala dele, tava ele e mais um outro, mas o outro é um caso bem mais complexo. E aí ele chega e fala assim pra gente “nossa, eu gostei muito. Vocês podem trazer, sempre que vocês atenderem a gente, um tema pra gente poder conversar sobre?”. Aí eu falei “podemos, mas ajuda a gente. Que tema vocês querem?”. E aí ele falou “machismo”. Então hoje a gente separou três subtemas de machismo, e aí a gente vai conversar sobre eles, trouxemos algumas músicas pra eles ouvirem, pra gente debater e tal (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

Acompanhando De Garay Hernández & Vinuto (2022) é importante lembrar que o DEGASE é uma instituição na qual performatividades masculinas são reiteradas constantemente, estabelecendo disputas mas também alianças e fluxos próprios. Nesse sentido, o vínculo da psicóloga com o adolescente, a relação de proximidade e confiança que parece haver nesse encontro, o uso de dinâmicas lúdicas como dispositivo de intervenção, tudo isso possibilita diálogos mais amplos sobre temas em geral complexos e tidos como tabus no interior

---

<sup>47</sup> Alojamento “protetivo” conhecido como Seguro. Na voz da psicóloga que mencionou este espaço “o Seguro é onde os adolescentes que têm... ai, eu vou usar grávia de cadeia, assim, alguma mancada na pista ou que fizeram alguma coisa aqui, que brigaram com alguém que não podiam brigar, ou que tenham um ato infracional gravíssimo, que os garotos querem matar, ou que são x-9s, né?! Então, assim, eles ficam no seguro” (Adenium, entrevista à pesquisadora).

das unidades, tornando possível que outros fluxos se constituam, produzindo desestabilizações a essas performatividades e, neste caso em específico, uma abertura para ressignificações a respeito do ato infracional e as violências que se iniciam muito antes dele.

É interessante notar que a psicóloga afirma não considerar este “um grande trabalho” uma vez que a intervenção foi realizada com apenas dois adolescentes frente ao grande número de jovens atendidos no DEGASE. Percebemos que as métricas traçadas, inclusive pelas profissionais, por vezes fazem o trabalho parecer menor, mas não podemos deixar de afirmar que para contornar os inúmeros desafios que se colocam é necessário apostar no encontro com essas vidas e as microrrevoluções que se colocam para elas, recalculando trajetórias individuais e estremecendo “políticas institucionais implícitas que perpetuam a violência machista” (De Garay Hernández & Vinuto, 2022, *on-line*).

Outro relato que nos chama a atenção vem de Manfreda, ao nos contar de algumas intervenções feitas a partir do dispositivo grupal. Rodrigues e Oliveira (2018) afirmam a potencialidade do grupo como “espaço favorável ao devir, ao movimento subjetivo e à emergência de interações sociais e trocas semióticas em variados contextos” (p. 32). As autoras propõem tomarmos as atividades grupais como um dispositivo socioeducativo dialógico de desenvolvimento de adolescentes, que se dá por meio da partilha de experiências e da construção conjunta de saberes e ressignificações (Rodrigues & Oliveira, 2018).

Em grupo eu gostava muito de fazer uma...esqueci o nome que a gente dava antes, mas é uma perspectiva de se imaginar daqui a 5 anos, 10 e 15 anos. O que eles gostariam de estar fazendo. Eles diziam pra gente e a gente “tá, tá bom. Você quer concluir o Ensino Médio. O que você precisa fazer pra concluir o Ensino Médio?”. E aí aquele adolescente pensar e começar a dar concretude pra aquilo mesmo. Começar a ajudar eles a perceberem... começar a dar sentido pra aquilo que eles tavam falando, porque às vezes é tão esvaziado. Eu já ouvi tantos dizerem “eu quero ser engenheiro”. “Tá, mas como que chega a ser engenheiro?”. E aí a gente ia construindo isso também com eles. É claro que a gente tá falando aí de um trabalho da Psicologia que é muito... dentro da instituição fica muito na construção da subjetividade, mas que também a gente precisa dar concretude pra aquilo tudo que esse adolescente... pra construir com ele autonomia, pra construir uma série de questões (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

Nosso primeiro pensamento a partir da escuta ao relato da profissional constata o seguinte: A Psicologia lembra que existe um futuro. E lembrar que existe futuro a adolescentes em que a vida é marcada por uma série de violências, em que a morte está sempre próxima, os quais o próprio DEGASE, operando descontinuidades nas ações socioeducativas, situa uma ausência de perspectiva dentro e fora de seus muros, é produzir deslocamentos fundamentais.

Ressaltamos que estes deslocamentos podem e devem ser ampliados nas relações entre equipes, apostando na criação de novas relações e novos sentidos ao trabalho e nossa pesquisa vem nos demonstrando que em algumas unidades isso é possível.

A gente foi conseguindo construir uma equipe mais interessante, e assim, de poder de fato atuar, ter um corpo a corpo maior com os adolescentes, um contato mais frequente e pensar outras intervenções, criar uma relação bem mais próxima com os agentes, discutir algumas coisas, de bater boca com a direção, e isso ser parte do trabalho, e depois a gente sair pra comer todo mundo junto e tal (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Importa dizer que quando assinalamos que em algumas unidades certos trabalhos são possíveis e outros não é porque cada unidade tem seu funcionamento próprio, a depender de seu tamanho, da equipe dirigente, sua história (lembrando que alguns dos estabelecimentos foram herdados da FEBEM e também da SEAP), entre outros. Além disso, não podemos esquecer que, por mais engajado seja o trabalho de algumas profissionais, no limite do cansaço, do descaso e da desmobilização do serviço, o que chamamos anteriormente de “jeito-degase-de-funcionar” se incorpora também na atuação das técnicas, operando sobreimplicações.

Mas o problema é que a gente é o sistema também. Ou você rompe ou você tá na engrenagem, e a gente normalmente tá. Às vezes a gente tenta dar uma escapulida, mas normalmente a gente tá sim. Mas se a gente pensando, refletindo, questionando, já tá na engrenagem, imagina se tu não pensa, né? Faz ela girar, talvez muito mais rápido, né? (Puya, em entrevista à pesquisadora).

De acordo com Meireles (2017), “a prática irrefletida encontra na superlotação e nas demandas e pressões do Judiciário terreno fértil para o engessamento e perda de potência do trabalho da equipe” (p. 93). Trata-se de um esvaziamento político, favorecendo processos de institucionalização de determinadas práticas/discursos, dificultando assim, em alguns momentos, transformações que poderiam estar se produzindo nos diferentes grupos” (Coimbra & Nascimento, 2007, p 29).

Pra mim, especialmente quando a equipe não é uma equipe combativa, minimamente assim, né? Então eu já passei por momentos lá no [nome da unidade], por exemplo, que os conflitos eram muito mais claros e explícitos, mas que a equipe era muito... era muito combativa e se posicionava. Mesmo sendo de contrato, eu não sentia esse adoecimento todo quanto o que eu sentia quando a equipe estava achando as coisas muito naturais, assim, a ponto de fazer, por exemplo, festa de aniversário pra uma direção que era declaradamente torturadora. Eu falei “não, isso não é possível pra mim”. Aí foi a hora que eu falei “é a minha hora de me retirar, porque aqui eu estou adoecendo”. É uma equipe que não pode pensar o trabalho, então você fala “gente, vamos fazer reunião de equipe?”, “ah, tem muita coisa pra fazer”. “A reunião da equipe é fundamental pra um trabalho, pra gente pensar que trabalho é esse que a gente quer fazer”. “Ah, você não sabe até hoje o trabalho que você tem que fazer

aqui?”. “Ah, você sabe? Então me diz aí, o que você tem que fazer?” E de fato o que se fazia era relatório. A gente tinha que atender e fazer relatório (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Assim, vemos que a articulação coletiva e os espaços de discussão vão sendo enfraquecidos, tornando-se cada vez mais difíceis de serem mantidos. De acordo com Coimbra e Nascimento (2007), as circunstâncias experienciadas vão produzindo “uma forte individualização das ações, impedindo outras relações de trabalho, outros sentidos e práticas mais coletivas” (p. 34). Dessa forma, é interessante notar que a sobreimplicação aparece na fala da psicóloga como um agenciador na produção de adoecimento nas trabalhadoras e à medida que outras possibilidades de trabalho vão sendo criadas como enfrentamento a essa questão, a resposta institucional tende à desvalorização do trabalho.

E aí a gente fica de fato também com uma sensação de um trabalho que não é valorizado, porque isso tem muito desmonte do trabalho. Então a sensação às vezes que dá, pelo menos pra mim, é que a gente vinha com uma proposta, que a gente começava a se empolgar e aí vinha algo que desmontava aquele trabalho [...] A gente criou um projeto incrível de acolhimento pros adolescentes, porque eles eram recepcionados assim “cadeia”, “mão pra trás”, sentar no chão, grudado com o outro... gritos e xingamentos... era assim a recepção. A gente começou a fazer esse trabalho, que era uma ideia de um espaço de acolher [...] E tentar construir uma chegada um pouco mais humana. E a gente foi percebendo, além de toda uma resistência, quando a gente conseguia sustentar ali, na resistência, a estratégia foi esvaziar o trabalho. De esvaziar no sentido de tirar o sentido. E aí começou a virar uma demanda de preencher uma ficha. Então o acolhimento virou mais uma ficha tipo “você já passou por uma questão de saúde mental? Tem algum? Já passou pelo CAPS? Conhece ou já fez acompanhamento com psicólogo? E aí você esvazia completamente o trabalho. E aí é mais difícil quando isso acontece, você não pode dizer “vocês estão impedindo o trabalho” (Puya, em entrevista à pesquisadora).

A desmobilização do serviço juntamente com a sobreimplicação das equipes parece culminar na despotencialização das vidas que ali se encontram e, por vezes, a resposta é o adoecimento psíquico dos/as servidores/as. A partir do que lemos e ouvimos, não temos dúvidas de que atuar em uma instituição tão endurecida, onde as possibilidades de ruptura parecem tão escassas e o próprio trabalho é questionado, desqualificado e desmobilizado, produz cansaço e com ele uma certa anemia em nossa potência de agir. Conforme aponta Lisboa (2018):

Pouco profissional para muito serviço. Falta de estrutura e material adequados. Estruturas insalubres. Necessidade de soluções rápidas. Poucas articulações, pouco apoio. Relações cotidianas com muita demanda e pouca respiração. Em conversa com outros psicólogos e demais profissionais que atuam junto às políticas públicas, as ressonâncias são de esgotamento. Quando em qualquer agrupamento de pessoas fica evidente a demanda por um espaço de fala, que normalmente mais se faz num desabafo, ora desesperado, ora em tom de socorro, ora em forma de descarregar a raiva pelas coisas que encontramos nos caminhos. Quando qualquer espaço coletivo tende a tornar-se catarse sobre o que se vive e que vem atravessada por um discurso

do impossível: problemas, o que não funciona, tudo que está errado. Com efeito, muitas vezes se produzem esses sentimentos de esgotamento, bem como a sensação de solidão em relação à atuação (Lisboa, 2018, p.7).

O cansaço, como afeto biopolítico, é útil ao capitalismo, por operar uma imobilidade dócil, obediente e que anestesia. “O cansaço impede o corpo de afetar e de ser afetado! Este é seu mecanismo de controle, incapacidade de olhar para fora, pela janela. As pálpebras estão cerradas, o pescoço está rígido, as mãos, fechadas, o ouvido, entupido” (Trindade, 2017, *online*). Estar com os “ouvidos entupidos” pode ser uma das piores coisas a acontecer a uma psicóloga, especialmente em um contexto como este, fragilizando justamente aquilo que se tem de mais potente: Nossa escuta como lugar para a subjetividade, que pode provocar transformações tanto nos/as sujeitos/as quanto institucionais. Por essa razão apostamos em uma ética dos devires como enfrentamento ao esgotamento e também como forma de subvertê-lo: aquilo que se esgota abre espaço para a criação (Trindade, 2017).

Nesse sentido, apostamos na inventividade como um certo antídoto ao esgotamento, uma força que nas micropolíticas pretende intensificar a vida, linhas de fuga que engendram um pouco de possível. Se tivéssemos que deixar apenas uma pequena pista que pudesse auxiliar na resposta a pergunta que dá título a esta seção do texto - O que pode a Psicologia no DEGASE? - ela se encontra no paradigma ético-estético-político proposto por Guattari e Rolnik (1992), em que a ética é o reconhecimento da alteridade; a estética traz a dimensão da criação, da ação e da sensibilidade para a produção de novos processos de existência; e a política afirma a responsabilização frente aos efeitos produzidos nas práticas.

#### **4.2 Os micro-lugares da psicologia na socioeducação: olhares para o cotidiano**

O cotidiano surge como elemento que nos interessa pensar à medida que o compreendemos como plano dos acontecimentos, das aberturas, dos modos de atuar nas micropolíticas. Mas ao que nos referimos quando tratamos do cotidiano? “Será que a expressão se refere a algo simplesmente mundano, uma parte corriqueira e irrelevante da vida, separada e distinta dos acontecimentos importantes ou, ao contrário, *o cotidiano é tudo que temos?*” (Spink, 2008, p. 70, grifo do autor).

Tendemos aqui a concordar com a segunda afirmação por considerar que é no cotidiano que a vida acontece. Tomamos como possibilidade pensá-lo como uma fabricação da vida vivida, referente àquela inventada e experienciada no plano dos acontecimentos corriqueiros, no território das ações e dos “micro-lugares”.

Denso, o cotidiano se compõe de milhares de micro-lugares; não é um contexto eventual ou um ambiente visto como pano de fundo. Os micro lugares, tal como os lugares, somos nós; somos nós que os construímos e continuamos fazendo numa tarefa coletiva permanente e sem fim (Spink, 2008, p. 71).

Nesse sentido, pensar os cotidianos da Psicologia no DEGASE é ter a possibilidade de se debruçar sobre as tramas do trabalho em diferentes níveis, articulando diferentes perspectivas sobre o fazer e os micro-lugares em que este se insere, e que a violência está sempre atravessada.

Gente, não podemos esquecer que a gente trabalha numa instituição que prende pessoas. A prisão, por si só, vai produzir violência. Esse é o ponto, a gente tem que começar por aí. Se produz violência nas pessoas, esse ambiente está minado de um fervor, de uma energia de violência, por si só, em tudo que transita nele. Então esse ambiente está contaminado por isso. Sendo contaminado por isso, não é um ambiente saudável. Ele vai produzir adoecimento mental, adoecimento psíquico (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

Vemos na fala da psicóloga que essa produção de sofrimento é incessante e atinge tanto adolescentes quanto as trabalhadoras da instituição. Diante disso, na contramão do que representa as cisões, o cuidado e o acolhimento são assumidos como perspectiva ética para todos os grupos que ali se encontram. *“Nós somos psicólogas da instituição. Então, às vezes, acontece de você estar dentro do seu ambiente de trabalho e algum colega precisar de uma escuta. E eu assumo isso como a parte também do meu trabalho”* (Yucca, em entrevista à pesquisadora). É interessante notar que o acolhimento também aos/às colegas aparece em outras entrevistas, a exemplo de Hirta:

Além dos relatórios, eu faço muitos acolhimentos. Não é clínico, mas é um trabalho de acolhimento. Em alguns momentos, dependendo do que tiver acontecendo, às vezes é mais com a equipe do que com os adolescentes. Tem horas que os funcionários pedem muito para conversar e a gente conversa, oferece a nossa escuta para tentar ajudar (Hirta, em entrevista à pesquisadora).

Ao passo que as psicólogas se percebem como psicólogas da instituição, tomando como parte do trabalho o acolhimento também as equipes, nos chama a atenção que ainda que exista um setor dentro do Departamento para a promoção de saúde do trabalhador, a demanda é tamanha que em alguns momentos recorrer a quem está mais próximo no dia a dia das unidades é a saída possível.

O que eu penso [para mudar a realidade institucional] é desses momentos que a gente pode pensar em termos de acolhimento ao servidor. E como esses momentos de acolhimento ao servidor é uma aposta da gente de que isso possa gerar, reverberar também, no acolhimento que é oferecido aos adolescentes e às adolescentes. Então a gente tem o NUPST, que tá cada vez se estruturando pra poder acolher esses

servidores, cada vez a gente vê mais servidores demandando desse setor e esse setor também está numa perspectiva de tentar um trabalho de prevenção e promoção à saúde. Mas ainda não tá tendo pernas, porque são muitas unidades. Então eles vêm tentando se estruturar nesse sentido e os outros setores também (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

Essa reestruturação no NUPST é importante não apenas para alargar a proximidade das unidades, mas também porque o setor, por ser um dos espaços que vai na contramão das práticas mais comuns no DEGASE à medida que é pensado para promover saúde (e vida) em uma instituição que existe para punir e encarcerar, não escapa às tentativas constantes de esvaziamento do que poderia ser potente ali.

As pessoas que iam pro NUPST eram pessoas que estavam com dificuldade na ponta, que estavam há muitos anos adoecidas, estavam em sofrimento psíquico ou em outros adoecimentos físicos. Então, é como se fosse um lugar de encosto. Inclusive, a gente ouvia muito isso. Por muito tempo, o NUPST funcionou como esse lugar. Como é que aquelas pessoas vão atender outros servidores que estão em dificuldade, se ela própria está com muita dificuldade? Como é isso? Isso contribuiu muito para o NUPST ter a visão que teve durante muito tempo (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

Além disso, durante a pandemia, por efeito de seus muitos desdobramentos e a demanda incessante, essa produção de adoecimento dentro do próprio setor se intensificou: *“O NUPST não parou, trabalhou a pandemia toda. Eu vi os colegas muito adoecidos. Eu pude, com esse afastamento, voltar e ter esse olhar, por ter tido esse respiro, de como estavam adoecidos. Eu acho que foi bom também, agora a gente está num outro momento”* (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

Colegas adoecidos trabalhando com o cuidado parece ser mais uma violência que se propaga no interior da instituição, inviabilizando e silenciando o sofrimento alheio, impedindo que este encontre meios de se expressar. Entretanto, importa salientar que nossa pesquisa se deu durante um período de intensas mudanças e transições no DEGASE, movimentadas tanto por fatores externos, ao exemplo da pandemia e da instauração da central de vagas; quanto por reorganizações internas advindas de mudanças nos vários setores da gestão (incluindo direções, coordenações, o próprio NUPST e a direção geral) e também pelo expressivo quantitativo de servidores/as se aposentando. Essas mudanças vêm possibilitando um rearranjo nas rotinas do serviço e estremecendo o terreno degasiano, de modo a fabricar pequenas novas aberturas.

Acho que a gente tinha pessoas que estavam há muito tempo em cargo de gestão, que eu acho também que acaba não sendo muito salutar. Porque quando você tá há muito tempo você tá afastado da ponta, você não tá vivenciando a ponta. Por mais até que tenha uma interlocução. Acho que cargo de gestão não tem que ser pra sempre, ele tem que ser um período e ter renovação sempre, porque é isso que vai dar a

possibilidade de outros olhares e outras pessoas, desse movimento que precisa ter (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

Ao passo que essas mudanças são consideradas bem vindas, outro aspecto que parece fazer diferença é quando quem ocupa esses lugares são profissionais de carreira, pessoas que contam com a experiência da passagem pela “ponta” e têm uma visão mais abrangente das responsabilidades, limitações e possibilidades de cada um dos atores envolvidos no cotidiano do trabalho. Essa diferença se traduz nas psicólogas sentindo-se mais próximas e confortáveis para propor mudanças que favorecem tanto as especificidades do exercício profissional quanto o próprio funcionamento das unidades onde atuam.

O diretor técnico que tá próximo da gente [...] Ele sempre trabalhou na secretaria técnica, então ele sabe de fato qual o trabalho do administrativo e qual o trabalho do técnico, que tem sempre isso de jogar pra equipe técnica o trabalho administrativo, né, arquivar documento, ligar pra família pra perguntar isso, perguntar aquilo, coisa que qualquer um pode fazer [...] Então isso tem ajudado, a gente consegue questionar, conversar, ele é super aberto, e assim a gente dá conta dos desafios (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Tá sendo muito incrível ter uma direção que entende o trabalho. A nossa direção [nome da gestora] já foi técnica [da unidade], então ela sabe qual é o trabalho e então é muito... muito mais gratificante. E dá muito mais estímulo pra você pensar coisas sabendo que você vai ter menos barreiras, menos resistência pra implantar qualquer coisa (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Na possibilidade de propor outras realidades para o cotidiano institucional a partir de alguma proximidade com os gestores, surgem propostas que partem da aposta na promoção do cuidado e em condições dignas de trabalho como direito comum.

Mas enfim, nessas insônias minhas aí, eu tô, fiquei pensando aqui na unidade, pensando estratégias que podem ajudar nesse momento... já comecei a conversar com o diretor, é... e ele gostou das ideias [...] Todos precisam de cuidado, todos precisam de cuidado e estar num ambiente digno. Então, por exemplo, o alojamento dos agentes é muito precário, muito precário e isso eu queria propor, né, eu sou muito sonhadora, assim, mas eu não desisto, por isso que eu acho que tô aqui. É, eu acredito que essa unidade precisa ter mais beleza, mais, um ambiente mais digno pra todo mundo, porque as pessoas se sentem muito melhor, né, quando elas são bem tratadas e eu acho que isso pode acontecer aos poucos, inclusive a começar por um ambiente digno pros agentes dormirem [...] Então eu investiria neste momento num ambiente bem agradável pra eles trabalharem, pra eles dormirem e investiria num local pra saúde mental deles (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

A fala da psicóloga, embora implicada com a transformação institucional, denuncia as péssimas condições de trabalho que permeiam o cotidiano de quem toca o serviço, mas essa percepção pode variar de acordo com o momento que a instituição está vivendo e também das próprias gerações dentro do sistema. Como apontamos no capítulo 2, o DEGASE possui uma

trajetória que oscila entre grandes turbulências e pequenos períodos de uma certa tranquilidade, o que impacta diretamente nas condições de trabalho.

A condição é bastante abrangente, porque se a gente for pensar em condições ideais, depende muito do ponto de vista, de um momento, né? Hoje, se eu for voltar quinze anos no tempo, as condições no DEGASE são, relativamente comparadas, muito melhores do que aquela época. Se for pegar alguém para ouvir de 94, de 98 pra agora, eles vão dizer que é absurdamente melhor. Eles falam de uma época que não tinha telefone. Às vezes, o telefone está quebrado, mas tem que ter telefone. Uma época que não tinha internet. Claro, é uma outra realidade a internet hoje, não é nem luxo é obrigação, tem que ter. Uma época que não tinha carro para você poder fazer determinadas coisas, hoje tem carro. As coisas dependem de um tempo, né? (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

Outras psicólogas parecem acompanhar a fala de Vetiver situando uma melhora significativa na estrutura das unidades<sup>48</sup> nos últimos tempos, o que não quer dizer que elas estejam próximas de um ambiente realmente digno. Observamos nas narrativas durante as entrevistas a exposição de condições totalmente insalubres com que muitas das profissionais precisaram lidar, denotando inclusive a maneira como o trabalho e o público atendido é percebido pela instituição.

Hoje eu diria que a gente tá em condições melhores do que já estivemos. A gente tinha ali, a nossa sala é aqui do lado, a parede era toda mofada, mofada assim, mofo preto e já tá há anos pra arrumar e tem gente alérgica que chega, aí passa mal. Eu não tenho problema, mas as pessoas chegam e sentem aquilo, é uma coisa horrorosa, mas aí há um mês pintaram pela primeira vez, aqui também [sala onde realizamos a entrevista], tá toda pintadinha. As janelas tão quebradas, mas agora já estão sendo arrumadas. O que eu posso dizer hoje que as condições de trabalho ali na sala, a gente tem computadores... Nunca é totalmente suficiente, né, mas também não existe o ideal, a gente sabe disso, mas eu acho que é ok. É... salas de atendimento é ali no meio da quadra, não acho que isso seja o melhor lugar pra gente atender, mas tá tudo bem, são umas salas pequenininhas (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Semana passada fui atender um menino numa sala que eu fui reparar, essa sala é nova, e ela foi construída numa saída de esgoto. Dentro da sala tem uma caixa de saída de esgoto. Então tem inúmeras baratas e o cheiro é horrível da sala, e falaram que tava tudo bem que já tinham resolvido o problema, e quando eu cheguei lá tinha um monte de barata e aí eu me recusei a atender lá. Foi engraçado que o adolescente nem entendeu muito porque foi que eu tive essa reação, porque ele falou que na favela ele já convive com isso, com rato, com barata... E aí eu expliquei pra ele que eu recusei porque é importante que todas as pessoas sejam cuidadas num lugar digno e que aquele lugar não era digno de atendimento (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Neste sentido, Meireles (2017) reflete que há uma precarização tanto das instalações quanto do atendimento, que a ausência de recursos materiais e humanos evidencia a priorização

---

<sup>48</sup> Importa salientar que embora não tenha aparecido, os alojamentos onde ficam os/as adolescentes com frequência também encontram-se em estados totalmente insalubres.

do viés repressivo sobre a política socioeducativa, não podendo ser confundida como falta ou falha do Estado, mas como um projeto político direcionado à juventude periférica e que é alargado aos/as trabalhadores/as desse sistema. Como apontamos anteriormente, essa precarização das condições de trabalho serve como justificativa para que a garantia de direitos seja tida como privilégio e a lógica é operar sempre pelo “mínimo necessário”.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à desqualificação do serviço frente às mudanças que são impostas por meio de decisões arbitrárias da instituição, impactando diretamente na continuidade das ações e sufocando ainda mais o cotidiano.

Às vezes é isso, você tá um dia atendendo seus adolescente ali, que você criou um vínculo, no dia seguinte colocam, sei lá, 30 meninas na unidade, e os adolescentes que você acompanhava foram transferidos e você não tem nenhuma ingerência, não tem um tempo de trabalhar isso, é meio assim, é... é capotando, né? Então isso é muito difícil [...] No [nome da unidade] a gente tinha muito isso, começava a fazer um trabalho, começa um trabalho com musicoterapia, aí você chega um dia, pegaram a sala da musicoterapia e transformaram numa academia... acabou a sala! E aí, é de um dia pro outro, isso não é pensado, trabalhado, a gente... você chega um dia pra trabalhar e aquelas ferramentas de trabalho já não tem mais, então é um pouco isso... O DEGASE tem um pouco essa sensação que ele provoca de urgência né, você trabalha aquele dia, porque você não sabe como vai ser o próximo... (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Embora as interferências e desqualificações tenham sido abordadas anteriormente, esse trecho escancara não apenas o lugar de desimportância dado ao trabalho das técnicas, o que consideramos grave o suficiente, mas reafirma a percepção institucional sobre os/as adolescentes. Concebidos como vidas “sem futuro”, tanto a partir do envolvimento com o ato infracional quanto pela culpabilização de suas famílias - tidas como desestruturadas e negligentes, o DEGASE parece não se importar em operar descontinuidades junto a estes, uma vez que, não havendo perspectivas de futuro para esses meninos e meninas, não é necessário fazer planos muito menos engajar-se com a manutenção dos recursos que favorecem o trabalho.

Observamos que nesse modo de atuar da instituição, dia após dia, vai se instalando um terreno em que urgências são sistematicamente fabricadas visando o esvaziamento do serviço, que se dá também no acúmulo de burocracias, na individualização das ações e no requerimento dos especialismos, como apontamos anteriormente. Nesse sentido, é preciso estarmos atentas a esses processos, para buscarmos dentro e fora da instituição os meios necessários para mantermos nossa potência de agir.

Presos nessas camisas de força os profissionais, em muitos momentos, não dispõem de tempo para pensar e colocar em análise suas práticas [...] A falta de tempo, a urgência domina tudo e a todos, produzindo uma perda da capacidade de potencializar

os encontros. As circunstâncias vividas podem trazer uma forte individualização das ações, impedindo outras relações de trabalho, outros sentidos e práticas mais coletivas (Coimbra & Nascimento, 2007, p.7)

Pensamos, a partir disso, numa interlocução com o conceito de “vida precária”, pensada por Judith Butler (2010; 2016). Para a autora, o valor da vida é medido pela importância de sua perda: se uma vida provoca o choro, então ela é uma vida que importa, que vale a pena (Butler, 2010). Conforme sintetizado por Vilarins (2016), “uma vida só pode ser considerada vida e se manter como vida quando sua perda é digna de luto”. Sem a capacidade de provocar o choro, a vida não existe, ela é algo que está vivo, mas que não é reconhecido como vida” (p. 103).

Embora Butler assinale a vida precária como condição compartilhada da vida humana, em que o viver socialmente se dá na dependência de outros, observamos que há vidas não consideradas como tais, vidas tidas como matáveis e indignas de choro, vidas pelas quais não há luto. A precariedade da vida é distribuída de maneira desigual, em que algumas populações experienciam a precarização da vida de maneira mais intensa, a partir de uma política induzida que maximiza a exposição à violência, ao dano e à morte (Butler, 2010; Vilarins, 2016).

Nossa interlocução com a noção estabelecida por Butler parte da concepção de que o Estado promove a precarização sistemática das vidas adolescentes não reconhecendo-as “como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência do Estado, a fome e as pandemias”, ao contrário, são “comunidades não exatamente reconhecidas como tais, sujeitos que estão vivos, mas que ainda não são considerados vidas” (Butler, 2016, p. 54). Ao DEGASE (e demais instituições de privação de liberdade), na condição de braço do Estado, é dada a tarefa de não romper com estes processos e sim torná-los permanentes. Por essa razão, não há grandes preocupações com a constituição de um ambiente digno para que se possa atuar, afinal, “apesar de assumirem forma humana, eles são reduzidos a algo menos que humano que os aproxima do *status* de animais, de seres que oferecem perigo e precisam ser controlados” (Vilarins, 2016, p. 104).

E que respostas são possíveis à Psicologia nesse contexto? Nossa hipótese, a partir do acúmulo de experiências que trocamos junto às psicólogas, está em tomar o cuidado e o acolhimento, tanto aos/às trabalhadores/as quanto aos/as adolescentes, como uma perspectiva central de trabalho.

Então a gente vem trabalhando essa questão do cuidado e do reconhecimento do trabalho do profissional, como uma tentativa de minimizar esse sofrimento dentro do DEGASE. E diminuir um pouco uma velha frase, que não sei se você ouviu de outras profissionais, mas que era muito comum dentro do departamento, que é “ah, isso é DEGASE!”. “Isso é DEGASE” pra mim sempre foi uma questão que eu ficava “gente,

não”. É a história da Gabriela né, “nasci assim, vou ser sempre assim, vou morrer assim”. Não. Não precisa ser sempre assim. A gente tem que estar sempre tentando modificar alguma coisa, porque também começa a não fazer sentido pras pessoas. Ou a gente ressignifica esse nosso fazer profissional, as relações que se estabelecem dentro do sistema e o trabalho que a gente faz ou então daqui a pouco de fato vai estar todo mundo adoecido. Porque aquela sensação de enxugar gelo, que eu ouço até muito dos colegas agentes, ela vai minando toda possibilidade de um trabalho que a gente precisa fazer e que precisa ser potente pra fazer alguma diferença na vida desses adolescentes que estão sob nossa responsabilidade. Acho que é um pouco isso (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

A fala de Manfreda nos desperta atenção por assinalar a prática de atenção ao cuidado como dispositivo de desnaturalização do “jeito-degase-de-funcionar”, enfatizando que esse cuidado deve ser alargado aos trabalhadores e trabalhadoras do sistema para produzir novas formas de trabalho que possam ser transformadoras.

Porque eu entendo isso também, que a gente cuidando do servidor a gente tem possibilidade de ter servidores mais contentes no seu trabalho e atuando de uma forma muito mais acolhedora também com os adolescentes que estão no departamento. A gente entende que é fundamental cuidar deles pra que eles possam cuidar desses adolescentes que estão sob responsabilidade deles (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

Além disso, consideramos ser uma perspectiva interessante porque ela desfaz, em algum nível, uma queixa comum de que a gestão está sempre muito distante de quem está na ponta, isto é, na linha de frente do serviço (em geral, equipes técnicas e agentes socioeducativos). Nas palavras da psicóloga:

A gestão, historicamente era uma gestão muito distante da ponta, não tinha uma interlocução tão grande. Só procurava a gente quando tava acontecendo algum problema, pra uma questão mais burocrática ou pra apresentar alguma pesquisa. Mas não tinha contato tão próximo (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

Essa impressão sobre o histórico da gestão é compartilhada por outra psicóloga.

Teve uma mudança, que foi com a mudança da divisão. Quando eu cheguei, a gente tinha uma divisão de psicologia muito... muito mais silenciada e menos ativa. E de sustentar e de dar menos apoio assim mesmo, né? Até no diálogo. Depois a gente teve uma mudança que veio uma gestão com um olhar muito mais pra estar junto com os profissionais assim, de fazer reuniões, de ouvir e circular mais. E isso abriu muito canal de conversa. Eu acho que essa gestão agora tá seguindo bastante essa linha aí. Então tá sendo um bom momento (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Fica evidente no relato das profissionais que uma gestão próxima, implicada com o fazer, produz imensa diferença frente aos inúmeros desafios que acompanham a trajetória das profissionais no sistema socioeducativo, sendo a Divisão de Psicologia uma importante parceira

na construção de enfrentamentos e na afirmação da (im)pertinência da Psicologia nesses espaços. Nas vozes das psicólogas, o papel da Divisão está relacionado a

Conseguir dizer o que é a psicologia dentro do DEGASE ou que deveria ser, quais são os limites, quais são os caminhos que cabe ao psicólogo e os que não. É poder representar essa categoria, é poder pensar nesse serviço dentro do DEGASE, poder fazer essa mediação, porque as pessoas, de uma forma geral, elas têm uma ideia do que é a psicologia, que não, necessariamente, essa ideia condiz com o fazer em si, com a prática em si. Às vezes, é preciso a gente lembrar as pessoas que, essa ideia que elas têm na cabeça, não condiz com a prática. Então, a gente precisa de um órgão, de um setor que consiga fazer essa mediação entre esses interesses que atravessam a socioeducação (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

A Divisão de Psicologia tem algumas ações, algumas diretrizes de trabalho. Eu entendo que uma delas é cuidar do fazer do profissional dentro do Departamento, da Psicologia dentro do Departamento [...] Estar perto, auxiliar os profissionais que estão dentro do Departamento pra que eles consigam de alguma forma exercer a função de psicólogos de uma forma adequada, digna, dentro da instituição, de acordo com as diretrizes do Conselho (Manfreda, em entrevista à pesquisadora).

No diálogo com as profissionais foram relatadas diversas ações que vêm sendo promovidas pela Divisão e que ampliam a perspectiva de atenção às trabalhadoras e apostam na promoção de vida como uma estratégia de cuidado. Entre as ações relatadas destacam-se: homenagens às trabalhadoras recém aposentadas, convites a profissionais de outros ramos para desenvolverem atividades como massagem corporal, consultoria de moda, meditação, dança, entre outros. São ações que representam processos de cuidado em saúde mental e que podem fazer alguma diferença na qualidade de vida das profissionais, ressignificando experiências dentro do contexto institucional. Conforme sinalizado no texto da referência técnica,

Faz-se necessário ressaltar como o trabalho em instituições de execução das medidas socioeducativas envolve um cotidiano de muitas violências, tanto pelas histórias de vida do público atendido como pela complexidade das relações profissionais e institucionais nessas unidades. O trabalho da Psicologia precisa estar atento a isso e criar estratégias de enfrentamento, mas também de saúde e cuidados das profissionais psis (Conselho Federal de Psicologia, 2022a, p. 57).

É interessante notar, por outra via, que o nome dado ao setor promove incômodos e questionamentos importantes.

Eu sempre tive essa questão quando cheguei no DEGASE, porque divisão? Divisão de psicologia, Divisão de [...] a coordenação é um guarda-chuva. Dentro do guarda-chuva, tem os setores que chamam de Divisão, é isso. Mas a palavra divisão, quando eu entro no DEGASE, ela já me traz um incômodo, porque é tudo muito dividido, tudo é muito em caixinhas. A própria divisão é uma divisão, ela opera na forma de divisão [...] Hoje, conversam, porque essa equipe vem questionando esses lugares, esses nomes. Não só o nome, em si, mas o que ele produz. O que o número produz com o adolescente, ao ser chamado pelo número, o que produz botar a roupa igual, o

que produz raspar a cabeça de todo mundo, o que vai produzindo... A divisão está dentro desse lugar, na instituição, que vai produzir essa serialização da vida, das subjetividades (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

O estranhamento da psicóloga quanto a escolha da palavra “divisão” para nomear um setor encontra ressonâncias nos escritos de Lopes (2015, p. 143) ao tratar das mudanças na estrutura organizacional do Departamento em 2008: “a todo instante novos projetos, pesquisas e divisões são implantados. Divisões, o DEGASE nunca foi tão dividido. Para tudo há uma divisão responsável, às vezes até duas para uma só questão”.

Eu não sei se essas divisões tinham que estar separadas... pensando integrativamente sabe... tudo bem, eu sei que tem coisas que são específicas, muito específicas... documentos, elaboração de documentos tal e tal, beleza, mas sei lá, você faz uma reunião com todos do serviço social, aí faz uma reunião com toda a psicologia. Eu não sei, eu não sei que efeito que se cumpre na prática, se a gente trabalha junto, entendeu? Então eu acho que esse é um desafio das Divisões pra pensar (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

Ao passo que há verdadeiras divisões no organograma da instituição, elas são operadas também no cotidiano das unidades, a depender inclusive do tipo de medida. Argentea nos conta que uma diferença perceptível entre o trabalho da internação e da provisória é justamente a proximidade e a troca entre equipes de diferentes categorias

A gente tá conseguindo trabalhar até de uma forma mais tranquila, porque a gente, na internação, a gente trabalha em equipe. Na provisória não, a gente trabalha individual, cada profissional era sozinho. Aqui não, aqui a gente tem equipe com psicólogo, com assistente social, pedagogo, acompanhando o mesmo adolescente. Então tem discussão de caso, né, conversas, tudo... e aí a gente consegue, juntas, em equipe, em atendimentos individuais, mas conversando entre a gente sobre cada adolescente, né, pensar nessa questão de promover a responsabilização, né, promover reflexão, pensar em alternativas (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Embora a atuação nas diferentes medidas tangenciem as discussões que propomos ao longo de todo o trabalho, percebemos uma escassez de estudos e pesquisas que se debruçam especificamente sobre a internação provisória, sendo comum que as poucas menções feitas estejam atreladas aos trabalhos sobre as medidas socioeducativas de privação de liberdade, carecendo ainda de reflexões mais profundas sobre as possibilidades e desafios específicos do acautelamento. Por essa razão, empreendemos algum esforço para pensar as tramas que se tecem na provisória.

Cabe elucidar que a internação provisória consiste em um procedimento aplicado anteriormente à sentença, com o objetivo, na legislação, de embasar a aplicação da medida socioeducativa mais adequada ao/a adolescente, considerando sua capacidade em cumpri-la e

não sendo, por este motivo, uma medida socioeducativa. Embora seja de natureza cautelar, ela segue os mesmos princípios da medida de internação quanto à brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Brasil, 1990). De acordo com o artigo 108 do ECA, a internação, antes da sentença, só poderá ser aplicada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias, “desde que comprovado indícios de autoria e materialidade e a imprescindibilidade da medida” (Silva & Arguello, 2022, p. 99).

Todavia, no diálogo com as psicólogas, observamos que a provisória é invisibilizada não apenas na literatura acadêmica, sendo um espaço desvalorizado pelo DEGASE e até mesmo pelo Judiciário, impactando na maneira pela qual as próprias equipes enxergam o trabalho.

Eu sou um pouco suspeita pra falar, porque embora eu esteja agora com a medida de internação, eu de fato tinha um carinho muito grande pela provisória... Eu acho que é uma medida que é muito pouco pensada aqui no DEGASE, de ... levada à sério, e que talvez seja o trabalho mais importante, que deveria ser investido em primeiro lugar aqui, que dá a condição da gente, de repente, fazer os encaminhamentos necessários quando esse adolescente chega pro meio aberto, tentar um... começar as articulações de fato, né, com a rede, e de repente até pensar numa provocação maior do Judiciário de que uma parte desses adolescentes não precisaria estar aqui... então eu tenho um apego assim, mas eu acho que tem uma coisa de uma desvalorização desse espaço da provisória, isso até do Judiciário, que impacta um pouco a forma como a gente vê aqui o trabalho (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Impressiona como o trabalho na provisória, enquanto porta de entrada no sistema socioeducativo que possibilitaria maiores articulações como dito pela psicóloga, acaba por recair em práticas tão burocráticas e engessadas que o acolhimento parece ficar em segundo plano.

O trabalho [na provisória] eu acho um trabalho muito importante, mas ele é um trabalho muito... ele é um trabalho muito ali. Você precisa preencher uma ficha, você precisa pegar umas informações. Claro que você faz o acolhimento do adolescente, sim, claro que você vai dar algumas... falar algumas considerações pra ele, mas é um trabalho muito burocrático, né?! Não tô desmerecendo e nem desvalidando nada, mas, assim, eu acho que é um trabalho que tem que acontecer, é um trabalho importante, mas acaba sendo muito cansativo, assim, exaustivo, rotineiro [...] O trabalho, assim... atender família era muito legal lá também, eu gostava muito porque acabava saindo um pouco dessa rotina. Mas com os adolescentes você fica muito ali naquele... sabe?! Naquele “ah, a gente tem que preencher, pegar as informações, ligar pra família”. Acaba que você não tem um contato, assim. Então isso sempre me fez um pouco de falta, esse “vamos, sei lá, criar um vínculo. Vamos falar de outras coisas sem ser seu ato infracional, né?!” (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

Silva e Oliveira (2018) destacam que no sistema socioeducativo é comum uma certa confusão entre o acolhimento e a triagem, sendo esta última uma parte integrante da rotina no acautelamento, mas que não se configura como a atividade fim.

A equipe precisa seguir procedimentos para identificar prioridades e urgências, promover separações por faixa etária, compleição física e tipificação de atos infracionais para garantir a segurança dos adolescentes acautelados na internação provisória. Mas o acolhimento não se resume meramente à triagem, pois exige uma prática de escuta qualificada. No processo de acolhimento, até o silêncio e a negação do adolescente devem ser interpretados como uma comunicação que demanda algo (Silva & Oliveira, 2018, p. 121).

Embora a rotatividade seja uma característica da instituição, aparecendo de formas diversas, ela também é uma marca da internação provisória, considerando a própria natureza da medida cautelar. Todavia, esse traço característico atrelado ao quadro de superlotação e produção massiva de relatórios constituem um cenário turbulento, em que muitas vezes a realização das triagens torna-se o único trabalho possível.

Na internação provisória a rotatividade é muito alta, né. Então você atendia, fazia relatório, atendia, fazia relatório. Tinha pouco tempo pra acompanhamento, é... pra promover alguma reflexão, é apenas um atendimento breve, porque é tudo corrido, data de audiência próxima, muito adolescente entrando, saindo, as equipes eram pequenas, não eram nunca suficientes para os números que a gente tinha (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Na provisória tudo parece se tornar mais intenso. A necessidade de celeridade de resposta ao Judiciário torna os atendimentos, encaminhamentos e articulação de rede quase impossível. Essa fabricação de urgências que acompanha o trabalho situa o tempo como um verdadeiro desafio, endereçando à Psicologia demandas que partem de urgências institucionais e também subjetivas. Afinal, embora a passagem por esta internação seja curta, ela produz uma série de impactos na vida dos/as adolescentes e suas famílias, e os danos em algumas circunstâncias podem ser irreparáveis.

Como na provisória é um tempo bem menor, parece que não é algo que a gente tenha que valorizar tanto... “Ah, não, daqui a pouco vai sair”, só que é um daqui a pouco que são 20 dias, as vezes pra um adolescente que não precisava estar aqui, tá com a vida toda organizada lá fora e que tá com uma questão mais grave de saúde mental, de fato não seria aqui o espaço, né? (...) é uma medida muito grave, de no máximo 45 dias, mas acho que são 45 dias que você desestrutura inclusive a vida escolar desse aluno, que ele é matriculado automaticamente aqui, quando ele sai ele não tem mais a vaga dele lá fora, porque ele foi matriculado aqui e ele não precisa mais de uma nova vaga, talvez não consiga voltar pra mesma escola... Isso é muito sério. Mas é tratado como “ah, é pouco tempo”. Não é! (Puya, em entrevista à pesquisadora).

A noção de que “é pouco tempo” minimiza os efeitos da passagem pela provisória e naturaliza o encarceramento de adolescentes como uma forma de punição e adequação às normas, reforçando o caráter coercitivo das medidas de privação de liberdade. Uma das psicólogas comenta conosco que uma prática comum no Judiciário, especialmente no interior,

é recorrer ao acautelamento como uma forma de “dar um susto” em jovens considerados problemáticos e que o meio aberto não teria “dado conta”.

O Judiciário do interior que fala assim “olha, a gente já tentou tudo aqui no meio aberto... a gente precisa... tô mandando praí, mas você cuida dela porque eu sei que você tem uma equipe de saúde mental e a gente precisa dar um susto, pra ver se causa alguma coisa”. Pra ver se causa um certo... eu fico pensando assim, um tratamento de choque. E isso acontecia demais com os meninos... “não, vou deixar você 45 dias pra você aprender, pra você sentir”. E não é aqui, aqui não é o lugar do castigo, do cantinho do pensamento (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Nos perguntamos qual o caráter pedagógico existente em querer “dar um susto” e vemos, mais uma vez, o poder Judiciário ir na contramão da legislação, desorganizando vidas em prol da imperiosa necessidade de preservação da ordem. Além disso, chama a atenção que o critério adotado seja “*vocês têm uma equipe de saúde mental*”. Ora, se a preocupação fosse com a saúde mental do/a adolescente, o encaminhamento à RAPS não seria mais adequado ao invés de acionar o DEGASE? Essa narrativa assinala o viés manicomial que perpassa a decisão do juiz, optando pela segregação e exclusão social presentes na decisão pela provisória em detrimento do cuidado em liberdade.

Em contrapartida, é interessante notar que ao adentrar espaços onde alguma circulação é possível, as profissionais encontram nas pequenas aberturas um respiro, uma oxigenação necessária à invenção de outras práticas e, a partir delas, poder produzir outras marcas, criando linhas de fuga ao endurecimento institucional. Um dos lugares que surge como possibilidade para isso é o CRIAAD.

A semiliberdade parece ser uma medida menos restritiva, onde alguma circulação é possível tanto para os/as jovens quanto para as trabalhadoras que ali atuam. O contato com os/as adolescentes não requer necessariamente a intermediação: é possível abordá-los/as circulando dentro da unidade, diferentemente da internação onde estes ficam majoritariamente dentro dos alojamentos, isolados, em um acesso restrito inclusive para as equipes técnicas, e só podem sair tanto para a escola quanto para atendimento ou qualquer outra atividade com administração direta e exclusiva de agentes. Além disso, há alguma liberdade para propor atividades que não se restringem ao atendimento tido como “tradicional”, em uma sala fechada e com tempo pré-determinado para interação.

É um trabalho que você precisa exercitar bastante a sua criatividade. Você pode ser muito mais criativa. De repente, os meninos estão ali, numa interação e a sua interação com eles é jogar ping-pong, né? Nas unidades de internação, você chegar para conseguir esse acesso aos adolescentes é um pouco mais difícil. Geralmente, eles estão nos alojamentos, você tem que solicitar que eles venham para o atendimento, né? [...]

Nos CRIAADs é cotidiano, eles estão o tempo inteiro ali, interagindo entre si, interagindo com a gente, então, você tem que ser criativo. Você não vai botar o adolescente dentro de uma salinha e fazer atendimento o dia inteiro. Nem ele, nem você vai aguentar. Então, às vezes você joga um pouquinho de ping pong, às vezes você tem alguma proposta de oficina (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

Por ser um lugar que comporta inventar e experimentar, as profissionais se sentem também mais livres. Todavia, importa dizermos que a semiliberdade, por ser uma modalidade de atendimento socioeducativo com menos restrições em relação à segurança, não quer dizer que esta seja mais próxima da proposta pedagógica. Uma das profissionais que entrevistamos relata essa diferença.

Na semiliberdade é mais tranquilo, a gente tem um pouco mais de autonomia no trabalho do que na internação. Você vai sentir isso. Que tem essa diferença. Aqui se a gente quiser levar para um passeio, que nem a gente vai fazer no Jardim Botânico, com eles, a gente pode. Não precisa de autorização do juiz. Agora se for na internação e a gente quiser levar o adolescente para assistir uma palestra lá na UERJ por exemplo, como já aconteceu, o juiz tem que autorizar, tem todo um trâmite, é bem mais complicado. Aqui não, se a gente quiser levar, tendo alguém da equipe e dos agentes para acompanhar, é tranquilo [...] Existem muitos 'degases' dentro do DEGASE. Lá na internação é diferente. Por exemplo, [na semiliberdade] se um adolescente quer ir embora a gente não o obriga a ficar. Geralmente eles saem quando um funcionário entra ou tá saindo, ou não voltam no fim de semana. Aí a gente entra em contato com a família para saber dele e notifica a direção que o adolescente evadiu, a direção avisa ao juiz e aí vai sair um mandado de busca e apreensão. Aí é com eles, é com a polícia. Agora se um adolescente foge da internação é muito mais complicado (Hirta, em entrevista à pesquisadora).

Observamos que embora seja relatado que o trabalho na semiliberdade possui maior autonomia, a responsabilização das profissionais (aqui incluindo técnicas e agentes) ainda ocorre caso algum adolescente fuja durante alguma atividade que esteja sob supervisão destas. A semiliberdade não escapa das práticas do poder disciplinar, porque mesmo havendo alguma possibilidade de trânsito entre o *dentro* e o *fora*, seu funcionamento institucional

Aproxima-se das discussões dos novos fluxos da sociedade de controle, com controles contínuos e a distância, mas sem abandonar práticas da sociedade disciplinar, no qual o corpo é segmentado por técnicas disciplinares em várias partes, que devem ser controladas para que ele se torne dócil e útil (Arantes & Taborda, 2019, p. 36).

Nesse sentido, consideramos de suma importância continuar pesquisando junto às profissionais que atuam nas unidades de semiliberdade, uma vez que na literatura existem poucos estudos interessados nessa modalidade de medida socioeducativa, sendo interessante pensar se a semiliberdade produziria outros olhares sobre a socioeducação.

Outra perspectiva a ser considerada sobre os lugares do fazer diz respeito à compreensão de que estes não são estáticos. Mudanças ocorrem o tempo inteiro, nas equipes, nas unidades, na política, etc. Essas mudanças promovem circulações distintas, algo que nos interessa pensar. Aprendemos com Goffman (1974) que é comum nesse tipo de instituição que as equipes dirigentes vivam uma vida tão fechada quanto a dos internos, com a especificidade de que estes passam algum tempo de suas vidas fora da instituição. Nesse sentido, torna-se fundamental para uma socioeducação possível que a *circulação* seja não só presente mas *desejada* no contexto institucional. Circulação e arejamento dentro e fora dos muros das unidades, aproximando as diferentes categorias profissionais e o contato destas com os/as adolescentes

E aí em outras experiências, o CRIAAD, a gente via muito mais possibilidade, né? Unidades menores normalmente dão um pouco mais essa flexibilidade de você construir. No [nome da unidade] a gente tinha lá os nossos dilemas, de não ter uma sala de atendimento ou não conseguir garantir a privacidade [...] Mas a gente tinha muito mais acesso e conseguia construir mais, com alguns plantões que começaram a criar parcerias, inclusive com a gente, assim, muito legais. Eu sinto, assim, que os profissionais reconhecem quem que de fato tá ali trabalhando e quem eles podem contar [...] Você vai virando também referência pros profissionais, tipo, “tá, se o negócio tiver muito punk, eu sei quem segura”, né? Isso eu acho importante também, poder construir uma relação, essa parceria.

É interessante notar que, por vezes, a circulação à qual nos referimos nem sempre se dá de uma maneira amistosa. No serviço público, é comum que uma profissional concursada, na impossibilidade de ser demitida, sofra retaliações quando sua prática não “dança conforme a música” que a instituição requer. Ao produzir tensionamentos, questionar o instituído e promover pequenas desobediências, corre-se o risco de punição, sendo mandado para outra unidade, geralmente distante de onde o profissional mora, para conviver com uma equipe com a qual não se tem qualquer vínculo, em um território desconhecido e a própria rotina do trabalho precisa partir do zero. São punidas, como os meninos. Essa é uma das facetas presentes na “mobilidade” do DEGASE e que de certo visa o desmonte daquilo que, no jogo institucional, é considerado impertinente. Mas há um outro lado da moeda. Essa mobilidade dá a chance de uma nova abertura. As fissuras também existem para que se possa tomar algum ar diferente e há uma provocação no estranho que se apresenta. Se dentro do Departamento nenhuma unidade é igual a outra, certamente circular *entre* elas é capaz de produzir alguma oxigenação.

Uma profissional nos relatou sobre a experiência de ter sido transferida para unidade, conhecida dentro do DEGASE por ser um local “onde ninguém quer ir”, após um conflito com a direção da unidade em que trabalhava anteriormente<sup>49</sup>. Entretanto, na mudança ela se depara

<sup>49</sup> A contextualização da transferência consta no capítulo 3, na página 109.

com uma equipe totalmente nova, que não tinha sido mandada para lá com fins de “castigo” mas que havia chegado no Departamento recentemente (uma nova turma do último concurso).

Quando alguém estava dando problema em algum lugar, era jogado para lá [...] era um lugar do castigo do DEGASE. Só que essa galera não chegou com essa história. Como não tinha isso, não viveu isso, a parte do castigo. Essa equipe viveu a partir de um outro lugar. Então, não tava localizado: “Ah, tô aqui, porque tô pagando alguma coisa”. Era o “Eu tô aqui, porque eu tô aqui” (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

E justamente por essa equipe nova (não necessariamente em termos de idade, mas que havia pouco habitavam esse espaço), “cheia de gás”, não fazer a mesma leitura a respeito da unidade que as servidoras mais antigas, mobilizou a profissional e possibilitou encontros mais potentes, oxigenando os sentidos do trabalho naquele lugar e também fora dele. A partir disso, outros movimentos importantes em sua carreira *fora* do DEGASE foram feitos, o que também contribuiu positivamente para o seu trabalho *dentro* da própria instituição.

E aí, eu vou para esse [nome da unidade] no começo do ano e começo a me interessar em voltar a estudar e tal, comecei a pensar no mestrado [...] Lá eu encontro pessoas, pessoas potentes, pessoas que estavam com muito gás, chegando para fazer um trabalho de socioeducação, cujo trabalho eu não via acontecer em outros espaços que eu já tinha passado, principalmente, no [nome da unidade]. Acho que as pessoas lá já estavam muito cansadas, tomadas pela instituição (Vetiver, em entrevista à pesquisadora).

Esse relato para nós é precioso. Na fala da profissional, fica evidenciado como a transferência para outro local foi feita como uma resposta para sua “rebeldia”, na intenção de fazê-la “pagar” por uma certa insubordinação ao que se esperava dela e que, na verdade, tratava-se do zelo aos aspectos ético-políticos de sua atuação e a defesa de sua autonomia profissional. É preciso lembrar que uma transferência de unidade dentro de uma instituição tão grande como o DEGASE, presente praticamente em todo o estado, pode significar um tempo de deslocamento muito maior entre casa e trabalho, o que pode ser insustentável ao ponto de representar até mesmo uma mudança de cidade, implicando diretamente na vida pessoal da trabalhadora. É algo muito sério, com grande impacto e que deve ser tratado com sua devida dimensão. Mas é interessante notar que essa experiência, dada toda sua singularidade, também nos conta de um fazer pensado, que ciente das forças e relações de poder assimétricas que incidem, não recua. Pelo contrário, permite-se afetar-se pelo novo que surge, de modo a desejar também outras formas de respiro em espaços diversos.

Outro ponto que nos parece interessante é a busca por uma circulação fora do DEGASE, tomando os espaços de formação como ferramenta que podem auxiliar a pensar o cotidiano sem ser sufocado por este, criando ainda estratégias para a sustentação do trabalho.

Eu acho que até por conta do mestrado, assim, eu fui criando uma relação, entendendo que eu também precisava criar uma relação mais próxima com os outros profissionais, porque de fato eu cheguei no DEGASE lá em 2010, vindo daquela discussão de direito da infância e adolescência, falando “temos que defender crianças e adolescentes...”. Então eu cheguei aqui com a ideia de que “esses profissionais são o que eu tenho que combater”. E aí, de fato, quando eu cheguei as coisas eram muito marcadas e uma rivalidade muito explícita. Não que não exista ainda, mas ela... acho que foi dando uma amenizada. A gente foi conseguindo criar algumas aberturas ali. Até no [nome da unidade], que era uma realidade muito diferente, muito difícil. Eu ia... eu fui precisando sustentar uma relação com os agentes pra que eles conseguissem entender também o meu trabalho e às vezes era sustentar no sentido até de falar “ah, tá bom, pedi um adolescente... ah, você não tá podendo pegar agora, não tem problema. Vou ficar aqui esperando com você...”. “E aí, como é que tá a vida, a família?”. E aí você fica lá ouvindo as histórias. E aí chega uma hora que a pessoa desiste, fica “ela não vai desistir, deixa eu ir lá pra pegar o garoto pra ela”. Isso também foi me movimentando um pouco, de “cara, eu preciso romper um pouco também com essa... com essa lógica... eu preciso abrir espaço de comunicação” (Puya, em entrevista à pesquisadora).

Essa circulação é tão fundamental que em nossa pesquisa descobrimos juntamente com as psicólogas que é justamente nos poucos momentos em que é possível tomar outros ares que as profissionais passam a atribuir sentidos de curiosidade, inquietação e desconstrução para sua atuação nesses espaços, o que consideramos muito potente. Conforme Szuchman e Mathias, “o encontro acontece na circulação pelos espaços, nesse caminhar entre lugares e olhares, criando um fluxo para abrir outras possibilidades de se conhecer, de se identificar e ser identificado” (2017, p. 254).

Quando algo é capaz de movimentar e despertar novas inquietações mesmo em uma instituição marcada pela ideia de “imutável”, pelas durezas e cristalizações, as infiltrações e a possibilidade de circular dentro e fora dos muros cria uma abertura para que as forças instituídas, na impossibilidade de uma radical transformação, possam sofrer desestabilizações e mudarem de lugar. Apostamos que é através dessas aberturas, na micropolítica e na potência dos encontros que podemos imaginar e construir, ainda que em pequenos passos, outros cotidianos possíveis.

A exemplo disso, tomamos as palavras de Manfreda: “*Não entrei por uma questão só financeira, de serviço público. Entrei porque realmente acreditava naquela proposta de que a gente pra mudar alguma coisa, a gente precisa mudar de dentro*” (Manfreda, em entrevista à pesquisadora). Mudar de dentro é atuar na contramão da lógica institucional do “isso é

DEGASE” e possibilitar estranhamentos, promovendo rupturas com o que se espera de uma instituição como essa.

A minha perspectiva é mudar a cultura, mesmo sabendo que é no longo prazo, mas cada dia do meu trabalho fazer um pouquinho, é, e um pouquinho pra mim às vezes é naturalmente tratar um adolescente muito bem na frente de um agente que pensa que ele deve ser muito maltratado [...] E eu já reparei, assim, que eles acham estranho - mas que bom que eles acham estranho - como a maioria dos meninos são bem tratados, como adolescentes que cometeram atos muito graves, muito mesmo, é... são tratados com respeito. E pra mim como que isso é o brilho da coisa, como que exatamente ser bem tratado, é, faz a diferença, pode provocar uma mudança neles, né? (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Sabemos que essas transformações requerem esforços coletivos e que a Psicologia sozinha não terá força suficiente para isso, mas apostamos na força de nosso fazer e na afirmação de nossos compromissos ético-políticos para promover estranhamentos, tensionar o instituído, provocar desestabilizações. Além disso, tratar com dignidade o/a adolescente pode estremecer determinadas crenças de quem acredita que este/a está ali meramente para ser punido, balançando a lógica que tenta restringir essas vidas ao ato infracional cometido, que desumaniza seus autores e faz parecer que, por não haver humanidade ali, está autorizado a se fazer qualquer coisa com estes. Promover estranhamentos, torna-se, portanto, uma potência, uma vez que esse movimento é capaz de produzir afetações. Conforme Lopes e Caregnato (2016), o estranhamento é um movimento em direção ao espanto diante de algo que não se tem conhecimento ou costume; na percepção de algo ou alguém de forma diferente; no incômodo diante do novo. O estranhamento é, portanto, um ato que desacomoda.

Eis é o caráter de (im)pertinência da Psicologia na Socioeducação que defendemos: promover desacomodações.

#### **4.3 As tramas do trabalho socioeducativo com adolescentes e famílias nas vozes das psicólogas**

Entre as inúmeras atribuições das psicólogas dispostas nos 32 artigos presentes no Capítulo XI do Regimento Interno do DEGASE (2018), o acolhimento ao/a adolescente e sua família desde seu ingresso, bem como o acompanhamento permanente durante todo o tempo da medida, “mantendo o foco na promoção da Saúde Mental e na garantia de direitos fundamentais da pessoa humana” (p. 61) dá o tom do que é, ou ao menos deveria ser, uma parte significativa do trabalho das psicólogas no sistema socioeducativo. Partindo desta premissa, perguntamos a

elas como é o atendimento com os/as adolescentes e descobrimos que este é considerado por muitas das profissionais que entrevistamos como “a melhor parte do trabalho”.

Ah, tem sido muito prazeroso. Eu gosto muito de atender os adolescentes, eu falo que a melhor parte do trabalho é o contato com adolescente. A pior parte é o contato com o Judiciário, mas, assim, a melhor parte é poder estar com eles [...] eu gosto muito, eu acho que o adolescente têm... às vezes, o adolescente chega aqui depois de ter vivenciado muitas questões difíceis, de muita vulnerabilidade, enfim... Mas tem uma vitalidade muito grande, né? Essa promessa de vida [...] Eu gosto disso, isso me chama atenção, isso me mobiliza, sabe? (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

A fala da psicóloga pode parecer óbvia em um primeiro momento por ser a atividade fim, mas nossa pesquisa tem nos feito refletir sobre como essa atividade não está garantida de antemão. Vimos anteriormente que por diversas vezes o atendimento técnico é subjugado na esteira das inúmeras interferências e demandas burocráticas com as quais as psicólogas precisam lidar cotidianamente. Todavia ele acontece, ainda que sob um terreno árido, e ao passo que carrega consigo uma série de situações difíceis, também apresenta muita vitalidade. Não foi raro verificarmos o brilho nos olhos das psicólogas ao falarem dessa dimensão, se traduzindo ainda em falas muito amorosas na relação com uma instituição tão dura.

Eu sou apaixonada com o DEGASE, é estranho falar isso [pausa]. Eu gosto, eu gosto, eu me sinto muito em casa aqui [na unidade]. Por tanto tempo, por tanta coisa que eu já vivi aqui, né, e aí o que mais me encanta no trabalho é essa possibilidade de invenção. Eu já fiz coisa, eu já comecei a escrever casos, coisas que eu já atendi, invento muita coisa nos atendimentos, com cada um, com cada menino que eu atendo, com cada adolescente [...] Ah, então tem muita beleza né, nesse caos tem muita beleza também. O que é possível, o que a Psicologia pode alcançar, o que a gente pode, é... contribuir para uma mudança no adolescente. E eu fico muito surpresa com as coisas que acontecem nos atendimentos a partir da confiança que eles têm em mim (Zinnia, em entrevista à pesquisadora).

Essa paixão, que parece soar assustadora até mesmo para a psicóloga que a anuncia, nos aparenta estar mais atrelada à percepção delas sobre o que é possível no trabalho com os meninos e meninas e os efeitos que se constituem a partir dessa relação, do que necessariamente sobre a instituição, o que não quer dizer que não exista algum engajamento para transformar a realidade institucional, ao contrário. A paixão é pelo que é possível criar, pela possibilidade de contato com os adolescentes e pela potência dos encontros, o investimento em transformações. Apontamos anteriormente uma série de proposições das psicólogas que se debruçam sobre o contexto institucional e tentam, dentro das possibilidades, construir um lugar diferente e essa parece ser uma perspectiva ética que acompanha o trabalho.

Entretanto, há situações que forçam os limites da atuação, compondo encruzilhadas entre a proteção e a vulnerabilidade, especialmente quando há casos que escancaram a desigualdade social e demonstram toda a fragilidade do sistema. Argentea nos conta de um caso em que o adolescente levou um tiro na coxa antes de entrar no DEGASE, requerendo uma série de cuidados em saúde, incluindo fisioterapia, uma especificidade que a instituição não tem condições de oferecer. Diante disso, a equipe técnica encaminhou a solicitação de suspensão da medida, que não foi acatada pela juíza em razão do quadro de vulnerabilidade tanto do adolescente quanto da família.

E a juíza não liberou a suspensão, mas mandou o caso para a assistente social dela, lá na VEMSE, pra ver junto com a gente uma forma dele sair daqui, porque ela quis saber “eu posso suspender a medida, mas ele vai pra onde, com quem e quem é que vai dar conta dessas necessidades de saúde dele?”. Porque a mãe parece que tem algum transtorno mental, ele trabalhava no tráfico pra subsistência da família. Então ele que era o provedor da família, único provedor. Então, assim, ele hoje não vê outra possibilidade que não o tráfico pra prover sua família. Ele tem 16 anos, 15, 16 anos. Entendeu? Então a gente não pode simplesmente dizer que a mãe vai dar conta, porque na realidade que tem, a mãe não vai dar, ela não consegue (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Ela nos conta que diante desse cenário tão delicado, as técnicas juntamente com a assistente social da VEMSE (Vara de Execução de Medidas Socioeducativas) vem tentando trabalhar em rede e implicar o pai do adolescente, que é descrito pela psicóloga como alguém que *“parece que tem alguma condição, mas não ajuda em nada”* (Argentea, em entrevista à pesquisadora). Enquanto isso, até a data de realização da entrevista, em março de 2022, o jovem permanecia na internação em um quadro tão complexo que nem o atendimento às vezes era possível: *“Ele não consegue ficar muito tempo sentado, então, o tempo todo ele precisa ficar deitado, que ele sente muita dor. Dor, assim, dele não conseguir conversar com você, porque ele tá com dor”* (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Dentro das possibilidades, a equipe tenta envolvê-lo no processo e construir conjuntamente alternativas que pudessem ser apresentadas ao Judiciário para a suspensão da medida, mas as possibilidades fora do tráfico parecem não atender às reais necessidades.

E assim, é uma família em vulnerabilidade social, que quem tá mantendo a família hoje é o tráfico, uma pensão né. E aí quando a gente perguntou pra ele... trouxe ele, né, pra também... “vamos pensar juntos, a juíza quer saber o que que a gente pode fazer, como é que a gente pode organizar sua vida”. Aí ele falou “não, eu vou pra casa e o tráfico vai continuar me dando dinheiro”. E a gente foi trabalhar com ele “olha, tráfico te dando dinheiro, cê continua envolvido, né? Por mais que não esteja vendendo droga, cê tá no movimento. Então a gente não pode, a juíza não vai aceitar isso como uma possibilidade, né, como uma alternativa”. E na cabeça dele é o que ele tem [...] Ele falou “não, agora eu não posso trabalhar, o tráfico me dá uma [...]”, acho

que ele falou pensão, alguma coisa como se fosse assim, até uma... “Como eu fui baleado durante o trabalho... então eu tenho direito a uma saída aí de dinheiro”. E aí é assim a realidade dele. Ele vai voltar pra lá. A gente sabe que ele não pode ficar aqui, mas a gente tá tentando organizar lá. É difícil, gente. E aí? Qual rede? Quem a gente pode chamar? O abrigo? A gente sabe a situação de um abrigo, de uma instituição de acolhimento... (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Vale ressaltar que as instituições de acolhimento mencionadas pela psicóloga carregam semelhanças junto a socioeducação no que se refere aos quadros de superlotação, ausência de verbas, estruturas inadequadas, falta de pessoal, condições precárias de higiene... Toda uma gama de precarização e desinvestimento que acompanha também os espaços de assistência e proteção. São espaços que ainda reproduzem a lógica de institucionalização de crianças e adolescentes e encontram na omissão dos poderes institucionais e na escassez de ações afirmativas uma verdadeira máquina genocida a nível físico, simbólico e material das populações pobres, pretas e periféricas (Ferreira & Silva, 2023).

Questionamos os limites e possibilidades existentes nessa atuação, uma vez que, por mais engajado que seja o trabalho, não podemos fechar os olhos para o fato de que, ao deixar o DEGASE, os/as jovens retornam para o mesmo território e condições de vulnerabilidade que os/as fizeram incidir na infração, especialmente na relação complexa e multifacetada com o tráfico de drogas, como apontado por uma das psicólogas

Eu acho super difícil você competir com tráfico de drogas, por exemplo, porque é uma mão de obra... Assim, o tráfico de drogas, ele entra muito no nosso modo de produção capitalista, ele pega esse contingente, que é alijado no mercado de trabalho, que é um contingente de uma mão de obra desqualificada, que serve para diminuir salários, para explorar mais... O tráfico de drogas capta esses adolescentes, com um salário um pouquinho melhor, né? Mas, no fundo, eles são chão de fábrica também, porque eles estão na linha de frente do tiro, enquanto quem realmente ganha dinheiro com tráfico internacional de drogas, não está ali né? Não está, sequer, nas comunidades. Está na Vieira Souto, nesses mega prédios da Barra da Tijuca, é esse pessoal ali que renegocia essa droga para entrar. Eles são chão de fábrica mesmo, entendeu? São ali, o mais baixo mesmo, o mais baixo dessa grande estrutura que é o tráfico de drogas, junto com o tráfico de armas, né? E que roda dinheiro no mundo inteiro, entendeu? Eles são os que estão mais baixos e que oferecem o próprio corpo como escudo (Agave, em entrevista à pesquisadora).

Ressaltamos que o salário “um pouquinho melhor” mencionado pela psicóloga muitas vezes é inexistente fora do tráfico. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), apontam que o salário mínimo em dezembro de 2022 necessário ao custo de vida da população brasileira era de aproximadamente R\$6647,00 reais em contraponto ao valor nominal de R\$1212,00 pagos<sup>50</sup>. Além disso, um estudo publicado pela

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 23 de abr. 2023.

FGV em 2022 com dados de 2021, aponta um contingente de cerca de 62 milhões de brasileiros com renda domiciliar per capita de até R\$ 497 mensais<sup>51</sup>.

Como construir transformações diante das imensas desigualdades arraigadas em nossa sociedade? Como afirmar para nossa juventude que a educação e o trabalho formal (por vezes totalmente precarizado) são as melhores opções para a construção de novos projetos de vida quando estamos inseridos em um país com quase 40 milhões de pessoas em condições de subemprego<sup>52</sup> e mais 33 milhões em situação de insegurança alimentar que colocam o Brasil de volta ao mapa da fome?<sup>53</sup> Que intervenções podem dar conta de uma sociedade tão violenta e adoecida que responde com 111 tiros jovens pretos e pobres comemorando o primeiro salário?<sup>54</sup>

Às vezes, é o que eu digo, quando um adolescente fala para mim “eu quero ficar tranquilo”, eu realmente acredito nele, porque ninguém gosta de passar quase a adolescência inteira ali. Vai, volta. Sai do DEGASE e volta. Sai do DEGASE e volta para o DEGASE. Até ir parar na SEAP que é muito pior. Eu acho que ele não quer isso. Mas será que ele está construindo, ele pode até pensar, mas será que na rua ele consegue construir essa alternativa? Esse é o grande desafio. Você pode questionar, fazer, você pode até montar com ele um plano, ele se compromete ali com você: “Não, não vou agir dessa forma”. Mas ele sai com esse objetivo, ele sai com essa meta... Aí volta para casa dele, vem o colega dele: “Não, vende isso daqui rapidinho, não sei que lá, que você vai ganhar quinhentos reais”, entendeu? Quem tem fome, tem pressa, não é assim? (Agave, em entrevista à pesquisadora).

E não é só a fome que está em questão, mas tudo o que se torna possível com o dinheiro do tráfico e o *status* que se assume quando é possível subir na hierarquia, oferecendo em condições praticamente imediatas o que se deseja e que parece muitas vezes distante: dinheiro, reconhecimento, uma posição no mundo.

Roubo, furto e tráfico são o que encabeça o sistema socioeducativo. É dinheiro, é capital, então a discussão não é... Eu quero um iphone, um sei lá o quê... eles também, ué. E aí, faço o que com isso? Eu posso trabalhar e ter. Eles podem? Não sei. Eles querem? Talvez quisessem se outras coisas pudessem esperar. Mas eles podem? Duvido. Porque a gente tem uma escolarização dessa galera precaríssima, precaríssima. A galera chega no primeiro, segundo, terceiro ano semianalfabeto. Vai

<sup>51</sup> Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em 23 de abril de 2023.

<sup>52</sup> Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/economia/informalidade-recorde-sustenta-queda-na-taxa-de-desemprego/>. Acesso em 23 de abril de 2023.

<sup>53</sup> Disponível em:

[https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/?gclid=Cj0KCQiA1sucBhDgARIsAFoytUtiLqVq3uTceczGGIDqgV4VWhUAhjomOdBVhscDoE1CAfVu\\_u1etm8IaAsM6EALw\\_wcB](https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/?gclid=Cj0KCQiA1sucBhDgARIsAFoytUtiLqVq3uTceczGGIDqgV4VWhUAhjomOdBVhscDoE1CAfVu_u1etm8IaAsM6EALw_wcB). Acesso em 23 de abril de 2023.

<sup>54</sup> O caso refere-se aos cinco jovens da Zona Norte do Rio que foram metralhados com 111 tiros pela Polícia Militar. Os jovens tinham saído para comemorar o primeiro salário de um deles e quando retornavam de carro para casa, foram surpreendidos pelos policiais, que teriam “confundido” o grupo com uma quadrilha de roubo de carga. A chacina, ocorrida em 2015, ficou conhecida como a “chacina de Costa Barros”. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/12/pms-atiraram-111-vezes-com-fuzil-e-pistola-contra-jovens-no-rj.html>

disputar vaga em mercado formal como? Se já é difícil pra quem tem dinheiro e condição de trabalhar, de não fazer nada, de só estudar, já é difícil. Pra quem não tem... é pedir demais, sabe? É pedir demais. Nem todo mundo que é pobre, que não tem condição, claro que nem todo mundo é assim, que vai se envolver com tráfico, vai roubar e tal. Mas eu entendo quem faça, porque de fato é isso, o tráfico dá capital imediato. Dá reconhecimento, dá lugar de... dá posição. Dá posição na sociedade, né... o que a sociedade não faz. Enfim... (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

O recrutamento de adolescentes por este comércio está intimamente ligado às questões estruturais e econômicas que reverberam na constituição subjetiva dos/as adolescentes e tornam esse tipo de atividade atrativa a este público (Paiva, Souza, & Rodrigues, 2014).

A infração juvenil ocorre em meio a uma trama socioeconômica e cultural que precede o adolescente à infração. Que o próprio adjetivo “infracional” com o qual se passou a qualificar determinados atos, convertendo-lhes em objeto do sistema de justiça, é produto de um processo histórico-social de criminalização, exclusão e controle de uns grupos por outros [...] Para o adolescente autor de ato infracional, infringir a lei detém outros significados, diversos dos que têm para os infratores adultos, sendo parte dos movimentos de crise e reconstrução que demarcam as transições de identidade, processo que pode ser mais difícil para alguns subgrupos de adolescentes, aos quais as condições materiais de desenvolvimento os alijam do consumo e das oportunidades de participação social cidadã. Desse modo, o conflito com a lei representa mais um elo na cadeia de exclusão, violência e negação da alteridade, cadeia essa que se encontra na origem do ciclo perverso em que são inseridos muitos dos adolescentes pobres e suas famílias (Paiva, et al.; 2014, p. 88).

Nesse sentido, importa pensar os limites da responsabilização prevista na legislação socioeducativa. No diálogo com as psicólogas elas apontam que o caminho adotado perpassa a promoção de reflexões que vão além das consequências lesivas do ato infracional, requerendo uma construção conjunta acerca dos desafios e possibilidades que dialogam com a realidade na qual o/a adolescente está inserido/a.

O objetivo maior é promover uma reflexão, que ele pense sobre o que ele fez, o porque que ele fez, e se tem outras alternativas que ele poderia ter seguido na hora ao invés dessa, né... O que ele pensa pro futuro dele, escolhendo essa vida ou escolhendo outra, né... o que que ele acha que vai ter de consequências na vida, então, quais são suas escolhas, as escolhas têm consequências e que podem ser boas ou ruins... Às vezes a gente comete um ato infracional e dá certo, né, ganha dinheiro, pô, bacana, mas uma hora pode dar errado ou muito errado. Então é mostrar pra eles essas possibilidades, deixando claro que as escolhas são sempre deles. Não adianta a gente tentar aconselhar, conversar, a família, né... Se ele não quiser, se ele não entender que o que é melhor pra ele, quem decide é ele, a gente só traz questões pra que ele possa pensar e refletir sobre o que aconteceu... mas eu tento sempre, é, pensar junto com ele na realidade que ele vive, trazer a realidade dele pra junto. “Mas como é que é lá? Quem você tem na família? Fazem o que? Trabalham? Será que foi fácil conseguir o trabalho?”... E aí ver, né, que é difícil pra todo mundo, mas que vamos ver o que que é possível (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Eu acho que a gente tem que instrumentalizar ele para ele poder fazer escolhas. Escolhas, assim... A escolha nunca é individual, eu penso assim, né? Nunca é escolha individual. Ela tem a ver com o nosso contexto também, mas a gente sabe que ele vem

de determinados contextos, não sei o que lá, mas que ele possa ampliar, um pouquinho, as possibilidades de escolha dele. E aí, instrumentalizar ele, criar ferramentas para que ele consiga fazer isso, entendeu? (Agave, em entrevista à pesquisadora).

Enfatizamos a natureza socioeducativa das medidas e, conseqüentemente, do trabalho das técnicas, que consiste não apenas em responsabilizar o/a jovem pela conduta considerada infracional, mas, principalmente, “ajudá-lo a resgatar oportunidades perdidas, não raro por omissão do Estado e consolidar seus laços nas mais diversas instâncias sociais – na família, na comunidade, no acesso à educação, na saúde, na profissionalização, nos esportes, na cultura, no lazer” (Paiva et al.; 2014, p. 88).

Porém, como construir intervenções mais duradouras quando muitas vezes a possibilidade de acompanhar adolescentes e famílias é restrita ao tempo da medida? Nesse sentido, um dos desafios que se colocam junto ao trabalho está relacionado ao que acontece na vida pós DEGASE, quais encaminhamentos são possíveis após a passagem pelo sistema socioeducativo.

A gente não pode desconsiderar que quando o adolescente sai daqui ele volta pro mesmo ambiente, pro mesmo local que levou ele a praticar o ato... E aí pensar junto com ele, a buscar outras formas de se inserir na realidade que ele tem. Deixando claro pra ele sempre que, por mais que a gente diga “ah, cê tem que procurar um emprego”, a gente sabe que emprego é difícil, né? Então não é tão fácil de chegar e falar “então, lá fora você vai fazer isso, isso e aquilo”, isso não existe, né? (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Este é ainda um “calcanhar de Aquiles” no sistema socioeducativo, dada a escassez de dados sobre a situação dos/as jovens que foram desligados das medidas bem como de políticas públicas que possam auxiliar na reinserção social do/a adolescente (Costa & Alberto, 2021). Cabe ressaltar que, segundo as psicólogas, há um setor no DEGASE de acompanhamento aos egressos, mas este parece ter dificuldades em funcionar de maneira realmente próxima.

- É, mas porque assim, é difícil que a gente não consegue, não conseguia, agora um pouco mais, mas acompanhar eles lá fora. Então a gente atendia aqui, depois ele saía e a gente não sabia direito o que tinha acontecido, só sabe quando dá ruim, porque ele volta pra cá.
- Então até 2020 não tinha muita ideia do que que acontecia com os adolescentes depois que eles saíam?
- Não... Existe um setor no DEGASE para trabalhar com o egresso. Só que ele nunca funcionou do jeito que deveria funcionar, do jeito que eu acho que deveria funcionar, que é um acompanhamento de perto, individual, de cada realidade, de cada menino, mas são só setores que são feitos pra botar pessoas e... De fato, o trabalho não ocorre como deveria. Então a gente acaba pegando um pouco pra gente, apesar da gente ter outras coisas, porque o menino saiu e outro entra no lugar, né... A gente só vai somando. Então a gente não consegue sempre estar à frente disso (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Na ausência de ações mais concretas de enfrentamento à questão, curiosamente durante a pandemia surge uma demanda que acabou por se tornar uma grande aliada neste processo e está relacionada ao uso de celulares institucionais, utilizados pelas equipes para que os/as adolescentes pudessem manter contato com as famílias durante a suspensão das visitas no período mais grave de circulação do vírus.

Mas eu acho que depois da pandemia esse recurso do remoto facilitou muito a nossa vida também no acesso a essas famílias, porque a gente tem um celular institucional. Então a gente tem whatsapp nesse celular. Isso pro contato com a família, você vai receber mensagem, sei lá... De sete da manhã às sete da noite você vai receber mensagem de família querendo saber do adolescente e tal e aí a gente pode estar muito mais próximo [...] Próximo por nome mesmo, elas chamam por nome, sabem quem atende... nas chamadas de vídeo a gente se apresenta pra família inteira, entendeu? Quando a gente acha que a entrada da família vai facilitar pra [o/a adolescente] falar alguma coisa às vezes, enfim, pra acolher também, a gente faz chamada de vídeo e aí a gente sinaliza pra mãe, pro pai, que não tá muito bem, enfim. Isso funciona hoje muito mais redondo, eu acho, do que antes da pandemia. E fica bem mais... eu acho que bem menos burocrático. Não é uma coisa só pegar papel, documento... A gente conhece hoje bem mais a realidade das famílias do que há alguns anos atrás e isso só se deu por conta da ferramenta do remoto. Isso pra mim tá claro (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

Ainda que o contato com as famílias passe a ser requisitado com maior frequência e haja ferramentas disponíveis que possibilitam isso, ainda que remotamente, há efeitos interessantes a serem pensados. Em uma instituição como o DEGASE, que funciona em uma lógica de cárcere, a limitação das visitas parece fazer parte muitas vezes do “castigo”. Com a possibilidade do remoto, esse *modus operandi* é colocado em questão, afinal, no que se concentrariam as justificativas para isolar ainda mais adolescentes que já estão em confinamento?

É claro que nem sempre as ações do DEGASE são totalmente justificadas a partir dos princípios socioeducativos e sabemos que algumas decisões são tomadas por “quem vem de cima”, estremecendo toda a rotina do serviço e impactando diretamente no atendimento aos/às adolescentes e famílias, tal qual apontamos no capítulo anterior. Mas o que nos interessa aqui é observar como o remoto foi capaz de promover pequenas fissuras, novas infiltrações nos muros do DEGASE, possibilitando alguma mobilidade nas linhas duras da privação de liberdade e operando um certo deslocamento em que as famílias deixam, em algum nível, o lugar de mero “objeto de intervenção” para tornarem-se parceiras.

O estabelecimento dessa parceria é tão potente que situa uma dimensão que vai muito além dos muros da instituição, parecendo funcionar além do tempo da medida e possibilitando

que as técnicas tornem-se alguém de referência, auxiliando na construção de perspectivas para uma vida pós DEGASE.

E aí quando eles saem a gente continua mantendo esse contato, tentando fazer esse vínculo, tentando ajudar, tentando orientar de alguma forma. Que a gente fica aqui esse tempo que ele teve, né, e aí a gente consegue conversar, eles tiram dúvida, se a gente recebe alguma oportunidade de jovem aprendiz, alguma coisa a gente encaminha pros que saíram, que a gente sabe que tem o perfil... Então isso ajudou muito, porque assim, é fundamental esse acompanhamento ao egresso que sai daqui, ter alguma coisa amarradinha, às vezes o CREAS demora muito pra chamar, porque demora pra chegar até o CREAS que o menino está em liberdade assistida, né... Então a gente vai tentando pular os obstáculos... não é fácil (Argentea, em entrevista à pesquisadora).

Todavia, importa dizer que o contato com as famílias intermediado pelo remoto durante os atendimentos é percebido por algumas das profissionais como algo que também atravessou o trabalho e produziu sentidos negativos, havendo um esforço para “descolar disso”.

Isso também atravessou muito o nosso trabalho, entendeu? Assim, da gente ficar nessa função de colocar os adolescentes em contato com a família, e isso é uma coisa que a gente teve que fazer um esforço muito grande para descolar disso, entendeu? Descolar disso, porque ficou assim: “O atendimento técnico é a hora que eu vou falar com a minha família”. Mesmo depois, a visita já retornando, ainda ficava assim: “Mas eu não tenho visita... Mas eu não falei com a minha mãe... Mas eu quero dar um recado...”, sabe? Está sendo um esforço ainda descolar disso, entendeu? (Agave, em entrevista à pesquisadora).

Muitos adolescentes, eles querem ter atendimento somente pra ligar, assim. E acaba esvaziando esse atendimento, né!? Então, assim, a gente não tá aqui pra ligar, a gente tá aqui pra falar da sua vida, a gente tá aqui pra conversar. As visitas retornaram, a gente entende, sim, que é uma fonte de ansiedade. Porém, assim, não é o objetivo do atendimento, né!? Salvo aqueles adolescentes que estão sem visita nenhuma, a mãe e o pai, realmente, não podem vir, não tem condição, moram muito longe, não podem estar aqui. Mas é isso, assim, a gente precisa falar sobre esse... sobre isso, e não ficar ligando todo atendimento, assim. Porque é isso, é uma eterna... é uma eterna negociação com eles essa questão do telefone (Adenium, em entrevista à pesquisadora).

Entendemos as ponderações delas, considerando o pouco tempo na jornada de trabalho para o acompanhamento dos meninos e meninas, que passa a ser dividido com as ligações. Todavia, compreendemos que a demanda produzida também possibilita uma forma de manter a conexão com o externo, podendo ser utilizada como estratégia diante do sofrimento causado pelo isolamento, tanto em virtude da pandemia quanto pelos próprios efeitos da institucionalização, criando escapes à solidão que é experienciada em diferentes níveis. Além disso, se as famílias estão mais próximas e fazem parte cotidianamente dos atendimentos, elas passam também a exercer algum protagonismo, interferindo nas medidas ao passo que demandam da instituição, agenciando rupturas na lógica de fechamento de uma instituição total.

Outro ponto é que esta proximidade possibilita a manutenção e/ou estreitamento dos vínculos entre adolescentes e famílias, indispensáveis tanto durante quanto depois do cumprimento da medida.

Um outro ponto interessante sobre essa questão é que na esteira das mudanças ocorridas no período pandêmico, encontramos registros de projetos em andamento que vêm provocando modificações no sistema socioeducativo fluminense. Entre eles, o curso “Superação”<sup>55</sup> voltado para os egressos; o projeto “Saberes Profissionais”<sup>56</sup> destinado à recapacitação dos/as servidores/as; “Famílias que Somam”<sup>57</sup> direcionado aos familiares; e o curso “Novos Caminhos”<sup>58</sup> que beneficia os/as adolescentes que estão em cumprimento de medida. Tais iniciativas integram o Programa SOMOS, uma iniciativa realizada pelo DEGASE em parceria com a SEEDUC e a UERJ, que desde 2021 vem sendo desenvolvido coletivamente para atender às diversas demandas do sistema. Segundo nota publicada no site do Departamento,

O objetivo maior é garantir o desenvolvimento da socioeducação sustentada nos princípios dos direitos humanos e legislações pertinentes, promovendo ações que favoreçam o crescimento dos atores envolvidos em todas as suas dimensões, bem como proporcionar o alinhamento conceitual, estratégico e operacional estruturado, principalmente em bases éticas e pedagógicas (Rio de Janeiro, 2021, *on-line*).

Embora o programa não tenha aparecido nas entrevistas, um dos projetos que o integram parece chamar a atenção das psicólogas. A iniciativa do “Famílias que Somam” vem colaborando para aproximar ainda mais as famílias, auxiliando na reconstrução de vínculos estremecidos pela incidência do ato infracional.

É um projeto muito interessante... Eu vou falar na minha percepção de psicóloga, porque o serviço social vai ter um, a pedagogia vai ter outro... Mas, às vezes, a gente recebe adolescentes que, o vínculo com a família, relação familiar, ela está um pouco frouxa, por conta dos atos infracionais, tem alguns ruídos naquela relação. E, aí, o projeto traz a família para participar dele, traz a família para esse lugar de apoio, de rede de apoio e, muitas das vezes, consegue fortalecer as relações. Um ato infracional, um cumprimento de uma medida, o ato infracional, ele tem um desgaste financeiro para família e projeto oferece uma bolsa. Então, isso daí ajuda também a tirar um pouco dessa tensão da família com o adolescente, a tensão financeira, às vezes... Não tira, mas dá uma ajudada, e traz essa família pra próximo desse adolescente, em situações onde já está quase se rompendo o vínculo (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://labes.uerj.br/curso-superacao/>. Acesso em 23 de abril de 2023.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://labes.uerj.br/saberes-profissionais-em-socioeducacao/>. Acesso em 23 de abril de 2023.

<sup>57</sup> Disponível em: <https://labes.uerj.br/familias-que-somam/>. Acesso em 23 de abril de 2023.

<sup>58</sup> Disponível em: <https://labes.uerj.br/novos-caminhos/>. Acesso em 23 de abril de 2023.

O projeto, apesar de recente, parece ter efeitos bastante interessantes no fortalecimento dos vínculos, ampliando a perspectiva de construção de outros futuros possíveis tanto para os/as adolescentes quanto para as famílias.

Tem a questão do recurso financeiro que, para muitas famílias, está sendo muito importante. Tem a questão da possibilidade de vislumbrar uma profissionalização. Tem a questão de... Muitas mães, que estavam fora do mercado de trabalho há algum tempo, estavam muito referenciadas ao serviço doméstico, ao cuidado com a família, aí vem essa possibilidade de curso, começam a ter a possibilidade de pensar numa profissionalização, numa autonomia financeira. Eu acho muito bacana! (Yucca, em entrevista à pesquisadora).

A fala das psicólogas nos lembra que quando falamos de relações familiares no sistema socioeducativo, a monoparentalidade feminina é o principal público nos atendimentos, sendo comum que a responsabilidade com a família seja protagonizada por mães solo, avós, tias e até mesmo companheiras (Rodrigues, 2019). Além disso, há recortes específicos de raça, faixa etária e condições socioeconômicas que acompanham essas mulheres:

Em geral, são mulheres negras ou pardas, com baixa escolaridade e com vínculos precários de trabalho que se esforçam para realizar visitas sistemáticas e prover as necessidades materiais e afetivas dos adolescentes privados de liberdade. No caso das mães, muitas relatam que tiveram seus filhos ainda muito jovens e os assumiram sem qualquer apoio paterno (Rodrigues, 2019, p. 65).

Diante da precariedade ou inexistência de políticas públicas, condição agravada pela conjuntura político-econômica dos últimos anos, a promoção de ações como essa, ainda que pontuais, se destacam e fornecem algum fôlego diante de um cenário tão inóspito. Essas iniciativas permitem acolher esses/as adolescentes e suas famílias, desenvolvendo junto a estes suas potencialidades enquanto sujeitos (como aparece no relato de Yucca sobre o projeto) e, com isso, subvertendo a lógica perversa do Estado que, ao tratar da centralidade da família, busca incessantemente culpabilizar e intervir nos grupos considerados “desestruturados” e que não correspondem ao ideal de manutenção dos padrões de moralidade socialmente aceitos (Horst & Colombi, 2020).

É perceptível, analisando-se a história das políticas para a infância, que há uma ideia constantemente presente no processo político brasileiro de que existe uma desestruturação familiar nos grupos familiares populares, e de que é essa inadequação das famílias a responsável pelos problemas vividos pelas crianças e adolescentes pobres [...] A culpabilização das famílias acaba por revelar uma falácia criada ao longo das décadas para justificar a ausência do Estado no campo social em apoio às famílias quando enfrentam dificuldades no cuidado com seus filhos e, paralelamente, sua interferência controladora na vida privada das classes populares (Costa & Goldani, 2015, p. 94).

Uma das psicólogas relata a falácia da “família desestruturada” geralmente associada aos pobres e aos filhos e filhas dos pobres.

“Ah, família desestruturada”, o que é família desestruturada? Nem sei o que é isso, entendeu? Qualquer família pode ser estruturada e qualquer família pode ser desestruturada. Você pode ter uma família, pai e mãe, papai e mamãe bonitinho, o cachorrinho, não sei o que lá, uma boa situação financeira, e ninguém dar conta daquele garoto, né? [...] Você pode ter uma bisavó com um companheiro que nem é avô do garoto, mas que tomou o garoto... Mas que tomou aquilo como responsabilidade dela e aquilo dá muito certo (Agave, em entrevista à pesquisadora).

Na soma das inúmeras violências promovidas pelo Estado a esses/as jovens e suas famílias, há uma outra dimensão que nos interessa analisar: o sofrimento psíquico ao qual esta parte da população está exposta dia após dia. Em uma das entrevistas, uma psicóloga que já atuou em uma unidade feminina nos conta que as meninas geralmente chegam ao sistema já em um nível de sofrimento psíquico bastante acentuado, com histórico de automutilação e tentativas de suicídio. Quando perguntada como ela analisa essa conjuntura, a resposta nos fornece pistas importantes para que se possa traçar diálogos mais amplos sobre a questão.

Eu acho que a gente tá num contexto sociocultural mais propício a isso. Um maior endurecimento das políticas, da forma geral de como é gerido as políticas. Isso tem uma rebarba e um efeito nessas meninas e nesses meninos que eu acho que a gente vai pegar a longo prazo. A gente tem visto meninos e meninas mais na resposta do imediato assim mesmo, cada vez menos perspectiva, então muito mais embrutecidos assim, sabe? [...] Então se morre, se mata, não faz muita diferença. E assim, muitas com mortes muito próximas. É um irmão que morreu, um primo que morreu, muita gente muito próxima. Essa realidade de morte as cerca de uma forma corriqueira, o que é bizarro. Porque se a gente na adolescência... por exemplo na minha, se eu experienciei a morte por uma ou duas vezes foi de alguém que era velhinho e morreu, entendeu? Elas não. É alguém que é jovem, muitas vezes mais jovem que elas. A gente tem uma política de invisibilidade dessa galera, que isso é claro, que é uma política de morte também dessa galera (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

A fala da profissional denota a dimensão psicossocial do sofrimento, produzido a partir da violência de Estado. Há uma produção de marcas que estão para além daquelas produzidas quando se mata ou se deixa sequelas físicas: o adoecimento psíquico é aqui uma expressão subjetiva que se apresenta “como o trauma da tortura, da prisão, do exílio ou insílio, do desaparecimento ou assassinato de quem se ama” (Passos & Rauter, 2017, p. 212).

A proximidade com a morte que aparece no discurso da profissional evidencia a necropolítica (Mbembe, 2018), em que a submissão da vida pela morte está legitimada, tornando-se um instrumento calculado e privilegiado aos modos de governança.

É um projeto. E elas respondem a isso também. Respondem corporalmente a isso também, porque se for pra tirar a vida de alguém tiram também sem muito... porque assim é outra socialização, é bizarro, é bizarro mesmo. Então é isso, acho que teria... eu não sei, sabe. A gente avançou em algum momento em relação às políticas públicas e tal, mas eu sinceramente não sei se a gente avançou no contexto, sei lá, social mesmo. Social amplo, não social de classe social. To falando numa sociabilidade mais ampla mesmo, a gente não avançou, eu acho. Pode ser que eu repense isso, mas eu acho que hoje o que a gente vê são as pessoas com mais condições querendo que o outro se foda, que morra. E como que a gente cuida desse jovem sendo morrível? Sendo matável? Não sei também. É um enxugar de gelo. Porque não tem que mudar ele, tem que mudar o resto. Ele é a última coisa pra ser mudada, na minha opinião. Se não mudar o resto ele vai só responder, só responder ao que é dado e oferecido a ele (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

A resposta a estas sobreposições de violências ecoam “nos corpos que podem morrer, nas não garantias de direito que permitem matar, nas vidas que não valem a pena” (Costa, Baptista & Cunha, 2022, p. 983). À medida que para o Estado são vidas consideradas descartáveis, quem vive e trabalha junto a estes territórios segue denunciando, inclusive corporalmente, as inúmeras invisibilidades e sofrimentos cotidianos aos quais estão imersos.

Costa, Baptista e Cunha (2022), inspiradas no conceito de “margem do Estado” (Das & Poole, 2004), propõem três dimensões de “margens” para a compreensão das relações de poder, violência e não garantia de direitos nas favelas e periferias, territórios em que a maioria esmagadora do público atendido pelo DEGASE está inserido:

1) periferias habitadas por pessoas tidas como insuficientemente socializadas de acordo com as leis e a ordem vigentes; 2) lugares onde os direitos podem ser violados através de dinâmicas distintas de interação das pessoas com documentos, práticas e palavras do Estado; e 3) um espaço localizado entre corpos, leis e disciplina (Costa et al., 2022, p. 982).

Para as autoras, em todos esses sentidos elencados, a noção de margem está compreendida em uma perspectiva relacional, não significando estar fora do Estado mas sim como parte direta de uma determinada forma política deste:

Estes territórios vulnerabilizados, percebidos como lugar de violência, são parte integrante da estrutura e dinâmica de uma forma política de Estado, onde regulação, controle e opressão tem um lugar fundamental. Portanto, eles são marcados por uma forma de atuação do Estado, e não por sua ausência. Como muitos ativistas de favelas destacam, o Estado está na favela sim, está com a intervenção armada, com serviços públicos precarizados (Costa et al., 2022, p. 983).

Essa compreensão é fundamental para pensarmos o sistema socioeducativo e nossa atuação junto a essas populações, desnudando o abismo existente entre a garantia de direitos básicos e a consolidação de um Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, que

contribuições podem ser dadas pela Psicologia no trabalho com adolescentes inseridos neste contexto e atravessados por tantas violências de Estado?

No encontro com as psicólogas do DEGASE, a possibilidade de dialogar juntamente aos/as adolescentes sobre esses aspectos de forma aberta e próxima surge como proposição.

Eu comento muito com eles: “O que você quer fazer? Vamos supor, o que você quer fazer quando sair daqui?”, “Ah, eu quero ficar tranquilo”, “Como você vai fazer para ficar tranquilo?”, porque você vai sair lá na rua, aí tu vai arrumar um emprego horrível, ganhando pouco, entendeu? E aí, vai vir um, vai vir outro, vai vir outro e vai ser fácil você cair em tentação. “O que você pode fazer? Não sei, pra tentar melhorar, pra ir mais à frente, para seguir em frente...”, porque a gente tem uma sociedade de consumo, todo mundo gosta de dinheiro, todo mundo quer comprar, todo mundo quer acesso. Acesso a bens, acesso a serviço, todo mundo quer, entendeu? Então, fica difícil... É difícil você lutar contra isso, entendeu? (Agave, em entrevista à pesquisadora).

E nessa proposição há uma outra dimensão possível ao trabalho que provoca revoluções micropolíticas, posicionando-se radicalmente a favor da transformação social e da construção de saberes coletivos acerca dos conflitos e contradições sociais pelos quais estes/as sujeitos/as são atravessados/as.

“Ah, mas por que você cometeu o ato infracional”, “Porque eu me revoltei”, “Ah, revoltou?”, “É, porque eu não sei que lá, aconteceu...” e se revoltou. Meu filho, quer se revoltar de verdade? Eu falo, brinco com eles: “Quer se revoltar de verdade? Estuda, vai para universidade, que aí...”. Nossa, ninguém quer isso, entendeu? Realmente, você vai estar ocupando um lugar que ninguém quer que você ocupe. Aqui dentro é muito comum. É o esperado (Agave, em entrevista à pesquisadora).

A fala da psicóloga nos inspira à medida que provoca pensarmos em uma revolta diferente que não se dá pela via do “conflito com a lei” e nem daquelas que ocorrem no interior do DEGASE, marcada por inúmeras rebeliões. Há a dimensão de uma revolta potente, que não aniquila nem prejudica essas vidas, já tão prejudicadas, e que significa especificamente ousar ocupar espaços outros. Espaços estes que são tidos como inesperados e inadequados a esses corpos, a essas vidas.

Os apontamentos feitos afirmam os olhares da Psicologia sobre as vidas com as quais se encontra, enfatizando que nossas contribuições ao campo socioeducativo não se restringem à dimensão técnica, mas se compõe também por meio da ética e da política, dimensões que são potencializadas no acolhimento, na escuta, na construção de outras formas de estar no mundo, na desmistificação de verdades naturalizantes e universalizantes e na busca por transformações nas relações que se dão dentro e fora da instituição visando o desmonte dessa maquinaria “tão complexa e gasta, mas que continua operante” (Batista & Arantes, 2020, p. 150).

É preciso insistir no âmbito das medidas socioeducativas, em práticas para além do esperado pela instituição – forçar as fronteiras, não abrir mão de uma postura ético-política diante do ativismo exigido, usar a lei a favor dos adolescentes, instaurar nos relatórios outras escritas – uma escrita de encontro [...] É preciso funcionar dentro e fora da instituição, das relações e jogos de forças que ali se engendram, que influenciam os corpos, pois dentro das heterotopias de desvio existem outros espaços de acolhida para o que difere, que estão nelas para além do que foram criadas (Batista & Arantes, 2020, p. 161).

Diante disso, “enquanto o desmonte não vem” (Batista & Arantes, 2020), que possamos não abrir mão dos movimentos em direção a nossa potência de agir, promovendo articulações, análises e inventividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU UMA BREVE DESPEDIDA)

Chegamos depois de um longo percurso, acompanhado de muitas inquietações, angústias, estranhamentos, descobertas e alegrias, à parte final deste texto e que marca uma travessia enquanto pesquisadora. São muitos os sentimentos presentes nesse momento, uma mistura de cansaço e alívio, de satisfação e dúvidas, e também de uma antecipada nostalgia que anuncia que o fim desse percurso tão importante está próximo.

Pensamos as “considerações finais” como uma das partes mais difíceis de um texto, afinal elas marcam não apenas as questões e percepções do que foi discutido, somadas ao que podemos tomar como perspectivas futuras, mas também marcam o fim de um percurso, de uma história que foi contada ao longo de inúmeras páginas. Escrever as últimas considerações é também escrever uma despedida, ainda que breve, além de reafirmar ideias. E o que importa ser dito nesta despedida?

Ao longo desse percurso nos deparamos com as inúmeras tramas que permeiam o trabalho das psicólogas no DEGASE, evidenciando a complexidade da política socioeducativa. Por mais que existam referências comuns e um conjunto de princípios, normas e critérios que devem ser adotados visando a garantia de direitos, o emaranhado de questões e atores políticos que se entrecruzam neste campo, formando encruzilhadas, atravessados pelas heranças escravocratas e coloniais, perpetuam ainda hoje práticas de controle, vigilância e repressão de crianças e adolescentes pretos/as, pobres e periféricos.

A natureza jurídica das medidas socioeducativas é um aspecto importante a ser considerado. O envolvimento de adolescentes em atos infracionais e as formas de responsabilização são estipulados pelo ECA, requerendo um sistema de justiça especial e a aplicação das medidas integradas à perspectiva educativa, considerando o estado peculiar de desenvolvimento destes. Entretanto, a tipificação do que é considerado como ato infracional é referenciada no Código Penal adulto, recaindo sobre os mesmos moldes que tornam a aplicação das penas mecanismos de controle social de uma determinada classe. Conforme Baratta (2002), o sistema julga e pune os sujeitos baseado na seletividade penal, ou seja, a partir do lugar social em que ocupam, etiquetando-os como criminosos e desviantes.

Não obstante, a veiculação constante da imagem destes/as jovens a crimes tidos como cada vez mais violentos (o que não se confirma nas estatísticas) propagada pela mídia direciona a população a reagir com repúdio à juventude pobre, demonizando-a e configurando esta enquanto “peça essencial na campanha de atemorização pública, pois cria o fenômeno que

pretende relatar por meio do convencimento da classe média de que precisa proteger-se e manter as classes perigosas afastadas” (Bocco, 2006, p. 95). Vai se estabelecendo um quadrimônio que articula juventude, raça, pobreza e criminalidade, conferindo a estes o *status* de inimigo público que deve ser combatido e eliminado a todo custo.

As ações violentas do Estado direcionadas a essa parte da população passam, então, a ser defendidas inclusive pela população geral, pautando-se no imaginário de que ser favelado preto e pobre, ainda que sem qualquer envolvimento com crimes, é sinônimo de bandido, traficante e delinquente, o que fomenta a criminalização desses territórios, da negritude e da pobreza. Essa marca de sujeito criminoso se instala nas relações estabelecidas no cotidiano socioeducativo, perpassando a atuação dos operadores de Direito, das demais políticas integradas, como as de segurança pública, saúde e assistência, e dos responsáveis pela execução das medidas.

Nesse sentido, é preciso marcar a condição do DEGASE como braço do Estado na sobreposição de violências que são direcionadas ao público atendido pela instituição. A realidade social na qual estes jovens estão inseridos, marcada pela ausência de direitos e políticas efetivas de acesso à educação, saúde, trabalho, transporte, cultura e lazer, contribui para que o comércio varejista de drogas se torne uma alternativa à subsistência e acesso aos bens de consumo para essa população.

Lembramos que no Brasil a discussão sobre drogas se dá por meio de uma política proibicionista, seletiva e racista, que se faz presente especialmente nas favelas, por meio da repressão ao uso e comércio de alguns psicoativos que são tomados como ilícitos. Conforme Barbosa et al. (2021, p. 25), a discussão sobre drogas é atravessada “pela busca de um indivíduo saudável, que é aquele que não consome e nem tem acesso a certos psicoativos, sendo justamente a partir dessa busca que o elemento segurança surge e ganha legitimidade”. Ocorre que em nome dessa segurança, o Estado assume o papel de quem manterá uma parte de sua população livre desse “mal maior”, justificando, supostamente em defesa da saúde pública, a chamada “guerra às drogas e ao tráfico”.

Incorpora-se, a partir disso, uma série de medidas de exceção nos territórios favelados, concebidos como propensos à fabricação desses indesejáveis e como se tais espaços fossem a fonte da produção de armas e drogas, o que não se confirma nos inúmeros estudos e levantamentos nem na experiência de quem vive e pensa a favela. Ao contrário, são territórios nos quais o Estado se faz presente tão somente por meio de serviços precarizados, na opressão dos corpos e vidas ali inseridos e no extermínio físico e simbólico dessa população. Como

apontamos antes, ao DEGASE é dada a tarefa não de romper com estes processos, mas torná-los permanentes.

Não é coincidência que o Departamento, enquanto instituição de preservação da ordem, imprima relações muito próximas daquelas que são estabelecidas no sistema prisional. A ausência de estruturas físicas adequadas, de recursos materiais e humanos e de ações pedagógicas, acompanhada de uma paisagem marcada por muros, grades e cadeados e também pelas constantes denúncias de violação de direitos, tortura e maus tratos, aproximam o cotidiano socioeducativo de uma “cadeia de menor” (Meireles, 2017).

O paradoxo entre educação e segurança existente no sistema reafirma esta perspectiva, além de operar cisões entre as equipes técnicas e agentes socioeducativos, em um jogo perverso onde estas são tidas como responsáveis pelas intervenções socioeducativas e a atuação dos agentes é limitada à contenção e disciplina, esvaziando as possibilidades de um trabalho próximo dos princípios socioeducativos que têm como parâmetro a atuação intersetorial e interdisciplinar.

Importa ressaltar que a violência produzida institucionalmente atinge, ainda que em diferentes níveis, adolescentes e servidores/as, alargando-se a outras esferas da vida destes, criando também um aprisionamento subjetivo. Por efeito, a resposta muitas vezes é o adoecimento psíquico, tornando-se urgente pensar em estratégias de cuidado em saúde mental nesses espaços. Ademais, a realização de estudos outros que possam se debruçar mais profundamente sobre as relações entre violência institucional e saúde mental no contexto das medidas socioeducativas, contemplando também a realidade dos/as trabalhadores/as que atuam no sistema, podem vir a tornar-se ferramentas de auxílio à questão.

É nesse tom de produção de violências que se dão também as expectativas em relação ao trabalho das psicólogas, requerendo destas uma postura pacífica, tecnicista e a-histórica, que sustente um saber capaz de afirmar incapacidades, riscos, periculosidades e desvios, fomentando a culpabilização dos indivíduos por não se ajustarem às normas, através da produção de laudos, avaliações e diagnósticos. São expectativas que insistem para que tenhamos um olhar focado em sujeito-indivíduo composto apenas por instâncias psicopatológicas e definido por fatores tão somente genéticos/hereditários, desconsiderando o que pode haver de coletivo na produção desses sujeitos. Esta convocação de passividade é necessária ao funcionamento excludente e opressor desse modo de funcionar e tratar institucionalmente os/as adolescentes em privação de liberdade.

Ao não tomar este lugar como sendo nosso, não permitindo que nossas práticas e intervenções se concentrem em julgamentos e verificação de verdade, ao tomar

posicionamentos que contrariam o poder disciplinar vigente, estamos – nós psicólogas – também expostas a uma série de desqualificações, retaliações e punições. Vimos que as interferências visam o desmonte do trabalho socioeducativo e estão presentes na primazia dos relatórios em detrimento do atendimento aos/às adolescentes, na descontinuidade das ações, na retirada de recursos imprescindíveis, no engessamento das burocracias, na superlotação, nas interferências distantes do Judiciário, nas decisões sobre quais serviços são considerados essenciais ou não, nos olhares que tomam os atos infracionais como transtornos de conduta, na sobreimplicação das equipes e tantas outras formas de precarizar, quando não impossibilitar, as práticas voltadas à socioeducação.

Mas há também forças outras que tentam subverter os sentidos do desmonte, apostando em práticas que vão na contramão do *modus operandi* institucional. Elas estão presentes na perspectiva do cuidado com adolescentes, famílias e equipes, na proposição de uma clínica política, na busca por outros olhares sobre os significados da prática infracional, da responsabilização e do que representa garantir direitos nesse contexto. As práticas potentes encontram espaço no acolhimento às alteridades, na experimentação de outras formas de pensar o trabalho nas diferentes medidas, na busca pela circulação dentro e fora do DEGASE, inclusive tomando os espaços de formação como aliados para que se possa arejar o cotidiano. Aprendemos com as psicólogas que em meio às paisagens áridas que cercam o DEGASE, há possibilidades de, em meio a fissuras, florescer.

Chegamos ao fim deste percurso talvez com mais perguntas do que respostas. Perguntas que perpassam inclusive os sentidos de pesquisar e o mestrado como espaço de formação de pesquisadores/as. Nesta aventura, descobrimos possibilidades de seguir as pistas junto às pesquisadas, tomando-as não como seres passivas e respondentes, mas como sujeitas ativas, que aceitaram engajar-se conosco na produção de conhecimento. Inclusive, importa salientar que as psicólogas que atuam no sistema socioeducativo fluminense não estão presentes neste trabalho tão somente na condição de entrevistadas. Muitas de nossas referências são de autoria de trabalhadoras que produzem pesquisas e estudos sobre o fazer a partir de suas próprias experiências no DEGASE.

Nossa caminhada é acompanhada também de implicações éticas, uma vez que nossas pesquisas criam mundos e produzem realidades, a partir do que escolhemos manter ou não dos relatos, o que fica e o que é excluído da pesquisa. Conforme dito por Moraes e Quadros (2020, p. 5), “esse manejo entre o que é ou não incluído nos relatos produz efeitos, engendra mundos”.

Nesse sentido, importa dizer que propor uma pesquisa que não busca por formulações ou respostas fechadas é também um desafio. Nesta trama, muitas inseguranças também surgem.

O que significa cartografar? Sob quais perspectivas éticas e políticas conduzir o trabalho? Quais efeitos nossas narrativas de pesquisa produzem tanto na instituição e na vida das pessoas pesquisadas, quanto em nossas trajetórias? Quais os limites das “desidentificações” que propomos no cuidado com o sigilo e com o desejo de não exposição das profissionais? Que engendramentos produzimos a partir de nossas discussões e análises?

Outro ponto a considerar é que pesquisar em uma instituição de preservação da ordem envolve desafios próprios. Apontamos no capítulo 2 que ao longo do tempo o DEGASE foi se abrindo para a presença de outros atores em seu cotidiano - inclusive a universidade. Um movimento que requer aprender a conviver com críticas e olhares diversos para a instituição. Essa abertura foi o que possibilitou nossa inserção, mas as trocas junto ao grupo de pesquisa e durante as orientações nos fazem perceber que há temas desejáveis e outros, não. Sexualidade, por exemplo, é algo que se evita discutir. Como uma instituição focada na disciplina e segurança pode conceber a ideia de falarmos em prazer para adolescentes que estão ali para serem punidos? Resistir e criar barreiras em relação a este tema não faz com que ele deixe de existir, não faz com que os meninos e meninas deixem de expressar sua sexualidade, apenas passam a serem tratados de maneira “clandestina”.

Tomando quais temas são desejáveis ou não, consideramos que um facilitador à nossa inserção está relacionado à ideia de não se tratar de um tema considerado “polêmico” e que a perspectiva de pensar o trabalho da Psicologia foi respondido pelas próprias psicólogas, não havendo disputas ou conflitos de narrativas sobre o que significa este fazer. Além disso, não foi preciso autorização de um/a juiz/a, como é o caso das pesquisas com adolescentes, nem encontramos resistências à nossa entrada nas unidades. O mais perto que experienciamos de qualquer dificuldade na relação institucional foi não ter adesão de profissionais que estão atualmente na provisória e o contato com as profissionais ter sido mediado pela Divisão de Psicologia, o que não consideramos ter gerado prejuízos, embora fosse uma possibilidade. Entretanto, admitimos a possibilidade de incômodos surgirem a posteriori, quando apresentarmos as discussões feitas às psicólogas e à instituição, como parte da desdobração de nossa pesquisa.

Além disso, nosso cuidado em não expor as profissionais, passíveis a retaliações, fez com que tivéssemos que desenvolver estratégias para enunciar na escrita os diferentes conflitos, jogos de poder e disputas que permeiam o cotidiano, e colocá-los em análise, sem assumir o lugar de quem irá produzir verdades absolutas ou fazer denúncias, uma vez que para esta última existem outros órgãos aos quais compete essa função. Ressaltamos que isso não significa defender uma postura de suposta neutralidade, ao contrário, quando colocamos estas questões

em análise assumimos uma posição e temos a intenção de produzir conhecimento engajado, e com isso fomentar outras perspectivas possíveis.

Cabe destacar, inclusive, que nossas narrativas de pesquisa são uma versão e, nessa condição, é fundamental considerarmos que tantas outras são possíveis. Como dito anteriormente, pesquisar envolve uma abertura de nossa parte para correr riscos, riscos que podem potencializar nossas ideias, nossas escritas e realizações, abrindo espaço para outras versões, outros modos de pesquisar.

Nossas perguntas também apontam para perspectivas nas quais este trabalho e tantos outros podem se desdobrar. Apontamos anteriormente a necessidade de realizar pesquisas que tomem como analisadores as relações de gênero e raça no sistema socioeducativo, de modo a produzir novas perspectivas sobre os processos de subjetivação existentes nestas relações. Outro ponto que nos interessa pensar mais intimamente são os desafios e possibilidades que se estabelecem na semiliberdade e no acautelamento, medidas que observamos serem pouco discutidas na literatura acadêmica. Além disso, interessa pensar os efeitos a longo prazo das inúmeras mudanças em curso na instituição que foram observadas ao longo de nossa inserção em campo, especialmente quanto à central de vagas e a superlotação.

Apontar para perspectivas de estudos e pesquisas futuras junto ao DEGASE é também apostar na produção de novos olhares para essa instituição tão controversa. Salientamos, a partir disso, a baixa produção de dados, inclusive estatísticos, sobre o Departamento, apontado por uma das psicólogas como uma questão até mesmo para elas enquanto trabalhadoras: *“Eu não sei qual a intencionalidade disso, se não se produz porque não se tem tempo pra produzir, ou se não se produz porque não é interessante produzir mesmo [...] seria interessante pensar... quantidade não faz trabalho, mas quantidade diz do trabalho”* (Venusta, em entrevista à pesquisadora).

Por fim, ressaltamos a necessidade de ampliar nossas estratégias, apostando no desencarceramento, no antipunitivismo, no antirracismo, no anticlassicismo e no antiproibicionismo, para que possamos derrubar essa gigantesca máquina de produção de sofrimento, de segregação, exclusão e punição. Precisamos ousar em nossas práticas para afirmar um movimento anti-socioeducativo, trabalhando não por sua melhoria, mas para pôr fim à privação de liberdade, uma vez que acreditamos que está longe de ser a resposta para nossas mazelas.

Nesse sentido, quando nos propomos pensar nas encruzilhadas da Psicologia na socioeducação, é apostando que estas reinventam mundos. São campos de possibilidades, onde algumas travessias são necessárias e outras rotas são possíveis. Conforme o professor Luiz

Antônio Simas disse certa vez “a encruzilhada não é o lugar de quem está perdido e sem saída. Isso é labirinto. Encruzilhada é terreiro pluriversal, de disponibilidade para esperar o inesperado e se alegrar com o diverso. Encruzilhada não é ponto de partida, é destino da permanência só viável na alteridade”<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Disponível em: [https://twitter.com/simas\\_luiz/status/1373319240686694401](https://twitter.com/simas_luiz/status/1373319240686694401). Acesso em 14 mai. 2023.

## REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (1991). A Prisão sob a Ótica de seus Protagonistas - Itinerário de uma pesquisa. *Rev. Tempo Social*, 3(1), 7-40.
- Almeida, S.; Marinho, J. & Zappe, J. (2021). Atuação do Psicólogo com Adolescentes que Cumprem Medida Socioeducativa: uma revisão sistemática da literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia Social*, 21(1), Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/59369/37510> >. Acesso em: 25 out. 2021.
- Andrade, Â.N.; Morato, H.T.P. (2004). Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. *Estudos De Psicologia*, 9(2), 345–353. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200017>.
- Andrade, E.P. (2018). A Filosofia do Acontecimento em Deleuze. *Rev. O Manguenzal*, 1(2), pp. 6-18.
- Arantes, M.A; Taborda, F. (2019). A Medida de Semiliberdade: monitorar, controlar e punir. *Revista de Políticas Públicas*, 23(1), 27–44. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v23n1p27-44>
- Balibar, E. (1996). Violence: idéalité et cruauté. In F. Héritier (Org.). *De la violence*. Paris: Editions Odile Jacob.
- Baratta, A. (2002). *Criminologia Crítica e crítica do Direito Penal*: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos, (3ª ed.), Revan/Instituto Carioca de Criminologia.
- Barbosa, R., Garcia, C., Neves, E., Simões, J., & Sardinha, L. (2022). Direito da favela e política de exceção em territórios favelados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 73(2). doi:<https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2021v73i2p.21-36>.
- Baremblytt, G. (1994). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*: teoria e prática. Rosa dos Tempos.
- Baroni, M.F. (2016). Violência Institucional: o paradoxo do Degase. *Revista discente da UNIABEU*, 4(1), 04-09.
- Baptista, V. F., & Santos, W. C. d. (2021). Territórios, políticas e manipulações: a Segurança Pública no olhar da letalidade violenta no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Política e Planejamento Regional*, 8(3), 377-401. <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-territorios-politicas-e-manipulacoes-a-seguranca-publica-no-olhar-da-letalidade-violenta-no-estado-do-rio-de-janeiro.pdf>.
- Batista, R.; Arantes, E.M.M.A. (2020). “Enquanto o desmonte não chega”. Fronteiras, limiares, enquadramentos e programa vazio na Socioeducação. In J. Silva & E. Lopes (Orgs.), *Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil – Teoria e Prática* (pp. 243-259). EdUERJ.
- Becker, H. (2007). Segredos e truques da pesquisa. Zahar. In De Garay Hernández et al. (2018). Implicações éticas e metodológicas de uma cartografia no sistema socioeducativo: surpresas, angústias e caminhos possível. *Revista de Ciências Humanas*, 52. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e57163/40098>. Acesso em 07 mar. 2022.
- Bedin, É. P., Fontes, A. R. M., & Braatz, D.. (2020). Discrepancy between prescribed and real work: the case of outsourced service contract supervisors at federal universities in the state of São Paulo. *Revista Brasileira De Gestão De Negócios*, 22(2), 232–249. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i2.4055>.

- Bernabé, M.F.; Siqueira, L.A.R.; Macedo, A.E.A. (2020). A invenção do menor delinquente ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa: reflexões e experiências “psi” no campo da Socioeducação. In J. Silva & E. Lopes (Orgs.), *Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil – Teoria e Prática* (pp. 225-242). EdUERJ.
- Bicalho, P.P.G. (2014). Uma carta endereçada à 'proteção integral'. Em G. M. Tavares; M. O. Moraes; A. G. Bernardes (Orgs.). *Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia* (pp. 33-42). Vitória: EdUFES.
- Bicalho, P.P.G., Rossotti, B.G.P.P., & Reishoffer, J.C.. (2016). A pesquisa em instituições de preservação da ordem. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 85-97.
- Bocco, F. (2006). *Cartografias da Infração Juvenil*. [Dissertação de mestrado] Universidade Federal Fluminense (UFF).
- Bonalume, B. C., & Jacinto, A. G. (2020). O circuito da violência no sistema socioeducativo: do mito à falácia da socioeducação. *Argumentum*, 12(3), 181–194. <https://doi.org/10.47456/argumentum.v12i3.31169>
- Brasil. (1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: Presidência da República - Casa Civil.
- Brasil. (2001). *Lei nº 10.216* - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Presidência da República - Casa Civil.
- Brasil. (2006). *Resolução CONANDA nº 119/2006*, dispõe sobre o Sistema Nacional Socioeducativo - SINASE, destinado ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Brasil. (2012). *Lei nº 12.594* – Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília: Presidência da República - Casa Civil.
- Brasil. (2014). *Portaria nº 1018* - Redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI). Brasília: Ministério da Saúde - Gabinete do Ministro.
- Brasil. (2015). *Resolução CONANDA nº 177*, dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de não serem submetidos à excessiva medicalização. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Brasil. (2019). *Panorama de Programas Socioeducativos de Internação e Semiliberdade*. Grupo de Trabalho – Portaria CNMP – PRESI Nº 60/2018. Acompanhamento da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo. Conselho Nacional do Ministério Público.
- Butler, J. (2010). *Marcos de Guerra: las vidas llordas*. Paidós.
- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Civilização Brasileira.
- Câmara, R.J. (2017). *A gênese das primeiras escolas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ): uma escolarização sui-generis (1994-2001)*. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Castelo Branco, P. H. V. B., & Ferreira, L. P. (2021, July 27). A infundável política bélica de segurança pública do Rio. *Teoria & Debate*. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2021/07/27/a-infundavel-politica-belica-de-seguranca-publica-do-rio/>. Acesso em 23 jan. 2023.
- Coimbra, C.M.B. (2000). Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicol. Estud.*, 2000 5(2), 1–22.
- Coimbra, C.M.B. (2001). *Operação Rio, o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Oficina do Autor e Intertexto.

- Coimbra, C. M.; Nascimento, M. L. (2007). Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In Nascimento, M. L.; Arantes, E.; Fonseca, T. G. (Orgs.), *Práticas psi: inventando a vida* (pp 27-36). EDUFF.
- Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro. (2003). *Deliberação CEDCA/RJ nº 003*, de 16 de abril de 2003, dispõe sobre a Entidade Pública Executora da Medida Sócio-Educativa. CEDCA/RJ. Disponível em: [http://www.cedca.rj.gov.br/Deliberacoes\\_CEDCA/Deliberacao\\_CEDCA\\_2003-003.pdf](http://www.cedca.rj.gov.br/Deliberacoes_CEDCA/Deliberacao_CEDCA_2003-003.pdf). Acesso em 26 dez. 2022.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 12 mar. 2023.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Resolução CFP nº 06/2019* [versão comentada]. CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>. Acesso em 16 abr. 2023.
- Conselho Federal de Psicologia. (2022a). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) em Medidas Socioeducativas*. (2ª ed.), CREPOP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-em-medidas-socioeducativas/>. Acesso em 16 dez. 2022.
- Conselho Federal de Psicologia. (2022b). *Cartilha Avaliação Psicológica 2022*. (2ª ed.), CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-avaliacao-psicologica-2022/>. Acesso em 27 fev. 2023.
- Conselho Nacional de Justiça. (2021a). *Resolução nº 367 de 19/01/2021*, dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário. CNJ. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3679>. Acesso em 12 mar. 2023.
- Conselho Nacional de Justiça. (2021b). *Manual Resolução CNJ 367/2021: A central de vagas do sistema estadual de atendimento socioeducativo*. Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/manual-central-vagas-socioeducativo.pdf>. Acesso em 13 mar. 2023.
- Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região. (2019). *O trabalho da Psicologia na Socioeducação no Estado do Rio de Janeiro*. CRP-RJ.
- Colombaroli, A.C.M. (2017). *(In)Segurança Pública: uma análise dos fatores socioeconômicos que estão na base da política criminal sobre homicídios no Brasil*. [Dissertação de Mestrado], Universidade Estadual Paulista (UNESP).
- Coscioni, V., Costa, L.L.A., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2017). O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psico*, 48(3), 231-242.
- Costa, A.P.M.; Goldani, J.M. (2015). A Influência do Contexto Familiar nas Decisões Judiciais a Respeito de Atos Infracionais de Adolescentes: o intervencionismo familiar ainda se faz presente?, *Textos & Contextos*, 14(1), 87–103. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.20726>. Acesso em 23 abr. 2023.
- Costa, A.P.M.; Cunha, V.H. (2017). Do Zigue-Zague à Subcidadania: trajetórias de (des) territorialização e violação de direitos humanos dos jovens que cumpriram medida socioeducativa de internação na cidade de Porto Alegre. *Revista de Direito da Cidade*, 9(1), 117-135. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/26360/19536>>. Acesso em 03 mar. 2023.
- Costa, V.C.; Baptista, T.W.F.; Cunha, M. B. (2022). O SUS em territórios vulnerabilizados: reflexões sobre violência, sofrimento mental e invisibilidades nas favelas do Rio de

- Janeiro. *Saúde Em Debate*, 46(135), 974–986. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213502>.
- Costa, L.B. (2020). A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. *Paralelo 31*, 15, 10-34.
- Craidy, C.M. (2017). Medidas socioeducativas e socioeducação. In C.M. Craidy & K. Szuchman (Orgs.). *Socioeducação: fundamentos e práticas* (pp. 85-101), UFRGS.
- Cruz, L.R.; Guareschi, N.; Battistelli, B.M. (2014). *Políticas públicas e assistência social: diálogos com práticas psicológicas*. (5º ed). Editora Vozes.
- D'angelo, L.B.; De Garay Hernández, J. (2017). Sexualidade, um direito (secundário)? Atravessamentos entre sexualidade, socioeducação e punição. *Plural*, 24(1), 78-104.
- D'Angelo, L.B. (2021). *Afetos e(m) conexões: uma cartografia feminista por entre dobras e fronteiras de prisões femininas no Brasil e em Portugal*. [Tese de Doutorado], Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. Boitempo.
- De Garay Hernández, J.; Oliveira e Silva, P.C.; Uziel, A.P.; Peres, S.O. (2018). Implicações éticas e metodológicas de uma cartografia no Sistema Socioeducativo: surpresas, angústias e caminhos possíveis. *Revista de Ciências Humanas – UFSC*, 52(1), 1-18. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e57163/40098>. Acesso em 13 abr. 2022.
- De Garay Hernández, J.; Vinuto, J. (2022). Masculinidades no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro: disputas e polarizações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 127 (1), 165-186. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/12928>. Acesso em 13 fev. 2023.
- Dejours, C. (2014). Work and Self-Development. *Critical Horizons*, 15(2), 115-130.
- Dejours, C.; Abdoucheli, E.; Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do Trabalho - Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. Atlas.
- Deleuze, G. (1988). O que é um dispositivo? In M. Foucault (Org), *Philosophe Rencontre Internationale*. Paris: Deux Travaux Seuil.
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Deleuze, G. (2012). *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. (6º ed) Papyrus.
- Deleuze, G. (2015). *Lógica do sentido*. Trad. Luiz R.S Fortes, Perspectiva.
- Deleuze, G. Parnet, C. (1998). *Diálogos*. Escuta.
- Deleuze, G.; Foucault, M. (1998). Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In M. Foucault (Org). *Microfísica do poder* (13. Ed), Graal.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34.
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias*. Editora Graal.
- Ferreira, T. A. de S., & Silva, O. H. F. da. (2023). Educação Escolar de Adolescentes em Situação de Abrigo: reflexões críticas em interface com a pandemia. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 13(38), 121–138. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7678051>.
- Fogo Cruzado; Geni. (2022). Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 14 de fev. de 2023.
- Fonseca, T.M.G; Thomazoni, A.R.; Costa, L.A.; Souza, V.L.I; Lockmann, V.S. (2008). Microfascismos em nós: práticas de exceção no contemporâneo. *Psicologia Clínica*, 20(2), 31-45. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200003>
- Foucault, M. (1984). *Saber y Verdad*. Ediciones de la Piqueta.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão* (24º ed). Vozes.
- Foucault, M. (2001). *Os anormais*. Trad. Eduardo Brandão. Martins Fontes.
- França, V. (2012). O acontecimento e a mídia. *Galáxia*, 1(24), p. 10-21. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>. Acesso em 27 fev. 2023.

- Fuganti, L. A. (1991). Saúde, desejo e pensamento. In A. Lancetti (Org.), *Saúde loucura 2*. (pp. 19-82). Hucitec.
- Garcia, A. M. (2019). Cartografias da medida socioeducativa de internação: entradas pelo dispositivo da sexualidade. [Dissertação de mestrado] Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Guattari, F. (1990). *Las tres ecologias*. (1º ed) Pre-Textos.
- Guattari, F.; Rolnik, S. (1992). *Caosmose*. Um novo paradigma estético, (1ª ed.). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Guattari, F. (2004). *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Ideias e Letras.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. Editora Perspectiva.
- Gomes, A. J. F. (2021). A Violência no Rio De Janeiro: um olhar sobre a política de segurança pública empregada no estado. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 7(12), 574–586. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i12.3380>.
- Haraway, D., & Goodev, T. N. (2015). Fragmentos: quanto como uma folha, entrevista com Donna Haraway. *Mediações*, 20(1), 48-68.
- Hardt, M.; Negri, A. (2004). *Império: a nova ordem política da globalização*. Record.
- Hirata, D.; Grillo, C. (2019). Sumário Executivo: Operações Policiais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2019/12/21/operacoes-policiais-no-rio-de-janeiro>. Acesso em 15 fev. 2023.
- Horst, C.H.M.; Colombi, B.L.P. (2020). Se não a família, o que? Limites postos à socioeducação em relação aos jovens entre dezoito e vinte e um anos. In *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (16º CBAS)*. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1263>. Acesso em 23 abr. 2023.
- Hur, D. (2019). *Psicologia, política e esquizoanálise*. (2ª ed) Alínea.
- Hur, D. (2021). Cartografia das intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise. *Práxis Educacional*, 17 (46), 275-292. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8392>. Acesso em: 13 jan. 2022.
- Kastrup, V.; Passos, E.. (2013). Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: Revista De Psicologia*, 25(2), 263–280. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004>.
- Khaled Junior, S.H. (2021). *Discurso de ódio e sistema penal: tradição inquisitória, tentação autoritária e racionalidade binária*. Letramento.
- Kroef, R.; Gavillon, P.; Ramm, L. (2020). Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 464-480. <https://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.52579>.
- Leones, A.K.A. (2018). “O difícil é segurar a cadeia”: A experiência da socioeducação feminina no estado do Rio de Janeiro. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal Fluminense.
- Lisboa, F.D.A. (2018). *Do conflito com a lei ou da lei em conflito?* Na privação de liberdade, outro estatuto (re)existe. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Lisboa, F.A.; Crespo, C.M.; Bicalho, P.P.G. (2020). Da transgressão à resistência: ressignificações do trabalho da(o) psicóloga(o) com (e não sobre) o adolescente “em conflito com a lei”. In J. Silva & E. Lopes (Orgs.), *Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil – Teoria e Prática* (pp. 127-148). EdUERJ.
- Lopes, E.R.C. (2015). *A política socioeducativa e o DEGASE no Rio de Janeiro: transição de paradigma?* Paco Editorial.

- Lopes, R.C; Caregnato, C.E. (2016). O Estranhamento e a Desnaturalização por Dentro: Da educação autônoma para a educação autêntica. *Revista Movimentação*, 3(5), 56-74. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>. Acesso em 12 dez. 2022.
- Lourenço, A.S. (2011). *O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere*. Juruá.
- Mayer, A.S. (2017). *Psicologia e Socioeducação: práticas, perspectivas e possibilidades*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
- Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições
- Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. (2017). MEPCT/RJ se posiciona sobre a Central de Regulação de Vagas no DEGASE.. Disponível em: <http://mecanismorj.com.br/mepctrj-se-posiciona-sobre-a-central-de-regulacao-de-vagas-no-degase/>. Acesso em 12 fev. de 2023.
- Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. (2020). COVID 19 no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MEPCT/RJ, 2020. Disponível em: <http://mecanismorj.com.br/wp-content/uploads/COVID19-no-sistema-socioeducativo-atualizado-em-08.05.2020.pdf>. Acesso em 5 mar. 2023.
- Meireles, C.C. (2017). Entre a educação e a disciplina: sobre agentes socioeducativos do Estado do Rio de Janeiro. [Dissertação de Mestrado], Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Menegon, V. M., & Spink, P. (2005). *Micro-lugares como produto e autor de sentidos*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Belo Horizonte, MG. (Mimeo).
- Menz, D.M; Camargo, D (2020). Psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social: atuação em CRAS e interface com a formação acadêmica. *Psicologia Argumento*, 38(101),431-449. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/26097>>. Acesso em: 30 out. 2021.
- Menezes, T.V. (2020). O trabalho da Psicologia enquanto parte da equipe técnica socioeducativa. In J. Silva & E. Lopes (Orgs.), *Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil – Teoria e Prática* (pp. 243-259). EdUERJ.
- Miranda Júnior, H. C. (1998). Psicologia e Justiça: A psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. *Psicologia Ciência e Profissão*, 18(1), 28-37.
- Misse, M. (2009). Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 8(3), 371–385. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.3.4865>.
- Moraes, M.O.; Quadros, L.C.T. (2020). Ciência no feminino e narrativas de pesquisa: PesquisasCOM e a artesanaria na pesquisa. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(3), 1-14.
- Moreira, C.A.B.D. (2015). A construção de um sistema socioeducativo no Rio de Janeiro e as lutas sociais. In Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#C>. Acesso em 13 jan. 2023.
- Nascimento, L.G.; Uziel, A.P. (2022). Prisão e(m) pandemia: covid-19, políticas de morte e a produção de resistências. *Teoria e Cultura*, 17(1), 90-104. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34735>. Acesso em 25 mar. 2023.
- Oliveira, W. J. M. (2016). Segurança Pública e Território. *Perspectivas Em Políticas Públicas*, 10(1), 203–223. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/2259>. Acesso em 05 jan. 2023.
- Oliveira, E. (2019). Psicologia e Direitos Humanos. In Conselho Regional de Psicologia 3ª região – Bahia (Org.), *Psicologia e Direitos Humanos – Compromisso ético político e transformações sociais* (pp. 13-15). CRP-03.

- Paiva, I.L., Souza, C.; Rodrigues, D.B. (2014). *Justiça juvenil: Teoria e prática no sistema socioeducativo*. Editora da UFRN.
- Passos, E.; Kastrup, V.; Escossia, L. (2009). *Pistas para o método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.
- Passos, E; Rauter, C. (2017). Corporeidade e violações de direitos humanos: saúde e testemunho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29(2), 211-218. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i2/2507>. Acesso em 25 abr. 2023.
- Passos, E. (2019). Psicologia, pesquisa cartográfica e transversalidade. *Revista Polis E Psique*, 128–139. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.98377>
- Pezzato, L. M., & L'abbate, S. (2011). O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: Potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1297-1314.
- Pintasilgo, M.L. (2005). *Palavras Dadas*. Livros Horizonte.
- Pires, L.M.F. (2021). *Estados de exceção: a usurpação da soberania popular*. Editora Contracorrente.
- Potengy, G. (2007). A descentralização do atendimento de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. In E. Lopes (2015). *A política socioeducativa e o DEGASE no Rio de Janeiro: transição de paradigma?* Paco Editorial.
- Prado filho, K.; Teti, M.M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbaroi*, (38), 45-49. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 29 out. 2021.
- Prado, G.A.S.; Lima, C.F.; Xavier, M.P. (2019). A clínica política: experimentação e produção de vida. *Mnemosine*, 15(2), 34-52.
- Quadros, L.C.T. (2015). Uma trama tecida com muitos fios: o pesquisar como processo artesanal na Teoria Ator-Rede. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(1), 1181-1200.
- Rauter, C. (2001). Notas sobre o tratamento das pessoas atingidas pela violência institucionalizada. *Psicologia Em Estudo*, 6(2), 3–10. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722001000200002>.
- Reishoffer, J. C., Bicalho, P. P. G.. (2009). Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. *Fractal: Revista De Psicologia*, 21(2), 425–444. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922009000200015>.
- Rezende, M.A. (2020). A Psicologia na Socioeducação: dialogando com o campo da saúde mental na sua interface com o conceito de responsabilidade e incompletude institucional. In J. Silva & E. Lopes (Orgs.), *Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil – Teoria e Prática* (pp. 261-274). EdUERJ.
- Ribeiro, C.; Dias, R.; Carvalho, C. (2008). Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: O caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). In Justiça Global (Org.), *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Fundação Heinrich Böll. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_jglobal/r\\_jg\\_rj\\_milicias.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_jglobal/r_jg_rj_milicias.pdf). Acesso em 13 fev. 2023.
- Ribeiro, D. S., Ribeiro, F. M. L., Deslandes, S. F. (2019). Discursos sobre as demandas de saúde mental de jovens cumprindo medida de internação no Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(10), 3837–3846. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182410.23182017>.
- Rio de Janeiro. (1993). *Decreto nº 18.493*, de 26 de janeiro de 1993, cria o Departamento Geral de Ações Socioeducativas-DEGASE. Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo.

- Rio de Janeiro. (2008). *Decreto nº 41.334*, de 30 de maio de 2008, dispõe sobre o Departamento Geral de Ações Socioeducativas e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo.
- Rio de Janeiro (2018). *Regimento Interno dos Centros de Atendimento Socioeducativo de Internação, Internação Provisória e Semiliberdade do DEGASE*. Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo.
- Rio de Janeiro. (2021). Vitimização policial no estado do Rio de Janeiro: panorama dos últimos cinco anos (2016-2020). Instituto de Segurança Pública. Disponível em: [http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/uploads/TD05\\_2021-VPERJ-VitimizacaoPolicial.pdf](http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/TD05_2021-VPERJ-VitimizacaoPolicial.pdf). Acesso em 16 abr. 2023.
- Rio de Janeiro. (2022a). O Novo Degase: Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Secretaria de Estado de Educação. *Quem somos*. Disponível em: <[http://www.degase.rj.gov.br/quem\\_somos.asp](http://www.degase.rj.gov.br/quem_somos.asp)>. Acesso em: 3 abr. 2022.
- Rio de Janeiro. (2022b). Núcleo de Promoção à Saúde do Trabalhador (NUPST). Disponível em: <<https://www.degase.rj.gov.br/node/198>>. Acesso em: 01 mai. 2022.
- Rios, T.A. (2006). A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador. *Psicologia em Revista*, 12(19), 80-86.
- Rodrigues, D.S; Oliveira, M.C.S.L. (2018). Grupo como dispositivo socioeducativo: pesquisa-intervenção com adolescentes em cumprimento de prestação de serviço à comunidade. *Revista de Psicologia*, 9(1), 30-41.
- Rodrigues, K.F.F.B. (2019). Socioeducação e famílias: uma breve análise sobre as famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. *Revista SocioEducação*, 2(02), 58-70. Disponível em: <https://publicacoes.degase.rj.gov.br/index.php/revistasocioeducacao/article/view/105>. Acesso em 23 abr. 2023.
- Rosário, N.M; Coca, A.P. (2018). A cartografia como um mapa movente para a pesquisa em comunicação. *Comunicação & Inovação*, 19(41), 34-48.
- Sade, C., Ferraz, G. C., & Rocha, J. M.. (2013). O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. *Fractal: Rev. Psicol.*, 25(2), 281–298. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200005>. Acesso em 03 jan. 2023.
- Scarpato, H.B.K.; Torres, S.; Ecker, D.D. (2014). Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. *Revista EPOS*, 5(1), 57-78. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2014000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 14 mar. 2022.
- Schwarcz, L.M.; Starling, H.M. (2018). *Brasil: uma biografia*. (2ª ed), Companhia das Letras.
- Silva, F.F. (2017). Psicologia no Contexto da Ditadura Civil-militar e Ressonâncias na Contemporaneidade. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, v. 37, n. spe, p. 82-90, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932017000500082&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500082&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 15 mar. 2022.
- Silva, G.R.; Oliveira, M.R. (2018). Acolhimento na Internação Provisória. In Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte (Org.), *Conversas com a Socioeducação: pensando a acolhida no atendimento socioeducativo* (pp. 122-128). CEAF.
- Silva, C.A.V. (2020). SINASE: Os desafios na implementação de um sistema único de atendimento socioeducativo. In J. Silva & E. Lopes (Orgs.), *Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil – Teoria e Prática* (pp. 243-259). EdUERJ.

- Silva Junior, M.A.C. (2021). *A cobrança: A relação entre a normalização das práticas punitivas no DEGASE e a escassez de denúncias aos agentes que as efetuam*. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal Fluminense.
- Silva, P.S.; Arguello, K.S.C. (2022). A Internação Provisória de Adolescentes e o Tribunal de Justiça de São Paulo: Uma abordagem criminológica das decisões publicadas durante a pandemia. *Rev. bras. Segur. Pública*, 16(3), 96-111.
- Simas, L.A.; Rufino, L. (2018). *Fogo no Mato: A ciência Encantada das Macumbas*. Mórula Editorial.
- Simonini, E.; Romagnoli, R.C. (2018). Transversalidade e esquizoanálise. *Psicologia em Revista*, 24(3), 915-929. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p915-929>
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15 (2), 18-42.
- Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 70-77.
- Strappazzon, A.L.; Maheirie, K. (2016). "Bons encontros" como composições: experiências em um contexto comunitário. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68(2), 114-127. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672016000200010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000200010&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 25 abr. 2023.
- Szuchman, K.; Mathias, F.R.O. (2017). O acompanhamento juvenil como ferramenta no percurso de formação em saúde mental. In C.M. Craidy & K. Szuchman (Orgs.). *Socioeducação: fundamentos e práticas* (pp. 245-261), UFRGS.
- Trindade, R. (2017, May 21). *Afetos (bio)políticos - Esgotamento*. Razão Inadequada. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2017/05/21/afetos-biopoliticos-esgotamento/>. Acesso em 14 dez. 2022.
- Tolentino, E. dos S., & Bastos, V. P. (2017). População em situação de rua: crise do capital e o desmonte das políticas públicas. *Temporalis*, 17(34), 301–331. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2017v17n34p301-331>.
- Vilarins, N.P.G. (2014). *Adolescents with mental disorders while serving time and being subjected to socio-educative measures*. *Cien Saude Colet*. 19(3), 891-898.
- Vilarins, N.P.G. (2016). *Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação*. [Tese de doutorado] Universidade de Brasília (UNB).
- Villas Boas, C.C; Cunha, C.F.; Carvalho, R. (2010). Por uma política efetiva de atenção integral à saúde do adolescente em conflito com a lei privado de liberdade. *Revista Médica de Minas Gerais*, 20(2), 225-233. Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/317>. Acesso em 01 abr. 2023.
- Vinci, C.F.R.G. (2020). Microrrevoluções Educacionais: As apropriações de Deleuze e Guattari. *Revista Atos de Pesquisa em Educação*, 15(2), 264-284. <https://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2020v15n2p264-284>.
- Vinuto, J. (2019). *O outro lado da moeda: O trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro*. [Tese de Doutorado] Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Vinuto, J. (2020). Ecos da pandemia nos sistemas socioeducativos: Masculinidades caricatas e suas propagações securitárias. *Revista Dilemas: Edição Reflexões na Pandemia*, 13(1), 1-13.
- Vinuto, J.; Barbosa, D; De Garay Hernández, J. (2021). Covid-19 no Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro: trabalho essencial e seus paradoxos na Socioeducação. *Rev. Política & Sociedade*, 20(48), 198-229. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/78764/48336>. Acesso em 25 mar. 2023.

- Vinuto, J., Bugnon, G. (2021). Superlotação no sistema socioeducativo: uma análise sociológica sobre normativas e disputas no Brasil e na França. *Sociologias*, 23(58), 106–137. <https://doi.org/10.1590/15174522-118281>. Acesso em 05 mar. 2023.
- Wanderley, M.B (2014). Refletindo sobre a noção de exclusão. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 16-26). Editora Vozes.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada(o) a participar, como voluntária(o), da pesquisa intitulada “**EXPERIÊNCIAS DA ATUAÇÃO PSI NO CAMPO DA SOCIOEDUCAÇÃO**” conduzida por Francyne dos Santos Andrade, pesquisadora responsável, e orientada pela prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Anna Paula Uziel, do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da UERJ.

Este estudo tem por objetivo de mapear as práticas de profissionais da psicologia no campo da Socioeducação, a fim de compreender os desafios da atuação e evidenciar as estratégias de enfrentamento adotadas, afirmando a potência da psicologia na atuação junto as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

Você foi convidada(o) a participar por atuar como psicóloga(o) em uma das unidades de internação ou semiliberdade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE. Esta pesquisa conta com a anuência da instituição, obtida formalmente em 25 de janeiro de 2022, através da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE) e da Divisão de Estudos, Pesquisas e Estágios (DEPE) do DEGASE.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A participação neste estudo oferece riscos mínimos, mas há possibilidade das(os) participantes experimentarem algum tipo de desconforto, cansaço ou mal-estar durante a realização das entrevistas, em virtude do tema/conteúdo das questões abordadas, pela presença da pesquisadora ou ainda pelo tempo de duração das entrevistas.

A fim de minimizar esses possíveis riscos, ressalta-se o compromisso da pesquisadora em garantir o anonimato das/os participantes bem como a privacidade da instituição onde o estudo será realizado. As entrevistas ocorrerão em local reservado, sob duração máxima de 2 (duas horas), garantindo seu bem-estar e a total liberdade para não responder questões que lhe possam parecer constrangedoras. Ressalta-se ainda a possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si própria/o.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para as(os) participantes.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

A coleta de dados será feita por meio de entrevistas que contam com uma questão disparadora. Entretanto, outras perguntas podem surgir a partir das respostas das entrevistadas(os). Os relatos serão gravados e transcritos para posterior análise das informações coletadas.

Os resultados deste estudo permitirão um maior conhecimento sobre o tema e poderão subsidiar realização de estudos e intervenções futuras, voltadas ao desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

A pesquisadora responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação das/os participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui três páginas e duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Seguem os contatos da pesquisadora responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Francyne dos Santos Andrade - Psicóloga – CRP 05/55825. Aluna do curso de Mestrado, sob matrícula nº ME2110326, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ. Telefone: (24) 98837-3936 / (24) 2231-4860. E-mail: [francyne.sandrade@gmail.com](mailto:francyne.sandrade@gmail.com).

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: [etica@uerj.br](mailto:etica@uerj.br) - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome da/o participante: \_\_\_\_\_

---

**Assinatura da/o participante:**

Nome da pesquisadora: Francyne dos Santos Andrade

---

**Assinatura da pesquisadora**